



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 133 - SEXTA-FEIRA, 26 DE AGOSTO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL		
Presidente Renan Calheiros – PMDB – AL 1º Vice-Presidente Tião Viana – PT – AC 2º Vice-Presidente Antero Paes de Barros – PSDB – MT 1º Secretário Efraim Morais – PFL – PB 2º Secretário João Alberto Souza – PMDB – MA	3º Secretário Paulo Octávio – PFL – DF 4º Secretário Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO Suplentes de Secretário 1º Serlys Slhessarenko – PT – MT 2º Papaléo Paes – PMDB – AP 3º Alvaro Dias – PSDB – PR 4º Aelton Freitas – PL – MG	
LIDERANÇAS		
LIDERANÇA DO PMDB E DA MAIORIA – 23 LÍDER Ney Suassuna Vice-Líderes Garibaldi Alves Filho (Vago) Gilberto Mestrinho (Vago) Amir Lando Papaléo Paes LÍDER DO PMDB – 23 Ney Suassuna VICE-LÍDERES DO PMDB Maguito Vilela (Vago) Luiz Otávio Gerson Camata Leomar Quintanilha João Batista Motta Valdir Raupp	 LÍDER Arns – PT Fátima Cleide – PT LÍDER DO PTB – 3 Mozarildo Cavalcanti VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi LÍDER DO PDT – 4 Osmar Dias VICE-LÍDERES DO PDT (vago) LÍDER DO PP – 1 Valmir Amaral LÍDER DO PL – 3 Marcelo Crivella VICE-LÍDER DO PL Aelton Freitas LÍDER DO PSB – 3 João Capiberibe VICE-LÍDER DO PSB (Vago) LÍDER DO P-SOL Heloisa Helena VICE-LÍDER DO P-SOL Geraldo Mesquita Júnior LÍDER DO GOVERNO Aloizio Mercadante – PT	 VICE-LÍDERES DO GOVERNO Ideli Salvatti – PT Maguito Vilela – PMDB Garibaldi Alves Filho – PMDB (vago) Fernando Bezerra – PTB Patrícia Saboya Gomes – Sem Partido LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 27 LÍDER José Jorge – PFL VICE-LÍDERES Álvaro Dias – PSDB Tasso Jereissati – PSDB César Borges – PFL Eduardo Azeredo – PSDB Rodolpho Tourinho – PFL Demóstenes Torres – PFL LÍDER DO PFL – 15 José Agripino VICE- LÍDERES DO PFL Demóstenes Torres César Borges Rodolpho Tourinho Maria do Carmo Alves Romeu Tuma Jonas Pinheiro LÍDER DO PSDB – 12 Arthur Virgílio VICE- LÍDERES DO PSDB Lúcia Vânia Leonel Pavan Almeida Lima Flexa Ribeiro
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PL/PSB) – 19 LÍDER Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES Sibá Machado – PT Antônio Carlos Valadares – PSB LÍDER DO PT – 13 Delcídio Amaral – PT VICE-LÍDERES DO PT Roberto Saturnino – PT Ana Júlia Carepa – PT		
EXPEDIENTE		
Agaciol da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	 Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia	

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 143ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 25 DE AGOSTO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003-Complementar (nº 52/99-Complementar, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, e dá outras providências, para incluir a manutenção das casas de abrigo.

28987

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências (dispõe sobre segurado de sociedade conjugal ou união estável).

28987

Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005 (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que dá nova redação ao inciso II do **caput** do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias).

28987

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2005, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Dia Nacional da Voz, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação.

28987

Término do prazo, ontem, sem interposição de recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, do Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2005, de autoria do Senador Aelton Freitas, que denomina “Aeroporto de Uberaba – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, aprovado terminativamente pela Comissão de Educação.

28987

Remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e estabelecimento de calendário para a tramitação da Medida Provisória nº 260, de 2005, que abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$350.000.000.000,00 (trezentos e cinqüenta milhões de reais), para os fins que especifica.....

28987

Término do prazo único, ontem, com apresentação de 23 emendas, perante à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências. As emendas vão à publicação no **Diário do Senado Federal** e em avulsos para distribuição às Senhoras e aos Senhores Senadores, na forma regimental. A matéria volta às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para exame do Projeto e das emendas.

28988

1.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 318/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 213, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.

28995

Nº 1.786/2005, de 19 de agosto, do Ministro da Justiça, encaminhando resposta ao Requerimento nº 244, de 2005, do Senador Hélio Costa..

28995

Nº 134/2005, de 16 de agosto, do Ministro das Comunicações, encaminhando resposta ao Requerimento nº 603, de 2005, de iniciativa da Comissão de Educação.....

28995

Nº 307/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 674, de 2005, do Senador José Jorge.

28995

Nº 309/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 317, de 2005, da Senadora Heloísa Helena....	28995	como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria relativa à execução do Programa de Trabalho 26.782.0230.10CL.0002 (Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo) – (TC 006.720/2004-1).	28996
Nº 310/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 308, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	28996	1.2.5 – Pareceres	
Nº 311/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 320, de 2005, da Senadora Serys Sthesarenko.....	28996	Nº 1.532, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004 (nº 3.220/2000, na Casa de origem), que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (dispõe sobre licenciamento ambiental).....	28996
Nº 312/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 51, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	28996	Nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.	28999
Nº 313/2005, de 17 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 314, de 2005, dos Senadores Eduardo Suplicy e Ideli Salvatti.....	28996	Nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (incluir novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).....	29006
Nº 317/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 285, de 2005, do Senador Rodolpho Tourinho.....	28996	Nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.....	29008
1.2.3 – Ofícios de Ministros de Estado		Nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.....	29010
Nº 78/2005, de 27 de julho último, do Ministro da Cultura, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.447, de 2004, do Senador Osmar Dias.....	28996	Nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos Municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.....	29012
Nº 200/2005, de 18 de agosto, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando resposta ao Requerimento nº 50, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	28996	1.2.6 – Comunicação da Presidência	
Nº 20.711/2005, de 19 de agosto, do Ministro do Controle e da Transparéncia, encaminhando resposta ao Requerimento nº 271, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.....	28996	Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, perante a Mesa, aos Projetos de Lei da Câmara nºs 30 e 88, de 2004; 24, 33, 44 e 47, de 2005, cujos pareceres foram lidos anteriormente.....	29014
1.2.4 – Avisos do Tribunal de Contas da União (Autuação)		1.2.7 – Discursos do Expediente	
Nº 30, de 2005-CN (nº 1.137/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.172, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de expansão do sistema de trens urbanos de Porto Alegre/RS, no trecho Sapucaia–São Leopoldo – (TC 006.665/2003-0)..	28996	SENADOR RAMEZ TEBET – Anúncio à Casa da decisão do PMDB de realização de prévias para a candidatura própria à Presidência da República..	29015
Nº 31, de 2005-CN (nº 1.185/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.181, de 2005 – TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte – CE, responsável pelo Programa de Trabalho 23.695.1166.0564.1048 destinado ao apoio a projetos de infra-estrutura para o turismo religioso na região (TC 008.312/2005-5)..	28996	SENADOR PAULO PAIM – Cumprimentos ao Senador Ramez Tebet pelo anúncio da decisão tomada pelo PMDB. Ato realizado hoje, no Rio	
Nº 32, de 2005-CN (nº 1.201/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.166, de 2005 – TCU (Plenário), bem			

Grande do Sul, por ocasião das comemorações da Semana da Pessoa Portadora de Deficiência, onde receberia o Prêmio Faders de Responsabilidade Social por ser o autor do projeto sobre a matéria.

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Manifestação favorável aos programas sociais de transferência de renda, desde que com duração limitada, exemplificando o Bolsa-Família, que é incapaz de reduzir definitivamente a pobreza.....

SENADOR CÉSAR BORGES – Consideração sobre os trabalhos realizados no Parlamento brasileiro pelas três CPI.....

SENADOR JOÃO CAPIBERIBE, como Líder – A aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Anúncio de reunião com o Ministro Gilberto Gil para debate sobre a disponibilização do orçamento do Ministério da Cultura através da rede mundial de computadores.....

SENADOR ALBERTO SILVA – Encontro com delegação que representa o transporte urbano de ônibus no Brasil, que trouxe à baila estatística alarmante com relação à falta de recursos da população para arcar com o ônus das passagens.

SENADOR LEONEL PAVAN – Registro da realização, em Florianópolis, da Convenção sobre o Tabagismo, que contou com a presença do Senador Heráclito Fortes, relator da matéria no Senado. A questão dos projetos sociais do Governo Lula. .

SENADOR JOSÉ JORGE, como Líder – Solicitação ao Tribunal de Contas da União de auditoria nos cartões corporativos usados por funcionários da Presidência da República.....

SENADOR RODOLPHO TOURINHO – Indignação com relação aos cartões de crédito corporativos usados pela Presidência da República, objeto do pronunciamento do Senador José Jorge. Considerações sobre a chamada “MP do Bem”, que procura reduzir a carga tributária, alterando o Sistema Tributário Nacional.....

SENADOR VALDIR RAUPP – Considerações, como Presidente Regional do PMDB em Rondônia, sobre questões políticas locais e denúncias contra o Governador Ivo Cassol. Comunicação ao Senado de que teme por sua segurança pessoal tanto física como moral.....

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Reflexões sobre a matéria intitulada “Teoria da conspiração?”, de autoria de Paulo Nogueira Batista Jr., publicada no jornal **Folha de S.Paulo**.....

SENADOR EDUARDO AZEREDO – Transcurso da Semana do Excepcional. Aprovação, pela Subcomissão Permanente de Assuntos da Pessoa com Deficiência do Senado da programação do seminário “Acessibilidade em Debate – Passaporte para a Cidadania”, de 17 a 28 de outubro próximo.

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Aprovação, pelo Tribunal de Contas da União, da quebra de sigilo dos cartões de crédito corporativos

29015

29017

29019

29021

29023

29024

29027

29029

29031

29033

29034

da Presidência da República. Suspeitas de uso dos fundos de pensão no esquema de Caixa-2, razão pela qual foi aprovada pela CPMI dos Correios a quebra de sigilo dessas instituições. Comentários sobre o encontro do Presidente da República com mais quatro representantes dos Poderes da República. Estranheza do encontro do Presidente Lula com o prefeito de Quixadá – CE, ameaçado de perda de mandato.

29036

SENADOR SIBÁ MACHADO – Assuntos tratados em audiência pública pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado. Defesa da unidade do PT. Externa suas convicções sobre a atuação das CPI.

29050

1.2.8 – Leitura de requerimentos

Nº 935, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de aplauso ao soldado brasileiro, pelo transcurso, nesta data, do Dia do Soldado. **Aprovado**, após usar da palavra o autor..

29052

Nº 936, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado das Cidades as informações que menciona.

29054

1.2.9 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 299, de 2005, de autoria do Senador José Maranhão, que altera as Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950, e 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar, como crime de responsabilidade e como ato de improbidade administrativa, a divulgação de propaganda irregular pelo Poder Público.....

29054

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1

Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças. **Apreciação sobrestada** para a próxima terça-feira, em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.

29057

Item 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF). **Apreciação sobrestada** para a próxima terça-feira, em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.

29057

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. **Apreciação sobres-**

tada para a próxima terça-feira, em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.	29058	o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. Aprovado.	29062
Item 4 Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). Apreciação sobrestada para a próxima terça-feira, em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.	29058	Item Extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário) Requerimento nº 905, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 285 e 346, de 2004, por regularem a mesma matéria. Aprovado.	29062
Item 5 Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. Apreciação sobrestada para a próxima terça-feira, em virtude de não haver acordo entre as Lideranças.	29058	Item Extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário) Requerimento nº 906, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a dispensa do parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2005. Aprovado.	29062
Item 6 Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2004 (nº 808/2003, na Casa de origem), que obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis e altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985. Aprovado com emendas. À Comissão Diretora para redação final.....	29058	Item Extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário) Requerimento nº 912, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, de 2003, por regularem a mesma matéria. Aprovado. ..	29062
Item Extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário) Requerimento nº 876, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 171, 428 e 605, de 1999, que já se encontram apensados, por tratarem de temas correlatos. Aprovado. ..	29061	1.3.1 – Apreciação de matéria Requerimento nº 923, de 2005, de autoria do Senador César Borges, lido em sessão anterior, solicitando, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, auditoria na Controladoria-Geral da União, no período de maio de 2002 até agosto de 2005. Aprovado.	29062
Item Extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário) Requerimento nº 878, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2005, de sua autoria. Aprovado. ..	29061	1.3.2 – Leitura de requerimento Nº 937, de 2005, de urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, e dá outras providências. Aprovado. ..	29063
Item Extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário) Requerimento nº 880, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2005, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. Aprovado. ..	29061	1.3.3 – Discursos após a Ordem do Dia SENADOR EDISON LOBÃO – Considerações sobre as questões ambientais do Maranhão.....	29064
Item Extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário) Requerimento nº 890, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação. Aprovado. ..	29061	SENADOR JOSÉ JORGE – Justificativa a requerimento que irá encaminhar à Mesa, solicitando dispensa de interstício para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003.	29066
Item Extrapauta (Incluído na pauta com aquiescência do Plenário) Requerimento nº 901, de 2005, de autoria do Senador Ney Suassuna, solicitando que, sobre		1.3.4 – Leitura de requerimentos Nº 938, de 2005, de autoria do Senador José Jorge, solicitando seja submetido ao Plenário, em caráter excepcional, a dispensa de interstício para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, para que a mesma conste das pautas da Ordem do Dia das sessões dos dias 30 e 31 de agosto de 2005, nos termos do calendário que apresenta. Aprovado. ..	29067
		Nº 939, de 2005, de autoria do Senador Leonel Pavan, solicitando voto de aplauso ao Município de Chapecó – SC, pelo transcurso de seus 88 anos de fundação.	29068
		1.3.5 – Comunicação da Presidência Convocação de sessão deliberativa extraordinária a realizar-se no próximo dia 31 do corrente,	

às 10 horas, destinada à segunda sessão de discussão em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003.....

29068

1.3.6 – Discursos após a Ordem do Dia (continuação)

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Justificativas a requerimento de informações dirigido ao Ministro das Cidades, Dr. Márcio Fontes, sobre a Portaria nº 164, que liberou o tráfego de caminhões pesados nas rodovias nacionais. Comentários sobre matéria veiculada pelo **Correio Braziliense**, sustentando a necessidade de ser ouvido o depoimento do Sr. Luís Favre, assim como o doleiro Toninho da Barcelona.

29068

SENADOR GERALDO MESQUITA JÚNIOR – Notícia de que o Deputado Wasny de Roure dará parecer favorável a projeto de autoria da Senadora Marina Silva que prevê, no âmbito do SUS, auxílio para pacientes que estiverem em tratamento fora de seus domicílios.....

29071

SENADOR NEZINHO ALENCAR – Dificuldades enfrentadas pelo setor agropecuário brasileiro.....

29071

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA – Relato de reunião na ANA – Agência Nacional de Águas, que inaugura ações com vistas a desenvolver o setor hídrico brasileiro.....

29073

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Homenagem ao Dia do Soldado, em especial ao soldado da Amazônia. Apelo à Ministra Dilma Rousseff sobre a questão fundiária do Estado de Roraima.

29077

SENADORA ANA JÚLIA CAREPA – Registro da “Carta Aberta da Família Stang a Lula” publicada no jornal **O Globo** de 24 do corrente mês.....

29078

SENADOR GILBERTO GOELLNER – Comentários sobre o processo que levou à aprovação da Lei de Biossegurança.

29080

1.3.7 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR PAPALEÓ PAES – Homenagem ao Exército brasileiro pela passagem do Dia do Soldado, hoje, 25 de agosto, data em que se homenageia a memória de Duque de Caxias, patrono do Exército. Defesa da concessão de um reajuste maior dos soldados dos militares para os próximos anos.....

29081

SENADOR TEOTONIO VILELA FILHO – Comentários ao texto intitulado “A perigosa ilusão de Lula”, publicado na seção “Notas & Informações” do jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 16 de agosto corrente.....

29082

SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentários ao artigo intitulado “A chance perdida”, de autoria do jornalista e ex-Presidente do Citibank, Alcides Amaral, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 22 de agosto corrente.

29084

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Comentários ao artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de

19 de agosto corrente, escrito pela jornalista Eliane Cantanhêde, intitulado “Essas Elites...”

29085

SENADOR SÉRGIO GUERRA – Registro de artigo de autoria do jornalista Clóvis Rossi intitulado “O Projac de Lula”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 19 de agosto corrente.

29086

SENADOR ALVARO DIAS – Registro do artigo intitulado “Governo Zumbi”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 7 de agosto corrente.

29087

SENADOR LEONEL PAVAN – Considerações sobre o destaque dado pela imprensa à crise política que o País enfrenta atualmente, em razão das denúncias de corrupção no Governo do PT.

29088

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Registro da passagem do Dia do Soldado, hoje, 25 de agosto, e destaque para a importante participação do Exército na construção da História do Brasil, sobretudo na região Norte.....

29106

SENADOR ROMERO JUCÁ – Recebimento do Relatório do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) do ano de 2004.....

26107

SENADORA LÚCIA VÂNIA – Registro da 7ª Convenção de Contabilidade de Goiás, cujo tema foi “A experiência e a visão da mulher como gestora de mudanças na política nacional”.

26108

1.4 – ENCERRAMENTO

SENADO FEDERAL

2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

– 52ª LEGISLATURA

3 – SECRETARIA DE COMISSÕES

4 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

5 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

CONGRESSO NACIONAL

10 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

11 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

13 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI)

14 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO

Ata da 143^a Sessão Deliberativa Ordinária, em 25 de agosto de 2005

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 52^a Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes,
Flexa Ribeiro, Leomar Quintanilha, Mozarildo Cavalcanti e da Sra. Ana Júlia Carepa*

**ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES
AS SRAS. E OS SRS. SENADORES:**

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 25/8/2005 07:35:21 até 25/8/2005 19:30:21

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X	
PMDB	SE	ALMEIDA LIMA	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	
PMDB	RO	AMIR LANDO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIGILIO	X	
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X	
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X	
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BÚCARQUE	X	
Bloco-PT	MS	DELCIÓDIO AMARAL	X	
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X	
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X	
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X	
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPlicy	X	
PF	PB	Efraim Moraes	X	
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X	
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X	
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	
PMDB	RN	GARIBOLDI ALVES FILHO	X	
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X	
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X	
PFL	MT	GILBERTO GOELLNER	X	
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X	
PF	PI	HERÁCLITO FORTES	X	
Bloco-PT	SC	IDÉLI SALVATTI	X	
PMDB	GO	IRIS DE ARAUJO	X	
PDT	AM	JEFFERSON PERES	X	
Bloco-PSB	AP	JCÁC CAPIBERIBE	X	
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X	
PFL	RN	JOSÉ AGripino	X	
PFL	PÉ	JOSÉ JORGE	X	
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X	
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	
PDT	MS	JUVÉNCIO DA FONSECA	X	
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X	
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X	
Bloco-PL	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
PFL	PE	MARCO MACIEL	X	
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X	
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X	
PDT	PR	CSMAR DIAS	X	
PMDB	AP	PAPALEO PAES	X	
PF	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES	X	
PF	CF	PAULO OCTÁVIO	X	
Bloco-PT	RS	PAULO PÁIM	X	
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	
PMDB	MS	RAMEZ TEBET	X	
PSDB	CE	RÉGINALDO DUARTE	X	
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	
PMDB	MA	RBAMAR FIOLENE	X	
Bloco-PL	RJ	ROBERTO SATURNINO	X	
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X	
PMDB	RR	ROMERO JUÇA	X	

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PF	SP	ROMEU TUMA	X	
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X	
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIA	X	
Bloco-PT	MT	SERYS SHLESSARENKO	X	
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PSDB	AL	TEOTONIO VILELA FILHO	X	
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	X	

Compareceram: 71 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 71 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência informa ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas às seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2003** – Complementar (nº 52/99-Complementar, na Casa de origem), que acrescenta inciso ao art. 3º da Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, que cria o Fundo Penitenciário Nacional – Funpen e dá outras providências, para incluir a manutenção das casas de abrigo;

– **Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004** (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização de Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências” (dispõe sobre segurado de sociedade conjugal ou união estável); e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2005** (nº 2.501/2000, na Casa de origem), que “dá nova redação ao inciso II do caput do art. 20 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (inclui os pais como integrantes das instituições privadas de ensino comunitárias)”.

Aos projetos não foram oferecidas emendas.

As matérias serão incluídas em Ordem do Dia oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 122, de 2005**, de autoria do Senador Tião Viana, que institui o Dia Nacional da Voz; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 153, de 2005**, de autoria do Senador Aelton Freitas, que denomina “Aeroporto de Uberaba – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

Tendo sido aprovados terminativamente pela Comissão de Educação, os projetos vão à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que a **Medida Provisória nº 260, de 2005**, que “abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinqüenta milhões de reais), para os fins que especifica”, será encaminhada, nos termos do §6º do art. 2º da Resolução nº 1, de 2002 – CN, à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, após o término do prazo para recebimento de emendas.

Fica estabelecido o seguinte calendário de tramitação:

MPV Nº 260

Publicação no DO: 25-8-2005

Emendas: Até 31-8-2005 (7º dia da publicação)

Prazo final na Comisão: 25-8-2005 a 7-9-2005 (14º dia)

Remessa do Processo à CD: 7-9-2005

Prazo na CD: de 8-9-2-5 a 21-9-2005 (15º ao 28º dia)

Recebimento previsto no SF: 21-9-2005

Prazo no SF: 22-9-2005 a 5-10-2005 (42º dia) Se modificado, devolução à CD 5-10-2005

Prazo para apreciação das modificações no SF, pela CD: 6-10-2005 a 8-10-2005 (43º ao 45º dia)

Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de 9-10-2005 (46º dia)

Prazo final no Congresso: 23-10-2005 (60 dias)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo único para oferecimento de emendas, perante à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, previsto no art. 122, II, b, combinado com o art. 375, I, do Regimento Interno, ao Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 (nº 4.776/2001, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF; altera as Leis nºs 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1968, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dá outras providências.

As emendas vão à publicação no **Diário do Senado Federal** e em avulsos para distribuição às Senhoras e aos Senhores Senadores, na forma regimental.

A matéria volta às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para exame do Projeto e das emendas.

São as seguintes as emendas apresentadas:

SENADO FEDERAL

**EMENDAS APRESENTADAS AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 62, DE 2005 (Nº
4.776/2001, NA CASA DE ORIGEM),
DE INICIATIVA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
QUE DISPÕE SOBRE A GESTÃO DE FLORESTAS
PÚBLICAS PARA A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL;
INSTITUI, NA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DO
MEIO AMBIENTE, O SERVIÇO FLORESTAL
BRASILEIRO – SFB; CRIA O FUNDO NACIONAL
DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL – FNDF;
ALTERA AS LEIS NºS 10.683, DE 28 DE MAIO DE
2003, 5.868, DE 12 DE DEZEMBRO DE 1972,
9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1968, 4.771, DE
15 DE SETEMBRO DE 1965, 6.938, DE 31 DE
AGOSTO DE 1981; E 6.015, DE 31 DE DEZEMBRO
DE 1973, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

EMENDA MODIFICATIVA Nº 1

Dê-se ao inciso I, do artigo 3º, do Projeto de Lei da Câmara nº 62/2005, a seguinte redação:

“Art. 3º

I – florestas públicas: florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, inclusive amazônico, mata atlântica e nas diversas fitofisionomias do cerrado e da caatinga, situadas em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta, devidamente registrados junto aos cartórios competentes ou identificados em sentença judicial transitada em julgado;”

Justificação

Com a decisão do Governo Federal, em 2003, de enfrentar o tema do ordenamento e regulamentação fundiária nos estados da região Norte, um clima de insegurança jurídica vem causando deletérios impactos sociais e econômicos nas comunidades ali instaladas. Assim, procurando evitar possíveis retrocessos econômicos e sociais decorrentes de desestímulos às decisões de investimentos na região, a presente emenda

procura resguardar as posses de boa-fé cuja exploração sustentável é do maior interesse sócio-ambiental.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 2

Dê-se a seguinte redação ao inciso I do art. 3º do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005:

“Art. 3º

I – florestas públicas: florestas, naturais ou plantadas, localizadas nos diversos biomas brasileiros, inclusive amazônico, mata atlântica e nas diversas fitofisionomias do cerrado e da caatinga, situadas em bens sob o domínio da União, dos Estados, dos Municípios, do Distrito Federal ou das entidades da administração indireta, devidamente registrados junto aos cartórios competentes ou identificados em sentença judicial transitada em julgado;”

Justificação

Com a decisão do Governo Federal, em 2003, de enfrentar o tema do ordenamento e regulamentação fundiária nos estados da região Norte, criou-se um clima de insegurança jurídica, que vem causando impactos sociais e econômicos negativos nas comunidades ali instaladas. Com o objetivo de evitar que essa insegurança provoque retrocessos econômicos e sociais decorrentes de desestímulos a decisões de investir na região, esta emenda procura também resguardar as posses de boa-fé, cuja exploração sustentável é de grande interesse sócio-ambiental.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005. – Senador **Gilberto Goellner**.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 3

Dê-se ao inciso II, art. 6º, do Projeto de Lei da Câmara nº 62/2005, a seguinte redação:

“Art. 6º

II – concessão de uso, por meio de projetos de assentamento florestal e outras destinações, de desenvolvimento sustentável, agropecuário, extrativista ou outros similares, nos termos dos art. 187 a 189 da Constituição Federal;”

Justificação

A presente emenda objetiva a conformação da presente proposta legislativa aos ditames da Constituição Federal.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 4

Dê-se ao inciso II do art. 6º do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, a seguinte redação:

“Art 6º.....

.....
II – concessão de uso, por meio de projetos de assentamento florestal e outras destinações, de desenvolvimento sustentável, agropecuário, extrativista ou outros similares, nos termos dos artigos 187 a 189 da Constituição Federal;”

Justificação

Esta emenda objetiva deixar a presente proposta legislativa conforme os ditames da Constituição Federal.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005. – Senador **Gilberto Goellner**.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 5

Dê-se ao inciso III, art. 11, do Projeto de Lei da Câmara nº 62/2005, a seguinte redação:

“Art. 11.

III – a exclusão das unidades de conservação de proteção integral, das reservas de desenvolvimento sustentável, das reservas extrativistas, das reservas de fauna, das áreas de terras objeto de concessão ou autorização de ocupação pelo órgão fundiário competente sob posse de particular e das áreas de relevante interesse ecológico, salvo quanto a atividades expressamente admitidas no plano de manejo da unidade de conservação;”

Justificação

A presente emenda objetiva evitar o agravamento de conflitos sociais e da insegurança jurídica sobre áreas de posse mansa e pacífica, bem como naquelas objeto de ocupação autorizada pelo órgão fundiário competente.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 6

Dê-se ao inciso III do art. 11 do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 11.

.....
III – a exclusão das unidades de conservação de proteção integral, das reservas de desenvolvimento sustentável, das reser-

vas extrativistas, das reservas de fauna, das áreas de terras objeto de concessão ou autorização de ocupação pelo órgão fundiário competente sob posse de particular e das áreas de relevante interesse ecológico, salvo quanto a atividades expressamente admitidas no plano de manejo da unidade de conservação.

Justificação

A presente emenda objetiva evitar insegurança jurídica, bem como o agravamento de conflitos sociais nas áreas de posse mansa e pacífica, bem como naquelas que sejam objeto de ocupação autorizada pelo órgão fundiário competente.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005. – Senador **Gilberto Goellner**.

EMENDA Nº 7

Dê-se ao art. 40, **caput**, do PLC nº 62/2005, a seguinte redação, eliminando-se o seu parágrafo primeiro e transformando-se seu parágrafo 2º em parágrafo único:

“Art. 40. Os recursos financeiros oriundos dos preços da concessão florestal de unidades localizadas em áreas de domínio da União serão distribuídos da seguinte forma:

I – 20% para o órgão gestor federal;

II – 20% para o órgão ambiental federal, a serem empregados na fiscalização das florestas em terras públicas;

III – 20% para o Estado em que se localize a área licitada, a serem empregados no seu sistema de fiscalização ambiental e na promoção de práticas florestais sustentáveis;

IV – 20% para os municípios em que se localize a área licitada;’

V – 20% para o FNDF.”

Justificação

O PLC traz uma repartição extremamente injusta de recursos financeiros auferidos com a concessão florestal, atribuindo uma fração exagerada em favor do órgão gestor, com prejuízos para os Estados, municípios e órgão ambientais. Veja-se, ex., que o IBAMA, embora encarregado da fiscalização ambiental das florestas públicas em todo o território brasileiro, só receberá recursos na hipótese de concessão florestal localizadas em Unidades de Conservação (Florestas Nacionais). A emenda visa a corrigir essa falha.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA Nº 8

Dê-se ao art. 42, do PLC nº 62 /2005, a seguinte redação:

“Art. 42. Fica criado o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF, de natureza contábil, gerido pelo SBFP – Serviço Brasileiro de Florestas Públicas, destinado a fomentar o uso sustentável de florestas públicas naturais do Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor.”

Justificação

A emenda harmoniza o escopo do Fundo com a ementa, que se refere apenas à “gestão de florestas públicas para produção sustentável”.

Em um texto legislativo que cuida, fundamentalmente, de florestas públicas, não faz sentido tratar de florestas privadas, muito menos ainda de florestas plantadas, matéria tradicionalmente de competência do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura dos Estados, tanto no Brasil como em todo o mundo. É despropositado querer transformar o Ministério do Meio Ambiente em uma instituição de produção econômica, duplicando atribuições ou redirecionando-as por razões corporativas.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA Nº 9

Dê-se ao art. 59, **caput**, do PLC nº 62/2005, a seguinte redação, alterando-se os incisos II e VIII, e excluindo-se o inciso IV, renumerando-se os seguintes:

“Art. 59. O SBFP – Serviço Brasileiro de Florestas Públicas tem por competência:

I – exercer a função de órgão gestor, prevista no art. 57 desta lei, no âmbito Federal;

II – apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação e assistência técnica para a implementação de atividades florestais em terras públicas, manejo florestal, o processamento dos produtos florestais, e de exploração de serviços;

III – estimular e fomentar a sociedade brasileira para a prática de atividades florestais sustentáveis madeireira, não-madeireira e de serviços;

IV – promover mecanismos financeiros e de assistência técnica para viabilização do fomento florestal;

V – criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais integrado ao Sis-

tema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente – SINIMA;

VI – criar e manter o Cadastro-Geral de Florestas Públicas, integrado ao CNIR;

VII – promover estudos de mercado para produtos e serviços gerados pelas florestas naturais;

VIII – propor planos de produção florestal sustentável de forma compatível com as demandas da sociedade; e

IX – apoiar e atuar em parceria com outros órgãos federais, estaduais e municipais com atribuição para gestão, fomento e pesquisa florestais.”

Justificação

A emenda harmoniza o escopo do Fundo com a ementa, que se refere apenas à “gestão de florestas públicas para produção sustentável”.

Em um texto legislativo que cuida, fundamentalmente, de florestas públicas, não faz sentido tratar de florestas privadas, muito menos ainda de florestas plantadas, matéria tradicionalmente de competência do Ministério da Agricultura e das Secretarias de Agricultura dos Estados, tanto no Brasil como em todo o mundo. É despropositado querer transformar o Ministério do Meio Ambiente em uma instituição de produção econômica, duplicando atribuições ou redirecionando-as por razões corporativas.

O órgão gestor, como está no Projeto, invade competências de outros Ministérios e Secretarias Estaduais, confundindo atribuições de controle ambiental, fomento florestal e pesquisa florestal. Sem os aperfeiçoamentos propostos pela emenda, corre-se o risco de recriação do antigo IBDF, de triste memória, pelos escândalos financeiros, corrupção e prejuízos causados à política agrícola e ambiental do País.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA Nº 10

Dê-se aos arts. 60, 61, 62, 63, 64 e 65, do PLC nº 62/2005, a seguinte redação, renumerando-se, após a sua fusão em um único dispositivo, os artigos seguintes:

“Art. 60. O Poder Executivo disporá sobre a estrutura organizacional e funcionamento do SBFP, observado o disposto neste artigo.

§ 1º O SFB será dirigido por um, cabendo-lhe, dentre outras atribuições:

I – exercer a administração do SBFP;

II – examinar, decidir e executar ações necessárias ao cumprimento das competências do SBFP;

III – editar normas sobre matérias de competência do SBFP;

IV – sugerir ao Ministro do Meio Ambiente o regimento interno do SBFP, a organização, a estrutura e o âmbito decisório de cada diretoria;

V – elaborar e divulgar relatórios sobre as atividades do SBFP;

VI – conhecer e julgar pedidos de reconsideração de decisões de componentes da Diretoria do SBFP

§ 2º O SBFP terá, em sua estrutura, unidade de assessoramento jurídico, observada a legislação pertinente.

§ 3º O Diretor-Geral será brasileiro, de reputação ilibada e conhecimento especializado no campo de políticas florestais.

§ 4º O exercício do cargo de Diretor-Geral não poderá exceder o prazo de quatro anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 5º É vedado o exercício do cargo de diretor a quem manter os seguintes vínculos com qualquer pessoa jurídica concessionária ou produtor florestal independente:

I – acionista ou sócio com participação individual direta superior a um por cento no capital social ou superior a dois por cento no capital social de empresa controladora;

II – membro do conselho de administração, fiscal ou de diretoria executiva; e

III – empregado, mesmo com o contrato de trabalho suspenso, inclusive das empresas controladoras ou das fundações de previdência de que sejam patrocinadoras.

§ 6º É vedado também o exercício do cargo de diretor, ou outros que venham a ser indicados no Regulamento, àqueles que, nos últimos cinco anos, tenha integrado o conselho ou diretoria de associação regional ou nacional, representativa de interesses do setor florestal ou de seus empregados.

§ 7º Os cargos em comissão e funções gratificadas do SBFP deverão ser exercidos, preferencialmente, por servidores do seu quadro efetivo, aplicando-se-lhes as restrições do art. 63 desta Lei.

Justificação

A emenda objetiva aperfeiçoar a estrutura administrativa proposta para o órgão florestal. Primeiro,

corrigindo a sua própria denominação, harmonizando-a com o objeto do PLC, isto é, a proteção das florestas em terras públicas. Segundo, simplifica-se a organização do órgão, com redução do número de diretores, que passam de cinco a apenas um.

Realmente, em uma época em que o Poder Público procura limitar despesas e não dispõe de recursos suficientes para cobrir suas necessidades sociais fundamentais, como saúde, educação e saneamento, é mais do que inconveniente agigantar o número de cargos de direção. Basta lembrar que o IBAMA, com um leque de atribuições muitas vezes maior do que aquele do Serviço Florestal, é dirigido por uma única pessoa. Finalmente, a emenda revê as atribuições do diretor-geral, expurgando aquelas que são inconstitucionais e outras próprias do Ministro do Meio Ambiente.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005, – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA Nº 11

Dê-se ao art. 63 do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, a seguinte redação:

Art. 63. O SFB constituirá quadro de pessoal, por meio da realização de concurso público de provas, ou de provas e títulos, da redistribuição de servidores de órgãos e entidades da administração federal direta, autárquica ou fundacional, ou do aproveitamento de servidores atualmente cedidos aos ex-Territórios Federais.

Justificação

De forma correta, o projeto de lei que institui o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) prevê que o quadro de pessoal desse novo órgão poderá ser composto, também, por servidores redistribuídos de outros órgãos e entidades da Administração Federal.

Não é correto, entretanto, que essa possibilidade não seja estendida aos servidores hoje à disposição dos ex-Territórios Federais. De um lado, porque isso significaria mais uma injustiça com esses funcionários, que vêm sendo excluídos de todas as vantagens que têm sido deferidas aos seus colegas pelo Governo Federal, ao arreio do princípio da isonomia. De outra parte, não se pode esquecer que estamos falando de pessoas que têm a sua vida ligada à região amazônica, ou seja, têm as melhores condições para atuar no SFB.

Assim, com o objetivo de corrigir essa falha do PLC nº 62, de 2005, estamos apresentando a presente emenda.

Sala da Comissão, – Senador **João Capiberibe**.

EMENDA Nº 12

Dê-se ao **caput** do art. 63 do Projeto de Lei da Câmara nº 6º, de 2005, a seguinte redação:

Art. 64. O SFB poderá requisitar, independentemente da designação para cargo em comissão ou função de confiança, e sem prejuízo dos vencimentos e vantagens a que façam jus no órgão de origem, servidores de órgãos e entidades integrantes da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, bem como atualmente cedidos aos ex-Territórios Federais, observado o quantitativo máximo estabelecido em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Meio Ambiente.

Justificação

De forma correta, o projeto de lei que institui o Serviço Florestal Brasileiro (SFB) prevê que, até que o quadro de pessoal desse novo órgão seja organizado, poderão ser requisitados, para lá atuar, servidores de outros órgãos e entidades da Administração Federal.

Não é correto, entretanto, que essa possibilidade não seja estendida aos servidores hoje à disposição dos ex-Territórios Federais. De um lado, porque isso significaria mais uma injustiça com esses funcionários, que vêm sendo excluídos de todas as vantagens que têm sido deferidas aos seus colegas pelo Governo Federal, ao arrepio ao princípio da isonomia. De outra parte, não se pode esquecer que estamos lidando de pessoas que têm a sua vida ligada à região amazônica, ou seja, têm condições para atuar no SFB.

Assim, com o objetivo de corrigir essa falha do PLC nº 62, de 2005, estamos apresentando a presente emenda.

Sala da Comissão, – Senador **João Capiberibe**.

EMENDA Nº 13

Dê-se ao art. 63, **caput**, do PLC nº 62/2005, a seguinte redação:

“Art. 63. O SFB constituirá quadro de pessoal, por meio da realização de concurso público de provas, ou de provas e títulos.”

Justificação

Não obstante seus importantes avanços, o PLC nº 62/2005 precisa de aperfeiçoamentos, principalmente quanto à duplicação de atribuições de outros órgãos (Ministério da Agricultura, Ibama e Embrapa, p. ex.) e à canibalização de cargos da administração federal.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 14

Dê-se ao art. 71, do Projeto de Lei da Câmara nº 62/2005, a seguinte redação:

“Art. 71. As florestas públicas não destinadas a manejo florestal ou unidade de conservação ficam impossibilitadas de conversão para uso alternativo do solo após sua classificação para fins de preservação ambiental de acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico devidamente oficializado.”

Justificação

A presente emenda objetiva a adequação da legislação à realidade nacional, preservando os objetivos nacionais de conservação, bem como no que pertine ao desenvolvimento sustentável das regiões do país.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 15

Dê-se ao art. 71 do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005, a seguinte redação:

“Art. 71. As florestas públicas não destinadas a manejo florestal ou unidade de conservação ficam impossibilitadas de conversão para uso alternativo do solo após sua classificação para fins de preservação ambiental de acordo com o Zoneamento Ecológico-Econômico devidamente oficializado.”

Justificação

Esta emenda tem como objetivo adequar a legislação à realidade do Brasil, preservando os objetivos nacionais de conservação no que concerne ao desenvolvimento sustentável das regiões do país.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005. – Senador **Gilberto Goellner**.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 16

Dê-se ao artigo 72, do Projeto de Lei da Câmara nº 62/2005, a seguinte redação:

“Art. 72. Excluem-se do processo de concessão de florestas públicas as áreas de até 2.500 hectares já ocupadas e no aguardo de regularização fundiária, conforme disposto no art. 188 da Constituição Federal.

§ 1º Nos remanescentes das áreas previstas no **caput** deste artigo, o Poder Público, conforme a legislação pertinente, autorizará

a implantação de Planos de Manejo Florestal Sustentável em favor dos ocupantes.

§ 2º Fica garantido o direito de continuidade das atividades econômicas, em conformidade com as normas vigentes, pelos atuais ocupantes mencionados no **caput** deste artigo.”

Justificação

Ao conceituar “florestas públicas” de forma abrangente, omitindo menção às áreas objeto de ocupação regular e autorizada pelo órgão fundiário competente, estabelecidas preponderantemente durante a década de 70, o presente projeto de lei poderá ensejar o entendimento de que os atuais ocupantes serão desalojados das áreas sob posse pacífica, mansa e reconhecida.

Assim, a incidência de circunstância ou ambiente de insegurança jurídica, como pode ensejar a aprovação da norma sem menção específica ao direito das comunidades locais, certamente resultará em prejuízos ambientais gravíssimos, como costumeiramente vem ocorrendo em face do lapso institucional incidente.

A responsabilidade do legislador demanda, assim, a inserção do comando expresso na presente emenda, para fins de alcance dos objetivos perseguidos pela política em prol do desenvolvimento sustentável.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 17

Suprime-se o art. 81 do Projeto de Lei da Câmara nº 62/2005.

Justificação

A presente emenda objetiva evitar a introdução de matéria não relacionada diretamente à pretendida regulamentação das concessões de exploração sustentável das florestas de domínio público, por via do presente Projeto; a fim de evitar-se o agravamento dos conflitos sociais que têm sido gerados pelas disposições da Medida Provisória nº 2.166-67, de 21 de agosto de 2001.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 18

Suprime-se o art. 81 do Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2005

Justificação

Esta emenda tem como objetivo evitar que seja introduzido no presente projeto matérias não relacio-

nada diretamente com a pretendida regulamentação das concessões de exploração sustentável das florestas de domínio público. Dessa maneira, pretende-se também evitar o agravamento dos conflitos sociais que tem sido gerados pelas disposições da Medida Provisória nº 2.166-67, de 21 de agosto de 2001.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005. – Senador **Gilberto Goellner**.

EMENDA Nº 19

Dê-se ao art. 81, do PLC nº 62/2005, a seguinte redação:

“Art. 81. O inciso XV do art. 29 da Lei nº 10.683, de 29 de maio de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“XV – do Ministério do Meio Ambiente o Conselho Nacional do Meio Ambiente, o Conselho Nacional da Amazônia Legal, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, o Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente, e até cinco Secretarias, sendo uma delas a Secretaria de Florestas Nativas.”(NR)

Justificação

O órgão gestor das florestas nativas deve ter **status** de Secretaria, já que não se trata nem de agência, nem de autarquia. O que não pode é manter uma estrutura administrativa dúbia, que pode levar a conflitos entre os vários órgãos ambientais especializados.

Sala das Sessões, 24 de agosto de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 20

Suprime-se o art. 82 do Projeto de Lei da Câmara nº 62/2005.

Justificação

A presente emenda objetiva evitar a introdução de matéria não relacionada diretamente à pretendida regulamentação das concessões de exploração sustentável das florestas de domínio público, por via do presente Projeto; a fim de evitar-se o agravamento dos conflitos sociais e dos impactos ambientais negativos que têm sido gerados pelas disposições da Medida Provisória 2.166-67, de 21 de agosto de 2001.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005. – Senador **Flexa Ribeiro**.

EMENDA SUPRESSIVA Nº 21

Suprime-se o art. 82 do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005.

Justificação

A presente emenda objetiva evitar que seja introduzida no presente projeto matéria não relacionada diretamente com a pretendida regulamentação das concessões de exploração sustentável das florestas de domínio público. Dessa maneira, pretende também a presente emenda evitar-se o agravamento dos conflitos sociais e dos impactos ambientais negativos que têm sido gerados pelas disposições da Medida Provisória 2.166-67, de 21 de agosto de 2001.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2005. – Senador **Gilberto Goellner**.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 22

Dê-se ao art. 83 do substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 62/2005 a seguinte redação:

“Art. 83. A Lei nº 4.771, de 1965, passa a vigorar com os seguintes acréscimos:

“Art. 44-A. Constitui servidão ambiental a área destinada pelo proprietário do imóvel rural com finalidade de conservação do solo, de preservação do patrimônio ambiental e cultural e de uso sustentável dos demais recursos naturais renováveis, na qual, ele voluntariamente, renuncia, em caráter permanente ou temporário, ao direito de corte raso, supressão ou exploração dos recursos florestais.

§ 1º A servidão ambiental somente poderá ser instituída pelo proprietário rural, por instrumento público ou particular, ou por simples termo administrativo perante o órgão ambiental competente, para restringir ou limitar o uso econômico de sua propriedade ou de parte dela, para fins específicos de conservação ou preservação ambiental.

§ 2º A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua.

§ 3º O titular da servidão ambiental poderá aliená-la ou transferi-la a entidades públicas ou privadas, a organizações civis filantrópicas ou a organizações não governamentais de conservação ou defesa ambiental.

§ 4º A servidão ambiental poderá ser constituída ainda pelo proprietário de um imóvel a favor de outro imóvel, contíguo ou não, quando se destinar à proteção de entorno de determinada área de importância ambiental, inclusive nas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

§ 5º A servidão ambiental deverá ser averbada no registro de imóvel, observados os seguintes critérios:

I – vedação, a qualquer título, de seu cancelamento ou extinção antes do prazo de afetação da área.

II – em caso de sucessão, subsiste em seus termos e condições, continuando a gravar cada uma das parcelas servientes, caso ocorra subdivisão da propriedade.

“Art. 44-B. A servidão ambiental poderá incidir sobre área de Reserva Legal, desde que não explorada economicamente e devidamente averbada nos termos desta lei”.

“Art. 44-C. A servidão ambiental prestar-se-á, ainda, aos seguintes fins:

I – Ecoturismo, com a conservação de áreas ou o uso de paisagens;

II – Preservação do entorno de parques ou áreas ambientalmente significativas ou de especial relevo cônico, artístico, paisagístico, estético, histórico, turístico;

III – Criação de caminhos ecológicos;

IV – Proteção da perpetuidade de um legado ecológico mantido pelo proprietário instituidor

V – Limitação de parcelamento do solo ou de urbanização, inclusive de tipos ou espécies de construção;

VI – proibição de introdução ou plantio de espécies exóticas;

VII – captura ou absorção de carbono”.

Justificação

A presente emenda objetiva estabelecer uma regulamentação adequada à figura jurídica da servidão ambiental, de modo que a mesma possa constituir elemento fundamental de conservação ambiental no campo, no âmbito dos imóveis rurais particulares, de forma compatível com as necessidades de remuneração financeira pelos serviços ambientais prestados.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2005. – **Flexa Ribeiro**.

EMENDA MODIFICATIVA Nº 23

Dê-se ao art. 83 do Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2005 a seguinte redação:

Art. 83. A Lei nº 4.771, de 1965, passa a vigorar com os seguintes artigos:

“Art. 44-A. Constitui terra de servidão ambiental a área destinada pelo proprietário do imóvel rural a conservação do solo, preservação do patrimônio ambiental e cultural e uso sustentável dos demais recursos naturais renováveis, sobre a qual, ele, voluntariamente, em caráter permanente ou temporário, renun-

cia ao direito de fazer corte raso e de suprimir ou de explorar os recursos florestais.

§ 1º A servidão ambiental somente poderá ser instituída pelo proprietário rural, que fará, por instrumento público ou particular ou por simples termo administrativo perante o órgão ambiental competente, com o objetivo de restringir ou de limitar o uso econômico de sua propriedade ou de parte dela, para fins específicos de conservação ou preservação ambiental.

§ 2º A servidão ambiental poderá ser onerosa ou gratuita, temporária ou perpétua.

§ 3º O titular da servidão ambiental poderá aliená-la ou transferi-la a entidades públicas ou privadas, a organizações civis filantrópicas ou a organizações não governamentais de conservação ou defesa ambiental.

§ 4º A servidão ambiental poderá ser ainda instituída pelo proprietário de um imóvel em favor de outro imóvel, contíguo ou não, quando ela se destinar a proteção de entorno de determinada área de importância ambiental, inclusive nas reservas particulares do patrimônio natural (RPPNS).

§ 5º A servidão ambiental deverá ser averbada no registro de imóvel, observados os seguintes critérios:

I – vedação, a qualquer título, de seu cancelamento ou extinção antes do prazo de afetação da área.

II – em caso de sucessão, subsiste em seus termos e condições, continuando agravar cada uma das parcelas servientes, caso ocorra subdivisão da propriedade.

“Art 44-B. a servidão ambiental poderá incidir sobre área de reserva legal, desde que não explorada economicamente e devidamente averbada nos termos desta lei.”

“Art. 44-C. a servidão ambiental prestar-se-á, ainda, aos seguintes fins:

I – Ecoturismo, com a conserva de áreas ou o uso de paisagens;

II – Preservação do entorno de parques ou áreas ambientalmente significativas ou de especial relevo cênico, artístico, paisagístico, estético, histórico, turístico;

III – Criação de caminhos ecológicos;

IV – Proteção da perpetuidade de um legado ecológico mantido pelo proprietário instituidor;

V – Limitação de parcelamento do solo ou de urbanização, Inclusive de tipos ou espécies de construção;

VI – Proibição de introdução ou plantio de espécies exóticas;

VII – captura ou absorção de carbono.”

Justificação

A presente emenda visa a estabelecer uma regulamentação adequada à figura jurídica da servidão ambiental, de modo que ela possa constituir elemento fundamental de conservação ambiental no campo, no âmbito dos imóveis rurais particulares, de forma compatível com as necessidades de remuneração financeira pelos serviços ambientais prestados.

Sala das comissões, 23 de agosto de 2005. – Senador **Gilberto Goellner**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 318/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 213, de 2005, do Senador Antero Paes de Barros.

– Nº 1.786/2005, de 19 de agosto, do Ministro da Justiça, encaminhando resposta ao Requerimento nº 244, de 2005, do Senador Hélio Costa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– As informações foram anexadas aos processados dos requerimentos.

Uma vez que os requerentes encontram-se licenciado e afastado do exercício do mandato, respectivamente, os requerimentos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, avisos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

AVISOS DE MINISTROS DE ESTADO

– Nº 134/2005, de 16 de agosto, do Ministro das Comunicações, encaminhando resposta ao Requerimento nº 603, de 2005, de iniciativa da Comissão de Educação.

– Nº 307/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 674, de 2005, do Senador José Jorge.

– Nº 309/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 317, de 2005, da Senadora Heloísa Helena.

- Nº 310/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 308, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 311/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 320, de 2005, da Senadora Serys Slhessarenko.
- Nº 312/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 51, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 313/2005, de 17 do corrente, do Ministro da Fazenda, encaminhando resposta ao Requerimento nº 314, de 2005, dos Senadores Eduardo Suplicy e Ideli Salvatti.
- Nº 317/2005, de 17 de agosto, do Ministro da Fazenda, solicitando prorrogação do prazo para resposta ao Requerimento nº 285, de 2005, do Senador Rodolfo Tourinho.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – As informações e a solicitação de prorrogação de prazo foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

A resposta ao Requerimento nº 603, de 2005, foi juntada ao processado do Projeto de Decreto Legislativo nº 1.493, de 2004, que volta à Comissão de Educação para continuar sua tramitação. Em consequência, fica prejudicado o Requerimento nº 602, de 2005.

O Requerimento nº 285, de 2005, ficará na Secretaria-Geral da Mesa aguardando a resposta.

Os demais requerimentos vão ao Arquivo.
Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OFÍCIOS DE MINISTROS DE ESTADO

- Nº 78/2005, de 27 de julho último, do Ministro da Cultura, encaminhando resposta ao Requerimento nº 1.447, de 2004, do Senador Osmar Dias.
- Nº 200/2005, de 18 de agosto, do Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, encaminhando resposta ao Requerimento nº 50, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.
- Nº 20.711/2005, de 19 de agosto, do Ministro do Controle e da Transparéncia, encaminhando resposta ao Requerimento nº 271, de 2005, do Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – As informações foram encaminhadas, em cópia, aos Requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

A Presidência comunica ao Plenário que foram autuados, por solicitação do Presidente da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, os seguintes avisos do Tribunal de Contas da União:

- Aviso nº 30 de 2005-CN (nº 1.137 SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.172, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria nas obras de expansão do sistema de trens urbanos de Porto Alegre/RS, no trecho Sapucaia-São Leopoldo.(TC nº 006.665/2003-0).
- Aviso nº 31, de 2005-CN (nº 1.185-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.181, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente a auditoria realizada na Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte – CE responsável pelo Programa de Trabalho 23.695.1166.0564.1048 destinado ao apoio a projetos de infra-estrutura para o turismo religioso na região. (TC nº 008.312/2005-5)
- Aviso nº 32, de 2005-CN (nº 1.201-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, cópia do Acórdão nº 1.166, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria relativa à execução do Programa de Trabalho 26.782.0230.10CL.0002 (Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo. (TC nº 006.720/2004-1).

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os expedientes que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

PARECER Nº 1.532, DE 2005

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004 (nº 3.220/2000, na Casa de origem),

que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981.

Relator: Senador **Aelton Freitas**

Relatora **ad hoc**: Senadora **Ana Júlia Carepa**

I – Relatório

Submete-se à apreciação da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 30, de 2004 (PL nº 3.220, de 2000, na origem). De autoria do Deputado Luiz Bittencourt, a proposição tramitou, na Câmara dos Deputados, pelas Comissões de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias e de Constituição e Justiça e de Redação.

Aprovado naquela Casa Legislativa, o PLC nº 30, de 2004, foi enviado ao Senado Federal em 13 de maio de 2004. Distribuído inicialmente à Comissão de Assuntos Sociais, a proposta foi redistribuída a CMA em virtude das modificações promovidas no Regimento Interno pela Resolução nº 1, de 2005, cabendo a nós relatar a matéria.

Trata-se de proposição elaborada com o intuito de adicionar dispositivos à Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. São acrescentados os §§ 4º e 5º ao art. 10, a fim de proporcionar maior publicidade às informações sobre o licenciamento ambiental e o estudo de impacto ambiental (EIA), quando as características da atividade ou do empreendimento os fizerem necessários.

No que se refere ao licenciamento ambiental, tal publicidade será alcançada mediante a afixação de placa, em dimensões e local que assegurem a visibilidade pelo público em geral, da qual constem data de emissão e prazo: das licenças de instalação, durante toda a fase de implantação, e de operação, após a fase de implantação. Quanto ao EIA, a referida placa deverá registrar, quando for o caso, a data de aprovação do estudo pelo órgão competente.

A cláusula de vigência estipula que a lei entrará em vigor noventa dias após a data de publicação.

Segundo o autor da proposição, ao criar-se a exigência de que os empreendimentos tenham afixadas placas com informações sobre as licenças ambientais outorgadas pelos órgãos ambientais competentes, facilita-se sobremaneira o controle referente ao cumprimento das exigências da legislação ambiental não apenas pelo Poder Público, mas também pela população em geral.

II – Análise

De acordo com o art. 102-A, II, a, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle opinar sobre assuntos atinentes à proteção do meio ambiente. Como o PLC nº 30, de 2004, será apreciado apenas pela CMA, cabe a esta Comissão pronunciar-se, também, sobre os aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da matéria.

Preliminarmente, cumpre anotar que a proposição não incorre em vícios de constitucionalidade. Quanto ao aspecto formal, a matéria observa os preceitos relativos à competência legislativa concorrente, inscritos no art. 24 da Lei Maior, às atribuições do Congresso Nacional e à legitimidade da iniciativa parlamentar. Sob o ângulo material, o PLC nº 30, de 2004, não ataca as cláusulas pétreas, relacionadas no art. 60, § 4º, da Constituição Federal. Não há, além disso, reparos a fazer acerca da juridicidade e da regimentalidade da matéria.

No mérito, consideramos que a despeito de sua extrema simplicidade, as medidas propostas pelo projeto de lei em exame apresentam grande alcance, pois contribuem substancialmente para a satisfação do direito à informação. Com efeito, esse direito foi consagrado no Princípio 10 da Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, elaborada por ocasião da Conferência ECO-92: (...) no nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que disponham as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades (...).

Entendemos, todavia, que uma pequena impropriedade merece ser sanada, a fim de prevenir eventuais desvios na interpretação da norma. O PLC nº 30, de 2004, determina que devem ser informados, do modo que especifica, a data de emissão e o prazo da licença de operação após a fase de implantação. Mais adequado seria que a exigência se desse a partir do início da operação da atividade ou do empreendimento licenciado.

Outra alteração se faz necessária, a fim de adequar a ementa da proposição às exigências da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que, entre outras providências, dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis. De acordo com o art. 5º dessa lei, a ementa explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei. Julgamos que, na atual redação, a ementa do PLC nº 30, de 2004, não atende a esses requisitos.

III – Voto

Voto, pois, pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº 1 – CMA

Dê-se à ementa do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004, a seguinte redação:

Acrescenta dispositivos à Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, para exigir a afixação, em local acessível ao público, de informações sobre licenciamento ambiental e estudo de impacto ambiental.

EMENDA Nº 2 – CMA

Dê-se ao inciso II do § 5º do art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, na forma do art. 2º do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004, a seguinte redação:

Art. 10.

.....

§ 5º

.....
II – da licença de operação, a partir do início da operação.

.....

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2005..

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 30 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE :	<i>Lúcio Quintanilha</i> (SEN. LÚCIO QUINTANILHA)
RELATOR :	<i>Relator da 'AD HOC' - Antônio Carepa</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES – PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES – PFL	2-JOSÉ JORGE – PFL
JONAS PINHEIRO – PFL	3-ROSEANA SARNEY - PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO – PSDB	4- ALMEIDA LIMA – PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO – PSDB	5-LEONEL PAVAN – PSDB
FLEXA RIBEIRO – PSDB	6-ÁLVARO DIAS – PSDB
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-ANTÔNIO LEITE
PAULO OTÁVIO	2-VAGO
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS – PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI – PTB
ANA JÚLIA CAREPA – PT	2-CRISTÓVAM BUARQUE – PT
SIBÁ MACHADO – PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
NEZINHO ALENCAR – PSB	4-IDELI SALVATTI – PT
SERYS SHLESSARENKO – PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I – direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

II – orçamento;

III – juntas comerciais;

IV – custas dos serviços forenses;

V – produção e consumo;

VI – florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição;

VII – proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico;

VIII – responsabilidade por dano ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;

IX – educação, cultura, ensino e desporto;

X – criação, funcionamento e processo do juizado de pequenas causas;

XI – procedimentos em matéria processual;

XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;

XIII – assistência jurídica e Defensoria Pública;

XIV – proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência;

XV – proteção à infância e à juventude;

XVI – organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis.

§ 1º No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais.

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados.

§ 3º Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exerçerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

§ 4º A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

**SUBSEÇÃO II
Da Emenda à Constituição**

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 4º Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir:

I – a forma federativa de Estado;

II – o voto direto, secreto, universal e periódico;

III – a separação dos Poderes;

IV – os direitos e garantias individuais.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

PARECER Nº 1.533, DE 2005

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.

Relator: Senador Valdir Raupp.

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 88, de 2004, de autoria do eminente Deputado Celso Russomano, visa a acrescentar parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), para assegurar ao consumidor o direito de examinar o produto no ato da compra.

Em sua justificação, o autor afirma que o consumidor tem sido vítima de várias práticas abusivas. Entre elas, o fornecimento de produtos lacrados, sem que seja dada ao consumidor a oportunidade de testá-los antes de levá-los para casa. Muitas vezes, o fornecedor imediato alega que o produto foi lacrado pela fábrica e, por conseguinte, ao consumidor somente é permitido o exame do produto disponível para demonstração. Em alguns casos, age-se de má-fé com o objetivo de passar o produto viciado para a frente.

O autor do projeto alega, ainda, que, constatado o vício, o consumidor é orientado a procurar a assistência técnica, e poderá aguardar até trinta dias para que seu produto seja consertado. Isso quando não é o caso da recusa da sua troca, como ocorre em relação às meias femininas.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Após, seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que aprovou emenda substitutiva, com o objetivo de aprimorar sua redação.

Apreciado em caráter terminativo pelas Comissões, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal e distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto ao mérito e a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição. O relatório apresentado pelo eminentíssimo Senador Demóstenes Torres não chegou a ser apreciado pela Comissão. Com a promulgação da Resolução do Senado Federal nº 1, de 2005, o projeto foi redistribuído a esta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

Concordamos com o relatório apresentado pelo Senador Demóstenes Torres na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, cujos termos passamos a reiterar, com as alterações que a nosso ver aperfeiçoam o projeto.

Iniciamos a abordagem do PLC nº 88, de 2004, sob os parâmetros de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame.

Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida.

Quanto à regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 101, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União

e, especialmente, sobre direito civil (inciso II do mesmo artigo).

Quanto à juridicidade, observa o projeto os seguintes aspectos: **a)** inovação, dado que acrescenta, na seção do Código referente à oferta, o dever, atualmente não previsto na legislação, de permitir ao consumidor o exame do produto no ato da compra, na presença do fornecedor; **b)** efetividade, representada pela potencial e efetiva utilização, pelo consumidor, da possibilidade de exame do produto; **c)** espécie normativa adequada, já que a proteção e a defesa do consumidor dependem da edição de lei ordinária, exigível pelo art. 5º, inciso XXXII, da Constituição; **d)** coercitividade, representada pelo comando imposto ao fornecedor, o qual deverá facultar ao consumidor o exame do produto na sua presença; e **e)** generalidade, uma vez que as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a todos os fornecedores e consumidores.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Não há inclusão de matéria diversa ao tema tratado na proposição e a sua redação, a nosso ver, apresenta-se adequada.

No mérito, a alteração proposta visa a garantir mais direitos ao consumidor e representa aperfeiçoamento da legislação consumerista.

Atualmente, após a compra do produto, e constatada a presença de vício de qualidade que o torne impróprio ou inadequado ao consumo ou lhe diminua o valor, o consumidor tem de aguardar o prazo de até trinta dias, previsto no § 1º do art. 18 do CDC, para exercer o direito de opção entre: substituição do produto, abatimento do preço ou restituição da quantia paga, sem prejuízo das perdas e danos correspondentes. Enquanto isso, além de ter sua expectativa em relação ao produto quebrada, o consumidor fica sem poder utilizá-lo. O problema ganha maior proporção quando, nos primeiros meses de uso, o produto apresenta quantidade excessiva de vícios e o consumidor passa períodos sucessivos sem dele usufruir.

Somente nos casos previstos no § 3º do art. 18 do CDC –“... sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o Valor ou se tratar de produto essencial” – é que o consumidor pode fazer uso imediato do direito de opção citado no parágrafo anterior.

O exame do produto no ato da venda reduz o risco de o Consumidor levar para casa uma merca-

doria com vício. É necessário ressaltar, entretanto, que o exame no ato da compra não afasta o direito do consumidor de posteriormente reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação e pelos vícios ocultos. Quanto aos primeiros, o art. 26 do CDC prescreve que o prazo da reclamação, a contar da efetiva entrega do produto, é de trinta dias, no caso de produtos não duráveis, e de noventa dias, no fornecimento de produtos duráveis.

Em muitos casos, os fornecedores, especialmente os supermercados, adotam a prática de orientar o consumidor a testar o produto que acaba de ser vendido no balcão de testes disponível no estabelecimento. Em seguida, se não for constatado vício, é inserida na nota fiscal a informação de que o produto não será posteriormente trocado por ter sido testado na presença do consumidor.

Para coibir essa prática, propomos, ao final, emenda ao projeto, para destacar que os prazos para reclamação por vícios aparentes ou ocultos previstos no art. 26 do Código continuam aplicáveis mesmo que o produto tenha sido examinado no momento da compra. A nosso ver, não é pertinente a alegação de que, se houve exame, o consumidor tomou ciência das condições do bem e, ainda assim, optou por contratar. Essa alegação contraria o sistema principiológico do CDC, que trata de relação de consumo, na qual o consumidor se apresenta vulnerável frente ao fornecedor.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à troca imediata do produto, se for constatado vício no seu exame. A redação do projeto não esclarece se o consumidor deverá formalizar a compra e, posteriormente, ter direito ao exame do produto adquirido, ou se poderá examiná-lo previamente.

Nesse último caso, melhor seria se o projeto tivesse sido redigido com a inserção do vocábulo “previamente” – “o consumidor poderá examinar o produto ‘previamente’ ao ato da compra” –, solução que, entretanto, não parece a melhor.

A possibilidade de rompimento antecipado do lacre original de fábrica pelo consumidor e sua posterior desistência também não nos parece razoável. Duas situações se verificam. Nos produtos não lacrados, não há dúvidas de que o exame é efetuado na prateleira do estabelecimento. Em relação aos produtos lacrados, entretanto, parece-nos que, uma vez tendo o consumidor decidido pela compra e violado o lacre, este não poderá decidir pelo simples arrependimento. Se houver vício no produto, no entanto, não é razoável que o consumidor tenha que aguardar o prazo de trinta dias para seu conserto na assistência

técnica. Assim, propomos emenda ao projeto para prever que, constatado o vício do produto no ato do exame previsto na proposição, o consumidor poderá, desde logo, fazer uso da opção a que se refere o § 1º do art. 18 do CDC – substituição do produto, abatimento do preço ou restituição da quantia paga. Ressalvamos, no entanto, por ser inaplicável o seu exame na presença do fornecedor, os produtos cuja oferta deve ser feita de forma lacrada, por força de lei ou por determinação de autoridade competente, e os produtos entregues no domicílio indicado pelo consumidor.

III – Voto

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento das relações de consumo, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004, na forma do seguinte substitutivo:

EMENDA Nº 1 – CMA (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88 2004

**Acrescenta §§ 1º, 2º, e 3º ao art. 31 da
Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990,
para dispor sobre o exame do produto pelo
consumidor no ato da compra.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescentem-se os §§ 1º, 2º, 3º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com a seguinte redação:

“Art. 31.

§ 1º O consumidor poderá examinar o produto no ato da compra, na presença do fornecedor, sem prejuízo dos prazos previstos no art. 26.

§ 2º Constatado o vício do produto no exame a que se refere o § 1º, o consumidor poderá exercer desde logo as prerrogativas do § 1º do art. 18.

§ 3º O disposto nos §§ 1º e 2º não se aplica aos produtos que devam ser ofertados em embalagem lacrada, por força de lei ou por determinação de autoridade competente, aos alimentos pré-embalados e aos produtos entregues no domicílio indicado pelo consumidor.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 88 DE 2004

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>L. Quintanilha</i>
RELATOR:	<i>J. Quintanilha</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	3-ROSEANA SARNEY - PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-ANTÔNIO LEITE
LUIZ OTAVIO	2-VAGO
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS - PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-CRISTÓVAM BUARQUE - PT
SIBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
NEZINHO ALENCAR - PSB	4-IDEI SALVATTI - PT
SERYS SLHESSARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**TÍTULO II
Dos Direitos e Garantias Fundamentais**

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

XXXII – o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;

**SUBSEÇÃO III
Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art.

84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**LEI COMPLEMENTAR N° 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

**LEI COMPLEMENTAR N° 107,
DE 26 DE ABRIL DE 2001**

Altera a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

LEI N° 8.078, DE 11 DE SETEMBRO DE 1990

Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências.

**SEÇÃO III
Da Responsabilidade por
Vício do Produto e do Serviço**

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas.

§ 1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:

I – a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II – a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III – o abatimento proporcional do preço.

.....
§ 3º O consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1º deste artigo sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial.

SEÇÃO IV Da Decadência e da Prescrição

Art. 26. O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em:

I – trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis;

II – noventa dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.

§ 1º Inicia-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

§ 2º Obstam a decadência:

I – a reclamação comprovadamente formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos e serviços até a resposta negativa correspondente, que deve ser transmitida de forma inequívoca;

II – (Vetado).

III – a instauração de inquérito civil, até seu encerramento.

§ 3º Tratando-se de vício oculto, o prazo decadencial inicia-se no momento em que ficar evidenciado o defeito.

DOCUMENTO ANEXADO NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO

RELATÓRIO

Relator: Senador Demóstenes Torres

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 88, de 2004, de autoria do eminente Deputado Celso Russomano, visa a acrescentar parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC), para assegurar ao consumidor o direito de examinar o produto no ato da compra.

Em sua justificação, o autor afirma que o consumidor tem sido vítima de várias práticas abusivas. Entre elas, o fornecimento de produtos lacrados sem que seja dada ao consumidor a oportunidade de testá-los antes de levá-los para casa. Muitas vezes, o fornecedor imediato alega que o produto foi lacrado pela fábrica e, por conseguinte, ao consumidor somente é permitido o exame do produto disponível para demonstração. Em alguns casos, age-se de má-fé com o objetivo de passar o produto viciado para a frente.

O autor do projeto alega, ainda, que, constatado o vício, o consumidor é orientado a procurar a assistência técnica, onde poderá ter que aguardar até trinta dias para que seu produto seja consertado. Isso quando não é o caso da recusa da sua troca, como ocorre em relação às meias femininas.

Na Câmara dos Deputados, o projeto foi aprovado por unanimidade pela Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Após, seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que aprovou emenda substitutiva, com o objetivo de aprimorar sua redação.

Apreciado em caráter terminativo pelas Comissões, o projeto foi encaminhado ao Senado Federal e distribuído à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para manifestação quanto ao mérito e à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da proposição.

Não foram apresentadas emendas ao projeto.

II – Análise

Passo à abordagem do PLC nº 88, de 2004, sob os parâmetros de constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade, técnica legislativa e mérito.

O projeto cuida de matéria inserida na competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Cabe ao Congresso Nacional dispor sobre a matéria, e é legítima a iniciativa parlamentar, nos termos do art. 61 da Lei Maior. Tampouco há norma constitucional que, no aspecto material, esteja em conflito com o teor da proposição em exame.

Assim, não se vislumbra óbice algum quanto à constitucionalidade da medida.

Quanto a regimentalidade, cabe destacar que seu trâmite observou o disposto no art. 101, inciso I, do Regimento Interno desta Casa, de acordo com o qual compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, bem como, no mérito, sobre as matérias de competência da União e, especialmente, sobre direito civil (inciso II do mesmo artigo).

Quanto à juridicidade, observa o projeto os aspectos de: **a)** inovação, dado que acrescenta, na seção do Código referente à oferta, o dever, atualmente não previsto na legislação, de permitir ao consumidor o exame do produto no ato da compra, na presença do fornecedor; **b)** efetividade, representada pela potencial e efetiva utilização, pelo consumidor, da possibilidade de exame do produto; **c)** espécie normativa adequada, já que a proteção e defesa do consumidor dependem da edição de lei ordinária, exigível pelo art. 5º, inciso XXXII, da Constituição; **d)** coercitividade, representada pelo comando imposto ao fornecedor, o qual deverá facultar ao consumidor o exame do produto na sua presença; e **e)** generalidade, uma vez que as normas do projeto se aplicam, indistintamente, a todos os fornecedores e consumidores.

Acerca da técnica legislativa, o projeto observa as regras previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Não há inclusão de matéria diversa ao tema tratado na proposição e a sua redação, a meu ver, apresenta-se adequada.

No mérito, a alteração proposta visa a garantir mais direitos ao consumidor e representa aperfeiçoamento da legislação consumerista.

Atualmente, após a compra do produto, e constatada a presença de vício de qualidade que o torne impróprio ou inadequado ao consumo ou lhe diminua o valor, o consumidor tem de aguardar o prazo de até trinta dias, previsto no § 1º do art. 18 do CDC, para exercer o direito de opção entre: substituição do produto, abatimento do preço ou restituição da quantia paga, sem prejuízo das perdas e danos correspondentes. Enquanto isso, além de ter sua expectativa quebrada em relação ao produto, o consumidor fica sem poder utilizá-lo. O problema ganha maior proporção quando, nos primeiros meses de uso, o produto apresenta quantidade excessiva de vícios e o consumidor passa períodos sucessivos sem usufruí-lo.

Somente nos casos previstos no § 3º do art. 18 do CDC – “[...] sempre que, em razão da extensão do vício, a substituição das partes viciadas puder comprometer a qualidade ou características do produto, diminuir-lhe o valor ou se tratar de produto essencial” – é que o consumidor pode fazer uso imediato do direito de opção citado no parágrafo anterior.

O exame do produto no ato da venda reduz o risco de o consumidor levar para casa uma mercadoria com vício. É necessário ressaltar, entretanto,

que o exame no ato da compra não afasta o direito do consumidor de posteriormente reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação e pelos víscios ocultos. Quanto aos primeiros, o art. 26 do CDC prescreve que o prazo da reclamação, a contar da efetiva entrega do produto, é de trinta dias, no caso de produtos não duráveis, e de noventa dias, no fornecimento de produtos duráveis.

Em muitos casos, os fornecedores, especialmente os supermercados, adotam a prática, a meu juízo abusiva, de orientar o consumidor a testar o produto que acaba de ser vendido no balcão de testes disponível no estabelecimento. Em seguida, se não for constatado vício, é inserida na nota fiscal a informação de que o produto não será posteriormente trocado por ter sido testado na presença do consumidor.

Para coibir essa prática, proponho, ao final, emenda ao projeto, para destacar que os prazos para reclamação por vícios aparentes ou ocultos previstos no art. 26 do Código continuam aplicáveis mesmo que o produto tenha sido examinado no momento da compra. A meu ver, não é pertinente a alegação de que, se houve exame, o consumidor tomou ciência das condições do bem e, ainda assim, optou por contratar. Essa alegação contraria o sistema principiológico do CDC, que trata de relação de consumo, na qual o consumidor se apresenta vulnerável frente ao fornecedor.

Outro ponto a ser destacado diz respeito à troca imediata do produto, se for constatado vício no seu exame. A redação do projeto não esclarece se o consumidor deverá formalizar a compra e, posteriormente, ter direito ao exame do produto adquirido, ou se poderá examiná-lo previamente. Nesse último caso, melhor seria se o projeto tivesse sido redigido com a inserção do vocábulo “previamente” – “o consumidor poderá examinar o produto ‘previamente’ ao ato da compra” - , solução que, entretanto, não parece a melhor.

A possibilidade de rompimento antecipado do lacre original de fábrica pelo consumidor e sua posterior desistência também não me parece razoável. Duas situações se verificam. Nos produtos não lacrados, não há dúvidas de que o exame é efetuado na prateleira do estabelecimento. Em relação aos produtos lacrados, entretanto, parece-me que, uma vez tendo o consumidor decidido pela compra e violado o lacre, este não poderá decidir pelo simples arrependimento. Se houver vício no produto, no entanto, não é razoável que o consumidor tenha que aguardar o prazo de trinta dias para seu conserto na assistência técnica. Assim, estou propondo emenda ao projeto para prever que, constatado o vício do produto no ato do exame

previsto na proposição, o consumidor poderá, desde logo, fazer uso da opção a que se refere o § 1º do art. 18 do CDC – substituição do produto, abatimento do preço ou restituição da quantia paga.

Por fim, cabe destacar que estou sugerindo a inserção de dispositivo que facilita o exame imediato dos produtos pelo consumidor – os produtos passam a ser oferecidos ou apresentados em embalagem que permita sua visualização, ainda que parcial. Esse dispositivo visa a coibir abusos na oferta dos produtos. E o caso, por exemplo, das embalagens dos alimentos achocolatados que não permitem a visualização da quantidade do produto comercializado. Procura-se, mediante cálculo matemático, maximizar o tamanho da sua área em detrimento do seu volume. E o caso, ainda, das fotos meramente ilustrativas dos biscoitos, contidas na embalagem do produto.

Quando se dá sua abertura percebe-se que o produto é bem diferente do anunciado na foto.

III – Voto

Assim, por obedecer à constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e, no mérito, representar aperfeiçoamento das relações de consumo, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004, na forma do seguinte substitutivo:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88 (SUBSTITUTIVO), DE 2004

Acrescenta §§ 1º, 2º e 3º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o exame do produto pelo consumidor no ato da compra.

Art. 1º Acrescentem-se os §§ 1º, 2º e 3º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, com a seguinte redação:

“Art. 31.....

§ 1º O consumidor poderá examinar o produto no ato da compra, na presença do fornecedor, sem prejuízo dos prazos previstos no art. 26.

§ 2º Constatado o vício do produto no exame a que se refere o § 1º, o consumidor poderá fazer uso imediato das alternativas do § 1º do art. 18.

§ 3º Os produtos serão oferecidos ou apresentados em embalagem que permita sua visualização, ainda que parcial. (NR)”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, **Demosténes Torres**, Relator.

PARECER Nº 1.534, DE 2005

Da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem) que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. (Inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)

Relator: Senador Jonas Pinheiro

Relator ad hoc: Senador Rodolfo Tourinho

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465, de 2001, na Casa de origem), visa a alterar a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação (PNV), de modo a incluir novo trecho de rodovia na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, anexa ao PNV. O novo trecho – que o projeto denomina BR-379 – deverá interligar as rodovias BR-101 e BR-116, próximo às localidades de Teixeira de Freitas (BA) e Teófilo Otoni (MG), respectivamente.

Argumenta o autor, em sua justificação, que a criação da referida rodovia é de grande valia para o desenvolvimento da região onde se situa, na medida em que promove a integração dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha com as regiões mais importantes dos Estados de Minas Gerais e da Bahia. Afirma, ademais, que essa integração proporcionará redução dos custos de transporte e melhoria da qualidade de vida da população de cerca de dois milhões de pessoas que habita a região.

Não foram apresentadas emendas ao projeto na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

II – Análise

No que tange aos aspectos legais, o projeto em exame encontra respaldo na Constituição Federal, que inclui os transportes na reserva de competência legislativa da União (art. 22, XI) e atribui ao Congresso Nacional (art. 48, **caput**), bem como a qualquer de seus membros (art. 61, **caput**) a iniciativa para a proposição de leis sobre tais matérias. O projeto, portanto, não apresenta vícios de iniciativa ou constitucionalidade que o desabone.

Por sua vez, a Lei nº 5.917, de 1973, no item 2.1.2 do Anexo, estabelece, entre os critérios exigidos para a inclusão de novas rodovias ao PNV, o de possibilitar a ligação, em pontos adequados, de duas ou mais rodovias federais já existentes. A proposta, assim, se mostra compatível com as premissas do PNV, uma vez que permite a ligação entre a BR-116 e a BR-101.

A proposição observa também os preceitos da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que “dispõe sobre a elaboração, a redação, alteração e a consolidação das leis (...)", pois se destina a complementar a Lei nº 5.917, de 1973, a esta se vinculando por remissão expressa. Além disso, está redigida consoante as normas da boa técnica legislativa.

No que tange ao mérito, concordamos com os argumentos do autor, segundo o qual a criação da

referida rodovia será fundamental para promover a integração da região dos Vales do Mucuri e do Jequitinhonha com centros mais importantes, contribuindo para seu desenvolvimento, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população local.

III – Voto

Pelo exposto, somos de parecer favorável à Aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 24 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: HERÁCLITO FORTES

RELATOR: JONAS PINHEIRO

BLOCO DA MINORIA

HERÁCLITO FORTES	1-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
DEMÓSTENES TORRES	2-CÉSAR BORGES
JOSÉ JORGE	3-JONAS PINHEIRO
MARCO MACIEL	4-JORGE BORNHAUSEN
RODOLPHO TOURINHO	5-MARIA DO CARMO ALVES
LEONEL PAVAN	6-FLEXA RIBEIRO
SÉRGIO GUERRA	7-EDUARDO AZEREDO
TASSO JEREISSATI	8- ALMEIDA LIMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	9- ARTHUR VIRGÍLIO

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO

DELcíDIO AMARAL	1-ROBERTO SATURNINO
MAGNO MALTA	2-PAULO PAIM
JOÃO CAPIBERIBE	3-FERNANDO BEZERRA
SÉRGIO ZAMBIAIS	4-FÁTIMA CLEIDE
SERYS SLHESSARENKO	5-MOZARILDO CAVALCANTI
SIBÁ MACHADO	6-FLÁVIO ARNS
AELTON FREITAS	7-NEZINHO ALENCAR

PMDB

GERSON CAMATA	1-NEY SUASSUNA
ALBERTO SILVA	2-LUIZ OCTÁVIO
VALDIR RAUPP	3-PEDRO SIMON
ANTÔNIO LEITE	4-JOÃO BATISTA MOTTA
GILBERTO MESTRINHO	5- VAGO
MÃO SANTA	6- VAGO

PDT

JUVÉNCIO DA FONSECA	1-AUGUSTO BOTELHO
---------------------	-------------------

*LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

*CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL*

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XI – trânsito e transporte;

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95,
DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998**

Mensagem de veto

Vide Decreto nº 2.954, de 29-1-1999

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

PARECER Nº 1.535 DE 2005

Da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.

Relator: Senador Sérgio Cabral

I – Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do ilustre Deputado Simão Sessim, que altera a denominação

do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.

O autor do Projeto justifica a sua iniciativa salientando a relevância que o Porto de Sepetiba tem no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil.

Revela, a seguir, que é uma antiga aspiração da população de Itaguaí, município que abriga o complexo portuário, a alteração da denominação do Porto para Porto de Itaguaí. Tal pleito daria ao nome do Porto uma maior representatividade, em razão do intenso vínculo dos cidadãos desse município com o Porto.

O Projeto foi aprovado na Câmara na sua forma original e encaminhado ao Senado.

Não foram apresentadas emendas ao Projeto. É o relatório.

II – Justificação

A matéria é de competência da União Federal, já que se trata de alteração da denominação de um Porto Federal, não sendo matéria de iniciativa reservada do Poder Executivo, sendo, portanto, constitucional.

O Projeto sob exame é de autoria de um Deputado do Estado do Rio de Janeiro, o Deputado Simão Sessim, que é um dos decanos da Câmara dos Deputados e um defensor intransigente do Estado, em especial da Baixada Fluminense e da Costa Sul Fluminense, onde se localiza o Porto hoje denominado “Porto de Sepetiba”.

O Porto atualmente se denomina “Porto de Sepetiba” porque se situa na Baía chamada “Baía de Sepetiba”. A sede do Porto, porém, fica no Município de Itaguaí. Como temos um Bairro na cidade do Rio de Janeiro denominado “Bairro de Sepetiba”, efetivamente muitas pessoas têm a idéia errônea de que o Porto se situa neste Bairro da cidade do Rio de Janeiro.

Daí o justo pleito da população do Município de Itaguaí para que se altere a denominação do Porto, designando-o com o mesmo nome da cidade onde se situa.

Por esses motivos deve ser aprovada neste Senado Federal a alteração proposta pelo Deputado Simão Sessim.

III – Voto

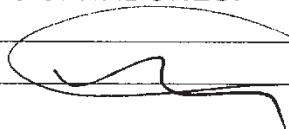
Pelo exposto, o parecer é no sentido da aprovação do Projeto, na forma da redação aprovada na Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

ASSINAM O PARECER AO PLC N° 033/05 NA REUNIÃO DE 16/08/05
OS SENHORES SENADORES:

PRESIDENTE:


(Senador Gerson Camata)

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- NEY SUASSUNA
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
RELATOR: JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
(VAGO)	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIAIS	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÉNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

PARECER Nº 1.536, DE 2005

Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.

Relator: Senador **Reginaldo Duarte**

I – Relatório

Encontra-se sob exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (PL nº 5.124, de 2001, na origem), de autoria do Deputado Roberto Pessoa, que tem por objetivo denominar o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará, de Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes.

Ao justificar a homenagem pretendida, o autor elenca inúmeros fatos relevantes da vida do eminentí médico, nascido na cidade de Fortaleza no ano de 1917 e morto, na mesma localidade, aos oitenta e um anos.

Segundo o registro biográfico que acompanha o projeto, o tisiologista Carlos Alberto Studart Gomes desempenhou relevante papel na área médica do Estado do Ceará, tendo-se destacado principalmente por sua atuação na reformulação do antigo Sanatório de Messejana, que o transformou em um centro de referência nacional.

Sob sua administração, ao longo de 39 anos, o pequeno sanatório ganhou dimensão modelar e tornou-se Hospital para Doenças Torácicas e Cardiovasculares.

Embora o Hospital de Messejana seja inegavelmente sua grande realização, cumpre destacar também seu trabalho na reestruturação do Hospital Geral de Fortaleza e na transformação do Sanatório de Maracanaú em Hospital Geral. Sua atuação profissional não se limitou à gestão hospitalar. Foi também professor catedrático do Instituto de Ensino do Estado do Ceará, Presidente da Sociedade de Patologia Respiratória e da Sociedade Cearense de Radiologia, Presidente do Centro Médico Cearense e membro da Academia Cearense de Medicina, e ainda Presidente do Centro de Estudos Professor Manoel de Abreu, do Sanatório de Messejana.

Publicou numerosos trabalhos em revistas científicas e integrou diferentes entidades médicas em nível nacional e internacional, tais como a Associação Internacional contra a Tuberculose, a Sociedade Brasileira de Tuberculose, o American College of Chest Physicians, e o American Trudeau Society.

Distribuída a esta Comissão para deliberação sobre o mérito, a constitucionalidade, a juridicidade e a técnica legislativa, a proposição não recebeu emendas no prazo regimental.

II – Análise

O projeto em causa encontra abrigo no art. 48 da Constituição Federal, que assegura ao Congresso Nacional a possibilidade de dispor sobre todas as matérias de competência da União. No presente caso, trata-se da atribuição de nova denominação ao Hospital de Messejana, de modo a homenagear o médico Carlos Alberto Studart Gomes, um dos grandes vultos cearenses na área da Medicina, que dirigiu por quase quatro décadas aquele estabelecimento de saúde.

No mérito, nada se apresenta que impeça a aprovação da matéria, haja vista que o homenageado – figura de especial significado para o povo de Fortaleza – e profundamente merecedor da honraria que lhe é concedida. Ainda mais quando ela se materializa em uma instituição cuja história mantém profunda ligação com o homenageado. De fato, o eminentí médico contribuiu decisivamente para elevar o nome da instituição no cenário médico da capital cearense. E tudo isso graças a sua determinação, a sua competência profissional e administrativa, a sua dedicação e ao seu humanitarismo.

Verifica-se, ademais, que a proposição observa as restrições impostas pela Lei nº 6.454, de 24 de outubro de 1977, que proíbe, “em todo o território nacional, atribuir nome de pessoa viva a bem público, de qualquer natureza, pertencente à União ou às pessoas jurídicas da Administração indireta”.

Dessa forma, o projeto atende perfeitamente aos requisitos de constitucionalidade e juridicidade, além de estar vazado em boa técnica legislativa.

III – Voto

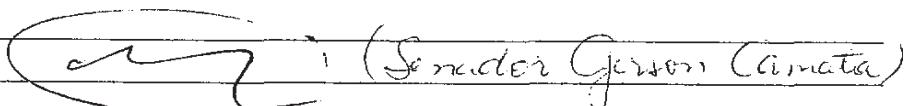
Antes as razões expostas, o voto é pela Aprovação do PLC nº 44, de 2005.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

**ASSINAM O PARECER AO PLC N° 044/05 NA REUNIÃO DE 16/08/05
OS SENHORES SENADORES:**

PRESIDENTE:



BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- (VAGO)
JORGE BORNHAUSEN	2- GILBERTO GOELLNER
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES	4- JOSÉ AGRIPIÑO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE	10- TASSO JEREISSATI
RELATOR:	

PMDB

WELLINGTON SALGADO	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- NEY SUASSUNA
GERSON CAMATA	4- PAPALEÓ PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
(VAGO)	7- ROMERO JUCÁ
GILBERTO MESTRINHO	8- (VAGO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB E PL)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIAKI	8- NEZINHO ALENCAR

PDT

AUGUSTO BOTELHO	1- JUVÊNCIO DA FONSECA
-----------------	------------------------

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

Art. 48 Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

LEI N° 6.454, DE 24 DE OUTUBRO DE 1977

Dispõe sobre a denominação de loteadouros, obras, serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

PARECER N° 1.537, DE 2005

Da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Projeto de Lei da Câmara n° 47, de 2005 (PL n° 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.

Relator: Senador Valdir Raupp

I – Relatório

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) n° 47, de 2005 (PL n° 2.354, de 2000, na origem), de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo modificar os limites da Reserva Extrativista de Rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia. A modificação proposta consiste na exclusão de 31.489,49 hectares da área da unidade de conservação, localizados na parte norte da Reserva, que passa a contar, no total, com 173.094 hectares.

De acordo com a Exposição de Motivos do Ministro de Estado do Meio Ambiente, devido & então conjuntura política, os limites foram definidos muito apressadamente, sem uma análise mais detalhada da situação fundiária, resultando em equívoco na delimitação da superfície eleita, pois englobou erroneamente uma fração de terras, com aproximadamente 31.489,49 ha (...), totalmente antropizada, que vem sendo utilizada na exploração da atividade agropecuária.

Submetida à Câmara dos Deputados por meio da Mensagem n° 114, de 24 de janeiro de 2000, do Presidente da República, a proposição foi despachada, naquela Casa, às Comissões de Agricultura e Política

Rural; de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias; e de Constituição e Justiça e de Redação para decisão terminativa. Com parecer favorável em todas as etapas de tramitação e sem interposição de recurso para audiência do Plenário, o PL n° 2.354, de 2000, foi enviado ao Senado Federal em 23 de maio de 2005, passando a tramitar como PLC n° 47, de 2005. Nesta Casa, submetida à apreciação apenas da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), cabe-nos relatar a matéria.

II – Análise

Como se depreende da Exposição de Motivos do Ministro de Estado do Meio Ambiente, a proposição visa a corrigir um equívoco na delimitação da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, em Rondônia, decorrente do modo açodado como foi realizada. O próprio Poder Executivo reconhece os prejuízos que vêm sendo suportados pelos produtores rurais da região, impedidos de desenvolver suas atividades legalmente e de obter crédito rural, e o desconforto causado aos extrativistas.

Em face da ação humana, a porção de terra que se pretende excluir da Reserva Extrativista jamais deveria ter sido incluída na unidade de conservação. Além disso, a população afetada espessa o mesmo entendimento do poder público. Com efeito, em reunião realizada em 14 de janeiro de 1992, representantes dos segmentos interessados, seringueiros e agropecuaristas, concordaram com a alteração dos limites da unidade, pela exclusão da área antropizada.

Entretanto, por força do art. 225, § 1º, III, da Constituição Federal, a modificação proposta depende de lei, não podendo ser realizada mediante a edição de decreto presidencial. Nesse contexto e conforme o mandamento constitucional, o Poder Executivo recorre, nos termos do art. 61 da Lei Maior, ao Poder Legislativo, para que seja editada lei destinada a suprimir áreas de uma unidade de conservação da natureza já criada.

Desse modo, tendo em vista que, em virtude de processos antrópicos, a área não possui – e já não possuía à época da criação da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto – os atributos que justificariam sua proteção, e que concordam com a supressão o poder público que instituiu a unidade de conservação e a população afetada, nada há a objetar à aprovação do PLC n° 47, de 2005, no que tange ao mérito.

Não há, por fim, reparos a fazer quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da proposição.

III – Voto

Ante o exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara n° 47, de 2005.

Sala da Comissão, 16 de agosto de 2005.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 47 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 16/08/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE:	<i>L. Quintanilha</i> (SEN LEOMAR QUINTANILHA)
RELATOR:	<i>(SEN VALDIR RAUPP)</i>
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)	
HERÁCLITO FORTES - PFL	1-JORGE BORNHAUSEN - PFL
CÉSAR BORGES - PFL	2-JOSÉ JORGE - PFL
JONAS PINHEIRO - PFL	3-ROSEANA SARNEY - PFL
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	4- ALMEIDA LIMA - PSDB
ARTHUR VIRGÍLIO - PSDB	5-LEONEL PAVAN - PSDB
FLEXA RIBEIRO - PSDB	6-ÁLVARO DIAS - PSDB
PMDB	
NEY SUASSUNA	1-ANTÔNIO LEITE
LUIZ OTAVIO	2-VAGO
GERSON CAMATA	3-SÉRGIO CABRAL
VALDIR RAUPP	4-AMIR LANDO
LEOMAR QUINTANILHA	5-MÃO SANTA
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
AELTON FREITAS - PL	1-MOZARILDO CAVALCANTI - PTB
ANA JÚLIA CAREPA - PT	2-CRISTÓVAM BUARQUE - PT
SIBÁ MACHADO - PT	3-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB
NEZINHO ALENCAR - PSB	4-IDELI SALVATTI - PT
SERYS SLHESSARENKO - PT	5-FLÁVIO ARNS - PT
PDT	
AUGUSTO BOTELHO	1-OSMAR DIAS

**LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

**SUBSEÇÃO III
Das Leis**

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§ 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

I – fixem ou modifiquem os efetivos das Forças Armadas;

II – disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos Territórios;

c) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

d) organização do Ministério Público e da Defensoria Pública da União, bem como normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios;

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

f) militares das Forças Armadas, seu regime jurídico, provimento de cargos, promoções, estabilidade, remuneração, reforma e transferência para a reserva. (Incluída pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

§ 2º A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

**CAPÍTULO VI
Do Meio Ambiente**

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecológicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

III – definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção; (Regulamento)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Foram lidos anteriormente os **Pareceres nºs 1.532 a 1.537, de 2005**, das Comissões de Serviços de Infra-Estrutura, de Educação e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre as seguintes matérias:

– **Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2004** (nº 3.220/2000, na Casa de origem), que altera o art. 10 da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 (dispõe sobre licenciamento ambiental);

– **Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004** (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra;

– **Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005** (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional);

– **Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005** (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí;

– **Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005** (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará; e

– **Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005** (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa

do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, d, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Há oradores inscritos.

O primeiro orador inscrito é o Senador Paulo Paim, a quem pergunto se poderia abrir mão de usar da palavra neste momento, para que o Senador Ramez Tebet possa fazer uma comunicação inadiável por cinco minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, como não abrir mão para meu ex-Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo, então, a palavra ao Senador Ramez Tebet.

Em seguida, falará o Senador Paulo Paim, a quem a Mesa agradece a compreensão.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer essa deferência desse Senador que está no meu coração, o Senador Paulo Paim, que tão bem representa o Estado do Rio Grande do Sul.

Serei muito breve, Senador Paulo Paim, na comunicação que farei.

Quero registrar um fato que, para nós, do PMDB, é alvissareiro, promissor mesmo. Ontem a Executiva Nacional do Partido – da qual tenho a honra de fazer parte – reuniu-se e, por unanimidade, decidiu que terá candidato próprio à Presidência da República, o que, aliás, Convenção anterior já havia definido. Mas ficou definido que o Partido vai escolher o seu candidato por meio de prévias, e já estão abertas as inscrições para aqueles que desejam ser candidatos a candidato à Presidência da República pelo PMDB no ano de 2006.

Ficou acertado que, no dia 14 de setembro, vamos aprovar a regulamentação dessas prévias, o que significa, no universo do Partido, quem terá direito a voto, se todos os filiados terão direito a voto, se os Vereadores o terão, assim como os Prefeitos. Em suma, qual será o colégio eleitoral das prévias? Eu defendo que esse colégio eleitoral seja o mais amplo possível.

Estão abertas as inscrições, e quem quiser ser candidato a candidato terá de se inscrever até o dia 15 de fevereiro, mas pode fazer isso desde agora, se quiser. Senador Papaléo Paes, as prévias se realizarão no dia 5 de março, e, caso haja mais de dois candidatos, havendo necessidade de segundo turno, isso ocorrerá no dia 15 de março.

Por que digo que o fato é alvissareiro? Porque o PMDB precisa de uma afirmação, e isso revitalizará o Partido. O fato de se pretender escolher esse candidato por meio das prévias não é comum na democracia brasileira. O PMDB praticamente inaugurararia esse critério de escolha de candidato à Presidência da República por meio de prévias. Isso é importantíssimo.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Ramez Tebet, peço um aparte a V. Ex^a, porque sei que a Mesa será tolerante.

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – O aparte será bem rápido. Cumprimento V. Ex^a pelo anúncio que faz à Casa, inclusive pela decisão do PMDB. Entendo ser isso muito bom para a democracia. Por isso, as eleições serão em dois turnos. No primeiro turno, haverá disputa de projetos e de idéias entre todos os Partidos, e, no segundo turno, de forma natural, os Partidos que entenderem que aqueles que forem para o segundo turno estão mais próximos do seu programa poderão caminhar juntos. Cumprimento V. Ex^a. Tive a ousadia do aparte pela brilhante decisão, no meu entendimento, que o seu Partido tomou. Parabéns, inclusive, pela prévia!

O SR. RAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, imagine o contentamento que tenho em receber o aparte de V. Ex^a! Como V. Ex^a cresce em nossa admiração! V. Ex^a é do PT, eu sou do PMDB; no entanto, V. Ex^a está se interessando pelo assunto, porque existe uma causa maior que se chama democracia.

A democracia representativa está precisando de oxigênio. Tanto isso é verdade, que estão proliferando as organizações não-governamentais e outras associações úteis. Realmente a democracia e o PMDB, em particular, estão precisando dessa oxigenação. Fico contente com isso.

Recebi inúmeras manifestações de pessoas do meu Estado e de outros, cumprimentando pela decisão da Executiva Nacional.

Sr. Presidente, agradeço a V. Exa, que pertence ao meu Partido e o honra. Tenho orgulho disso.

Agradeço também, mais uma vez, a gentileza do Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, agradecendo por ter cedido seu tempo ao Senador Ramez Tebet. S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, inicio a minha fala

cumprimentando, mais uma vez, o Senador Ramez Tebet pelo brilhante pronunciamento, que entendo ser fundamental.

Senador Ramez Tebet, a decisão – que não desfaquei, mas sobre a qual pretendo falar agora – é pela unidade. V. Exa foi um dos artífices da construção dessa decisão tomada pelo PMDB, num momento de tantas lutas fratricidas nos Partidos, inclusive no meu, o que lamento. É o momento de caminharmos juntos, deixando as divergências, principalmente na disputa interna. Isso não tem nada a ver com aquelas questões que V. Exa sabe muito bem que temos a debater internamente, até mesmo quanto a atos de alguns dirigentes em relação ao debate estipulado com a crise do Governo. Agora, a unidade que o PMDB construiu neste momento é um dado até histórico e muito positivo. Espero que todos aqueles que seguem uma linha similar à de V. Exa^a, que se preocupam efetivamente com o social, adotem uma posição semelhante.

Parabéns ao PMDB! Parabéns, Senador Ramez Tebet!

Sr. Presidente, quero falar um pouquinho, hoje, do meu Rio Grande. Cada um de nós é apaixonado por este País e pela sua terra natal. E quero dizer, Sr. Presidente, que o Rio Grande do Sul me enche de orgulho e de muita alegria. É só lembrar – o Senador Ramez tebet esteve lá comigo – do pôr-do-sol do Guaíba ou do Itaimbezinho, dos campos em cima da serra, dos parreirais, dos vinhos; é só lembrar até mesmo da Guerra dos Farrapos, que marcou tanto este País e que ficou gravada na História do Rio Grande; dos chimangos, dos maragatos; lembrar de Erico Verissimo, que, aqui, ontem, foi homenageado; lembrar de Mário Quintana; lembrar que o Rio Grande é terra de Getúlio Vargas – ontem foi o aniversário de 51 anos da sua morte –, terra de João Goulart, de Leonel Brizola, de Pasqualini e de tantos outros que eu poderia aqui citar.

Senador Ramez Tebet, mas, casualmente – veja bem que coincidência –, vou ter de falar novamente do PMDB. Que ninguém diga que estou trocando de Partido, porque isso não é real. V. Exa^a sabe que fiz opção pelo PT e continuarei no PT. Mas vou falar sobre o PMDB, porque, hoje, no Rio Grande do Sul, às 10h, houve um ato para o qual fui convidado, e no qual seria homenageado, pelo Governador do Estado do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, que foi nosso adversário há poucos dias.

Hoje foi um dia muito especial no Rio Grande. Senti-me honrado pelo convite que me foi formulado pelo Governador Germano Rigotto; pelo Secretário de Estado da Educação, José Fortunati; e pelo Presidente da Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para Pessoas Portadoras de Deficiência

e de Altas Habilidades – Faders –, para participar de uma cerimônia em que receberia o Prêmio Faders de Responsabilidade Social, por ser o autor do projeto em benefício da pessoa portadora de deficiência, que está em debate no Congresso Nacional.

Por que vim à tribuna? Não é porque a homenagem é para mim. Achei muito bonito que um outro Partido, entendendo que se trata de um projeto que, embora ainda esteja em debate, tem responsabilidade social com a pessoa com deficiência física, fizesse uma homenagem para mim e para outras pessoas que trabalharam nessa área, hoje, no Palácio Piratini. Pedi que o meu coordenador de gabinete, Santos Fagundes, que é cego, me representasse na cerimônia, e ele voltou emocionado pela forma como se deu o ato.

O Sr. TAMEZ TEBET (PMDB – MS) – Senador Paulo Paim, agora eu não agüento! Vai dar a impressão de que estamos trocando gentilezas, mas acontece que não posso ficar sem lhe dar este aparte. Por quê? Porque esse é o espírito da democracia que haverá de levar este País para frente. Quero parabenizar o Governador Germano Rigotto e as entidades que homenagearam V. Exa^a, porque isso demonstra a vocação, isso demonstra o espírito cívico, o espírito público do povo gaúcho e demonstra que é essa a democracia que queremos. Pertença V. Exa^a ao partido que pertencer, continue ou não no PT – não estou fazendo aqui nenhuma insinuação –, mas quem é que neste País não reconhece o seu esforço, a sua luta pela igualdade social? V. Exa^a é um ícone no Senado da República em defesa da classe trabalhadora e contra as injustiças sociais. Fico orgulhoso por perceber que o povo já está reconhecendo isso – já reconheceu por intermédio dos votos –, assim como as autoridades. Não quero cumprimentar somente V. Exa^a; quero estender meus cumprimentos ao Governador Germano Rigotto, que sei que está fazendo uma excelente administração e que, independentemente de partido, coloca a coroa na sua cabeça. Muito obrigado por V. Exa^a me permitir este aparte.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Ramez Tebet.

Quero dar este testemunho: V. Exa^a esteve comigo lá, no meu Rio Grande, quando discutimos a Lei de Falências, da lavra de V. Exa^a – que não é mais Lei de Falências, mas Lei de Recuperação das Empresas. O trabalho de V. Exa^a está sendo muito elogiado hoje, eu diria, em todo o País. V. Exa^a foi lá para discutir com os trabalhadores, demonstrando a sua visão em defesa do processo democrático, ouvindo todos. Com isso, V. Exa^a construiu um belíssimo projeto.

Parabéns a V. Exa^a! É importante lembrar aquele momento.

Esse prêmio, Sr. Presidente, é importante no aspecto social. Ele nasceu na Faders, sempre preocupada em realizar a inclusão. Ele busca dar maior visibilidade às pessoas com deficiência e com altas habilidades no Estado. São praticamente dois milhões de pessoas que integram essa parcela da nossa população.

A inclusão social necessita do apoio de todos, e é com alegria que vejo o Governo gaúcho, a gente gaúcha com o coração aberto e as mãos estendidas para empreenderem mudanças no sentido de tornar a inclusão uma prática social permanente.

Esse prêmio que recebo – e lá faria este discurso – é o reconhecimento da importância política não deste Senador, mas, sim, do Estatuto da Pessoa com Deficiência para todo esse segmento da população.

Desejo oferecer esse prêmio a todas as pessoas com deficiência ou não, à sociedade em geral, enfim, a todos que, de uma forma ou de outra, estão envolvidos com a causa das pessoas com deficiência.

O Governo do Estado está de parabéns pela realização da Semana Nacional do Portador de Deficiência. Quero ratificar as palavras do Secretário de Educação, o ex-sindicalista e ex-petista José Fortunati, quando falou da importância das parcerias que lutam pela inclusão social. Disse Fortunati: “Essas uniões têm prestado serviços de valor inestimável à cidadania”.

Obrigado, Fortunati. Meus parabéns pelo trabalho que vem fazendo!

Durante a Semana Nacional do Portador de Deficiência, a Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande estará analisando técnica e politicamente a importância do Estatuto da Pessoa com Deficiência. O debate contará com a presença do sociólogo Humberto Lippo e do advogado Árton Leão.

No dia 3 de setembro, no Hotel Ritter, em Porto Alegre, o Sindicato dos Trabalhadores da Justiça Federal promove também um seminário para discutir o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Na homenagem que recebi, ele, o Estatuto, é que estava sendo efetivamente festejado.

Vemos uma realidade nova que está a se desenhar: a da inclusão; a inclusão de todos em uma sociedade mais igualitária, democrática, justa e que respeite o direito de todo cidadão, independentemente da condição física, mental ou sensorial.

É nesse sentido, Sr. Presidente, que estamos trabalhando para o aperfeiçoamento do Estatuto da Pessoa com Deficiência, documento que deve nortear as ações legais que visam à garantia dos direitos básicos de cidadania a esse importante contingente da nossa população – o País abriga hoje quase vinte e cinco milhões de pessoas deficientes.

É por meio de leis que garantam a colocação da pessoa com deficiência nas escolas, no mercado de trabalho, leis que melhorem as condições de acessibilidade – seja nas ruas ou nas edificações –, que passaremos a conviver mais naturalmente com essas pessoas e, consequentemente, aprenderemos a respeitar suas especialidades e a compreender e reconhecer todo seu potencial.

Por isso, insistimos: sabemos que esse prêmio é o reconhecimento de uma luta não minha, mas de grande parte da sociedade brasileira, onde me incluo, a luta de todas as pessoas engajadas na causa da garantia dos direitos da pessoa humana.

O Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência é o resultado da luta de pessoas com e sem deficiência que, por um motivo ou outro, vestem essa camisa e tomam para si essa bandeira. É a luta de cidadãos que desejam um País melhor, uma sociedade mais igualitária e mais justa.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo-lhe mais um minuto, além do tempo determinado.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Para concluir, Sr. Presidente, desejo ressaltar também a importância da Semana do Excepcional, de 21 a 28 de agosto, e o valor do trabalho feito até hoje pelas APAEs.

Cerca de 2 mil Municípios do Brasil têm APAEs, que atendem 200 mil pessoas. Essas associações desempenham um papel grandioso para todo o nosso povo.

O tema da semana é “Escola de Educação Especial – Instrumento de Inclusão Social para Pessoas com Deficiência Mental”.

Parabéns a todos.

Estou muito feliz porque o Presidente Lula sancionou um projeto de minha autoria, estabelecendo que 21 de setembro seja o Dia Nacional da Pessoa com Deficiência.

Obrigado, Sr. Presidente, inclusive pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Parabéns a V. Ex^a.

Sem prejuízo da ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Flexa Ribeiro.

S. Ex^a terá até dez minutos para seu pronunciamento, com a tolerância, que sempre precisa, de dois minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Senador Papaléo Paes, que preside esta sessão, Sr^{as} e Srs. Senadores, telespectadores da TV Senado, meus amigos do meu querido Estado do Pará, é impossível deixar de admitir que programas assistenciais são necessá-

rios. Não há discussão, Senador Paim, com relação a isso. Isso é consenso entre todos os brasileiros. Eles fazem parte da própria natureza do Estado moderno. A grande questão, no entanto, é a forma como esses programas são concebidos e geridos. É gritante a diferença que encontramos entre as práticas existentes nos países mais desenvolvidos e as existentes nos do Terceiro Mundo. Enquanto nos primeiros há programas coerentes e que exigem contrapartidas razoáveis dos beneficiários, nos últimos – como no caso do Brasil – ainda nos debatemos com questões muito mais fundamentais. Vejamos alguns exemplos.

Como conceber e executar políticas públicas que efetivamente possam reduzir a pobreza? O objetivo das políticas públicas deve ter como ponto a ser atingido a redução da pobreza e não a sua manutenção. Como elaborar práticas que possam, de uma vez por todas, criar o ambiente econômico que leve à prosperidade as camadas mais desfavorecidas da sociedade? Como evitar que os mais pobres se vejam enredados em programas assistencialistas por tempo indeterminado? Eu me refiro à manutenção da pobreza.

Qualquer Governo sério e com diretrizes administrativas claras, Senador Papaléo, tem como princípio óbvio que programas assistenciais não se confundem com assistencialistas. Enquanto os primeiros visam a que os benefícios sejam temporários e recebidos em troca da realização de algumas exigências, os segundos se ocupam meramente da distribuição de algum tipo de ajuda, seja em dinheiro, seja em bens materiais.

A atual Administração Federal começou cheia de propagandas e metas e de programas criados por agências de *marketing*, caso, hoje, do esquecido Fome Zero, tão chamativo quanto ineficaz.

O atual ocupante do cargo de Presidente da República, lamentavelmente, não tinha idéia do que deveria ser um programa social. Infelizmente, tampouco seus assessores mais diretos, apesar de mais de duas décadas de oposição ferrenha, sabiam muito bem o que fazer. O resultado, povo brasileiro, não podia ser outro: o Governo se apóia, na área social, em iniciativas demagógicas e assistencialistas que visam, tão-somente, a criar uma relação de dependência entre Estado e os elementos mais pobres da população.

Esse assistencialismo antiquado é mais conhecido pelo nome de Bolsa-Família.

É claro, e nem poderia deixar de ser, admito que devam existir programas sociais de transferência de renda. Sou favorável a eles, pois há necessidade de, emergencialmente, assistirmos aqueles mais necessitados. Mas, friso bem, tais ações devem ter duração limitada e não se converter em uma forma de cooperação política.

O Bolsa-Família, tal como foi desenhado, é incapaz de combater a pobreza e de promover a inclusão social dos mais pobres, como apregoa.

Uma família pode permanecer no programa por tempo indeterminado. É verdade, porém, devo admitir, que existem condicionalidades para o recebimento do benefício. São, no entanto, aquilo que poderíamos chamar de exigências fracas, porque pouco fazem para que as condições familiares melhorem. Vejamos.

A primeira, Senador Papaléo Paes, é a mera presença, na escola, dos filhos com idade para freqüentar estabelecimento de ensino. O desempenho escolar ou programas de melhoria do sistema de ensino básico não são sequer aventados.

A segunda é o acompanhamento nutricional e de saúde ou da participação em programas de educação alimentar. Nada se fala de melhorar as condições de saúde naqueles Municípios mais pobres, em que não há sistema de atendimento à saúde. Em suma, há tão-somente um processo de transferência de renda, que tende a prender os mais pobres ao Bolsa-Família, de forma puramente eleitoreira e atrasada.

O atual Governo, lamentavelmente, além de manter práticas atrasadas em diversas áreas, também o faz no campo da assistência social. O que se viu até agora foram projetos de cunho populista fracassados, como o Bolsa-Família, denominado pelo jornalista Demétrio Magnoli, columista da **Folha de S.Paulo**, Senador Nezinho, como “O Mensalinho dos Pobres”.

A presente política social não está coadunada com o que existe de mais moderno no setor. Aparentemente, não se está a par nem mesmo do que é publicado nas revistas semanais, como a **Veja**. Na edição desse semanário de 10 de agosto último, na conhecida seção páginas amarelas, foi entrevistado o economista queniano James Shikwati.

Esse pesquisador é bastante contundente quando se trata de alguns lugares comuns relativos às políticas para os pobres. Tais clichês relativos ao tema, Senador Paulo Paim, quando seguidos, levam a práticas desastrosas, que, ao contrário do que determinados setores imaginam, produzem mais danos do que benefícios aos menos favorecidos.

Shikwati, naturalmente, trata da questão da África. Entretanto, muito do que afirma pode ser facilmente transposto para o caso brasileiro. O exemplo mais óbvio é que dar mais dinheiro não é necessariamente uma coisa boa.

Tomo, aqui, a liberdade de citar o economista queniano. Segundo ele:

Como medida útil para a criação de riqueza, que é o que os países africanos precisam [evidentemente o nosso Brasil], as doações não

ajudam em nada. [O economista queniano é quem diz]. Se você der dinheiro a um mendigo e voltar avê-lo na rua no dia seguinte, não se pode dizer que você o tenha ajudado. Ele continua mendigando. É isso que está acontecendo na África. Os países ricos anunciam mais e mais doações a cada ano. Temos de parar com isso. É preciso tirar o mendigo da rua. Temos de descobrir os potenciais desse mendigo, pois isso sim poderá melhorar sua vida. A África necessita é de uma chance para ser capaz de administrar e comercializar as próprias riquezas.

O mesmo se poderia dizer do caso brasileiro. Não basta dar dinheiro aos mais pobres. São necessárias ações que transforme o miserável em alguém capaz de gerar a sua própria renda, que tenha dignidade no sustento de sua família. Caso contrário, cria-se um círculo vicioso em que o miserável se torna cada vez mais pobre.

Além disso, programas que envolvem grandes distribuições de dinheiro e que assumem grandes dimensões burocráticas tendem a ser grandes vazadouros de recursos públicos. Volta e meia a televisão noticia casos e mais casos em que as verbas são distribuídas para pessoas que não carecem, de forma alguma, de dinheiro advindo de programas sociais.

Sr. Presidente, creio que, mais do que nunca, carecemos de programas sociais modernos. Modernos, aqui, quer dizer programas que possam dar condições de o miserável adquirir boa educação, boa saúde e condição de gerar a própria riqueza. Caso contrário, como vem acontecendo, estaremos apenas repetindo cinco séculos de erros e garantindo que a miséria permaneça viva por outros quinhentos anos.

Concedo, com muita honra, o aparte ao nobre Senador Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Lembro a V. Ex^a que o seu tempo está se esgotando.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro,...

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Sr. Presidente, a generosidade de V. Ex^a, me concederá mais dois minutos.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Generosidade relativa.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, para não tomar tempo de V. Ex^a, se me permitir, farei apenas um comentário positivo: peço a palavra pelo art. 14. Nesse caso, V. Ex^a poderá con-

cluir a sua fala. Faço isso por haver sido citado duas vezes.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Ter citado V. Ex^a, para mim, é muito honroso. V. Ex^a representa o que há de melhor neste Senado.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – V. Ex^a pode ter a certeza de que será uma citação complementando o debate que V. Ex^a traz à Casa, tratando da questão social, da fome, da miséria no Brasil e no mundo.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Muito obrigado.

Sr. Presidente, agradeço a generosidade de V. Ex^a por me haver concedido esses minutos a mais, que permitiram ao nobre Senador Paulo Paim fazer uso da palavra, recorrendo ao art. 14.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, nobre Senador Flexa Ribeiro, pela sua compreensão.

Nobre Senador Flexa Ribeiro, solicito a V. Ex^a que compareça à Mesa.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, sem prejuízo da ordem de inscrição.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, hoje, toda a Nação se encontra debruçada e preocupada com um assunto que diz respeito ao trabalho realizado no Parlamento brasileiro por intermédio das três Comissões Parlamentares de Inquérito.

Sr. Presidente, dentre estas três Comissões, que estão absorvendo toda a atenção da Nação brasileira, se encontra a dos Bingos, aquela que não deixaram ser instalada no ano passado; aquela que esta Casa, infelizmente, não propôs, como deveria ter feito, suprindo uma falta na indicação pelas Lideranças da base de apoio do Governo dos membros que deveriam compor aquela Comissão. Tanto que foi necessário que o Supremo Tribunal Federal, em resposta à ação impetrada pelas Oposições da Casa, deliberasse a obrigatoriedade constitucional de a Mesa Diretora do Senado instalá-la, caso as Lideranças partidárias que apóiam o Governo não o fizessem, como aconteceu de fato. Enfim, a Comissão dos Bingos está funcionando, e agora ouve o Sr. Buratti, que confirma tudo o que disse aos Procuradores da Justiça Estadual de São Paulo. Mas, nem por isso, Sr. Presidente, Sr^ss. e Srs. Senadores, há qualquer tipo de tormenta no mercado financeiro. As informações que temos são de que a Bolsa sobe e que o dólar cai. Isso significa, Sr. Presidente, que a nossa economia tem fundamentos – aí estão colocados – em outras questões que não à política.

O Governo se aproveita desses bons resultados econômicos, dizendo ser o resultado de uma política sua; mas não é. Esta é uma política liberal, eu diria ultraneoliberal, implantada, sem muito sucesso, no Governo passado, momento em que várias crises assaltaram países como a Rússia, o México e os países asiáticos. No entanto, agora, temos uma outra visão no mundo. Não há mais essas crises, que trouxeram inquietação ao mercado mundial; hoje, o mundo inteiro tem capital de sobra, Sr. Presidente. Há um acúmulo de poupança em países como a China e o Japão, inclusive países do Terceiro Mundo, que fizeram ajustes fiscais, conseguiram fazer, efetivamente, a captação de recursos, tanto é que estão até financiando o Primeiro Mundo. Há uma grande sobra de capital no mundo inteiro, que financia a dívida de países que precisam rolar suas dívidas, que mantêm inclusive o mercado em funcionamento e aquecido, como, por exemplo, o Brasil. Essa sobra de capital, de dólar existente no mundo faz com que a economia esteja sólida. Esses capitais estão à procura do quê? De ganho. Capital procura ser remunerado, e, quanto mais, melhor. Essa é a essência do capitalismo: remuneração pelo capital. Portanto, esse capital especulativo, que logra por todo o mundo, está sendo aplicado no Brasil, porque aqui, lamentavelmente, se pratica uma taxa de juros que todos, é quase unânime, com exceção do Banco Central e do Copom, têm certeza absoluta de que se trata de uma taxa de juros incompatível com as necessidades de crescimento do nosso País. O País se sacrifica, assim como se sacrificam a sua produção, a sua geração de emprego e de renda, a melhoria da condição de vida do nosso povo, para que essas taxas de juros sejam praticadas, atraiendo esses mercados financeiros internacionais! Sr. Presidente, podem até diminuir essa taxa de juros que os mercados continuam vindo aqui diante da distância abissal que existe de 19,75% que dá os juros reais, se a inflação for de 5%, como deve ser, 5,1%, 5,3%, chegaremos a uma taxa de 14% 14,5%, contra 5,3%, que é o segundo colocado: a China; contra a média dos países emergentes: que é de 3%, contra a média mundial, que é de 1%.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, V. Ex^{as}s sabem como é a taxa de juros em países onde a inflação está em 7% ou 8%? É negativa, abaixo da taxa de inflação ou, às vezes, 1% ou 2% acima dela, porque a visão do seu Banco Central é a de que é necessário desenvolver o país, criar empregos e renda e não fazer apenas do setor financeiro e do mercado o sustentáculo da economia.

Esse é um Governo, Sr. Presidente, que criou dois pilares de sustentação – um é o político, congressual. E a maneira de criar esses pilares de sustentação

sabemos hoje: é exatamente tudo que se desenvolveu com recursos privados e públicos, com tráfico de influência, com formação de quadrilha, com remessa ilegal de divisas para o exterior, com sonegação fiscal, com burla à lei eleitoral. Tudo isso foi feito para se criar uma base artificial.

Quando participo das comissões de inquérito, ouço argumentações no sentido de que receber R\$6,5 milhões – não foram R\$10 milhões, conforme disse o ex-deputado Valdemar Costa Neto, Presidente do PL – não é nada de mais; de que isso representa apenas ajuda de um partido para outro. O PT captou recursos ilegalmente, ao arrepio total da lei, e deu ao PL R\$6,5 milhões, mas “isso é normal”. Ontem assistimos também ao PTB dizer a mesma coisa: que fez um acerto de R\$20 milhões, mas que houve um calote. O acerto não foi cumprido, e foram pagos apenas R\$4 milhões. O que é isso senão o mensalão, Senadores? O mensalão é um título-fantasia, uma palavra que foi inventada na última hora. Mas mensalão não é o pagamento mês a mês, isso não está em nenhum dicionário. Pagamento mês a mês é um contrato de trabalho, conforme está na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho. Mensalão é exatamente isto: a compra de apoio parlamentar. E foi o que o PT fez. Lamentavelmente, isso está aí para toda a Nação tomar conhecimento. Mesmo nos mais longínquos rincões desta pátria amada, a população está tomando conhecimento agora.

Imaginava o Presidente da República que poderia sustentar-se nas classes C, D e E, naquelas menos informadas, mas as últimas pesquisas já mostram seu desgaste em todas as regiões do País, inclusive entre as classes sociais menos informadas, porque são aquelas que menos dispõem dos meios de comunicação e do acesso à educação – e, por isso mesmo à informação.

Lamentavelmente, o Presidente imaginava que manteria sua popularidade nessa faixa da população brasileira e usou o discurso populista à procura da sua origem, da sua história – que ninguém quer negar. Mas estamos tratando de uma coisa muito mais séria, que o País está vivendo: uma crise de identidade, uma crise moral e ética por aqueles que disseram que podiam empunhar a bandeira da ética e da moralidade, que é muito pesada. Antes de empunhar essa bandeira da moral e da ética é preciso estar abraçado com esses princípios, e não simplesmente usá-los como proselitismo político, como discurso para alcançar o poder, sem que a consciência, no seu âmago, esteja imbuída da sua prática.

Por isso, nesses dias que estamos vivendo, podemos dizer que, apesar daquela frase que foi cunhada, de que “a esperança vence o medo” – essa foi a

grande frase da campanha, que elegeu o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva –, infelizmente, quem venceu a esperança foi o mercado financeiro; quem venceu a esperança foi a especulação financeira; quem venceu a esperança, lamentavelmente, foi a corrupção, a compra de consciências, o poder corruptor do Executivo.

O centro ativo da corrupção está no Executivo. Hoje ele tenta jogar a culpa no Congresso Nacional e, às vezes, até no seu próprio Partido, o PT, que tem membros sérios. Há correligionários do PT que são homens sérios, não participaram disso. Mas o Presidente até tenta desassociar-se do seu Partido – lamentavelmente, pois deveria estar assumindo as suas culpas.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, trago esta preocupação, eu que estou nas Comissões Parlamentares de Inquérito, para que tenhamos força para impedir uma ação coordenada do Governo no sentido de dispersar os trabalhos nas diversas Comissões para abafar...

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA.) – Fazendo soar a campainha.) – V. Ex^a terá mais dois minutos de prorrogação, além dos dois regimentais, em homenagem a sua competência e ao povo baiano.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Agradeço muito, Sr. Presidente, a generosidade que vem do Pará. A amizade que sei merecer recebo de V. Ex^a.

Mas há a tentativa, sem sombra de dúvida, de fazer uma barafunda dessas investigações, ao colocar-se em funcionamento duas comissões em paralelo, criadas por inspiração do Governo: a do Mensalão, que não era necessária, porque já havia a dos Correios, e a dos Bingos, porque já estava solicitada anteriormente.

Essa é uma tentativa que espero frustrada, porque o que está em jogo é a credibilidade das instituições brasileiras, seja do Parlamento, seja do Executivo. A nossa parte vamos cumprir, haja o que houver. Essa é a obrigação que tem o Parlamento para com a Nação brasileira, até para recuperar sua credibilidade, agora arranhada. Quanto ao Executivo, o Presidente Lula deve cumprir com sua função de líder nacional. Não se deve depositar expectativas na Controladoria-Geral da União, que nunca cumpriu seu papel. Lá há um Ministro que foi atrás dos Prefeitos, mas que nunca fez uma denúncia internamente, embora seja essa sua função precípua: o intitulado Ministro Waldir Pires, que sumiu, desapareceu.

Sr. Presidente, a hora é grave. Não desejo abusar da sua paciência, por isso já encerro. Espero que a esperança permaneça no coração e na mente de todos os brasileiros. Não podemos deixar que aqueles que não honraram seus compromissos com a Nação tragam para o nosso País momentos de desalento e desânimo.

Precisamos redobrar nossa força e estímulo, tentando procurar toda a nossa competência, determinação e vontade, para deixar este País melhor após toda essa crise. Essa é a nossa função, esse é o nosso dever. Tenho certeza de que cumpriremos essa missão.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. César Borges, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Flexa Ribeiro.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.) – Sr. Presidente, solicito a palavra em nome da Liderança do PSB.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador João Capiberibe, por cinco minutos.

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP.) – Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ontem, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que abre caminho para a construção do Orçamento de 2006.

O Orçamento, instrumento da política, deve ser controlado pelo cidadão. O cidadão deveria exercer o controle, mas nunca o fez. Aliás, no Brasil, proclamamos a República, mas não a instituímos. Infelizmente, o bem comum é controlado por muito poucos.

Tive uma reunião com o Ministro da Cultura, Gilberto Gil, que está realizando um trabalho excelente com suas propostas de promoção cultural, em que também esteve presente o Secretário Executivo Juca Ferreira. Discutimos a disponibilização do orçamento do Ministério da Cultura através da rede mundial de computadores, dos detalhes, das despesas, pois a sociedade precisa saber em que é gasto essa monumental carga tributária que todos pagamos, esta sopa de letrinhas: o ISS, o ICMS, o IOF, a Cide – uma infinidade de siglas. Cada uma dessas siglas arranca renda das famílias, da sociedade, para engordar o Estado brasileiro. O cidadão que paga todos esses impostos não sabe em que é gasto todo esse dinheiro, essa dinheirama.

Tiradentes se rebelou contra a derrama de 20% da produção do ouro. Atualmente, a carga tributária está chegando a 40% e não temos a ousadia, a coragem de nos rebelar. O Estado arrecada, mas, na hora de oferecer os benefícios, o braço é curto, não alcança o conjunto da sociedade brasileira.

Portanto, esse encontro com o Ministro Gilberto Gil, com o Secretário Executivo Juca Ferreira e com o Secretário Sérgio Mamberti selou o compromisso do Ministério de dar um passo adiante na transparência do uso do dinheiro público. E o Ministério da Cultura vai nos acompanhar nessa cruzada. Vivemos um momento de investigações quanto ao uso do dinheiro público. As CPIs estão investigando e têm que investigar, têm que punir e têm que mandar para a cadeia, porque o ladrão de dinheiro público é o pior de todos, pois, quando desvia recurso da saúde e da educação, condena gerações ao analfabetismo e milhares de pessoas à morte. Isso ocorre no meu Estado. A saúde, lá, é caótica. Não é por falta de dinheiro, Sr. Presidente. Lá, tem dinheiro, sim, para a saúde. Mas é por desonestade. Primeiro, na prioridade de aplicação dos recursos. Segundo, porque se desvia o dinheiro. São notas fiscais frias, superfaturamento.

Portanto, o Estado brasileiro arrecada e arrecada pesadamente da renda das famílias, mas distribui entre poucos. E esse projeto que tramita na Câmara tornará obrigatório que todas as instituições públicas exponham suas despesas com detalhes. Em geral, os macroeconomistas gostam dos grandes números, mas o povo gosta do detalhe. Então, é no detalhe que a sociedade vai poder exercer o efetivo controle social sobre o Orçamento.

Sr. Presidente, felicito aqui o Ministro Gilberto Gil e o Ministro da Ciência e Tecnologia, Sergio Rezende, com quem estive ontem. Vamos aprimorar o projeto que já está na Internet, já está o detalhe do Orçamento na Internet. Estamos trabalhando na Câmara Federal para aprová-lo. Conversei com o Presidente da UNE, o estudante Gustavo Petta, sobre o projeto e ele o levará à Executiva da UNE para que ela abrace essa bandeira. Essa é uma bandeira da juventude, que gosta de navegar na Internet, e que, neste momento, pode cooperar com o País, exercendo um controle eficaz na aplicação do dinheiro público. Até estamos com o plenário esvaziado porque todos estão nas CPIs. Temos tido dificuldade de aprovar leis importantes para o País, porque estamos numa fase de investigação.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, na hora em que a sociedade tomar em suas mãos o controle efetivo do Orçamento Público, tenho a convicção de que poderemos construir um país infinitamente mais generoso do que temos hoje e reduzir, drasticamente, as diferenças, as desigualdades do nosso País.

Por último, quero anunciar que, na quarta-feira, dia 31, às 20 horas, na Sala Villa-Lobos do Teatro Nacional, estaremos apresentando um belíssimo espetáculo, que é o encontro dessas diferenças culturais, reunindo músicos eruditos e músicos indígenas, e às

11 horas, aqui, no Salão Branco da Chapelaria, esse espetáculo também nos será oferecido, com o apoio do Senado Federal, com o apoio da Secretaria do Senado Federal e do Senador Presidente Renan Calheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço ao nobre Senador João Capiberibe.

Concedo, pela ordem de inscrição, a palavra ao nobre Senador Alberto Silva.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– V. Exª tem a palavra pela ordem.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoría, para falar logo após o brilhante discurso do Senador Leonel Pavan, que trocou com o Senador Sibá Machado. É isso, Senador Sibá Machado? (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Pois não, nobre Líder. O próximo orador, pela inscrição, é o Senador Alberto Silva. Porém, antes de conceder a palavra a S. Exª, pergunto ao nobre Líder Senador José Jorge se, após o pronunciamento do nobre Senador Alberto Silva, V. Exª cederá a palavra ao Senador Leonel Pavan e, em seguida falará V. Exª, pela Liderança?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Depois, o Senador Sibá Machado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Há uma permuta entre o PSDB e o PT, que muito me alegra.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Pela ordem, Sr. Presidente. Acontece que o Senador Sibá Machado, que vai acompanhá-lo até o Pará para verificar a plantação de óleo de dendê, também merece esse reconhecimento. Inclusive, eu gostaria de ir junto até o Pará, mas, infelizmente, não vou poder participar dessa viagem, porque tenho um compromisso em Mato Grosso para falar sobre turismo. Então, agradeço ao Senador Sibá Machado por também conceder seu horário para que possamos usar a tribuna logo após o nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Quero, antes de transferir a palavra ao nobre Senador Alberto Silva, avisar aos nobres Senadores que a ordem de inscrição é a seguinte: Senadora Ana Júlia Carepa, Senador Alberto Silva – que vai fazer uso da palavra –, Senador Valdir Raupp, Senador Sibá Machado e, em seguida, Senador Leonel Pavan. Pela Liderança, falará o Senador José Jorge, em seguida ao Senador Leonel Pavan, que fez permuta com o Senador Sibá Machado, se não chegar a Senador Ana Júlia.

Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva, por dez minutos e mais dois de prorrogação.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, recebi uma delegação, no meu gabinete, de homens que representam o transporte urbano no Brasil, não o de metrô, mas o das transportadoras de ônibus. Eles nos fizeram um apelo, a mim e a alguns colegas nossos do Senado e da Câmara, sobre o que está acontecendo no País relativamente ao transporte urbano, em relação às pessoas que precisam se deslocar de suas casas para o trabalho, ou para tratamento médico, ou para quaisquer outras atividades que tenham que se locomover. E nos trouxeram uma estatística alarmante: cerca de 37 milhões de brasileiros que moram nas cidades não têm condições de pagar as passagens de ônibus, porque elas são caras devido à quantidade de – digamos – taxas, impostos, custos adicionais, quer do Governo Federal, quer dos Estados, quer dos Municípios.

Lembro que, quando Presidente da Empresa Brasileira de Transporte Urbano, tivemos cuidado em relação ao ponto principal da organização que demos ao transporte urbano no Brasil, e o fizemos em todas as capitais. Por exemplo, aquele projeto de Curitiba foi do meu tempo; não aquelas paradas bonitas feitas posteriormente, mas a estrutura do projeto foi da EBTU. Goiânia, Curitiba, Porto Alegre, São Paulo, Rio de Janeiro, Florianópolis, enfim, trabalhamos no País inteiro, e a nossa preocupação era com que o transporte urbano tivesse um desempenho de tal ordem, tanto econômico para quem o explorava, como rápido e eficiente para quem dele fazia uso. E conseguimos isso.

Na época, uma questão foi solucionada pela EBTU: o problema da renovação de frota. Pelo que diziam os empresários da época, a vida útil de um ônibus naquele tempo não ia além de sete anos, e havia necessidade de renovação, porque eles começavam a gastar combustível demais. Criamos, então, um fundo de renovação de frota. Foi algo assim inusitado. Conseguimos renovar a frota de grandes cidades, como Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, assim como no Paraná, em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul. E o resultado disso era sempre uma redução nas tarifas cobradas pelos empresários aos usuários dos ônibus.

Creio ser chegado o momento de o Poder Público debruçar-se sobre isso. E nós aqui também temos de olhar esse problema com muita presteza, porque, na verdade, Sras e Srs. Senadores, já pensaram no drama de uma pessoa que mora numa cidade grande e que não pode usar a bicicleta para chegar até o seu destino? Isso é impossível, pois são distâncias quilo-

métricas, e eles se vêem na contingência de ficarem presos em casa necessitando, por exemplo, de uma ajuda médica, de uma consulta, ou precisando ver a sua conta, seu depósito na Caixa Econômica ou do INSS. Já pensaram no drama dos 37 milhões de brasileiros levantados pela Federação dos Transportadores de Transporte Urbano no Brasil?

Eu, que já fui o presidente da maior empresa que cuidou disso no Brasil durante quatro anos, creio que está na hora de usarmos a nossa experiência e de trabalharmos para que se encontre uma fórmula para reduzir as tarifas e colocá-las ao alcance dos menos favorecidos e dos que mais precisam do transporte urbano.

Não me refiro aqui ao metrô, geralmente com custos mais baixos, mas que tem eixos definidos, direções determinadas, e não pode sair dos trilhos. É verdade que nós, na EBTU, implantamos no Brasil o que se chama integração ônibus-metrô – foi do meu tempo. Implantamos isso em São Paulo, no Rio de Janeiro e, depois, em Porto Alegre, o que foi bom. No entanto, os usuários das linhas de ônibus, cujos destinos não são alcançados pelo metrô, estão impedidos de usá-las, porque não têm dinheiro para pagar.

Uma das sugestões que considero perfeitamente possível e viável está nas mãos do Governo; está nas mãos da Petrobras. Por exemplo, a Petrobras negocia gasolina. No passado, a Petrobrás negociava a gasolina e, no lucro que conseguia obter, subsidiava o diesel. Com isso, mantinham-se os preços das passagens urbanas. De repente, aos pouquinhos, a Petrobras foi eliminando esse subsídio. Depois, veio uma determinação, uma lei que tornou isso livre, ou seja: podem aumentar, podem discutir isso nos seus Estados.

Na verdade, o que há hoje é a impossibilidade de 37 milhões de brasileiros se locomoverem, porque não podem pagar a passagem de ônibus.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com todo o prazer, Senador Leonel Pavan.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Eminent Senador Alberto Silva, primeiro, quero cumprimentá-lo por trazer à baila esse assunto. Todos os dias, deparamo-nos com notícias, nos jornais do Brasil inteiro, de que sempre há movimentos de estudantes e de usuários de transportes coletivos em capitais, em Municípios, em razão do preço da passagem do transporte urbano. Recentemente, em Florianópolis, nosso Prefeito Dário Berger, do PSDB, sofreu muito em relação a esse problema. Às vezes, exige-se do Executivo, do administrador, uma posição firme, mas que ele está impossibilitado de realizar.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Exatamente.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – A Lei de Responsabilidade Fiscal exige que se cobre o que está em lei, o que está no Orçamento. Sou autor, Senador Alberto Silva, de dois projetos de lei que refletem essa preocupação. Um deles visa a que o transporte municipal urbano, principalmente de empresas privadas, seja isento do imposto do combustível, a Cide, porque eles não usam rodovias federais. Sugerimos também que as empresas sejam isentas ou recebam incentivos no desconto do ISS – Imposto sobre Serviços – e que fiquem isentas do IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados, que incide sobre peças, pneus, carrocerias. Se isentarmos as empresas desses impostos, o preço das passagens terá uma redução superior a 30%.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Chegamos a 50%.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Sou autor de dois projetos de lei nesse sentido. Então, meus parabéns e meus cumprimentos a V. Ex^a, Senador Alberto Silva, pela sua experiência, pelo seu conhecimento. V. Ex^a é um exemplo para nós e um grande conselheiro.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O Sr. Leonel Pavan (PSDB – SC) – Mas é claro que o seu pronunciamento traz à baila esse assunto, para que nos debrucemos sobre esses projetos, trazendo benefícios aos usuários do transporte urbano.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, fico grato à sua intervenção e convido V. Ex^a para que nos juntemos, formando um grupo de trabalho, para que toda essa ponderação de V. Ex^a se transforme realmente em resultado positivo, em leis que beneficiem o transporte urbano.

V. Ex^a está de parabéns pela iniciativa e conta comigo e – tenho certeza – com todos os nossos companheiros aqui, para transformarmos em lei essa iniciativa, resultando numa redução dos preços das passagens de transporte coletivo nas diferentes cidades brasileiras. Não é possível assistirmos a 37 milhões de brasileiros que não podem transportar-se, porque não têm dinheiro para pagar a passagem.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Senador Alberto Silva, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Sibá Machado (Bloco/PT – AC) – Serei rápido. Quero só fazer uma pergunta. Pelo menos na Amazônia – não sei como é em outras regiões –, há um problema muito forte: os chamados transportes alternativos. É o caso de vans, kombis, esses carros que

prestam um certo serviço de transporte urbano, concorrendo com as empresas mais consolidadas. Há ainda o problema dos mototáxis; no mínimo, é um problema de higiene – aquela história do capacete, que passa de cabeça em cabeça, transportando também uma série de outros problemas de saúde –, além de haver o risco de acidente ou coisa parecida. Então, pergunto a V. Ex^a: que sugestão teríamos nessa direção?

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Dentro da lei, a que acaba de referir-se o Senador Leonel Pavan, podemos colocar dispositivos que regulamentem isso, ou uma proibição ou uma regulamentação, para que esses veículos não venham, digamos, a atrapalhar a grande maioria da população que não pode pagar, porque eles, sendo concorrentes dos transportes de ônibus, que são os transportes populares e coletivos, estão prejudicando o desempenho das empresas que também pagam impostos e fazem grandes investimentos. Creio que, na legislação – e acho que todos nós podemos entrar nisso –, deveremos disciplinar a matéria.

Ao tempo em que existia a Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, ela tinha gestão sobre isso e não permitia. Enquanto eu fui presidente daquela empresa, durante os quatro anos, não houve...

(Interrupção do som.)

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – ... nada disso.

Termino, Sr. Presidente, agradecendo o aparte do Senador Sibá Machado e registrando que quero me juntar à iniciativa do Senador Pavan para que encontremos a solução que estão esperando milhões de brasileiros.

Voltaremos ao tema oportunamente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Alberto Silva.

Concedo a palavra ao nobre Senador Leonel Pavan, por permuta com o Senador Sibá Machado.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, quero dizer que para mim é uma alegria usar a tribuna do Senado quando V. Ex^a preside os trabalhos, e o faz tão bem, democraticamente. V. Ex^a faz um grande trabalho em defesa do Pará e também em defesa do Brasil, por isso, para mim, é um orgulho muito grande poder usar a tribuna neste momento.

V. Ex^a, que vai levar à sua região uma comitiva do Brasil inteiro – o Presidente da Comissão de Agricultu-

ra, Sérgio Guerra; nosso querido amigo Sibá Machado, homem que está lutando para que empresas produtoras do óleo de dendê se instalem no Acre –, receba meus cumprimentos por dar essa abertura a todos. Eu, infelizmente, não farei parte dessa comissão, porque Santa Catarina não poderá produzir óleo de dendê, mas quero dizer que podem contar comigo para que outras regiões do Norte e do Nordeste possam obter ainda mais sucesso na produção desse óleo. Contem conosco. Sou titular da Comissão da Agricultura, e faremos tudo para que possamos alcançar ainda mais sucesso, para que possamos atuar de forma ainda mais arrojada e abrangente com relação à produção do óleo de dendê. Meus cumprimentos, Senador Flexa Ribeiro, e leve um abraço a meus familiares do Pará também.

Também queria deixar registrado aqui que sábado ocorrerá, em Florianópolis, uma convenção sobre o tabagismo. O Relator do projeto que versa sobre esse tema, Senador Heráclito Fortes, vai comandar um grupo de parlamentares para discutir, em Florianópolis, a lei sobre a erradicação do tabagismo. Lá estarão também pessoas do Rio Grande do Sul, muito bem representadas aqui pelo Senador Paulo Paim. Eu, infelizmente, também não vou poder tomar parte dessa audiência pública, mas serei representado pelo Deputado Clésio Salvaro, de Criciúma. Não participarei desse evento, porque estarei em Mato Grosso para discutir a Lei Geral do Turismo, área em que estamos avançando, tema que estamos debatendo antes de colocá-lo na pauta de discussões do Congresso.

Nós iremos acompanhados de alguns empresários e de parlamentares e vamos conhecer também um empreendimento turístico muito grande – fica no Pantanal, um hotel da CNC. Infelizmente não me farei presente, mas quero deixar aqui publicamente registrado o meu apoio a esses agricultores. Espero que eles não saiam perdendo, que não sejam prejudicados, que se possa ter uma política ordenada, uma política abrangente, capaz de atender aos produtores de fumo sem feri-los radicalmente.

Não estou aqui defendendo o tabagismo, mas quero deixar registrado que nós somos contra, radicalmente, uma ação enérgica do Governo para eliminar imediatamente a produção dessa cultura milenar, que é o plantio do fumo. Até preparar essa gente, os produtores, conscientizá-los da importância de se mudar o tipo de agricultura e de produção, Senador Sibá Machado, leva um tempo. É preciso, então, que sejamos bastante democráticos.

Quero deixar registrado nos Anais da Casa o meu pronunciamento, que será lido em Florianópolis pelo Deputado Clésio Salvaro.

Sr. Presidente, quero também deixar aqui o meu pronunciamento referente à questão dos projetos sociais do atual Governo. O Partido dos Trabalhadores chegou ao poder, com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como portador das melhores esperanças da Nação brasileira. Esperança, em primeiro lugar, de que as enormes desigualdades de renda e acesso aos direitos da cidadania, que nos envergonham diante do mundo, seriam atacadas por um grupo político – e, principalmente, por um Chefe de Estado – comprometido com as tão necessárias mudanças nas políticas sociais. Esperança, também, de que um modo de fazer política transparente e infenso à corrupção chegava ao Palácio do Planalto.

Essa segunda esperança, como já está claro para todos os brasileiros, infelizmente desapareceu após os escândalos sob investigação nas Comissões Parlamentares de Inquérito abertas neste Congresso Nacional, notadamente a que examina as denúncias de corrupção na Empresa de Correios e Telégrafos e a que trata da compra de votos de parlamentares em decisões de interesse do Poder Executivo. O PT mostrou, infelizmente, que não era tão puro e tão ético como gostava de apregoar.

Infelizmente falamos do PT, a legenda, mas sabemos que existem inúmeras pessoas dentro dessa legenda que merecem o nosso respeito, até poderia dizer a grande maioria, mas alguns dos líderes e algumas pessoas desavisadas prejudicaram e estão prejudicando – e certamente sentirão isso nas próximas eleições – o Partido dos Trabalhadores.

Eu sou do PSDB, da oposição, mas torcia muito para que essa legenda, por ter um compromisso com a democracia, a ética e a transparência, realmente desse certo. Não deu. Só que não se pode culpar todos, mas certamente os envolvidos, nas próximas eleições, sofrerão um revés.

A perda desse patrimônio simbólico do PT e, talvez, do próprio Presidente Lula não atinge somente aquele partido, mas, precisamente por *matar* a esperança, deixa a Nação com aquele travo cínico de pensar que não haverá solução para o País, vez que, em uma conclusão fácil e cômoda, todos os políticos são ou se tornam desonestos quando atingem o poder.

Sr. Presidente, meu pronunciamento é extenso e V. Ex^a me dá sinal de que devo paralisá-lo. Claro, tenho de respeitá-lo, mas eu queria dizer que nós, brasileiros, independente de cores partidárias, estamos torcendo para que as coisas fiquem claras. Estamos torcendo para que, logo, logo, as comissões, as CPMIs, o Ministério Público, a Polícia Federal levem ao conhecimento da população o nome daqueles que realmente cometem erros que não são aprovados pela popula-

ção brasileira, para que eles sejam punidos, para que possamos resgatar a credibilidade.

Felizmente, o Senado Federal, até o presente momento, passa ilesa e vamos torcer para que continue assim, para que esta Casa não seja castigada, para que possamos continuar de cabeça erguida, defendendo a nossa Constituição, os direitos adquiridos e, principalmente a ética. Temos de enaltecer a ética, honrar essa palavra que é tão importante para a população do mundo inteiro. Lamentavelmente, às vezes, ela...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – ...é manchada por algum desvio de funcionamento público, por pessoas que exercem cargos e não correspondem àquilo que se espera.

Deixo registrado porque, há pouco, ouvimos o Dr. Buratti. Eu estava na CPMI, para aonde vou retornar, e fiz algumas perguntas a ele. O estranho, Sr. Presidente, é que quando eu lhe perguntei se ele confirmava o depoimento que deu ao Ministério Público, em São Paulo, ele confirmou. O estranho é que ele não mostrou as provas, não mostra as provas. Eu sou da Oposição e poderia cobrar isso, apenas usar as suas palavras para fazer demagogia. Mas temos que ser responsáveis. Ele falou, comprometeu ainda mais o Ministro Palocci, comprometeu o Governo.

Sr. Presidente, peço mais dois minutos, por favor, para encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a terá mais dois minutos para concluir o seu pronunciamento.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – O Dr. Buratti comprometeu ainda mais o Ministro Palocci. A declaração que ele deu em São Paulo aumentou o dólar, provocou queda na Bolsa, provocou uma rápida reação do Ministro – e aparentemente eficiente, não 100%, porque teve algumas mentiras sobre a questão de empregos –, que concedeu uma entrevista coletiva desmentindo o Dr. Buratti.

Mas hoje, Senador Paulo Paim, ele reafirmou o que havia dito. E isso é grave. Então, é preciso exigir dele mais transparência, inclusive, documentos, até que possamos levar as coisas mais claras à população brasileira, com provas documentais.

Encerro o meu pronunciamento dando, mais uma vez, o meu apoio aos senhores vereadores do Brasil inteiro que adquiriram um vaga nas câmaras municipais, por meio do voto popular, e, infelizmente, foram podados por um ato impensado. E há provas contundentes, porque a lei foi aprovada depois de um ano – teria que ser um ano antes – e publicada bem de-

pois, mais tarde ainda. Quero aqui deixar registrado o meu apoio aos senhores vereadores, esperando que a decisão de hoje lhes traga realmente os benefícios ou benefício, os seus direitos adquiridos na última campanha eleitoral.

Meu agradecimento, Sr. Presidente, agradeço ao querido amigo, Senador José Jorge, que me permitiu usar a palavra.

Muito obrigado.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR LEONEL PAVAN.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, não há mais dúvidas de que o consumo diário de tabaco faz mal à saúde. Extensas e cuidadosas pesquisas científicas já comprovaram, nas últimas décadas, que o tabagismo está associado a diversos males e doenças.

Queremos deixar claro, aqui desta honrada tribuna, que não defendemos o uso do cigarro, nem tampouco fazemos apologia ao tabagismo.

Entretanto, na qualidade de representante nesta Casa da minha amada e bela Santa Catarina, Estado responsável por mais de 30% da produção nacional de fumo, não podemos permitir que a fumicultura sofra, da noite para o dia, um processo fulminante de extermínio, deixando milhares de pequenos agricultores, catarinenses ou não, na mais absoluta miséria.

As consequências econômicas seriam desastrosas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a pura e simples erradicação do tabaco, sem nenhum planejamento ou cuidado, extinguiria, em uma só tacada, cerca de 2,4 milhões de empregos gerados pela fumicultura. Em nosso País, onde o desemprego talvez seja nossa chaga maior, isso seria catastrófico, meus Nobres Colegas!

Portanto, Sr. Presidente, soa como demagogia pueril, tão própria ao atual Governo, entabular uma radical campanha contra a fumicultura. E os impostos que deixariam de ser arrecadados? E as famílias de pequenos agricultores, como ficariam? Afinal, a fumicultura é desenvolvida quase que exclusivamente por pequenos proprietários.

Em Santa Catarina, o setor fumageiro tem expressiva importância econômica e social. Dos cerca de 200 mil produtores rurais catarinenses cadastrados, 47 mil – 24% do total – exercem a fumicultura como atividade principal de subsistência. Nada menos que 70% dos produtores de tabaco têm propriedades com menos de 20 hectares.

A área média de plantio é de 2 hectares, sendo que a renda bruta de 1 hectare cultivado de fumo

atinge R\$4 mil, contra apenas R\$600,00 em média, nas plantações de milho ou feijão. Vê-se, diante desses números, que a simples substituição das lavouras fumageiras por outras culturas não se dará da forma fácil como alguns, ingenuamente, imaginam.

Ademais, o fumo é um dos principais itens de nossa pauta de exportações. Como terceiro maior produtor mundial, o Brasil, a despeito da implementação de barreiras tarifárias por parte dos países importadores, tem na fumicultura uma importante alavancada na consolidação de sucessivos superávits comerciais.

Não podemos esquecer, meus Caros Colegas, do incremento do comércio ilegal de cigarros, algo que só aumentará com o cerco aos nossos produtores. Só em tributos, estima-se que o Governo deixa de arrecadar R\$1,4 bilhões por ano devido ao mercado negro do tabaco.

Ao combater a produção legal do fumo sem nenhum tipo de planejamento ou controle rigoroso, estaremos tão-somente sinalizando, para a indústria do descaminho, perspectivas de grandes lucros. As imagens de caixas imensas de cigarros sendo arremessadas do alto da Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu, já se transformaram em rotina em nossos telejornais.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, são necessários muito cuidado, equilíbrio e bom senso para debatermos nossa possível adesão ao Projeto de Combate Mundial ao Tabaco. Que o tabagismo é uma prática das mais deletérias para a nossa saúde, ninguém discorda. O que está em jogo, todavia, é a atividade econômica que sustenta centenas de milhares de pequenos agricultores, que dependem da fumicultura para a subsistência de suas famílias.

Temos de enfrentar, sem reducionismos ingênuos, a questão da paulatina e sustentável substituição da cultura do tabaco por outro produto com igual patamar de renda. Antes disso, reduzir os plantadores de fumo ao papel de vilões é um radicalismo do qual devemos fugir.

O segundo assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores...

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores,

O Partido dos Trabalhadores chegou ao poder, com Luiz Inácio Lula da Silva na Presidência da República, como portador das melhores esperanças da Nação brasileira. Esperança, em primeiro lugar, de que as enormes desigualdades de renda e acesso aos direitos da cidadania, que nos envergonham diante do mundo, seriam atacadas por um grupo político – e, principalmente, por um Chefe de Estado comprometido com as tão necessárias mudanças nas políticas sociais. Esperança, também, de que um modo de fazer

política transparente e infenso à corrupção chegava ao Palácio do Planalto.

Esta segunda esperança, como já está claro para todos escândalos os brasileiros, sob investigação desapareceu após os das Comissões Parlamentares de Inquérito abertas neste Congresso Nacional, notadamente a que examina as denúncias de corrupção na Empresa de Correios e Telégrafos que trata da compra de votos de parlamentares em decisões de interesse do Poder Executivo. O PT mostrou, infelizmente, que não era tão puro e tão ético como gostava de se apregoar.

A perda desse patrimônio simbólico do PT e – talvez – do próprio presidente Lula não atinge somente aquele partido, mas, precisamente por matar a esperança, deixa a Nação com aquele travo cínico de pensar que não haverá solução para o País, vez que, em uma conclusão fácil e cômoda, todos os políticos são ou se tornam desonestos quando atingem o poder.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Leonel Pavan, e solicito que seja encaminhada a documentação à Mesa para ser inserida nos termos do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, pela Liderança da Minoria, por cinco minutos, mais dois minutos de prorrogação.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, no segundo semestre do ano passado, 2004, apresentei um requerimento na CCJ, o qual solicitei fosse encaminhado ao Tribunal de Contas da União, com o objetivo de que aquela Corte fizesse uma auditoria na utilização dos cartões corporativos por parte dos servidores da Presidência da República.

Justifiquei minha solicitação citando notícias veiculadas na imprensa que informavam sobre o excessivo crescimento das movimentações dos cartões na nova administração, em especial pelas retiradas de dinheiro em espécie. O levantamento foi feito pela assessoria do PFL.

Meu propósito foi o de garantir a lisura na utilização de cartões corporativos, que foram implantados no governo anterior, por recomendação do TCU, de modo a garantir a transferência dos gastos públicos.

Por ação de Senadores do Bloco de Apoio ao Governo, em especial do Líder Aloizio Mercadante, que deu um voto em separado contrário à aprovação, sob a alegação de que haveria segredo nesses gastos, a CCJ acabou por rejeitar o meu pleito.

Em decisão do mês de novembro último, o TCU reconheceu a validade do uso de cartões corporativos, como um facilitador da administração pública, pois dada a sua relativa publicidade, facilitaria a fiscalização.

Contudo, o risco que identificávamos acabou sendo confirmado pelo TCU, que determinou alterações na sistemática de uso dos cartões, visando coibir abusos. Mas a determinação não foi suficiente, pois agora o assunto volta às manchetes da imprensa.

A revista **ISTOÉ Dinheiro** destaca na capa:

“Exclusivo – TCU investiga os saques em dinheiro vivo dos cartões do governo – Tribunal de Contas da União quer saber por que dois terços das movimentações com cartões de crédito do Governo Federal eram retiradas em dinheiro vivo e como foram usados esses recursos”.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o cartão de crédito foi implantado exatamente para evitar que o funcionário trabalhasse com dinheiro vivo. No entanto, ele estava sendo utilizado simplesmente para retirar o dinheiro e o funcionário pagar aquilo que desejava. Dessa maneira, seria melhor que não existisse o cartão de *cash*.

Segundo a revista:

Levantamento de auditores do Tribunal de Contas da União mostra os servidores da Presidência que possuem cartões corporativos e os valores que cada um sacou no período entre janeiro e agosto de 2004.

O Palácio do Planalto pagou, entre janeiro e agosto do ano passado, R\$5,5 milhões em despesas com cartões de crédito. [Só no Palácio]. Os gastos com cartão neste ano aumentaram. Até a última quinta-feira, 18,[portanto, período semelhante], as faturas dos cartões corporativos do Governo Federal somavam exatos R\$10.268.310,98, segundo dados do SIAFI, [portanto, o dobro].

Do total, R\$5,6 milhões referem-se a despesas do gabinete do Presidente. O que mais inquieta os Ministros do TCU, no entanto, é o volume de saques em dinheiro vivo feito por funcionários do Planalto através dos cartões corporativos. [É dinheiro vivo]. Entre janeiro e agosto de 2004, o total é de R\$3,2 milhões em fatura.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador José Jorge, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pois, não, embora nem saiba se posso conceder, porque só tenho cinco minutos.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Senador José Jorge, só quero enfatizar o que V. Ex^a está dizendo, sobretudo porque se imagina que o cartão de crédito possa ser usado para compra de determinadas coisas e não para sacar dinheiro.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Essa é um função que deveria ter sido bloqueada já que havia a intenção de facilitar ou de tornar viável algum tipo de controle. Mas o saque de dinheiro deveria ter sido bloqueado. Esse é o maior erro de todos e indica que não há boa coisa atrás disso.

O Sr. Rodolpho Tourinho (PFL – BA) – Exatamente.

Concedo um aparte ao Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres (PDT – AM) – Senador José Jorge, só agora, diante dessas revelações, entendendo por que a Bancada governista, há dois meses, resistiu tanto na aprovação de um simples requerimento de informações a respeito desses cartões de crédito. Pelo que veio à tona agora, aparece mais uma vez a ponta de um *iceberg*. Acho que temos pela frente mais um enorme escândalo, e esse chega muito perto do Presidente da República.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Exatamente. Eu também estranhei na época. Inclusive, antes, já ano passado, o meu requerimento foi rejeitado na Comissão – V. Ex^a lembra – e agora conseguimos aprovar esse de autoria do Senador Arthur Virgílio.

Na realidade, Sr. Presidente, outra coisa interessante é a desculpa que uma das funcionárias, exatamente a que paga as despesas do casal presidencial, o Presidente Lula e sua esposa, a servidora Maria da Penha Pires alega que ela retira em dinheiro porque muitas empresas, em Brasília, não aceitam cartão de crédito.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a terá mais dois minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Disse ela que muitas empresas não aceitam cartão de crédito. Entretanto, em uma das notas apresentadas por ela de despesa de papelaria, verifica-se que ela comprou com dinheiro em quatro empresas. Ela tirou dinheiro e pagou em dinheiro. E todas essas quatro empresas aceitam cartão de crédito. Quer dizer, é uma desculpa amarela, como sempre, igual à do sujeito pego com dinheiro na cueca, que disse que não viu e perguntou onde estava.

Sr. Presidente, por último, ressalto que, na realidade, fizemos essa primeira tentativa, que não foi aprovada. Posteriormente, em reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, citada pelo Senador Jefferson Péres, tivemos a maior dificuldade em aprovar os requerimentos do Senador Arthur Virgílio.

(*O Sr. Presidente faz soar a campainha.*)

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – São 32 requerimentos que pedem a abertura de cartão de crédito de todos os Ministérios. Esses requerimentos vieram à Mesa, onde passaram praticamente dois meses para serem aprovados e, apenas agora, se não me engano, no dia 18 de agosto, foram encaminhados aos Ministérios. No dia 16 de setembro, teremos as informações encaminhadas pelos Ministérios.

Apesar do grande esforço havido, é mais de um ano de luta minha e de outros Senadores para que isso fosse concluído. Agora, já sabemos que, no dia 16 de setembro, contaremos com as informações dos requerimentos encaminhados aos Ministérios e com as investigações do Tribunal de Contas para que possamos abrir essa caixa-preta.

Espero que isso não seja, como disse o Senador Jefferson Péres, a ponta do *iceberg*, que não apareça uma nova Fiat Elba, que venha a atingir diretamente o âmago do Governo. E eles demoraram muito tempo, não para concordar que isso fosse aberto, mas para que tivéssemos condições políticas de abrir esse segredo. Agora, temos. Portanto, vamos revelar ao povo brasileiro tudo o que está acontecendo com esse cartão de crédito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Líder da Minoria, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao nobre Senador Rodolpho Tourinho, por permuta com o Senador Sibá Machado, por dez minutos prorrogáveis por outros dois.

O SR. RODOLPHO TOURINHO (PFL – BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, inicio o meu discurso dizendo da minha indignação com o que foi dito pelo Senador José Jorge em relação aos cartões de crédito. Não se pode conceber a utilização de cartão de crédito para retirar dinheiro, caixa, sem nenhum tipo de comprovação. Preocupamo-nos com isso, porque essas coisas sem explicação acabam transformando este País em algo difícil de ser levado e tocado. Evidentemente, isso ocorre em detrimento dos mais pobres, dos menos favorecidos – não temos dúvida disso.

Neste momento de tantas CPIs em andamento e dessas revelações sobre cartão de crédito utilizado pela Presidência da República, tentarei tratar de um tema porque entendo que temos que levar o nosso dia-a-dia, temos de trabalhar pelo País e procurar fazer coisas que possam beneficiar o povo.

Eu quero tratar de tributos, da chamada Medida Provisória do Bem. Porque todas as que tinham sido feitas até hoje eram do mal. É o que se pode depreender daí.

Em meados de junho deste ano, o Governo Federal editou a Medida Provisória nº 252, que instituía o regime especial de tributação, concedendo também incentivos fiscais sobre inovações tecnológicas, sobretudo a questão do PIS/Cofins, da cumulatividade em alguns setores que ainda não estavam. Enfim, foi a primeira medida em que se procurou reduzir carga tributária, o que é muito bem recebido. E é das mais importantes, evidentemente, que este Governo apresentou até hoje, alterando o sistema tributário nacional.

Passados mais de dois anos e meio do atual Governo, penso que, finalmente, os técnicos da Fazenda e do Tesouro Nacional, compreenderam que a carga tributária nacional se encontra em um patamar insustentável e, principalmente, que os recordes de arrecadação que a Receita Federal vem conseguindo e se vangloriando têm sendo obtidos por força de elevação de tributos e de alíquotas e deveria ser, obrigatoriamente, compensado em áreas de interesse nacional.

Apesar de reconhecer o mérito da medida, pois tem por objetivo principal investir na exportação, em pesquisa, em tecnologia, em inclusão digital – um aspecto extremamente importante – e em outras áreas que possuem mão-de-obra intensiva, como a construção civil, potencializando, portanto, a geração de empregos, penso que o Governo poderia ter ousado ainda mais. Afinal, existem outros setores de vital importância para o País que ainda não mereceram a atenção devida da Fazenda e do Tesouro Nacional.

Neste momento, venho tratar especificamente dos problemas do setor elétrico, por entender que há, inclusive, uma enorme incongruência nessa questão de se mudar a taxação do sistema elétrico no PIS/Cofins, desde que outras áreas não sejam alteradas, mas, sobretudo, pela natureza e pelo problema que o setor elétrico passa, quando ele tem e teve, com a mudança da cumulatividade do PIS/Cofins, uma carga tributária aumentada em cerca de 4%.

O novo modelo do setor elétrico que foi aprovado por este Senado, aprovado pela Câmara, e proposto pelo Governo, tem como espinha dorsal a modicidade tarifária, ou seja, buscar uma tarifa mais baixa para a população. Faz absolutamente sentido se buscar que o povo pague menos pela energia.

Depois ele estabelece que esse sistema será feito buscando a modicidade tarifária, o que de certa forma dificulta, porque ocupa lugar e torna mais difícil o investimento, sobretudo o investimento privado que vai buscar rentabilidade, numa situação em que o País vive hoje, de interrogação para 2010 na área de energia. Uma crise muito semelhante nas soluções que devem ser dadas à crise de 1999 e 2000.

Então, o Governo vem e ocupa esse espaço, que seria o espaço da modicidade tarifária, com tributo. Ele acrescenta à carga tributária, em energia, 4% desfazendo parte daquilo que havia sido conseguido no projeto do Ministério das Minas e Energia, pela Ministra Dilma Rousseff. De outro lado, isso se consegue e o Governo, por sua área econômica, retira esse benefício da modicidade tarifária, engordando mais uma vez os cofres do Governo Federal e aplicando não em alguma coisa que venha em benefício do País tão-somente, mas para fazer caixa, para fazer superávit primário.

Registro, aqui, que apresentei a essa Medida Provisória três emendas e, ontem, na Câmara dos Deputados, uma delas foi apresentada – não necessariamente a minha, mas absolutamente igual à minha –, em nome de um Deputado, concedendo, de alguma forma, algum benefício no sentido do retorno do setor ao regime cumulativo do PIS/Cofins, mas de uma forma restrita a determinados setores consumidores da classe residencial, da classe rural, o poder público, a iluminação pública e o serviço público.

É um primeiro passo? É, mas não basta. O que precisaria haver é o retorno ao regime anterior para todas as classes, porque o que deixamos de fora aqui foi exatamente toda a parte de indústria e toda a parte de comércio. E há uma lógica em se retirar essa questão da cumulatividade e se retornar ao regime que, por exemplo, o setor de telecomunicações tem. Por que telecomunicações tem e energia não tem, Presidente? Há uma certa incongruência em tudo isso. É difícil até de se explicar por que determinados setores foram tratados de uma forma e outros setores, de outra forma, mesmo porque havia, e há ainda, um compromisso. Isso foi conversado por mim com o Diretor-Geral da Aneel, agência que trata dos problemas de energia elétrica, no sentido de que, se houvesse a retirada do PIS/Cofins, se se retornasse ao sistema anterior, obrigatoriamente a Aneel teria de reduzir tarifas. Então, voltamos para aquele raciocínio anterior, qual seja, o de que teríamos atingido o objetivo de modicidade, ou seja, de se ter uma tarifa menor agora para a área comercial e para a área industrial, já que essa outra área foi aprovada ontem na Câmara.

Quero dizer que a votação na Câmara ainda continua, e entendo que ela pode ir adiante, fazendo com que essas outras emendas sejam revistas. Caso contrário, deveremos fazer isso aqui, no Senado, para buscar a redução do PIS/Cofins.

Na verdade, chega-se a este questionamento – falando, por exemplo, de telecomunicações: por que um setor é considerado mais essencial do que outro? Não há como explicar; não há como discutir essa es-

sencialidade em relação ao regime cumulativo das contribuições.

Penso que o Congresso Nacional e o próprio Governo acertaram plenamente ao conceder o regime de exceção a vários segmentos da economia. No entanto, repito, o setor de energia precisa ser contemplado.

Pergunto às Sras e aos Srs. Senadores, por que – e quero voltar a esse tema – a energia elétrica não é um serviço essencial? Afinal, ela é utilizada para a produção de alimentos, inclusive a cesta básica – que afeta muito a população mais pobre deste País – para o funcionamento das fábricas, pela iluminação pública, pelo aquecimento da água, além de outros usos que, no mínimo, contribuem, de forma direta, para o combate à fome, para a geração de empregos, para a segurança e para o bem-estar da sociedade.

O impacto imediato, como eu disse, era de 4%. E só lembrar que o setor de energia, como um todo, tem uma carga tributária de 50%, que é maior do que aquela que imaginávamos pudéssemos ter.

Convém registrar que o mecanismo arrecadatório no setor elétrico é extremamente simples e eficiente; daí por que governadores e o próprio Governo Federal forçam essa tributação. É fácil arrecadar porque as empresas recolhem sobre as contas emitidas, e não com base nas contas pagas. Esse serviço, reconhecidamente, possui um nível significativo de baixíssima inadimplência. Mas não dá para não se levar isso em conta.

Possivelmente, a irreversibilidade da Fazenda e da Receita Federal seja motivada pelo aumento que se esperaria, com essa arrecadação, para o caixa do Tesouro.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Sr. Presidente, um minuto mais, Sr. Presidente, e terminarei.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, para terminar, na medida em que este Congresso Nacional concedeu um benefício idêntico ao pleiteado pelo setor elétrico aos setores de telecomunicações, rodovias, *call centers*, jornalismo impresso e audiovisual, aviação, construção civil, correios, agências de turismo, empresas de informática, entre outros, peço a atenção de todos para a situação do setor de energia.

Não podemos nos esquecer de que o sucesso do novo modelo do setor elétrico depende do sucesso dos leilões de energia, o que só será obtido com a atração de investidores. E, naturalmente, uma carga tributária dessa ordem configura-se em um real desestímulo.

Finalmente, Sras e Srs. Senadores, chamo a atenção desta Casa para as implicações negativas

que podem gerar a rejeição das emendas apresentadas, até no programa de universalização dos serviços, atualmente conhecido como Luz Para Todos, que foi a continuação e a substituição do Luz no Campo...

(Interrupção do som.)

O SR. RODOLPHOTOURINHO (PFL – BA) – Já terminei, Sr. Presidente, dizendo que isso só traz uma carga maior e, evidentemente, uma dificuldade muito maior para todas as empresas envolvidas, investidores e para o próprio Governo.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Rodolpho Tourinho.

Concedo a palavra ao nobre Senador Valdir Raupp por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, durante esses dois anos e meio de mandato como Senador da República, pautei minha atuação na defesa dos interesses maiores do meu Estado de Rondônia e de sua população, além, é claro, das funções inerentes ao cargo que ora ocupo.

Evitei, Sr. Presidente, por todo esse tempo, exatamente por ter sido Governador e por não ser aliado do atual Governador, trazer a esta Casa brigas particulares, próprias de quem se opõe na política, o que pouco importa à Nação e à população brasileira. Isso sempre com a intenção de preservar não só a boa imagem do Senado Federal como a do meu Estado, que já sofre com as notícias negativas que, eventualmente, partem de lá para cá. O meu comportamento, inclusive como Presidente Regional do meu Partido, o PMDB, tem sido evitar confronto político, antecipando o processo sucessório.

Em todas as oportunidades nas quais fui procurado pelo Governador ou por colaboradores para defender ações federais e investimentos em Rondônia, desconsiderei nossas diferenças ideológicas e me coloquei inteiramente na defesa dos interesses maiores do meu querido Estado de Rondônia. Nunca neguei a nenhuma Liderança política de Rondônia, independentemente de ideologia partidária, o apoio às reivindicações rondonienses. As Sr^{as}s e os Srs. Senadores são testemunhas da minha postura e conduta ao tratar dessas questões locais.

Os pronunciamentos aqui feitos, nesses dois anos e meio de mandato, quase todos foram sobre temas de interesse da coletividade rondoniense, como a importância da construção das hidrelétricas do rio Madeira, Girau e Santo Antônio; o gasoduto Urucum-Porto Velho, a recuperação e restauração das BRs

federais em Rondônia, a defesa da agricultura e da pecuária, as questões ambientais e tantas outras afetas à nossa região.

Não fiz um discurso nem sequer para criticar o destemperado governador, mesmo sendo instigado por ele em diversas oportunidades; nem no calor das eleições municipais do ano passado, quando ajudamos a eleger a maioria dos prefeitos, tanto do PMDB quanto dos Partidos aliados. Os poucos aliados do Governador tiveram êxito eleitoral porque estavam coligados com outros Partidos, inclusive com o PMDB.

Desde a semana passada, após a votação da admissibilidade das denúncias pelo STJ por crimes diversos praticados pelo Sr. Governador Ivo Narciso Cassol, quando àquele tribunal decidiu admitir contra ele todas as denúncias feitas pelo Ministério Público Federal, mas mantendo-o no cargo durante as investigações, o mesmo vem tentando nos igualar às suas condutas, desqualificar nosso trabalho, tecendo uma série de aleivosias a nosso respeito.

Não bastassem as mentiras e injúrias que vem patrocinando contra a nossa pessoa e a minha família (todos sabem que a minha esposa é Deputada Federal por três mandatos consecutivos), o Governador começou a implantar um clima de terror por onde passa, fazendo acusações e ameaças contra seus adversários, a jornalistas que não se curvam à censura oficial e também às pessoas ligadas à Oposição, especialmente ao PMDB e à nossa pessoa.

O Governador é uma pessoa destemperada. Parte dos seus colaboradores adotam o mesmo estilo do chefe. Isso nos preocupa, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, porque, enquanto o destempero do Governador estava circunscrito apenas às aleivosias e às calúnias, ainda suportávamos, por entender que Rondônia é muito maior que um governante despreparado. Mas, infelizmente, por conhecê-lo e saber que é capaz de utilizar métodos nada civilizados contra quem não se intimida com suas ameaças, uso este expediente para comunicar ao Senado Federal que, a partir de hoje, temo pela minha segurança pessoal e pela segurança daqueles que não se curvam à sua vontade, tanto física quanto moral, pois, segundo notícias de lá, já começaram as ameaças veladas contra a nossa integridade.

Além de nós e alguns jornalistas, o Sr. Governador, em seu habitual destempero, também mira a sua Vice-Governadora, a ex-Deputada Estadual e Federal, Odaísa Fernandes, uma das expoentes do PSDB de Rondônia.

Nunca nos acovardamos com as provocações de Ivo Narciso Cassol. Aliás, nunca tivemos temor de enfrentá-lo. No entanto, o confrontamento tem que ser o

das idéias, dos debates e dos programas, um enfrentamento político, porque é no confronto das posições que deve ser pautada a nossa atividade pública.

Todavia, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, Ivo Narciso Cassol faz política com métodos primitivos, com intimidação moral e física. Quando não conduzia as estruturas de Governo, inclusive a de segurança, suas intimidações não provocavam temor em nossos embates políticos. Agora é diferente, pois suas ameaças podem sair do embuste e se concretizar, visto que a brutalidade é a forma como tenta impor sua autoridade sobre os demais poderes e seus adversários. Pensa que pode confundir a opinião pública ao tentar colocar nesse patamar seus adversários e até mesmo as instituições públicas.

Meu temor não é o de quem se acovarda, mas o de quem teme as práticas primitivas dos covardes. É por isso que resolvi fazer este pronunciamento, antes que o pior aconteça. Acredito, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, que com esta atitude posso abortar alguma ação violenta, mas alerto também, caros Senadores, para outras formas de linchamento que podem ser utilizadas contra nós. Aliás, isso já foi colocado em andamento por intermédio do jornal **Folha de Rondônia**, um folhetim arrendado de forma nebulosa pelo marqueteiro do Sr. Governador – a exemplo da série de empresas laranjas, objeto da denúncia do Ministério Público Federal acatada pelo STJ –, utilizado como veículo de difusão de impropérios e mentiras contra o PMDB, especialmente a minha pessoa.

Como assegurei no início...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – V. Ex^a terá mais dois minutos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Como assegurei no início deste pronunciamento, evitei o que pude, mas infelizmente sou compelido a trazer a esta Casa um problema de ordem menor, infinitamente menor que os interesses de meu Estado e da população que tanto defendo no Congresso Nacional.

O momento pelo qual passa Rondônia é da maior gravidade e exige ações políticas imediatas para conter o clima de terror implementado por Ivo Narciso Cassol. Ele sabe que o PMDB está unido e vai enfrentá-lo nas urnas, nos debates, nos logradouros públicos, porém apenas no campo político, no embate das idéias. E vamos vencê-lo. Em nosso Partido, nomes é que não faltam para a disputa, em especial o Senador Amir Lando, a Prefeita reeleita de Cacoal, Sueli Aragão, e o Prefeito de Cacoal, Melki Donadon.

Informei ao meu Partido que desta vez não quero ser candidato a Governador, apesar de o meu nome

aparecer muito bem colocado em todas as pesquisas de opinião pública feitas recentemente. E não sou candidato a Governador, Sr. Presidente, somente porque isso não é da minha vontade, nem de minha família, e por entender que, nas hostes do PMDB, existem pessoas tão ou até mais qualificadas do que eu para a referida disputa. Não estou fugindo do embate político; pelo contrário, estarei coordenando a campanha do PMDB, somando com nossa população para derrotar o despreparado Ivo Cassol.

Sua assessoria acredita que o candidato do PMDB sou eu. Esse é o real motivo do seu destempero e isso nos preocupa pelas razões que expomos à Nação.

(Interrupção do som.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Ainda tinha um aparte da Senadora Iris de Araújo. Se o senhor pudesse me dar mais dois minutos, eu poderia dar um aparte a S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Estão concedidos a V. Ex^a, para ouvirmos o aparte da Senadora Iris.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado.

Isso nos preocupa pelas razões que expomos à Nação: trata-se de um homem que detém em seu poder instrumentos poderosos de Estado e pode vir a utilizá-los de forma mais violenta, contra as pessoas que ousam contrapô-lo.

Continuarei atuando aqui, da mesma forma como sempre me comportei: sereno, tranquilo e defendendo os pleitos que interessam ao Estado de Rondônia e a nossa população, inclusive aqueles a mim encaminhados pelo próprio Governo do Estado. Mas não vou mais evitar o confronto das idéias, dos debates e do contraditório. Caso contrário, minha presença nesta Casa não se justificará.

Lamento profundamente, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ser obrigado a tratar de temas eminentemente menores, num momento de tanta crise que assola a Nação, mas os fatos ocorridos por si só justificam este meu discurso de alerta e preocupação.

Concedo um aparte, com muito prazer, à nobre Senadora Iris de Araújo.

A Sr^a Iris de Araújo (PMDB – GO) – Nobre Senador, eu gostaria de solidarizar-me com V. Ex^a, porque essa angústia que demonstra a respeito do que acontece no seu Estado eu já ouvi em um pronunciamento anterior. Compartilho-a, pois, da mesma forma, sinto-me muitas vezes impedida ou de certa forma intimidada de colocar algumas questões que dizem respeito aos nossos respectivos Estados. Como V. Ex^a acabou de dizer, são questões menores num clima de

questões maiores, por assim dizer. No entanto, nobre Senador, não podemos nos omitir, até por questões de conotação do espaço que ocupamos no Senado, pois elas dizem respeito à opinião pública, que deve ser esclarecida. Aproveitando o momento, eu gostaria de falar da minha preocupação com a notícia de que o Presidente da Iquego e ex-Prefeito de Goiânia foi preso numa operação da Polícia Federal, acusado de envolvimento com uma quadrilha que fraudava licitações. A atitude do Governador Marconi Perillo foi determinar o imediato afastamento dessa pessoa. Espero que isso seja para valer e que a imprensa noticie o fato, porque essa questão, que abrange todo o País, diz respeito a um comportamento rotineiro no Brasil, Senadores Sibá Machado e Valdir Raupp, e que, durante muito tempo, esteve, de uma forma ou de outra, camuflado pelo poder econômico de Governos estaduais. V. Ex^a age muito bem quando faz essa denúncia e aproveito a oportunidade para fazer essa minha colocação quanto a um acontecimento do meu Estado. Era o que tinha a dizer a V. Ex^a. Muito obrigada pela sua compreensão.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB – RO) – Muito obrigado, Sr. Presidente, pela generosidade.

Obrigado, Senadora Iris de Araújo, pelo aparte, que incorpooro ao meu pronunciamento.

Espero, sinceramente, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, não mais voltar à tribuna do Senado Federal para me defender dessas acusações levianas e infundadas, além das agressões que tenho sofrido por parte do Governador do meu Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Valdir Raupp.

Seguindo a lista de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, estamos vivendo um período de reflexões importantes, principalmente por parte daqueles que são nossos amigos, que são amigos do Partido dos Trabalhadores, de pessoas que muito respeitam o Presidente Lula e que já colaboraram com Sua Excelência. Refiro-me ao economista Paulo Nogueira Batista Jr., que, hoje, na **Folha de S.Paulo**, escreveu uma matéria intitulada “Teoria da conspiração?”.

Diz Paulo Nogueira Batista Jr.:

Não costumo fazer autocitações, mas um leitor me enviou a seguinte passagem, que considerou profética, retirada de artigo publicado nesta coluna, em novembro de 2004, logo depois da derrota eleitoral de Marta Suplicy:

“Ilude-se (...) quem imagina que o atual Presidente da República será apoiado pelos centros nacionais e internacionais de poder em 2006. Lula foi aceito em 2002 porque não havia outro remédio. O próprio candidato da situação, José Serra, não era o nome ideal para assegurar a continuação da agenda econômica e internacional do período FHC. Em 2006, entretanto, as elites dispõem de mais de uma alternativa potencialmente competitiva para enfrentar Lula. E farão tudo para derrotá-lo e eleger algum nome do PSDB. Evidentemente, a operação será ainda maior do que a que destronou Marta em 2004” (“Nobreza natural”, **Folha**, 11 de novembro de 2004).

Teoria da conspiração? Permita-me, leitor, uma breve e acaciana observação sobre esse assunto. O poder econômico e político nem sempre é exercido de forma transparente. Freqüentemente, é mais eficaz operar de modo opaco. Nesses momentos, sempre que alguém tenta comentar ou desvendar manobras de bastidores, logo aparece uma legião de políticos, economistas e jornalistas, em atitude pseudo-sofisticada, a tentar ridicularizar supostas teorias conspiratórias.

Nunca fui simpatizante do governo Lula. Só consegui elogiar a condução das negociações comerciais externas (Alca, Mercosul – União Européia, acordos Sul-Sul, OMC). A política econômica, continuista e acovardada, sempre me desagradou.

Sou testemunha de que Paulo Nogueira Batista Jr., muitas vezes, Senador Flexa Ribeiro, enalteceu a política externa, sobretudo as ações do Ministro Celso Amorim e as de todo o Itamaraty.

Prossegue Paulo Nogueira Batista Jr.:

E, no entanto, a bem da justiça, cabem algumas perguntas. O sistema político-eleitoral brasileiro é ou não é intrinsecamente corrupto? Algum governo brasileiro resistiria a uma investigação da envergadura da que está sendo feita no momento? Algum dos principais partidos políticos resistiria a uma investigação como essa?

Obviamente, nada disso desculpa os erros e crimes de integrantes do atual governo, do PT ou de outros partidos da base governista. E volto a escrever algo que já escrevi aqui (para indignação furiosa de vários lulistas): se aparecerem evidências claras e inapeláveis de envolvimento do Presidente Lula com crimes e

irregularidades, quem se animará a ser contra o **impeachment**?

Em toda essa confusão, o grande objetivo dos setores dominantes das elites brasileiras e seus aliados no exterior é preservar a política econômico-financeira, isto é, blindar o Ministério da Fazenda e o Banco Central. Não por acaso, o presidente da República reitera constantemente que a política econômica será mantida, custe o que custar. Lula quer ser poupadão.

CPIs (ainda mais três!) são muito difíceis de controlar. Mas, se os donos do poder puderem, tentarão levar Lula, desgastado e enfraquecido, até o fim do seu mandato. Afinal, por que derrubariam um governo que é, agora mais do que nunca, basicamente inofensivo e não ameaça os seus interesses fundamentais? O **impeachment** não lhes interessa. Tanto mais que o vice-presidente da República, como se sabe, é um crítico vigoroso da atual política econômica.

A crise política já produziu os efeitos que eles poderiam desejar. A cada dia que passa, diminuem as chances de Lula se reeleger. Se ainda conseguir, chegará ao segundo mandato enquadrado e domesticado.

Mesmo assim, não tenha dúvida, leitor: tudo se fará para favorecer a eleição de um tucano confiável, claramente comprometido com a preservação da agenda econômica e capaz de executá-la com mais autenticidade e possivelmente mais competência.

Teoria da conspiração?"

Sr. Presidente, Senador Flexa Ribeiro, trago esse artigo à baila por considerar Paulo Nogueira Batista Jr. um dos mais sérios e capazes economistas brasileiros. Muitas vezes, as preocupações dele são no sentido de que pudéssemos caminhar na direção, por exemplo, da redução gradual das taxas juros. Demoram o Copom e o Banco Central a caminhar nessa direção. Parece que sempre estão vendendo algo que estivesse ameaçando a estabilidade de preços. O Copom deveria perceber que, se houvesse uma diminuição gradual nas taxas de juros, provavelmente haveria um estímulo maior aos investimentos, um aumento na capacidade produtiva e um aumento na produção de bens e serviços consistente com o aumento das oportunidades de emprego e que, sobretudo, haveria a compatibilidade dos objetivos de estabilidade de preços com crescimento maior da economia e do nível de emprego, obviamente com mais eficácia na distribuição da renda

e da riqueza, buscando a erradicação da miséria, da pobreza absoluta e da fome.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Senador Eduardo Suplicy, V. Ex^a terá mais dois minutos para terminar o seu pronunciamento.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– É importante registrar também que quando o Ministro Palocci resolveu tomar uma atitude diferente de muitos que estavam no Governo e no PT – abriu-se inteiramente para dialogar com a imprensa, no último domingo –, S. Ex^a deu um passo muito positivo, e nisso foi apoiado pelo Presidente Lula.

É possível que haja necessidade de o Ministro Antonio Palocci voltar a prestar esclarecimentos, com a mesma desenvoltura que o fez no domingo último, em função do depoimento que hoje está prestando Rogério Buratti. Mas o que fica muito claro é que o exemplo de Antonio Palocci pode ser seguido por outras pessoas no Governo, em especial, Senador Flexa Ribeiro, pelo próprio Presidente da República. Aquela atitude de explicar, de responder a quaisquer perguntas, às inúmeras questões apresentadas, é que impressionou muito positivamente.

Estou no aguardo, inclusive, da resposta do Presidente Lula à sugestão que fiz. Quem sabe pode Sua Excelência tomar a iniciativa inédita de comparecer...

(Interrupção de som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP)

– ... ao plenário do Congresso Nacional para dialogar com Senadores e Deputados e permitir aos Líderes, por exemplo, a formulação de questões e observações, a fim de que responda da forma mais aberta e franca possível.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo, por cessão do Senador João Batista Motta, por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

O SR. EDUARDO AZEREDO (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há duas semanas, estive na tribuna falando sobre a Semana do Excepcional, criada em 24 de agosto de 1964, há 41 anos. Em transcurso, essa semana hoje trata dos direitos das pessoas com deficiências, denominação mais atual para aproximadamente 24 milhões de brasileiros, em substituição ao termo “excepcional”.

Temos certeza de que, entre os países da América Latina, o Brasil é um dos países que mais avançou na conquista e no reconhecimento desses direitos.

Assim, conclamo os nobres Senadores e Senadoras a se manifestarem sobre essa matéria, que felizmente vem ganhando espaço nos meios de comunicação, no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas dos Estados, nas Câmaras de Vereadores dos nossos Municípios, nas empresas, nos órgãos públicos e em outras instituições.

Com alegria, venho hoje relatar o início dos trabalhos da Subcomissão Permanente de Assuntos da Pessoa com Deficiência, na sua segunda reunião ocorrida ontem. Aprovamos, por unanimidade, a programação do seminário “Acessibilidade em Debate – Passaporte para a Cidadania”, de 17 a 28 de outubro de 2005, por meio de videoconferência com as Assembléias Legislativas dos Estados, que visa à discussão das melhores práticas em uso pelo Brasil afora.

Melhores práticas, sim, porque acessibilidade exige muita análise e criatividade por parte das pessoas responsáveis, principalmente em locais mais distantes, onde nem sempre dispomos da melhor tecnologia para aplicar como solução para o acesso de pessoas com deficiência.

Foi aprovado requerimento para que a Subcomissão elabore e promova a publicação de separata que contenha as proposições em tramitação no Congresso Nacional referentes às pessoas com deficiência. A Assessoria buscará, nos bancos de dados legislativos, informações sobre a posição em que se encontram no processo legislativo, para que possamos agilizar a discussão e a aprovação de cada uma dentro dos requisitos regimentais.

Por sugestão prontamente acatada pela Subcomissão, de autoria do Senador Flávio Arns, seu Vice-Presidente, deveremos buscar o diálogo com as associações e instituições ligadas às pessoas com deficiência antes do procedimento parlamentar de audiências públicas. Isso porque, à medida que a discussão sobre a matéria avança no sentido de se buscarem as melhores práticas e soluções, nada melhor do que colher informações diretamente na fonte individualizada e singular, em relação à abordagem de cada uma das inúmeras deficiências que as pessoas apresentam.

Outro requerimento aprovado trata da promoção de audiência junto ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, para tratar do transporte escolar das pessoas com deficiência, assunto que me trouxe a esta tribuna recentemente. Esse é um dos principais fatores que dificultam a freqüência regular à escola das pessoas com deficiência acentuada da mobilidade. Mais sério é quando isso significa um impedimento do acesso à escola ou aos serviços de saúde. Afinal, é difícil aceitar que as crianças e adolescentes em idade escolar não consigam freqüentar a escola ou ter acesso aos

cuidados de saúde por falta de transporte escolar adaptado e gratuito, num momento em que se busca, com renovado sucesso, o ideal proclamado de “lugar de criança é na escola”.

Reitero ao Ministério da Educação a necessidade de uma orientação mais sistemática aos Municípios sobre como poderão utilizar recursos do Fundef para a garantia do transporte escolar aos alunos que dele necessitarem. Existem recursos que podem ser utilizados pelas Prefeituras.

Ao Ministério dos Transportes já pude reiterar, desta tribuna, há poucos dias, a necessidade de que haja atenção para a liberação de carteiras de habilitação e de passe gratuito interestadual, cujo atraso hoje impede famílias carentes de darem continuidade aos tratamentos especializados.

Nesta semana especial, conclamo os nobres Colegas à reflexão sobre os direitos conquistados, para que resultem em realidade objetiva para as pessoas com deficiência. Não é de hoje que uma sociedade mais inclusiva é a forte motivação de uma sociedade democrática.

Sr. Presidente, além de trazer esses assuntos referentes à Semana das Pessoas com Deficiência, quero abordar também o fato de que, nesta semana, está-se realizando, em Brasília, um encontro da União de Vereadores do Brasil.

Os Vereadores são a porta de entrada – eu diria – da representação democrática. São os Vereadores dos 5.500 Municípios brasileiros que conhecem de perto os eleitores e têm um papel muito importante a desempenhar permanentemente: o de levar às autoridades, aos demais representantes – Deputados Estaduais, Deputados Federais e Senadores – as demandas que existem pelo Brasil afora.

E sou forçado a voltar a uma demanda que Vereadores de Minas me trouxeram em relação à infra-estrutura. Mais uma vez, venho a esta tribuna, para dizer que há dinheiro – o da Cide –, mas as obras importantes não saem. O projeto também existe: o das PPPs, aprovado pelo Congresso Nacional. As PPPs foram colocadas como uma grande solução, e não há mais notícia delas.

Quanto aos projetos de concessões das rodovias de maior movimento – cuja manutenção a iniciativa privada assume sob o regime do pedágio –, já temos dois anos e oito meses do Governo Lula, o mês de agosto está terminado, e não existe nenhuma rodovia concedida, embora seja essa outra forma de solução para as questões de infra-estrutura. Não há novidade nessa área, assim como não há PPPs, nem concessões, nem novidade maior no uso de dinheiro da Cide.

Tenho sempre ressaltado que o Ministro dos Transportes nos dá uma boa impressão do seu trabalho, mas há necessidade de mais resultados de-

monstrados. Para se ter uma idéia, em nosso Estado, Minas Gerais, há um viaduto entre Belo Horizonte e Rio de Janeiro, que tem o nome de Viaduto das Almas, que já foi local de seguidos acidentes com perdas de vidas. Existe um projeto para sua duplicação, que custaria R\$25 milhões, um valor ridículo para o Governo Federal, que arrecada tantos bilhões com a Cide. Entretanto, essa obra nunca foi iniciada. O projeto está parado.

Por outro lado, o Governo continua financiando obras de infra-estrutura fora do País, como o metrô de Caracas, enquanto os metrôs das cidades brasileiras continuam com as obras praticamente paralisadas. É o caso do metrô de Belo Horizonte, cujas obras não estão sendo realizadas, deixando a desejar. O dinheiro não está sendo devidamente otimizado, porque muito já se investiu, mas estamos em um ponto em que há necessidade de um pouco mais de investimento para que Belo Horizonte tenha um metrô – que hoje transporta cerca de apenas 100 mil pessoas – que chegue a transportar 400 mil pessoas diariamente.

Então, Sr. Presidente, nessa mesma área de infra-estrutura, o Governo do Estado de Minas Gerais tem procurado fazer sua parte. O Governador Aécio Neves lançou um programa, ambicioso até, a chamada Linha Verde, ou seja, um novo acesso, do centro de Belo Horizonte até o Aeroporto Internacional de Confins, fazendo com que várias intersessões que temos hoje sejam substituídas por viadutos e, assim, possamos ter uma obra de infra-estrutura na capital do Estado, que é demandada há muito tempo.

Caminhando para encerrar, Sr. Presidente, aproveitando meus últimos segundos, deixo minha mensagem, portanto, de aplauso a todos aqueles que trabalham e valorizam as pessoas com deficiência, ou seja, que trabalham a favor das pessoas com deficiência, e, na maioria das vezes, voluntariamente. Ao mesmo tempo, deixo uma saudação também aos Vereadores e a certeza de que podem ter sempre em mim um Senador que reivindicará o que for necessário, já que, nesse caso específico das rodovias brasileiras, não pode continuar como está.

Muito obrigado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Agradeço ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

Concedo a palavra pela ordem ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem.) – Como Líder do PSDB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio,

como Líder, por cinco minutos, prorrogáveis por mais dois, para uma comunicação de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Enquanto o nobre Líder chega à tribuna, V. Ex^a poderia me dizer qual é o momento de meu pronunciamento?

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – O próximo será V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA) – Salvo se não tivermos o início da Ordem do Dia.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, até que enfim, a caixa-preta dos fundos de pensão começa a se abrir. Sem a absurda redoma do esconde tudo e sem mais essa de passar ao largo, chegamos à hora e à vez de ver tudo às claras, ponto por ponto.

Até que enfim, começa a cair outra redoma, a dos cartões corporativos. A Nação exigia e o Tribunal de Contas da União aprovou a quebra de sigilo dos cartões de crédito corporativo do Palácio do Planalto, uma idéia que seria boa que se não fosse o desajeitado jeitinho muito em prática no outro lado da rua. Ali, nesses últimos seis meses, se gastaram mais de R\$4 milhões com o uso (ou abuso!) do tal cartão.

Uma e outra são notícias de primeira página, em todos os jornais de hoje. É hora de canção pegar menino, como diria o ilustre Senador Heráclito Fortes, ele que já faz tempo vem batendo nessa tecla aqui neste Plenário.

Ontem, ele foi o primeiro a anunciar a decisão do TCU, como “uma vitória da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.”

Em relação aos fundos de pensão, o Senador Heráclito Fortes vem de há muito insistindo nessa tecla e finalmente chegou a hora de a onça beber água.

A quebra do sigilo desses fundos foi aprovada pela CPI dos Correios. Por enquanto, são três, a Funcionários Federais (Funcionários Federais), o Petros e o Geap. Lembro-me de que, em suas cobranças, o Senador tão ilustre pelo Piauí citava também o Previ. Espero que ele seja incluído entre mais oito que devem ter o sigilo quebrado ainda hoje.

A CPI, como ainda ontem lembrou o Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, desconfia e muito que os fundos foram usados no esquema de Caixa-2 para esquentar recursos.

Há suspeitas de que os fundos realizavam operações com títulos públicos, com perdas previamente engendradas junto a determinadas corretoras de valores. O prejuízo seria o lucro dessas corretoras e o dinheiro teria sido desviado para alimentar o chamado

mensalão – isso no dizer do ilustre Deputado Líder do PFL na Câmara, Rodrigo Maia.

Sr. Presidente, ontem, como registra o noticiário, foi dia do encontro do Presidente da República, no Palácio do Planalto, com mais quatro representantes dos Poderes da República.

Nem de longe faço qualquer reparo, como também acho que o Presidente do Congresso não errou em participar dessa reunião.

O reparo é apenas quanto à *Carta* divulgada após, com as assinaturas dos cinco participantes. Acho que para dizer o que está no documento não teria sido necessária a reunião.

Vou até ler o desfecho dessa chamada carta:

Por fim, [os cinco signatários] desejam transmitir à sociedade, em um momento em que uma profusão de acusações vem a público, a tranquilidade de que as instituições do Estado se encontram em pleno funcionamento, garantindo o irrestrito prosseguimento das investigações em curso.

Estranhável seria se as instituições do Estado não estivessem funcionando. Estão sim. Sabemos disso. Só o que não se encontra em pleno funcionamento é o Governo. Sabemos disso. A Nação está cansada de saber.

Funciona? Eu pergunto. Ou não funciona. Eu respondo.

Estranhável é o Presidente se abalar daqui para o Ceará para se confraternizar com um Prefeito que pode perder o mandato. Está nos jornais de hoje: "Anfitrião de Lula pode perder o mandato". (**Folha de São Paulo**, p.A-6)

O Prefeito de Quixadá é Ilário Marques, contra quem pesa pedido de cassação feito pelo Ministério Público Eleitoral, com base em gravação em vídeo, na qual o petista é flagrado ao autorizar favorecimento a uma eleitora. A Polícia Federal periciou a fita e concluiu não haver fraude na gravação.

Sobre os cartões corporativos. Eles não são nem de longe uma má idéia. Foram instituídos em 1998 para tornar ágeis pagamentos de rotina do Governo.

Má idéia foi o que se passou no Governo Lula, com as numerosas denúncias que pipocaram à farta quanto ao uso irregular e abusivo desses cartões. Uma farra geral!

Agora, o TCU quer saber por que dois terços das movimentações não foram para compras, mas para saques em dinheiro vivo. Pasmem os Srs. Senadores. Para que fim? É o que vai ser apurado pelo Tribunal de Contas da União.

De tão esquisito, o assunto mereceu longa matéria, matéria de capa, da Revista **ISTOÉ Dinheiro**, em circulação esta semana, com data de ontem, 24 de agosto: "TCU investiga os saques em dinheiro vivo dos cartões do Governo".

A reportagem da revista foi editada em sete páginas e revela levantamento em que auditores do TCU mostram os servidores da Presidência da República que possuem cartões corporativos e os valores sacados.

Como diz a **IstoÉ Dinheiro**, com base em dados do Siafi, até quinta-feira, dia 18, o movimento de saques ou compras do Governo, com o uso do cartão, somavam R\$10,2 milhões em 2005, com os saques representando dois terços do total, ou seja, R\$6,8 milhões.

Ou seja, de novo, os portadores dos cartões do Governo Lula fizeram mais saques em dinheiro vivo do que pagamentos em compras. Isso é grave, é estranhável, provavelmente, é reprovável.

A reportagem reproduz os nomes de todos os que utilizaram o cartão para saques ou para pagamento de despesas. Entre eles, a Srª Maria Emilia Évora, que – explica a Revista –, cuida de despesas bem próximas do Presidente da República. "Suas faturas foram de R\$441 entre janeiro e agosto de 2004. Desse total, os saques somaram R\$198 mil."

As despesas do ex-Ministro Luiz Gushiken, na época ainda com **status** de Ministro, também aparecem nos documentos que serviram de base para a reportagem. Em abril do ano passado, em dois dias de hospedagem em São Paulo, ele gastou R\$1.240,98. Desse total, as diárias somaram R\$470,00, enquanto no bar executivo do hotel, ele gastou R\$501,70.

Essas despesas de Gushiken foram pagas com o cartão pessoal de sua mulher, Elizabeth, depois reembolsada em dinheiro vivo por Maria da Penha, também servidora do Palácio do Planalto.

A Auditoria do TCU vai investigar também os cartões corporativos da Agência Brasileira de Inteligência, a ABIN, na época dirigida pelo delegado Mauro Martins. Segundo a reportagem, os saques da ABIN, em 2005, atingiram R\$1,3 milhão em dinheiro vivo. O Incra, também em 2005, gastou R\$844 mil.

(Interrupção do som.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Estou anexando, Sr. Presidente, a este pronunciamento toda a documentação que agora vai ser objeto de apurações no TCU, incluindo a reportagem da revista **ISTOÉ Dinheiro** e a relação de todos os portadores de cartões corporativos e os gastos de cada um dos órgãos do Governo Lula.

É necessário que essa documentação passe a constar dos Anais do Senado da República, para subsidiar as análises do historiador que amanhã vier a analisar a farra dos cartões de corporativos.

Sr. Presidente, aqui estão todos os anexos da revista **ISTOÉ Dinheiro**, matérias do jornal **O Estado de S. Paulo**, matérias de diversos jornais brasileiros. Peço que todas elas sejam incluídas nos Anais da Casa.

Portanto, Sr. Presidente, isso era, até o presente momento, o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado a V. Ex^a.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ANEXOS

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Quinta-feira, 25 de Agosto de 2005

CPI dos Correios quebra sigilo de três fundos de pensão

Parlamentares querem dados de movimentações e investimentos feitos por Petros, Funccef e Geap nos Bancos Rural e BMG

Eugênia Lopes

Luciana Nunes Leal

BRASÍLIA - A CPI dos Correios aprovou ontem a quebra do sigilo bancário de movimentações financeiras e aplicações feitas nos Bancos Rural e BMG pelos fundos de pensão Petros (dos servidores da Petrobras), Funccef (da Caixa Econômica Federal) e Geap (dos servidores federais). Hoje a CPI deve aprovar a quebra de sigilo de mais oito fundos nas transações com os dois bancos.

"Vamos fazer uma quebra de sigilo qualificada para viabilizar rapidamente informações de que precisamos", explicou o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS). Em 4 de agosto, a comissão aprovou requerimento de informações ao Ministério da Fazenda, à Secretaria de Previdência Complementar e aos presidentes de 11 fundos sobre a compra de títulos pós-fixados. Até agora, segundo Delcídio, não foi enviada nenhuma informação.

Os integrantes da CPI investigam se os fundos foram usados no esquema de caixa 2 montado pelo publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza. Querem saber se os empréstimos feitos por Valério para o PT, somando R\$ 55 milhões, foram a retribuição do Rural e do BMG pelos altos investimentos que receberam dos fundos. Por essa suspeita, os dois bancos sabiam que os empréstimos não seriam pagos, mas estavam sendo compensados com os investimentos. Como os fundos não podiam repassar dinheiro direto ao PT, teriam usado os bancos como intermediários.

"A CPI desconfia cada vez mais que os fundos foram usados para esquentar recursos. Os fundos podem ter tido prejuízo nas operações para compensar os empréstimos ao PT", disse o deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA). O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), disse que o ex-ministro Luiz Gushiken, chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos do Governo, será ouvido para esclarecer a influência que tinha. "Parece que havia certa hegemonia sobre os fundos, mas não quer dizer que ele tinha influência nas aplicações financeiras feitas."

Delcídio afirmou que a data do depoimento de Gushiken só será marcada depois que chegarem dados da devassa nos fundos. Os que devem ter o sigilo quebrado hoje são: Centrus, dos funcionários do Banco Central, Real Grandezza, dos empregados de Furnas Centrais Elétricas, Eletros, do Grupo Eletrobrás, Postalis, dos Correios, Previ, do Banco do Brasil, Sistel, dos funcionários do sistema Telebrás, Serpros, do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro), e Portus, dos funcionários da Portobrás.

TONINHO DA BARCELONA

Na sessão administrativa de ontem, a tropa de choque do governo conseguiu derrubar a proposta de convocar o doleiro Antônio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona. Foram 15 votos contra, 11 a favor e 1 abstenção, de Serraglio. "Não querer ouvir o Toninho da Barcelona é querer o abafa", reclamou o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP). Um dos requerimentos era de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que retirou sua proposta sob a alegação de que o doleiro já foi ouvido na semana passada, em São Paulo, por parte da CPI. "Ele vai repetir o que já disse", argumentou.

Por acordo, a CPI aprovou a convocação de três doleiros. Um é Dario Messer que Toninho da Barcelona acusa de trocava dólares para o PT. Segundo Toninho da Barcelona, o PT tinha conta clandestina no exterior, operada pelo Trade Link Bank, offshore vinculada ao Banco Rural com sede nas Ilhas Cayman. Quando o PT queria sacar recursos do Trade Link para usá-los no Brasil acionaria Messer, que receberia os dólares em sua offshore no Panamá e entregaria aos petistas o valor correspondente em reais no Rural, em Belo Horizonte.

Outro que será convocado é Marcelo Viana, funcionário de Toninho da Barcelona que fazia entregas de dinheiro do PT na Câmara de São Paulo, segundo o doleiro. A última é a doleira Nelma Cunha, da Havai Câmbio e Turismo, de Santo André.

Os integrantes da CPI decidiram ainda convocar os donos da corretora Bônus-Banval - Enivaldo Quadrado, Luiz Carlos Mazano e Breno Fischberg -, que seria usada por Marcos Valério para enviar recursos a petistas, e de Ricardo Annes Guimarães, presidente do BMG. Foi aprovada também quebra do sigilo bancário e fiscal, nos últimos cinco anos, da Esfort Trading S.A, com sede no Uruguai e detentora de 99% das ações da Guaranhuns Empreendimentos Ltda. A Guaranhuns, segundo Marcos Valério, foi usada para repassar recursos para o PL.

politica@estadão.com.br

**FOLHA
brasil**

São Paulo, quinta-feira, 25 de agosto de 2005

[Texto Anterior](#) | [Próximo Texto](#) | [Índice](#)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/ PREVIDÊNCIA

Movimentação envolvendo Funcex, Petros, Geap, Banco Rural e BMG será investigada

CPI quebra sigilo de fundos de pensão e convoca doleiro

**FERNANDA KRAKOVICS
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

A CPI dos Correios aprovou ontem a quebra de sigilo das movimentações financeiras e das aplicações de três dos maiores fundos de pensão do país -Funcef, Petros e Geap- no Banco Rural e no BMG. A medida deve ser estendida, em nova votação hoje, para outras oito entidades de previdência. A quebra abrange os últimos cinco anos.

O Banco Rural e o BMG teriam emprestado R\$ 55 milhões para o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza, que foram repassados para o ex-tesoureiro do PT Delúbio Soares. A oposição desconfia de que os bancos tenham liberado esses recursos como contrapartida por eventuais benefícios recebidos do governo, como a aplicação de recursos de fundos de pensão. Ontem, a direção executiva da Geap (Fundação de Seguridade Social) divulgou uma nota dizendo que a entidade "não tem aplicações financeiras no Banco Rural e no Banco BMG desde 1999".

A Geap é o fundo de previdência -entidade que assegura o pagamento de aposentadoria complementar- de servidores federais. A Funcef é o fundo dos funcionários da Caixa Econômica Federal e a Petros, dos trabalhadores da Petrobras.

Doleiro

Na sessão de ontem da CPI, também foi aprovada a convocação do doleiro Dário Messer (que operaria para o PT, segundo informações do doleiro Antonio Claramunt, o Toninho da Barcelona); do funcionário da

casa de câmbio Barcelona Tour, Marcelo Viana; e da cambista Nelma Cunha, da Havaí Câmbio e Turismo, de Santo André (SP).

A base aliada derrubou o requerimento de preferência para votar a convocação de Toninho da Barcelona. O pedido foi para o final da fila e não foi apreciado. Sem apresentar provas, o doleiro, que está preso em Avaré (SP), tem dado detalhes de um suposto esquema de remessa ilegal de recursos para o exterior pelo PT. Toninho afirmou em entrevista por escrito à revista "Veja" que, durante a campanha de 2002, o PT trocava quase diariamente quantias que variavam de US\$ 30 mil a US\$ 50 mil. Viana era o responsável pelas operações de balcão da Barcelona, e a troca do dinheiro seria feita pelo gabinete do então vereador de São Paulo Devanir Ribeiro (PT), hoje deputado federal. O petista nega a acusação.

A base de sustentação do governo postergou a votação dos requerimentos que pediam a convocação de Devanir e de seu filho, Marcos Lustosa, que era assessor legislativo da Câmara Municipal e participaria do esquema.

Contrariada com a falta de colaboração dos fundos de pensão, a base governista deixou a alegada preocupação com a estabilidade econômica e votou com a oposição a favor da quebra de sigilo das três entidades de previdência.

No dia 4 deste mês, a comissão pediu aos presidentes de 11 fundos de pensão, ao Ministério da Fazenda e à Secretaria de Previdência Complementar informações

sobre a venda de títulos pós-fixados pelo IPCA (índice de Preços ao Consumidor Amplo) e pelo IGP-M (índice Geral de Preços ao Mercado) efetuada por essas entidades de previdência. Até hoje, os dados não foram enviados.

"Estamos fazendo uma quebra de sigilo qualificada para viabilizar mais rapidamente as informações de que precisamos", disse o presidente da CPI, senador Delcídio Amaral (PT-MS).

Segundo ele, a Comissão Parlamentar de Inquérito volta a atenção para seu foco, que são "os Correios, os contratos, as movimentações financeiras e os fundos de pensão".

A CPI escolheu seu novo vice-presidente - o deputado Asdrúbal Bentes (PMDB-PA). Ele substituirá o senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que se licenciou.

Quinta-feira, 25 de Agosto de 2005 DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Aprovada quebra de sigilo de cartões

TCU aprova auditoria para verificar a regularidade dos gastos com cartões corporativos na Abin e Presidência da República

Mariângela Gallucci

BRASÍLIA - Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) aprovaram ontem a realização de uma ampla auditoria para verificar a regularidade dos gastos na Secretaria de Administração da Presidência e na Agência Brasileira de Inteligência (Abin) com cartão de pagamento do governo federal, também conhecido como cartão corporativo.

Na prática, a medida é uma quebra de sigilo semelhante às determi-

nadas por CPIs em operações bancárias. Pelos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo referentes ao período de janeiro a junho de 2005 e divulgados pelo tribunal, 68 órgãos têm utilizado o cartão.

O TCU informou que o Gabinete da Presidência foi o que fez mais despesas, num total de R\$ 4.083.374,73, seguido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inca), com um valor de R\$ 597.971,43.

A auditoria nos gastos com cartão corporativo foi requisitada pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado. Relator do pedido, o ministro Ubiratan Aguiar, concluiu que deveria ser atendido. À noite, o senador Heráclito Fortes (PFL-PI), anunciou a decisão na sessão da CPI dos Correios. "Esta é uma vitória da comissão, que vem buscando essas informações, mas tem sido impedida pela burocacia", comemorou.

Ubiratan Aguiar concordou com a sugestão dos técnicos do tribunal para que fossem realizadas inicialmente auditorias na Secretaria de Administração da Casa Civil da Presidência da República e na Abin, que, segundo informações do TCU, são as "unidades gestoras que mais realizaram despesas com o cartão de pagamento de governo federal em 2005".

Em seguida, a intenção do tribunal é fazer auditorias em cartões corporativos de outros 68 órgãos e entidades da administração pública federal que tenham feito despesas por meio desse sistema de pagamento. "Nesse período, 34 órgãos executaram despesas em valor total inferior a R\$ 10 mil, 23 executaram despesas entre R\$ 10 mil e R\$ 100 mil e apenas 11 efetuaram gastos acima de R\$ 100 mil", constataram técnicos do tribunal de contas.

O TCU informou que o cartão de crédito corporativo foi instituído em 1998 com o objetivo de tornar mais ágeis os pagamentos de rotina do governo, mas a partir de 2002 sua utilização aumentou consideravelmente. O tribunal já tinha analisado o assunto em novembro de 2004. Na ocasião, foram feitas determinações para aprimorar a sistemática de utilização do cartão corporativo.

VINHOS

O uso de cartão foi um dos recentes temas discutidos na CPI dos Correios. O ex-diretor de Marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato prestou depoimento e foi questionado sobre o uso de cartão corporativo da Previ, o fundo de pensão dos funcionários da instituição financeira. De acordo com informações divulgadas na ocasião, nos extratos teriam aparecido compras de vinhos e até a assinatura de uma página pornográfica na internet.

Questionado sobre os gastos com vinhos, Henrique Pizzolato disse que eram presentes para grandes clientes do Banco do Brasil. Sobre a assinatura do site pornográfico, ele garantiu que não tinha nada a ver com o caso. "Não fui eu, a Previ não mandava as faturas dos gastos para mim", afirmou.

Anfitrião de Lula pode ser cassado

DA AGÊNCIA FOLHA, EM FORTALEZA

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

O Ministério Público Eleitoral pediu a cassação, no início deste mês, do diploma e do mandato do prefeito de Quixadá (CE), Ilário Marques (PT), que receberá hoje o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em seu município para o lançamento de um programa de desenvolvimento sustentável.

A principal prova contra Marques, segundo o Ministério Público, é uma gravação, feita por uma câmera escondida, em que ele aparece autorizando a doação de um enxoval a uma eleitora grávida, em plena campanha eleitoral.

De acordo com o parecer do promotor Nelson Ricardo Monteiro, da Justiça Eleitoral de Quixadá (170 km de Fortaleza), a gravação, em vídeo e DVD, foi periciada por uma equipe da Polícia Federal e não há fraude.

Como a filmagem foi feita com a autorização de um dos envolvidos -a eleitora-, poderá ser usada como prova, segundo o parecer.

A defesa de Marques baseia-se no fato de que a gravação foi feita sem seu consentimento, tornando-se uma prova ilícita. Ontem à tarde, a Folha procurou o prefeito, mas ele não foi encontrado.

A Folha apurou que a gravação foi feita com a ajuda de integrantes da campanha de oposição a Marques. A eleitora Francisca Valdélia da Silva contou a tucanos que deixaria de votar no candidato José Nilson Gomes Filho (PSDB) porque havia recebido a promessa de que ganharia um enxoval do petista e que o receberia em casa no dia seguinte.

Sabendo disso, foi montado um sistema de filmagem, com uma câmera escondida. Durante a visita, quando a eleitora perguntou a Marques se ele cumpriria mesmo a promessa de dar o enxoval, o então candidato a autorizou a comprá-lo.

Para isso, ele a orientou a procurar uma assessora sua na própria sede da prefeitura.

Caso da cueca

Marques está em seu terceiro mandato como prefeito. Quando deputado estadual, teve como um de seus assessores o hoje também deputado José Nobre Guimarães (PT), irmão do ex-presidente nacional do PT José Genoino.

Guimarães, que também deverá estar no palanque do presidente Lula amanhã, aparece em denúncias de recebimento de dinheiro ilegal por meio das empresas de Marcos Valério e também no escândalo dos dólares encontrados na cueca de seu ex-assessor José Adalberto Vieira da Silva.

Marques trabalhou ainda com o ex-assessor especial do BNB Kennedy Moura, que também é investigado no caso da cueca. Moura foi secretário de Finanças do município durante seu primeiro mandato (1993 a 1996).

No pedido de cassação ainda é incluído o vice-prefeito, Cristiano Maciel de Góes (PT).



Exclusivo

TCU INVESTIGA OS SAQUES EM DINHEIRO VIVO DOS CARTÕES DO GOVERNO

Tribunal de Contas da União quer saber por que dois terços das movimentações com cartões de crédito do Governo Federal eram retiradas em dinheiro vivo e como foram usados esses recursos

26 DE AGOSTO/2005 N° 495
EXEMPLAR DE
ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

CAPA

Tribunal de Contas da União investiga uso de cartões corporativos para retiradas em espécie por funcionários da Presidência da República

SAQUES EM DINHEIRO VIVO NO GOVERNO

DOCUMENTO AQUI E SERIFER

Exclusivo

POR HUGO STUDART

Chegou na terça-feira 16 ao gabinete do ministro Ubiratan Aguiar, do Tribunal de Contas da União, um pedido de devassa em todas as prestações de contas com cartões de crédito corporativos de funcionários do Governo Federal. Protocolada a 14 de julho no TCU, onde recebeu o número 011.825/2005, a requisição ganhou condição de processo oficial. Aguiar deve emitir um parecer e, nos próximos dias, o pedido deve ser votado pelo conjunto dos sete ministros do TCU. O que o tribunal vai decidir, em suma, é a quebra do sigilo dos cartões de crédito corporativos utilizados por funcionários do Palácio do Planalto para pagar as despesas do Gabinete da Presidência da República, da Granja do Torto – onde o presidente Lula reside com sua família – e dos ministros que assessoram diretamente o presidente. De acordo com a

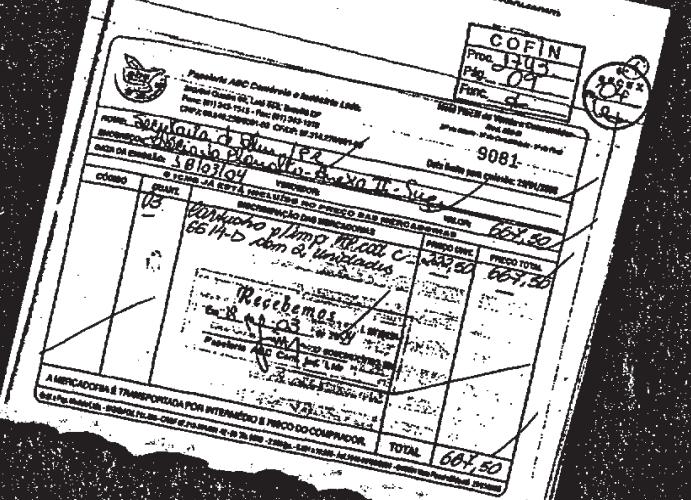
A LISTA DOS PORTADORES

Levantamento de auditores do TCU mostra os servidores da Presidência que possuem cartões corporativos e os valores que cada um sacou no período entre janeiro e agosto de 2004. Nele aparecem os responsáveis pelas despesas pessoais do presidente Lula e sua mulher, Marisa Letícia, entre eles Adhemar Paolielo (R\$ 199 mil em saques), Anderson Aguiar (R\$ 239 mil), Clever Fialho (R\$ 226 mil) e Maria Emilia Évora (R\$ 198 mil). Também na lista está Maria da Penha Pires, que pagava as contas do ex-ministro Gushiken, e sacou R\$ 52 mil no período

O USO DE CARTÃO DE CRÉDITO NO LUGAR DE CARTÃO

O EXTRATO

Fatura do cartão de Maria da Penha (esq.) em abril de 2004 não tem compras à vista, apenas saques, de R\$ 7,8 mil. Isso intrigou o TCU. Ela diz que usava o dinheiro em lojas que não aceitam cartões. Várias delas, como a papelaria ABC (abaixo), aceitam



NO HOTEL CA'D'ORO

*Despesa de Gushiken
foi paga com o cartão
pessoal de Elizabeth,
sua mulher, depois
reembolsada em
dinheiro vivo por
Maria da Penha. O
TCU acha estranho*

QUEM MOVIMENTA OS SAQUES NO PLANALTO

SAPR - MOVIMENTAÇÃO COM O CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO DISCRIMINADA POR PORTADOR
DOCUMENTO A QUE SE REFERE

Exercício de 2004 (até agosto)

SV 07/12

CPF	Nome	Tipo	Unidade	Mov. Informada SAPR	Saqueas efetuados (obs tipo 85)	Saqueas Cancelados (obs tipo 85)	Saqueas Líquidos (ob 85 - ob 85)	Saqueas c. 31 de
30356818241	ADHEMAR PAOLIELLO FREIRE	P	Presidente	A 358.383,21	B 204.685,00	C 5.635,00	D = E - C 199.150,00	
48157034149	ANDERSON FERREIRA DE AGUIAR	P	Presidente	577.020,84	244.120,00	4.840,00	239.280,00	
774203551	ANDRÉ RICARDO ASSIS DE MATOS	S	Dirtel	4.520,52	76,00	-	76,00	
25610456120	ANTONIO LISBOA RODRIGUES DE OLIVEIRA	S	DiLog	41.978,46	28.481,00	1.300,00	25.181,00	
99288501481	ARICENALDO SILVA	S	DiLog	6.513,08	4.516,00	-	4.516,00	
59183764198	ARMALDO COSTA PONTES	S	Dirfis	35.457,98	14.056,00	-	14.056,00	
10247491187	BENEDITO MARCOS GOULART	S	DiLog	2.419,08	1.833,00	-	1.833,00	
60282328893	CARLOS AUGUSTO PASSUTI	S	Dirtel	3.818,85	2.598,00	234,00	2.303,00	
46978584918	CARLOS EDUARDO ALVES DA SILVA	P	Presidente	95.854,41	-	-	-	
28578734115	CLEVER PEREIRA FIALHO	P	Presidente	1.601.313,05	232.375,00	5.440,00	226.935,00	
20119484153	ERICO BARBOSA DA SILVA	S	Dirfis	10.519,48	3.831,00	-	3.831,00	
12325341815	FABIO MOTA	S	DiLog	57.870,28	24.332,00	-	24.332,00	
47184886191	FRANCISCO MENDES FARIA	S	DiLog	31.418,58	11.628,00	-	11.628,00	
21448434140	FRANCISCO VIEIRA DE SOUSA	S	Consipam	24.541,43	27.300,00	-	27.300,00	
41089768149	FRANCO ANDRÉ RODRIGUES DIAS	S	DiLog	14.262,08	2.225,00	-	2.225,00	
40971028161	HUDSON COSTA PORTUGUARA	P	Presidente	1.482,24	-	-	-	
18208576101	JEFFERSON DOMINGUES DE FREITAS	P	Presidente	8.573,53	-	-	-	
29680156104	JOAO DOMINGOS DA SILVA NETO	P	Presidente	257.845,19	161.427,00	2.000,00	159.427,00	
88271551172	JOSAFAT FERNANDES DE ARAUJO	P	Presidente	957.354,48	127.958,00	6.118,00	121.849,00	
94878617810	JOSE BENEDITO DACCOSTA	S	Gel/SP	45.841,88	30.163,00	1.782,00	28.381,00	
3358240134	JOSE CARLOS FERREIRA FERNANDES	P	Presidente	380.684,70	170.235,00	1.380,00	168.935,00	
57282471161	JOSE IVO DE SOUZA BARBOSA	P	Presidente	70.158,14	11.332,00	-	11.332,00	
41537574788	JOSE MATEUS NEGRÃO NOGUEIRA	S	Gel/DF	2.250,50	2.250,00	-	2.250,00	
28270202101	JOSE ROBERTO DE ASSIS POSSA	P	Presidente	336.527,38	208.977,00	1.000,00	205.977,00	
96550160104	JOSINA FLORA DE OLIVEIRA	S	Mesq	3.760,00	3.760,00	-	3.760,00	
88268036123	JULIO CASTRO CAYALCANTE	S	Consipam	37.535,00	38.000,00	-	38.000,00	
57141251341	LINO GARCIA BORGES	S	Consipam	53.194,35	39.156,00	1.805,60	38.350,00	
48232381140	LUIZ ALVES RABELO	P	Presidente	24.501,89	1.730,00	-	1.730,00	
14000413127	LUIZ DA CRUZ SOARES	P	Presidente	55.500,03	5.622,00	-	5.622,00	
17057506101	LUIZ FERNANDO DE AGUIAR	P	Presidente	243.174,53	-	-	-	
15160441187	MARCELO SOARES DO AMARAL	S	Gel/DF	13.928,97	5.740,00	-	5.740,00	
21412844104	MARCONI RODRIGUES	S	Dirfis	6.760,45	4.475,00	-	4.475,00	
47365138151	MARIA DA PENHA PIRES	S	Secom	55.630,00	59.830,00	2.000,00	57.630,00	
38888251114	MARIA EMILIA MATHEUS EVORA	P	Presidente	441.508,71	201.090,00	3.000,00	188.090,00	
48039719153	MARTON ROCHA DE ARAUJO	S	DiLog	88.959,00	18.085,00	500,00	10.585,00	
6884148116	MAURIO AUGUSTO DA SILVA	P	Presidente	454.324,04	180.312,00	-	189.312,00	
60444922700	MILSON SANTOS JUNIOR	S	Gel/RJ	12.668,15	10.270,00	-	10.270,00	
4233628132	OSIAS PIERES DA COSTA	S	DiLog	54.044,13	13.722,00	-	13.722,00	
2071728721	PAULO MAX GIL INNOCENCIO REIS	S	Dirtel	784,95	-	-	-	
49456132720	ROBERTO RODRIGUEZ SUAREZ	S	Consipam	48.413,09	41.449,00	540,00	40.900,00	
6079163403	ROSEMARY NOVOA DE MORONHA	P	Presidente	7.691,69	7.731,00	30,00	7.701,00	
48861336301	SERGIO JOSEMIR RODRIGUES CORREA	S	Gel/SC	25.174,09	22.107,00	730,00	21.377,00	
53015056700	VERNER RIBEIRO	S	Consipam	31.022,25	24.680,00	-	24.680,00	

SIAFI 2005-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANÇETE (BALANÇETE CONTABIL)
18/08/2005 16:36 SALDOS DIFERENTE DE ZERO
*** BALANÇETE GERAL DA UNIAO *** TELA: 001

AGOSTO DE 2005 - ABERTO POSICAO ATÉ O MES 18AGO05 AS 02:05 HS
SALDO EXERC ANT. MOVIMENTO DEVEDOR GLOBAL(PAIS + EXTERIOR) EM REAL SALDO ATUAL R\$

1.9.9.6.24.01 SAQUE - CARTAO DE PAGAMENTO GOV. FEDERAL	0,00 6802903,04	0,00 6.802.903,04 D
1.9.9.6.24.02 FATURA - CARTAO DE PAGAMENTO DO GOV. FEDERAL	0,00 3465407,94	0,00 3.465.407,94 D
1.9.9.6.24.99 OUTROS CONTROLE DO CARTAO DE PAG. GOV.FEDERAL	0,00 10268310,98	0,00 10.268.310,98 C

SAQUES EM ALTA

Dados do Siafi apontam que, até a quinta 18, o movimento com cartões do Governo somavam R\$ 10,2 milhões em 2005 - os saques, de R\$ 6,8 milhões representam dois terços do total.

DETALHES DA

DO TCU

O CARTÃO MAIS ATIVO

Comparativo feito pelo TCU entre as despesas efetuadas por funcionários da Presidência mostra que apenas nos primeiros oito meses de 2004 os gastos (R\$ 5,5 milhões) quase empatam com os de todo o ano de 2003 (R\$ 6,4 milhões). Clever Fialho aparece com a maior movimentação: mais de R\$ 1 milhão em 2004

Portador		Tipo de suprimento (1)	Unidade Beneficiária	Despesa (saques + faturas) (2)	
CPF	Nome			em 2003	em 2004 (3)
0305581634	ADRIENAR PAOLIELLO FREIRE	P	Presidente	153.131,00	326.333,21
06701000800	AMERICO JOSE SOUTO	P	Presidente	783.742,09	NP
16157324149	ANDERSON SERRERA DE AGUIAR	R	Presidente	603.210,51	577.420,84
77820355118	ANDRE RICARDO ASSESSOR MATOS	S	Diretor	NP	4.520,32
27003186000	CARLOS ROBERTO PINTO PEREIRA	P	Presidente	6.317,74	NP
28578704118	CLEVER PEREIRA FIALHO	P	Presidente	1.289.242,84	1.001.319,05
60119484183	ERICO BARBOZA DA SILVA	S	Diretor	NP	10.518,48
47366158187	MARIA DA PENHA FREIRE	S	Secretaria	1.121,00	NP
29880168104	JOAO DOMINGOS DA SILVA NETO	P	Presidente	NP	267.845,19
05827186172	JOSEFA FERNANDES DE ARAUJO	P	Presidente	532.695,86	367.384,48
02927020181	JOSE ROBERTO DE ALESSANDRA	P	Presidente	NP	331.927,48
47366158187	MARIA DA PENHA FREIRE	S	Secretaria	1.121,00	NP
35914525104	MARIA EMILIA MATHIAS EVORA	P	Presidente	428.818,28	441.508,77
47776717169	MARIA NEUHA LOPEZ DE SALES	S	Casa Civil	10,00	NP
Total:				6.418.782,25	5.508.870,61
Número de portadores:				53	48
Notas:					

documentação sigilosa que dá lastro ao processo, à qual DINHEIRO teve acesso com exclusividade, o Palácio do Planalto pagou, entre janeiro e agosto do ano passado, R\$ 5,5 milhões em despesas com cartões de crédito. Os gastos com cartão neste ano aumentaram. **Até a última quinta-feira 18, as faturas dos cartões corporativos do governo federal somavam exatos R\$ 10.268.310,98, segundo dados do Sistema de Acompanhamento Financeiro da Administração Federal (Siafi).** Do total, R\$ 5.670.849,53 referem-se a despesas do gabinete do presidente. O que mais inquieta os ministros do TCU, no entanto, é o volume de saques em dinheiro vivo feito por funcionários do Planalto através dos cartões corporativos. Entre janeiro e agosto de 2004, de um total de R\$ 3,2 milhões em faturas, esses funcionários sacaram R\$ 2,2 milhões em espécie – o outro R\$ 1 milhão foi usado para pagamento de despesas, aquela que deveria ser a função primordial dos cartões. Este ano, a prática continua disseminada, mantendo a proporção. Dados do Siafi mostram

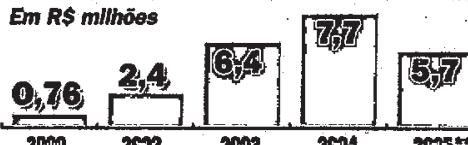
que, dos R\$ 10,2 milhões movimentados até a última quinta-feira, R\$ 6,8 milhões foram retirados em dinheiro vivo. O valor dos pagamentos efetuados diretamente com cartões é a metade, R\$ 3,4 milhões. Ou seja, os saques em dinheiro vivo representaram, em média, dois terços das faturas dos cartões.

A descoberta, pelo TCU, de que em vez de quitar as despesas do gabinete presidencial com o cartão de crédito, os assessores do presidente Lula mantêm o procedimento de sacar dinheiro vivo ocorre no momento em que o Congresso investiga movimentações em cash por políticos e partidos. “Os cartões

corporativos foram adotados justamente para aumentar o controle e a transparência”, lembra o procurador Marius DeVries Marsico, representante do Ministério Público no TCU e autor do pedido de quebra de sigilo dos cartões do Planalto. “Esses saques são exagerados, são cheques em branco, um artifício que desvirtua o uso dos cartões”. O relator do processo, Ubiratan Aguiar, também se mostra impressionado: “O tema é tão relevante que merece máxima celeridade”, promete. **“As explicações do governo não são suficientes, os procedimentos adotados não são adequados e a possibilidade de irregularidade é real”, diz o ministro Marcos Vilaça,** autor de acordão sobre o tema publicado pelo TCU na virada do ano. Desde que Lula tomou posse, as faturas do governo com cartões corporativos, sem prestação de contas ao TCU, já somaram R\$ 18,7 milhões.

Para ajudar os ministros a decidir a quebra do sigilo dos cartões do Planalto, os auditores do tribunal elaboraram uma relação de todos os funcionários que receberam cartões corporativos.

GASTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA COM CARTÕES CORPORATIVOS*



*Gastos da Secretaria Administrativa da Presidência da República, responsável pelas despesas diretas do presidente e dos Palácios do Planalto, da Alvorada e da Granja do Torto. Estão excluídos os gastos de outros órgãos da Presidência, como o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e a Secretaria da Pesca

**Até 18/08/2005

Fonte: TCU/Siafi

PRIMEIRA-DAMA

Maria Emilia Évora cuida das despesas de Dona Marisa. Suas faturas foram de R\$ 441 mil entre janeiro e agosto de 2004 – R\$ 198 mil sacados em dinheiro

O presidente Lula não tem cartão, nem a primeira-dama Marisa Letícia, nem qualquer ministro ou autoridade conhecida. Somente um grupo de funcionários de carreira, que trabalham como assessores diretos no governo, ganhou cartão. **No primeiro ano do governo Lula, 53 servidores do Planalto portavam cartões. A partir de 2004, o número foi reduzido para 48.** Chamados de “economos”, eles têm por tarefa tanto fazer as pequenas compras de lanches e papelaria do Planalto, do Palácio da Alvorada e da Granja do Torto, como acompanhar o presidente em suas viagens, pagando as despesas com hotel, alimentação e transporte da comitiva. Os auditores também produziram um documento com a relação de cada um desses economos, nome, CPF, a unidade da Presidência em que servem – e o volume de saques em dinheiro vivo de cada um, assim como os gastos pagos com cartão. Feito por amostragem e com base em dados do Siafi, o levantamento cobre o período entre janeiro e agosto de 2004. Nele, alguns servidores, principalmente os lotados junto à Presidência, destacam-se pelo volume de gastos e saques.

De acordo com o documento, o fun-

cionário Clever Pereira Fialho, CPF 265.787.941-53, lotado junto ao presidente, é o campeão absoluto dos gastos. Suas faturas no período somaram mais de R\$ 1 milhão – sendo que os saques em dinheiro vivo foram de R\$ 226,9 mil. DINHEIRO apurou que Clever é hoje o economista titular do presidente. Lula também trabalha em revezamento com outros oito economos, como Anderson Pereira de Aguiar (saques de R\$ 239,3 mil), José Roberto Possa (saques de R\$ 205,9 mil) e Ademar Paoliello Freire (saques de R\$ 199,1 mil). **No total, os nove economos de Lula sacaram no período R\$ 1,510 milhão – uma média de R\$ 189 mil mensais.** Outro nome que chamou a atenção dos auditores é o de Maria Emilia Matheus Évora, CPF 389.868.251-04. Nos oito meses examinados pelo TCU, ela movimentou com o cartão R\$ 441,5 mil – os saques em dinheiro foram de R\$ 198,1 mil, numa média de R\$ 24,8 mil mensais. DINHEIRO apurou junto a duas pessoas com assento no Planalto que Maria Emilia, titular da equipe precursora que cuida das viagens do presidente, é a economista destacada para cobrir as despesas da primeira-dama. A mulher do presidente está sempre acompanhada de sargentas do Exército – e são as sargentas que acertam suas contas com Maria Emilia. Na semana passada, dois colunistas – Mônica Bergamo, da Folha de S. Paulo, e Giba Um, que mantém um site na internet – publicaram simultaneamente a informa-

ção de que Marisa Letícia costuma pagar com cartões de crédito corporativos suas visitas ao cabeleireiro Wanderley Nunes, que atende em um mega-salão no Shopping Iguatemi, em São Paulo. O Planalto desmentiu. Wanderley também. Ele disse que, desde a campanha eleitoral, corta o cabelo de Marisa de graça. “Nunca cobrei dela, porque acima de tudo é minha amiga”, assegurou ele – tempos atrás, o mesmo cabeleireiro chegou a declarar que a primeira-dama fazia questão de pagar os cortes à vista. Ato contínuo à publicação das notas, o presidente do Senado, Renan Calheiros, enviou requerimento do PSDB ao Planalto pedindo explicações sobre os gastos com cartões corporativos. No início da tarde de quarta-feira 17, os documentos do TCU obtidos pela DINHEIRO foram enviados por fax para Secretaria de Imprensa da Presidência da República, que os encaminhou para a assessoria da ministra Dilma Rousseff, da Casa Civil. Até a tarde de sexta-feira 19, o Planalto não havia se manifestado sobre o assunto. Procurada por DINHEIRO, Maria Emilia disse que não poderia dar entrevistas e que qualquer informação deveria ser prestada pela Secretaria de Imprensa da Presidência.

Até 2000, os economos usavam pequenas quantias em dinheiro, as “caixinhas”, iguais às de qualquer empresa privada, para cobrir as pequenas despesas do Planalto. Foi o então ministro

Pedro Parente, da Casa Civil, quem decidiu implementar os cartões de crédito para aumentar a transparência. No governo Fernando Henrique, o Planalto enviava as faturas ao TCU. O governo Lula passou a resguardá-las como assunto sigiloso, com o mesmo cuidado das contas secretas (legais) do Itamaraty e das Forças Armadas. Primeiro deixou de enviar faturas e notas fiscais ao tribunal. Depois retirou do Siafi a maior parte das informações sobre compras. Em março, os nomes de todos os econômetros também foram retirados do Siafi.

Há um ano, o deputado Augusto Carvalho, do PPS do Distrito Federal, entrou com uma representação junto ao TCU com base em reportagem de DINHEIRO que revelava o aumento dos gastos do Planalto com cartões corporativos. O tribunal então abriu uma inspeção no Planalto. Em novembro, três auditores do TCU estiveram na sala 208 do Anexo II do Palácio. Ali, atrás de portas trancadas, dois andares abaixo no nível da rua, um pequeno grupo de funcionários civis – comandados pelo general Romeu Ribeiro Bastos, chefe da Secretaria de Administração do Planalto – cuida dos arquivos secretos dos cartões.

Os analistas do TCU não tiveram acesso às faturas, mas pinçaram cópias de cinco prestações de contas. Assim, puderam compreender a sistemática dos gastos. **Em meio às notas fiscais de compras de cartuchos de impressoras, azeite de oliva extra virgem e geleia de uva, encontraram uma fatura do Grand Hotel Ca'd'Oro, em São Paulo, emitida em nome do então ministro Luiz Gushiken**, da Comunicação de Governo. A fatura informa que entre 7 e 9 de abril de 2004,

OS RECENTES

6/2/05

SIAFI2005-CONTABIL-DEMONSTRA-BALANÇETE (BALANÇETE CONTABIL)
18/08/2005 16:38 SALDOS DIFERENTE DE ZERO
*** BALANÇETE GERAL *** TELA: 001

AGOSTO DE 2005 - ABERTO POSICAO ATÉ O MES 18AGO2005 AS 01:59

CONTA / ORGÃO GESTÃO	MOVIMENTO DEVEDOR	MOVIMENTO CREDOR	SALDO ATUAL
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA	5670849,53	5670849,53 C	
INSTIT. NAC. DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA	844171,09	844171,09 C	
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES	10264,88	10264,88 C	
MINISTÉRIO DA SAÚDE	1000,00	1000,00 C	
	204052,23	204052,23 C	

BALANÇETE DO SIAFI EM 18 DE AGOSTO

Relatório revela quanto cada órgão do governo gastou com cartões em 2005. Só no gabinete da Presidência foram R\$ 5,67 milhões

Gushiken gastou R\$ 470 em diárias. Entre outros extras, consumiu R\$ 231 no restaurante e R\$ 501 no bar do hotel. O total da conta foi de R\$ 1.249,98. Quem pagou foi Elisabeth Ferreira, esposa de Gushiken, com seu cartão de crédito pessoal da Visa. Os auditores do TCU encontraram essa fatura em meio à prestação de contas da servidora Maria da Penha Pires, portadora do cartão corporativo 016790814, da Visa. Um detalhe intrigou os auditores. O extrato demonstrativo do cartão corporativo de Penha mostra que ela não realizou nenhuma compra diretamente com o plástico e o utilizou apenas para sacar dinheiro vivo. O TCU não sabia do detalhe. Naquele documento, ela informava que sacara de uma só vez R\$ 7.850. Comprou, com o dinheiro, material de escritório e reembolsou as despesas de Gushiken no Ca'd'Oro. Procurado por DINHEIRO, Gushiken encaminhou o tema para Maria da Penha. Ela explicou que costuma sacar dinheiro vivo porque muitas empresas de Brasília não aceitam cartão de crédito. Em sua prestação de contas, porém, há notas fiscais de quatro papelarias, como a

ABC, maior da capital. Todas as quatro aceitam Visa.

Os documentos do TCU apresentam um mapa detalhado de cada órgão do governo que se utiliza dos cartões. O levantamento de 2004 (entre janeiro e agosto) mostra que 68 órgãos federais gastaram R\$ 8,9 milhões – e que foram sacados R\$ 5,1 milhões em dinheiro vivo. A Secretaria de Administração do Palácio do Planalto foi responsável por mais da metade dos gastos. Usou cartões para comprar R\$ 5,2 milhões, sendo R\$ 2,2 em saques.

Em segundo lugar, apareceu a Agência Brasileira de Inteligência, Abin, na época dirigida pelo delegado Mauro Marcelo. Gastou R\$ 1,3 milhão e só R\$ 34 mil em compras com cartão – o restante em saques. Um novo levantamento, do deputado Eduardo Paes (PSDB) junto ao Siafi, mostra que o Gabinete da Presidência continua sendo responsável em 2005 pela maior movimentação – R\$ 5,67 milhões até 18 de agosto – seguido do Incra, com R\$ 844 mil. A direção do órgão, presidido por Rolf Hackbart, esclarece que há uma orientação de governo para estimular o uso dos cartões como forma de aumentar a transparência dos gastos. Informa ainda que as 12 superintendências do Incra possuem cartões, vários cartões por Estado, e que eles são usados tanto na compra de livros, quanto nas viagens pelo interior. “É muito simples terminar com todas as dúvidas”, diz o deputado Paes, que também pesquisa os cartões do Planalto. “Basta o presidente da República mandar abrir as faturas dos cartões e mostrar que sempre andou na linha”.

O SR. PRESIDENTE (Flexa Ribeiro. PSDB – PA)

– Agradeço ao nobre Senador Arthur Virgílio e defiro a solicitação de S. Ex^a nos termos do Regimento.

Convoco os Senadores que se encontram em outras dependências desta Casa para que venham até o plenário para iniciarmos a Ordem do Dia.

Concedo a palavra, de acordo com a inscrição, ao nobre Senador Sibá Machado, por cessão do Senador Rodolpho Tourinho. Em seguida, iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, primeiramente, quero saudar um colega, o Deputado Estadual do Acre Luiz Gonzaga. Seja bem-vindo ao Senado!

Sr. Presidente, quero agradecer, de coração, o convite que V. Ex^a me faz para conhecer um dos empreendimentos, uma das marcas do atual Governo, que é a indústria de biodiesel no Estado do Pará. Estou curioso e ansioso para conhecê-la. Tenho estudado essa matéria e procurado incentivar outros Estados, principalmente da Amazônia, a copiarem a idéia. Quem sabe, poderemos até levar empresários dessa área para incentivar pessoas de outros Estados ou, pelo menos, para bater um papo com o pessoal do Estado e trocar idéias. Quem sabe, também entremos nessa rota. Estamos fazendo o que é possível no Acre. Analisamos o dendê, a mamoma e outros óleos que poderão ser tirados da floresta e assim por diante. No entanto, falta discutir o assunto empresarialmente.

Após a audiência pública realizada na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, surgiram dois problemas, que deveríamos nos esforçar para resolver, Sr. Presidente. Um deles refere-se à empresa Agropalma, que fala da possibilidade da exportação. Há um mercado internacional, mas existe – o que não entendi – um problema nacional que não está facilitando a exportação. O outro problema é relativo à empresa Brasil Ecodiesel, que se instalou em todo o Nordeste, mas com unidades produtivas no Estado do Piauí. Essa empresa já produz uma quantidade razoável de biodiesel. A meta é chegar a 300 milhões de litros ou, quem sabe, a 400 milhões de litros. Essa tarefa envolve mais de 400 famílias de pequenos produtores que fazem um trabalho social ousado naquela área onde há um problema de mercado.

Portanto, creio que temos a obrigação de nos esforçarmos, juntamente com o Governo e com as empresas, para que essa peteca não caia, para que possamos garantir o que há de mais sagrado num empreendimento dessa natureza, que é o mercado.

Outro assunto, Sr. Presidente. Quero falar sobre o meu Partido, o PT. Dia 18 de setembro agora nós deveremos realizar o que considero uma das conquistas da democracia que o PT leva a seus filiados, diferentemente dos demais Partidos. Há alguns anos já abandonamos o método de eleição congressual pelo de eleição de forma direta.

E fico meio constrangido, porque dirigentes do porte de alguns colegas que temos ficam se tratando publicamente daquela maneira. Isso não constrói, isso atrapalha, nós temos já tantos problemas para resolver, são tantas questões para serem solucionadas, e me preocupam esses fatos.

Eu tenho defendido a candidatura do companheiro Tarso Genro, um intelectual, um militante intelectual do PT, um dos brilhantes ministros de Estado que o Governo teve há pouco na área da educação. Foi um brilhante prefeito da capital do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, por duas vezes, fazendo excelente mandato, irradiando políticas públicas para serem copiadas Brasil afora.

E está na disputa um militante do calibre de José Dirceu, um estrategista, um pensador. Embora muita gente não goste dele, essa é uma verdade. Foi uma pessoa que nos ajudou bastante a chegar no estágio que estamos hoje.

Portanto, é hora de unidade, Sr. Presidente. Quero reproduzir aqui o fruto das conversas que temos feito em nossa bancada, que temos feito em vários diretórios estaduais, para a unidade agora, acima de tudo. E vou agradecer o que ocorreu no Acre, no qual sou o único candidato a presidente. As chapas todas se unificaram, temos uma única chapa para concorrer a essas eleições, e temos, acima de tudo, a solução dos problemas sociais e os nossos problemas têm que ser secundários em relação aos problemas sociais. O PT é sabido por todos como um partido jovem ainda, com vinte e cinco anos, e que nesse período contribuiu substancialmente para o estágio de democracia em que vivemos hoje e contribuiu ainda mais nesse exercício de Governo para os sucessos da economia que estamos a assistir.

Não vou fazer nenhum parâmetro de comparação porque assisti recentemente a um debate aqui desta tribuna entre Líderes do nosso Partido, Líder do Governo, Líderes dos Partidos de Oposição sobre os números entre o Governo Lula e o Governo passado. Isso não me compete porque tenho a seguinte convicção, Sr. Presidente: cada governo que chegar tem a obrigação de superar o anterior, é obrigação. Empatar não basta. Deve superar. E um governo que se auto-sucede, da mesma maneira, tem que se superar.

Mas não posso ficar calado diante da torcida que se coloca aqui. E hoje quero reproduzir o que ouvi na rádio CBN. Não se trata mais de fazer uma investigação. Aqui se trata agora da demolição do meu partido. Então, vai haver luta, vai haver luta, vai haver revide. A nossa militância não vai ficar parada.

Vamos separar uma coisa da outra. Estamos aqui investigando porque parte do PT, pessoas do PT embrenharam-se por um caminho que deu errado, embrenharam-se por um caminho que sabemos não é o caminho. Jamais deveremos tocar nesse assunto outra vez, que essa lição nos marque para o resto de nossas vidas.

Agora, massacre em cima do PT! Haverá revide. Se é para ameaçar, aceitamos a ameaça. Estão nos provocando! Já passamos por momentos muito difíceis em nossas vidas, enfrentamos patas de cavalo, pontas de baioneta, muitas atrocidades. Na luta do campo, da qual eu vim, assisti ao que há de barbaridade. Estamos acostumados com o que não presta, Sr. Presidente. Sabemos o que é a masmorra. Se for para nos provocar, aceitamos o desafio. Vamos à luta e vamos às ruas, jamais abdicaremos do direito constitucional partidário de lutar pela democracia do Brasil e pela limpeza de qualquer sujeira que esteja entranhada até em pessoas do nosso Partido.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Perdoe-me, Senador Sibá Machado.

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Aceito com todo carinho.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Eu estava ouvindo o discurso de V. Ex.^a que era sobre a agricultura e, de repente, atendi um telefonema e V. Ex.^a passou para outro assunto e eu queria me posicionar. O outro assunto que V. Ex.^a está falando é a crise, é isso?

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – É isso.

Na verdade, o outro assunto era um comentário ao Senador Flexa Ribeiro pelo assunto que tratamos na comissão e que vamos fazer nesse final de semana.

Sr. Presidente, rogo aqui, do alto da minha insignificância dentro do PT, pela unidade partidária e vamos contribuir para que o encerramento dos trabalhos de nossas CPIs seja aquilo que todos estamos esperando. Não posso aceitar que toda vez que tratamos desses assuntos na CPIs, toda vez que tem um problema polêmico a ser tratado, quando é de interesse da Oposição é porque é uma investigação verdadeira, quando não atende ao interesse da Oposição, se abafa.

Não posso compreender isso. Até parece que todo mundo aqui é apolítico. Em cima de mim, não. Não vou aceitar. É impossível isso. Haverá, sim, debate naquilo que for necessário se debater. As CPIs vão debater sempre, mas de uma coisa pode ficar a certeza...

(Interrupção do som.)

O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) – Eu não tenho mais dois minutos além dos dez minutos, segundo a regra regimental?

Então, debate dentro das CPIs. Naquilo que eu puder ajudar, jamais vamos fazer a chamada queda-de-braço e dizer: tem que investigar fulano porque só estão investigando cicrano. A esse tipo de coisa também não me submeto. Esse tipo de coisa eu não faço. Se houver o caminho real de uma necessidade de ir atrás de determinada informação, iremos. Se não tiver, se é só para ficar esticando a corda, só para ficar dizendo “desvio o foco”, “aqui não”, só para isso, não vou fazer, não me submeto a esse tipo de coisa.

Portanto, quero transmitir a segurança de que é essa a orientação que recebo da nossa bancada e parabenizar V. Ex.^a, Senador Tião Viana, pela brilhante atuação que tem tido também naquela outra CPI, a dos Bingos. Se fizermos isso – já para encerrar, Sr. Presidente –, porque sou, infelizmente ou felizmente, de tantas CPIs, mas atuo mais precisamente em duas, assisto agora, com toda tristeza, a um problema que levantei há duas semanas: há Deputado preocupado, Sr. Presidente, porque uma CPI está sobressaindo mais do que a outra. Ontem ouvi isto: – Olha, os holofotes estão na outra CPI, e não mais nessa.

Aí não vamos a lugar nenhum. Se formos fazer CPI apenas para aparecer no jornal da Globo, peço imediatamente à nossa Liderança que me retire da CPI porque tenho outras coisas a fazer na minha vida.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Sibá Machado, o Sr. Flexa Ribeiro, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Agradeço a V. Ex^a, Senador Sibá Machado.

Sobre a mesa, requerimento que passo ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 935, DE 2005

Requeiro, nos termos do artigo 222 do Regimento Interno, seja consignado Voto de Aplauso ao Soldado Brasileiro, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Francisco Roberto de Albuquerque, como homenagem desta Casa pelo transcurso no dia 25 de agosto, data em que se comemora em todo o País o Dia do Soldado.

Senador **Romeu Tuma**

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)
– Para encaminhar, tem a palavra o Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEUTUMA (PFL – SP. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, hoje é um dia importante, Senador Antonio Carlos Magalhães, Dia de Caxias, dia do nosso Exército, que tantas vezes V. Ex^a, usando da tribuna, tem enaltecido, notadamente no momento difícil que atravessa.

Estive presente, Sr. Presidente Tião Viana, à cerimônia, que foi muito bonita, com a tropa formada, principalmente o corpo da Guarda, a Cavalaria. Foi uma cerimônia de cinema. O Vice-Presidente compareceu. A espada de Caxias simbolicamente exerceu o comando da cerimônia.

Fiquei muito triste com a ausência do Presidente Lula. Não é uma crítica; é uma amargura pessoal. Eu já vesti a farda do Exército – e não sei se V. Ex^a já o fez, mas vários Senadores já o fizeram, como alunos do CPOR ou prestando serviço ao Exército brasileiro – e fiquei muito triste não pela

presença do Vice-Presidente, José Alencar, que é um homem de bem, correto, admirável. S. Ex^a foi nosso colega e fez uma boa apresentação. Mas o Presidente Lula não teve a honra de receber a continência dos soldados, quando ali estavam as Forças Aérea, Terrestre e Naval, no Dia do Exército. Isso me constrangeu bastante, por uma tristeza, uma amargura de foro íntimo.

Não perguntei o porquê. Não me cabe pedir nenhuma explicação ao Presidente Lula, por quem tenho todo respeito. Porém, digo, com toda sinceridade, que a sua ausência me causou uma surpresa. Não perguntei a ninguém, nem ao Comandante das Forças Terrestres, General Albuquerque, nem a algum outro oficial. A cerimônia foi muito bonita, com bastante honra.

Vou me permitir solicitar a V. Ex^a que determine que a Ordem do Dia militar de hoje, Dia do Soldado, seja consignada nos Anais, porque ela mostra o respeito que as Forças Armadas têm pelas instituições civis e pela organização do Estado brasileiro.

Ressalto também, Senador Sibá Machado, o exemplo que Caxias deu na sua linha de tolerância, de perspectivas de sempre manter um país livre e independente e de tratar as pessoas com toda dignidade.

Para mim, seria importante essa consignação nos Anais. Penso que Caxias é imortal; é presença permanente na história do Brasil; e ele não concordaria com V. Ex^a em levar pessoas à rua para a luta, para a briga. Creio que ele teria uma tolerância maior, que sei que V. Ex^a tem no coração. De vez em quando V. Ex^a fica nervoso, e fico preocupado aqui que não lhe acometa um infarto.

Penso que é importante, aqui, o registro da Ordem do Dia assinada pelo General Albuquerque. Por isso peço a V. Ex^a que a faça consignar, além da minha admiração pelas Forças Armadas, principalmente hoje, que é o Dia do Soldado. Presto esta homenagem e espero que os Srs. Senadores aprovem essa minha solicitação.

Encaminho a V. Ex^a a Ordem do Dia.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ROMEUTUMA EM SEU PRO- NUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



DIA DO SOLDADO

Soldado do Exército Brasileiro! Venho até você neste 25 de Agosto para concitá-lo a olhar a História, identificar e reverenciar aquele que é designado "Herói Tranquilo e Perfeito", "Espada Invicta do Império", "Filho Querido da Vitória", "Nume e Espírito Tutelar da Pátria" e "Patrônio do Exército Brasileiro".

Se os símbolos nacionais, hoje regulados em lei: a Bandeira, o Hino, o Selo e as Armas da República, representam de uma nação democraticamente constituída, soberana e livre, o poder que emanava do povo e em seu nome é exercido, tal realidade contou com o sólido alicerce que o soldado ajudou a construir. E foi justamente o Soldado e Estadista **Luis Alves de Lima e Silva**, numa época em que a luta fratricida ameaçava cindir a nação continental, aquele que dedicou toda energia e inteligência, grandeza de alma, elevados sentimentos e a própria vida, para, mais que combater, pacificar, diferentes "brasis"; mais que reunir, unificar parcelas de uma grandiosa e unitária soma nacional.

Caxias não cabe nos limites da mortal e transitória nobreza de títulos que recebeu. Era, sobretudo, nobre de espírito, um brasileiro de magnânimo coração e uma mundialmente destacada liderança militar que, junto aos seus soldados, partilhava os sacrifícios do combate e comemorava as vitórias. Sendo naturalmente tolerante e humildemente sábio, foi fraternalmente justo. Antes de desembainhar a Espada, buscava o entendimento pelo diálogo. Aceitava as diferenças e discutia os pensamentos contrários aos seus. Mas era suficientemente firme e ético para não transigir com a indisciplina, não tolerar o desrespeito ou a agressiva vilania. Nobre, sim, na indulgência com os pequenos deslizes e na severidade com as grandes faltas.

As virtudes que praticou ressaltam um caráter de cidadão honrado que prestigiava a dignidade do oponente, tratava com magnanimidade o vencido, com lhanzeza o subordinado e com lealdade a todos. Nobre o seu comportamento. Brava e consciente a força que representava.

Em sua trajetória foi inexcusável general, proficiente administrador, acatada autoridade na Presidência do Conselho de Ministros, ilibado Senador, íntegro cidadão e amoroso chefe de família. Simples, não se dava à ostentação. Equânime e prudente, nada rejeitou por temor.

Em cada página que escreveu de nossa História, Caxias é a Força da Espada – permanente vontade desarmada da população brasileira – que respalda, dá sustentabilidade e integralidade ao exercício do poder. Assim, o Exército democraticamente representa, em todos os estratos, essa gente determinada e orgulhosa da expressiva miscigenação que confere grandeza a sua universalidade. Gente como a gente, de uma sociedade única que, sob as bênçãos do Cruzeiro do Sul, com ardor patriótico, coragem, criatividade, fé e ordem, anseia, trabalha e luta pela paz.

Soldado! Esse é o Marechal **Luis Alves de Lima e Silva**, o Duque de Caxias, Patrono dessa nossa escola de civismo e educação. Em todas as contendas de que participou, viveu e combateu com o coração livre do ódio e ponderado na justiça. E o Exército, ao vivenciá-lo em qualquer tempo, tão expressivos ensinamentos, se fez bravo, heróico, capaz, vitorioso e solidário. Assim procederam os pracinhas da Força Expedicionária Brasileira, a FEB, por trinta anos, na Europa. Assim fizeram e fazem os atuais integrantes das Forças Internacionais de Paz, presenças amigas e respeitadas da Espada de Caxias em todos os momentos.

O soldado dos soldados apenas retirou-se de cena. Mas permanece silente exemplo. A sempre ativa inspiração para o Exército é para o Brasil. Tudo que dele se diz, todos que o exaltam como Herói, subsiste em nossos corações e em nossas memórias para instruir os nossos pôsteros, perpetuando a obra que construiu.

Portanto, Caxias é de imortal presença. Porque está conosco, continuamente, porque é o Marechal que mais o Brasil contribuiu para a expressão da sua glória.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Romeu Tuma, V. Ex^a será atendido na forma do Regimento quanto à anexação aos Anais da Casa.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A Mesa encaminhará o voto de aplauso ao Comandante do Exército.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 936, DE 2005**Requer ao Senhor Ministro das Cidades, informações sobre a Resolução nº 164 do Contran.**

Requeiro, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno, combinado com o disposto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, que sejam solicitadas, ao Senhor Ministro das Cidades, informações sobre as alterações baixadas pela Resolução nº 164 do Contran, consideradas prejudiciais à conservação das rodovias brasileiras, ao permitir o tráfego de caminhões pesados, sem um controle rígido do peso da carga, em especial respondendo:

1 – É verdade que o Contran está des cumprindo decisão judicial que teria determinado a revogação da Resolução nº 164?

2 – É verdade que o Denatran está consultando a NTC quanto à conveniência de suprimir o art. 2º dessa mesma Resolução?

Justificação

A Portaria nº 164, liberou o tráfego desses caminhões (conhecidos como bitrens), sem qualquer restrição quanto ao peso da carga, segundo denúncias de engenheiros do Sul do País. A liberação foi interpretada como prejudicial às nossas já precárias estradas. Antes dessa Resolução, o tráfego de caminhões pesados dependia das chamadas AET, as Autorizações Especiais de Trânsito. Em lugar dessas autorizações, as rodovias receberiam sinalização adequada para permitir aquele tráfego. Diante disso, o assunto foi levado ao Ministério Público Federal, que acabou ingressando com Ação Civil Pública, que obteve liminar da Justiça Federal de Marília, determinando que as AET voltassem a ser emitidas até que as estradas recebessem adequada sinalização. Em seguida a OAB de Santa Catarina obteve, junto à Justiça Federal de Florianópolis, a re-

vogação da Resolução n. 164. O DNIT, no entanto, e a despeito de ter sido interpelado pelo próprio Contran, não parece disposto a cumprir a decisão judicial de sinalizar as estradas. Após, o Diretor do Denatran, Ailton Brasiliense Pires, encaminhou consulta a uma entidade privada, a NTC, para que fizesse uma avaliação quanto à supressão do art. 2º da Resolução, que determina a sinalização. Uma eventual resposta favorável, poderá tornar praticamente sem efeito a decisão judicial aqui mencionada.

No Título IV, Capítulo I, a Constituição Federal prescreve as atribuições do Congresso Nacional, contemplando, no inciso X do art. 49, as suas prerrogativas de fiscalizar e controlar, diretamente ou por qualquer de suas casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta. No caso em tela, estou solicitando esclarecimentos diante das denúncias aqui descritas.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 299, DE 2005

Altera as Leis nºs 1.079, de 10 de abril de 1950 e 8.429, de 2 de junho de 1992, e o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, para tipificar, como crime de responsabilidade e como ato de improbidade administrativa, a divulgação de propaganda irregular pelo Poder Público.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 9º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, passa a vigorar acrescido do seguinte número:

Art. 9º

.....

8 – permitir ou autorizar que, da publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos ou entidades públicas, constem nomes, símbolos, imagens ou cores que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos ou façam alusão a campanhas eleitorais. (NR)

Art. 2º O art. 1º do Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 1º

.....
XXIV – permitir ou autorizar que, da publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos ou entidades públicas, constem nomes, símbolos, imagens ou cores que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos ou façam alusão a campanhas eleitorais. (NR)

Art. 3º O art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

Art. 11.

.....
VIII – permitir ou autorizar que, da publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos ou entidades públicas, constem nomes, símbolos, imagens ou cores que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos ou façam alusão a campanhas eleitorais. (NR)

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A Lei nº 9.504, 30 de setembro de 1997, a Lei Eleitoral, já contém, corretamente, normas rígidas para disciplinar a propaganda institucional dos Governos durante as campanhas eleitorais.

O problema, entretanto, não se restringe a esses períodos.

É muito comum assistirmos Chefes do Poder Executivo utilizando, durante todo o seu mandato, a propaganda institucional para promover os símbolos, imagens e cores que marcaram a sua campanha política. Isso apesar de a Constituição de 1988 ter estabelecido, no § 1º do seu art. 37, que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Esse comportamento irregular de nossas autoridades vem tendo lugar, em grande parte, pela falta de norma que tipifique explicitamente, como ilícito, esse procedimento.

Assim, com o objetivo de suprir essa lacuna, estamos propondo o presente projeto de lei, para caracterizar a utilização abusiva da publicidade oficial tanto como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública, quanto como crime de responsabilidade contra a probidade na Administração do Presidente da República, Minis-

trois de Estado, Governadores, Secretários de Estado e Prefeitos.

Trata-se de providência que vem ao encontro das iniciativas que buscam a aperfeiçoar a nossa legislação eleitoral e a ela conexa, uma vez que, com a aprovação deste projeto, teremos a redução do abuso de autoridade em nossas eleições, homenageando o princípio da igualdade que deve prevalecer entre todos os candidatos, ao mesmo tempo em que se obrigará que as ações de publicidade do Poder Público destinem-se, exclusivamente, a atender o interesse da sociedade.

Sala das Sessões, 25 de agosto de 2005. – **José Maranhão.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N° 1.079, DE 10 DE ABRIL DE 1950

Define os crimes de responsabilidade e regula o respectivo processo de julgamento.

.....
Art. 9º São crimes de responsabilidade contra a probidade na administração:

1 – omitir ou retardar dolosamente a publicação das leis e resoluções do Poder Legislativo ou dos atos do Poder Executivo;

2 – não prestar ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

3 – não tornar efetiva a responsabilidade dos seus subordinados, quando manifesta em delitos funcionais ou na prática de atos contrários à Constituição;

4 – expedir ordens ou fazer requisição de forma contrária às disposições expressas da Constituição;

5 – infringir no provimento dos cargos públicos, as normas legais;

6 – usar de violência ou ameaça contra funcionário público para coagi-lo a proceder ilegalmente, bem como utilizar-se de suborno ou de qualquer outra forma de corrupção para o mesmo fim;

7 – proceder de modo incompatível com a dignidade, a honra e o decoro do cargo.

**DECRETO-LEI N° 201,
DE 27 DE FEVEREIRO DE 1967**

Dispõe sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores, e dá outras provisões.

Art. 1º São crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores:

I – apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio;

II – utilizar-se, indevidamente em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos;

III – desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas;

IV – empregar subvenções, auxílios, empréstimos ou recursos de qualquer natureza, em desacordo com os planos ou programas a que se destinam;

V – ordenar ou efetuar despesas não autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes;

VI – deixar de prestar contas anuais da administração financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órgão que a Constituição do Estado indicar, nos prazos e condições estabelecidos;

VII – Deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órgão competente, da aplicação de recursos, empréstimos subvenções ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título;

VIII – contrair empréstimo, emitir apólices, ou obrigar o Município por títulos de crédito, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

IX – Conceder empréstimo, auxílios ou subvenções sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

X – alienar ou onerar bens imóveis, ou rendas municipais, sem autorização da Câmara, ou em desacordo com a lei;

XI – adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei;

XII – antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário;

XIII – nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei;

XIV – negar execução à lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;

XV – deixar de fornecer certidões de atos ou contratos municipais, dentro do prazo estabelecido em lei;

XVI – deixar de ordenar a redução do montante da dívida consolidada, nos prazos estabelecidos em lei, quando o montante ultrapassar o valor resultante da aplicação do limite máximo fixado pelo Senado Federal; (*inciso acrescido pela Lei 10.028, de 19-10-2000*)

XVII – ordenar ou autorizar a abertura de crédito em desacordo com os limites estabelecidos pelo Senado Federal, sem fundamento na lei orçamentária ou na de crédito adicional ou com inobservância de prescrição legal; (*inciso acrescido pela Lei 10.028, de 19-10-2000*)

XVIII – deixar de promover ou de ordenar, na forma da lei, o cancelamento, a amortização ou a constituição de reserva para anular os efeitos de operação de crédito realizada com inobservância de limite, condição ou montante estabelecido em lei; (*Inciso acrescido pela Lei 10.028, de 19-10-2000*)

XIX – deixar de promover ou de ordenar a liquidação integral de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária, inclusive os respectivos juros e demais encargos, até o encerramento do exercício financeiro; (*Inciso acrescido pela Lei 10.028; de 19-10-2000*)

XX – ordenar ou autorizar, em desacordo com a lei, a realização de operação de crédito com qualquer um dos demais entes da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que na forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente; (*inciso acrescido pela Lei 10.028, de 19-10-2000*)

XXI – captar recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido; (*inciso acrescido pela Lei 10.028, de 19-10-2000*)

XXII – ordenar ou autorizar a destinação de recursos provenientes da emissão de títulos para finalidade diversa da prevista na lei que a autorizou; (*inciso acrescido pela Lei 10.028, de 19-10-2000*)

XXIII – realizar ou receber transferência voluntária em desacordo com limite ou condição estabelecida em lei. (*inciso acrescido pela Lei 10.028, de 19-10-2000*)

§ 1º Os crimes definidos neste artigo são de ação pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclusão, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenção, de três meses a três anos.

§ 2º A condenação definitiva em qualquer dos crimes definidos neste artigo, acarreta a perda de cargo e a inabilitação, pelo prazo de cinco anos, para o exercício de cargo ou função pública, eletivo ou de nomeação, sem prejuízo da reparação civil do dano causado ao patrimônio público ou particular.

.....
LEI N° 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração

pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;

II – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

III – revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo;

IV – negar publicidade aos atos oficiais;

V – frustrar a licitude de concurso público;

VI – deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo;

VII – revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida política ou econômica capaz de afetar o preço de mercadoria, bem ou serviço.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O projeto lido será publicado e remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Os itens de nºs 1 a 5 exigem **quorum** qualificado.

Caso não haja acordo entre os Líderes, ficarão para a Ordem do Dia da próxima terça-feira.

O Senador Romero Jucá, na Vice-Liderança do Governo, informa que há um acordo entre os Líderes.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Como Líder.) – Sr. Presidente, eu perguntaria se já chegou o requerimento à Mesa, assinado por todos os Líderes, no sentido de que se possa quebrar o interstício e votar, ainda hoje, a matéria sobre a Agência Nacional de Aviação Civil.

É importante dizer que foi feito um trabalho árduo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na Comissão de Relações Exteriores. Os Relatores patrocinaram um entendimento.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Senador Romero Jucá, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Romero Jucá, antes de passar a palavra ao Senador Romeu Tuma, a Mesa entende que V. Ex^a confirma o acordo havido entre os Líderes. Há um requerimento de acordo, assinado pelos Líderes, para que seja votada a criação da Agência Nacional de Aviação Civil.

A Mesa esclarece que os itens de 1 a 5, por exigirem **quorum** qualificado, entrarão na Ordem do Dia de terça-feira e aguardará alguns minutos para que a Comissão de Relações Exteriores envie o projeto sobre a Agência Nacional de Aviação Civil.

São os seguintes os itens adiados:

1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 31, DE 2000

(*Votação nominal*)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Shessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 29, DE 2002

(*Votação nominal*)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

3

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 87, DE 2003***(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

5

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162,
DE 2004 – COMPLEMENTAR**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
- de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Enquanto isso, vamos ao item 6: Projeto de Lei da Câmara Nº 38, de 2004.

Antes, porém, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço que aguarde um minuto, porque vou procurar o Senador José Agripino. A mensagem que S. Ex^a enviou – tendo em vista que está inscrito para falar agora na CPI dos Bingos – foi a de que não havia acordo para votar. Desconheço. Então, vou procurá-lo diante da exposição que fez o Senador Romero Jucá. Essa foi a comunicação. S. Ex^a está na CPI. Irei para lá. Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa suspenderá a sessão por dez minutos para que chegue o projeto e para que haja um diálogo entre os Líderes. Houve um desentendimento, como informado por V. Ex^a. Retomaremos os trabalhos em dez minutos.

Senador Romeu Tuma, informo ainda a V. Ex^a que o Senador José Agripino assinou o requerimento de votação da Anac hoje. A Mesa aguarda que a Comissão de Relações Exteriores envie o projeto. Ao mesmo tempo, informa a necessidade de suspensão dos trabalhos das Comissões Parlamentares de Inquérito para a votação da matéria.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 16 horas e 48 minutos, a sessão é reaberta às 16 horas e 53 minutos.)

O Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está reaberta a sessão.

Consulto os Srs. Líderes partidários sobre se poderemos votar o Item 6 da pauta. (Pausa.)

Não havendo objeção do Plenário, passamos à apreciação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item 6:**

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2004

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 2004 (nº 808/2003, na Casa de origem), que obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis e altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985.

Parecer sob nº 1.341, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Maranhão, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 4-CCJ, que apresenta.

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária de ontem, quando teve sua discussão encerrada e a votação transferida para hoje.

Passa-se à votação do projeto sem prejuízo das emendas.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Votação em globo das Emendas de nº 1 a 4 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O parecer também é favorável.

As Sras e os Srs. Senadores que as aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovadas.

A matéria vai à Comissão Diretora para a redação final.

É o seguinte o Projeto e as Emendas aprovadas:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 38, DE 2004 (Nº 808/2003, na Casa de origem)

Obriga a identificação do responsável pela intermediação imobiliária no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis e altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei torna obrigatória a inclusão, no registro de escrituras públicas de compra e venda de imóveis, da identificação do responsável pela intermediação imobiliária.

Art. 2º A Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que "dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências", passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 1ºA As escrituras públicas de compra e venda de bens imóveis a título oneroso conterão identificação da pessoa física ou jurídica que intermediou a venda.

S 1º A identificação de que trata este artigo conterá ainda:

- I - endereço completo do intermediário;**
- II - número do Cadastro da Pessoa Física ou Jurídica do Ministério da Fazenda;**
- III - número de sua inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis da região;**
- IV - o valor recebido pela intermediação.**

§ 2º Ocorrendo compra e venda sem intermediação, na escritura pública, as partes declararão, sob as penas da lei, que aquela realizou-se sem intermediários."

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

EMENDA Nº 1 – CCJ

Dê-se à ementa do PLC nº 38, de 2004 (PL nº 808, de 2003, na Câmara dos Deputados), a seguinte redação:

Altera a Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, para obrigar a identificação do corretor de imóveis responsável pela venda, na respectiva escritura pública.

EMENDA Nº 2 – CCJ

Fica excluído o art. 1º do PLC nº 38, de 2004 (PL nº 808, de 2003, na Câmara dos Deputados), e renumerados os artigos subseqüentes.

EMENDA Nº 3 – CCJ

Dê-se ao atual art. 2º (renomeado para 1º) do PLC no 38, de 2004 (PL nº 808, de 2003, na Câmara dos Deputados), a seguinte redação:

Art. 1º A Lei nº 7.433, de 18 de dezembro de 1985, que "dispõe sobre os requisitos para a lavratura de escrituras públicas e dá outras providências", passa a vigorar acrescida do seguinte artigo:

"Art. 1º-A. As escrituras públicas de compra e venda de bens imóveis conterão a identificação do corretor, pessoa física ou jurídica, e o valor da corretagem.

§ 1º A identificação do corretor conterá:

I – o endereço completo;

II – o número de cadastro de pessoa física ou jurídica no Ministério da Fazenda;

III – o número de inscrição no Conselho Regional de Corretores de Imóveis;

IV – o valor pago a título de honorários de corretagem.

§ 2º Ocorrendo compra e venda sem intermediação, na escritura pública, as partes declaração, sob as penas da lei, que aquela realizou-se sem intermediários."

EMENDA Nº 4 – CCJ

Dê-se ao atual art. 3º (renumerado para 2º) do PLC nº 38, de 2004 (PL nº 808, de 2003, na Câmara dos Deputados), a seguinte redação:

Art. 2º Esta lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Tenho a honra de conceder a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio.

O SR. PAULO OCTÁVIO (PFL – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Renan Calheiros, quero cumprimentar aqui o Senador José Maranhão, relator da matéria, porque esse é um projeto que valoriza a classe dos corretores de imóveis no País.

Quando Deputado, apresentei um projeto parecido com esse, em 1999. O projeto caminhou bem na Câmara, mas não chegou à votação final.

Hoje estamos fazendo justiça a milhares de corretores de imóveis, que, com o comparecimento na escritura, poderão ter um papel preponderante na lisura das negociações feitas em todo Brasil.

Por isso, quero cumprimentar o Senado Federal pela aprovação desse projeto que valoriza a laboriosa classe dos corretores de imóveis de todo País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Consulto o Plenário sobre se poderemos avançar um pouco na pauta e votar oito requerimentos de tramitação conjunta e de pedido de audiência de comissões permanentes. São requerimentos que, sem dúvida, vão organizar ainda mais os nossos trabalhos para que possamos produzir na medida da expectativa que a população tem de todos nós.

Em seguida, votaremos o requerimento de urgência relativo à Anac, que é o nono a ser votado – antecipando resposta ao Senador Romero Jucá.

Não havendo objeção do Plenário, passamos aos requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 876, DE 2005

(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 876, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que solicita a tramitação conjunta do Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2003, com os Projetos de Lei do Senado nºs 171, 428 e 605, de 1999, que já se encontram apensados por tratarem de temas correlatos.

Em votação o requerimento.

As Srs. Senadoras que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 878, DE 2005

(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 878, de 2005, de autoria do Senador Pedro Simon, que solicita a retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei do Senado nº 91, de 2005, de sua autoria.

Em votação o requerimento.

As Srs. Senadoras que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 880, DE 2005

(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 880, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que solicita que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2005, além das Comissões constantes de despacho inicial de distribuição, seja ouvida também a Comissão de Educação.

Em votação o requerimento.

As Srs. Senadoras que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Item extrapauta:

REQUERIMENTO Nº 890, DE 2005

(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 890, de 2005, de autoria do Senador Gerson Camata, que solicita que, sobre o Projeto de Lei nº 272, de 2005, além da Comissão constante do despacho inicial, seja ouvida também a de Educação.

Em votação o requerimento.

As Srs. Senadoras que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 901, DE 2005

(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 901, de 2005, de autoria do Senador Ney Suassuna, que *solicita, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 312, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.*

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 905, DE 2005

(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário.)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 905, de 2005, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que *solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 285 e 346, de 2004, por regularem a mesma matéria.*

Em votação do requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 906, DE 2005

(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 906, de 2005, de autoria da Senadora Serys Sthessarenko, que *solicita a dispensa do parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 148, de 2005.*

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – **Item extrapauta:**

REQUERIMENTO Nº 912, DE 2005

(Incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 912, de 2005, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *solicita a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 423 e 495, por regularem a mesma matéria.*

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Esgotadas as matérias constantes da Ordem do Dia.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges, pela ordem.

O SR. CÉSAR BORGES (PFL – BA. Pela ordem.)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

Solicito a gentileza de V. Ex^a colocar em votação, em turno único, o Requerimento nº 923, de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Não havendo objeção do Plenário, colocarei com muita satisfação o requerimento de V. Ex^a em votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em sessão anterior foi lido o **Requerimento nº 923, de 2005**, do Senador César Borges, solicitando, nos termos do art. 71, inciso IV, da Constituição Federal, seja realizada pelo Tribunal de Contas da União, auditoria na Controladoria-Geral da União, no período de maio de 2002 até agosto de 2005.

Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência tomará as providências necessárias para fazer cumprir a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Sérgio Zambiasi.

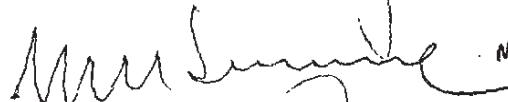
É lido o seguinte:

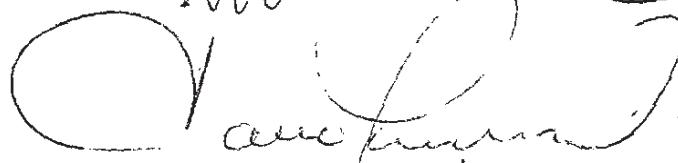
REQUERIMENTO N° 937, DE 2005.

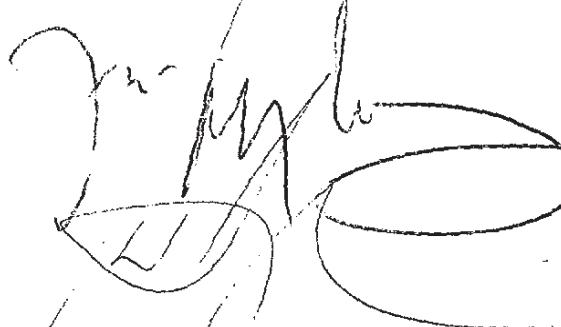
Nos termos do inciso II, art. 336, do Regimento Interno, requeiro urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 62, de 2004, que "Cria a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e dá outras providências."

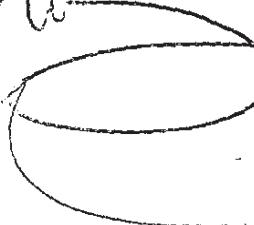
Sala das Sessões, em 25 de agosto de 2005.

 DEODORO AMARAL

 NEY SUASSUNA

 TASSO JEREISSATI

 JOSÉ JORGE

 JOSE AGRIPINO

 ARTHUR VIRGILIO

 DOMINGOS SOÁREZ

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o requerimento.

As Sr^{as}s e os Srs. Senadores que o aprovam querem permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria constará da segunda sessão deliberativa ordinária subsequente, ou seja, na próxima quarta-feira, dia 31 de agosto.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Volta-se à lista de oradores.

Tenho a honra de conceder a palavra, por 20 minutos, ao Senador Edison Lobão, por cessão do Senador Augusto Botelho.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, muitas e complexas são as questões ambientais do Maranhão. Com uma biodiversidade privilegiada, o meu Estado abriga quatro biomas a um só tempo: amazônico, cerrado, caatinga e o ecossistema costeiro e marinho. Apenas 0,3% do território estadual é ocupado por Áreas de Proteção Integral, bem abaixo dos 10% recomendados pela União internacional para a Conservação da Natureza.

Nada obstante, o Maranhão possui atualmente cinco unidades de conservação federais e 12 estaduais, entre as quais as federais Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, Reserva Biológica do Gurupi e Parque Nacional das Nascentes do Paraíba; e as áreas estaduais de conservação Parque Estadual Marinho do Parcel Manuel Luís, Parque Estadual do Mirador e Parque Estadual do Bacanga.

Contudo, no ecossistema manguezal, por exemplo, aterros, dragagem e corte de vegetação do manguezal são algumas das ações que mais afetam esse bioma e sua fauna, como o caranguejo-uçá, largamente comercializado. Segundo os especialistas em meio ambiente, passou a ser ameaçadora a carcinicultura, responsável pela degradação de grandes áreas do Nordeste, da Bahia ao Maranhão.

Os ambientes costeiros têm sido infelizmente degradados pelo crescimento populacional desordenado, pela rápida expansão urbana e por caça predatória. O litoral leste do Maranhão, a seu turno, passa por processo de especulação imobiliária devido à ampla e merecida divulgação das belezas do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, situação que naturalmente precisa ser melhor planejada.

A conservação da natureza, como todos sabemos, é um aspecto altamente relevante no mundo atual, cujas populações aspiram por melhor qualidade de vida e se preocupam com o legado que deixará às futuras gerações. No entanto, devemos estar alerta

para os eventuais excessos dos que, em nome da preservação ecológica, advogam a paralisação de empreendimentos desenvolvimentistas. As tecnologias modernas demonstram que é plenamente viável conciliar a questão ambiental com as legítimas necessidades de desenvolvimento econômico e social. Especialmente no Brasil, devem-se aprofundar estudos nesse sentido, pois não podemos permitir que o exagero ambientalista suprima a implantação de projetos que correspondam à nossa própria sobrevivência neste mundo globalizado.

No meu Estado, foram percorridos todos os trâmites, por exemplo, para a implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito. No primeiro semestre deste ano, o Ibama concedeu-lhe a licença prévia, que atesta a viabilidade ambiental do projeto. Agora, espera-se a concessão da licença de instalação para que se dê efetivo início à construção da esperada hidrelétrica, a ser tocada pelas águas do rio Tocantins, na divisa dos Estados do Maranhão e do Tocantins.

Essa usina, Sr. Presidente, a um custo de aproximadamente US\$1 bilhão, vai gerar 1.087 megawatts de energia, beneficiando toda a região e a economia brasileira. Ela vai proporcionar, entre tantos outros benefícios, a geração de empregos e o desenvolvimento social. É um exemplo de como é possível conciliar a questão ambiental com os anseios do desenvolvimento econômico.

E sobreleva notar que o próprio Ibama tem reconhecido que o meu Estado apresenta-se como um importante aliado em recursos humanos, graças às pessoas engajadas na defesa da natureza maranhense. Lá ainda possuímos áreas intactas que precisam ser cuidadas para garantir um desenvolvimento sustentável.

Na primeira quinzena de julho passado, a gerência do Ibama no Maranhão e representantes da sociedade civil realizaram em São Luís o I Encontro sobre Áreas Protegidas do Maranhão, de que participaram representantes de órgãos do Governo, empresas, veículos de imprensa e terceiro setor, como as ONGs *Conservation International*, Amavida, Instituto do Homem, Somadena e Fórum Carajás.

O objetivo do encontro foi o de traçar uma estratégia de gestão de áreas já protegidas por lei e criar novas áreas de proteção ambiental plenas.

O Maranhão é o primeiro Estado brasileiro a traçar um plano de ação para preservação e ampliação de Áreas de Proteção, promovendo uma mobilização que mereceu elogios da diretora de Áreas Protegidas do Ministério do Meio Ambiente, Iara Vasco Ferreira, que representou a Ministra Marina Silva na referida reunião.

"O Maranhão possui poucas áreas sob proteção; queremos agregar novos trechos com potencial, em unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas", alertou uma das coordenadoras do evento.

O encontro também esteve voltado para a elaboração de uma minuta de estratégia a ser adotada para a questão das áreas protegidas do Estado.

Informam os organizadores do citado Encontro de São Luís que o evento cumpriu o objetivo de buscar soluções para os problemas ocorridos nas áreas de proteção existentes no Estado. *"Nas últimas décadas, atividades como o agronegócio, a extração de madeira, a carnicultura e o turismo de massa têm aumentado a pressão sobre os recursos naturais"*, registrou-se naquele conclave.

Durante os três dias do encontro na capital do meu Estado – que contou ainda com a presença de representantes de comunidades indígenas e quilombolas – foram levantadas propostas para a elaboração do plano de implementação de áreas protegidas e criação de novas áreas de proteção ambiental do Estado. Resultados já foram alcançados pela adesão de importantes parcerias com os setores privado e da sociedade civil para a mobilização de forças em torno das questões ambientais.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Edison Lobão, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Ouço V. Ex^a com todo o prazer, meu eminentíssimo colega do Tocantins.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Edison Lobão, ouço com atenção as assertivas de V. Ex^a com relação ao processo de desenvolvimento do nosso País, particularmente no que diz respeito ao Estado do Maranhão, vizinho do Estado que tenho a honra de representar nesta Casa, o Tocantins. Estamos na iminência de realizar uma reunião conjunta entre a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a Comissão de Assuntos Econômicos e a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para discutir um projeto de gestão de florestas relacionado exatamente à atividade econômica desenvolvida nas florestas públicas. Mas V. Ex^a tem realmente razão quando aborda o conflito existente entre os ambientalistas e os desenvolvimentistas, assunto que muito o preocupa. Estamos chegando a um impasse que está quase a colocar na marginalidade quem se dedica à atividade agropastoril, à atividade madeireira neste País. Aliás, a prevalecer o texto de Medida Provisória nº 216 – se não me engano –, e o projeto Michelletto, isso ocorrerá. A aprovação do

projeto Michelletto reduzirá as reservas florestais em propriedades rurais na Amazônia de 80% para 50% em toda região. O projeto foi objeto de diversas audiências públicas, das quais participei juntamente com os segmentos interessados, mas, até agora, não aprovamos um texto que coloque na marginalidade a grande maioria dos proprietários rurais de Rondônia. Então, estaremos diante de uma situação muito complexa se não conseguirmos resgatar a discussão dessa medida provisória, votar o projeto Michelletto, remetendo à discussão o que deve ou não ser preservado, levando-se em consideração o zoneamento agroecológico e ecológico realizado na maioria dos Estados. V. Ex^a aborda também a questão da usina hidrelétrica. A par das vantagens que o aproveitamento do potencial energético propicia, temos que estudar os impactos ambientais provocados pela construção dessas usinas hidrelétricas. Temos essa experiência no Tocantins. Mas não quero tomar conta do seu pronunciamento, da bela exposição que faz V. Ex^a nesta tarde. Espero que possamos, em outra oportunidade, continuar discutindo tema tão relevante como o que V. Ex^a traz a esta Casa, nesta tarde. Obrigado!

O SR. EDISON LOBÃO (PFL – MA) – Estou particularmente convencido, Senador Leomar Quintanilha, de que tudo quanto se faz com fanatismo, à beira da obsessão, sai malfeito. Na verdade, os ambientalistas, a pretexto de prestarem um serviço à causa nacional legítima, acabam por tornar ilegítima sua própria luta. Fanatizaram o processo. Hoje, não se pode dar no Brasil um passo, porque os ambientalistas, em geral abrigados nas ONGs, obstruem tudo.

O Ibama, órgão que foi criado pelo Dr. Fernando César Mesquita, em boa hora, com o objetivo de cuidar do ecossistema brasileiro, da ecologia no Brasil, do meio ambiente no Brasil, com responsabilidade e com bom senso, acabou se transformando numa usina de obstrução ao processo de crescimento nacional.

Diz muito bem V. Ex^a, Senador Leomar Quintanilha, quando observa que, dentro de muito pouco tempo, a prosseguir nessa linha dos ambientalistas fanáticos, não teremos mais atividades agropastoris. E temos que tomar precaução contra isso, porque, de outro modo, de fato, vamos paralisar a economia nacional e impedir, obstruir, o crescimento deste País.

Temos que cuidar de nossas florestas, sim, temos de cuidar! O Brasil possui a segunda maior floresta do mundo, a primeira maior floresta é a da Rússia. Portanto, temos de ter cuidados especiais com ela. Mas isso não significa torná-la intocável. Temos de ter um

procedimento educado e demonstrar aos nossos agricultores, aos nossos pecuaristas, que devem promover o manejo sustentado da nossa floresta, e não a sua degradação. Mas também os técnicos da matéria, os chamados cientistas do meio ambiente, não podem obstruir a tal ponto um avanço na agricultura e um avanço na pecuária, que, hoje, pretendem fazê-lo.

Sr. Presidente, este meu pronunciamento junta-se aos tantos outros que, nesta Casa, refletem a generalizada preocupação com a preservação ambiental, um alerta para que possamos dar à questão um encaminhamento permanentemente de forma equilibrada.

Creio que é isso o que se está fazendo no Maranhão, o que muito me rejubila. No meu Estado, há um esforço para se harmonizarem as necessidades de desenvolvimento econômico com as demandas da opinião pública mundial pela conservação da natureza.

Mas quero aqui acrescentar, Senador José de Ribamar Fiquene, que V. Ex^a e eu, que representamos o Maranhão e somos da região tocantina daquele Estado, mais precisamente de Imperatriz, não podemos aceitar a paralisia do Governo diante das providências que cessaram para o início das obras da Hidrelétrica de Serra Quebrada – talvez a melhor hidrelétrica do Brasil projetada, conquanto não seja a maior, é a melhor. Todavia, não andam os procedimentos mais urgentes, embora haja inúmeros empresários privados desejosos de implementar essa usina, porque existem na periferia da área a ser inundada uma população de cinco índios, apenas cinco, e não se pode remanejá-los, segundo a Funai, daquele local onde se encontram até uma reserva mais próxima.

Não podemos conduzir os interesses econômicos da sociedade brasileira com esse raciocínio. Ou se torna uma providência para evitar atitudes canhestras como essa, ou vamos ficar patinando no nosso crescimento econômico o resto da vida, vale dizer, em relação ao bem-estar social do povo brasileiro.

Sr. Presidente, eram essas as palavras que eu desejava trazer na tarde de hoje, convocando as autoridades federais do Brasil, o Ministério Público também e a Secretaria do Meio Ambiente do meu Estado, para que se possa conduzir esses interesses, que não são apenas maranhenses, mas também do Tocantins e, sobretudo, desta Nação brasileira, de maneira racional e não de forma irracional.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex^a, Senador José Jorge.

Em seguida, darei a palavra ao Senador Arthur Virgílio e ao Senador Geraldo Mesquita.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando requerimento a V. Ex^a nos seguintes termos:

Senhor Presidente,

Requeremos seja submetida ao Plenário, em caráter excepcional, a dispensa de interstícios para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para aposentadoria compulsória do servidor público em geral, para que a matéria conste da Ordem do Dia na forma que se segue:

– Sessão deliberativa ordinária de 30 de agosto, às 14 horas – 1^a sessão de discussão, em segundo turno

– Sessão deliberativa extraordinária em 31 de agosto, às 10 horas – 2^a sessão de discussão, em segundo turno

– Sessão deliberativa ordinária de 31 de agosto, às 14 horas – 3^a e última sessão de discussão e votação, em segundo turno.

Sala das Sessões...

Segue-se a assinatura de todos os Líderes partidários.

Era somente isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador José Jorge, peço a V. Ex^a que encaminhe o requerimento à Mesa, pois vamos submetê-lo ao Plenário.

Ontem, quando votávamos a Proposta de Emenda à Constituição, fiz questão de conversar com alguns Senadores propondo, se não houvesse objeção, que votássemos naquele momento o segundo turno dessa PEC, que considero fundamental. Como não havia consenso, infelizmente não pudemos evoluir. Porém, com esse requerimento, espero que possamos dar um passo definitivo para quebrar o interstício e agilizar a tramitação dessa mudança constitucional, que considero muito importante para o nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° § 3º, DE 2005

Senhor Presidente,

Requereremos seja submetido ao Plenário, em caráter excepcional, a dispensa de interstícios para a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral*, para que a matéria conste da Ordem do Dia na forma que se segue:

Sessão deliberativa ordinária de 30 de agosto, às 14 horas	1ª sessão de discussão, em segundo turno
Sessão deliberativa extraordinária em 31 de agosto, às 10 horas	2ª sessão de discussão, em segundo turno
Sessão deliberativa ordinária de 31 de agosto, às 14 horas	3ª e última sessão de discussão e votação, em segundo turno

Sala das sessões, em 25 de agosto de 2005

Líder da Maioria (PMDB)

Líder do Bloco de Apoio ao Governo (PT/PL/PSB)

Líder Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)

Líder do PFL

Líder do PSDB

Líder do PL

Líder do PSB

Líder do PDT

Líder do PP

Líder do P-SOL

Líder do Governo

Líder PTB

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 939, DE 2005

Nos termos do art. 222 do Regimento Interno requeiro seja consignado voto de aplauso em homenagem ao Município de Chapecó em Santa Catarina, pela passagem de seus 88 anos de fundação.

Justificação

Quando Chapecó completa 88 anos, de sua fundação, o povo catarinense rejubila-se de ser integrado por irmãos coestaduanos, progressistas e trabalhadores.

Embora sendo uma cidade relativamente nova, mas firma-se por ser um importante polo agroindustrial do sul do Brasil e centro econômico, político e cultural do oeste do estado, Chapecó tem prestígio internacional pela exportação de produtos alimentícios industrializado de natureza animal. Firma-se também, como polo turístico. Sua excelente infra-estrutura urbana, a proximidade das estâncias minerais e promoção de eventos, trazem cada vez mais visitantes à Cidade.

Há muito que comemorar. O município é destaque em Santa Catarina e se torna cada vez mais muito importante para o país.

Por todas essas razões, a população daquele município e todos nós catarinenses, temos razões de orgulho pela grandeza daquela cidade e daquele povo.

Por isso, propomos que o Senado Federal, associe-se às festividades de comemoração dos 88 anos de Chapecó, manifestando seu aplauso.

Sala das Sessões, em 25 de agosto de 2005.
– Senador **Leonel Pavan**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Fica convocada sessão extraordinária para o dia 31 de agosto, às 10 horas, para especificamente a segunda sessão de discussão, em segundo turno, da matéria.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Líder Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são dois temas que julgo relevantes que estou encaminhando ao ilustre e competente Ministro das Cidades, Dr. Márcio Fortes. Requerimentos de informações sobre assunto que, se não fosse trágico, seria tema para o excelente seriado “Carga Pesada”, com os atores Antônio Fagundes e Stênio Garcia.

A carga pesada a que me refiro no requerimento é destrutiva. No mundo inteiro há controle sobre o volume de carga a ser transportado pelas rodovias e pelas vias de transporte.

O revestimento atualmente usado no Brasil permite o tráfego de veículos com até 30 toneladas. No entanto, em julho do ano passado, o Contran baixou a Portaria nº 164, liberando o tráfego de caminhões pesados, conhecidos como bitrens, sem qualquer restrição quanto ao peso da carga.

Antes dessa Resolução, o tráfego de caminhões pesados dependia das chamadas AETs – Autorizações Especiais de Trânsito.

Para evitar que a liberação ficasse tão flagrante, o art. 2º da Resolução determinou que, em vez das AETs, as rodovias recebessem sinalização adequada para indicar trechos em que é permitido aquele tráfego.

O assunto foi levado ao Ministério Público Federal, que ingressou com Ação Civil Pública e obteve liminar da Justiça Federal de Marília, determinando que as AETs voltassem a ser emitidas até que as estradas recebessem adequada sinalização.

Em seguida – o absurdo era tamanho! –, a OAB, de Santa Catarina, obteve junto à Justiça Federal de Florianópolis, a revogação da Resolução nº 164.

O DNIT, a que o Contran solicitou a sinalização das estradas, não parece, no entanto, disposto a cumprir a decisão judicial. As estradas devem, nesse ritmo, continuar sem a sinalização.

Em seguida, o Diretor do Denatran, Dr. Ailton Brasiliense Pires, dirigiu a uma entidade privada, a NTC, consulta em que pede uma avaliação quanto à supressão do art. 2º da Resolução, que determina a sinalização. Isso lembra a história de se perguntar a um macaco se ele quer banana.

Se houver resposta favorável, o que parece certo, e o art. 2º vier a ser eliminado, cai por terra a decisão judicial, e os bitrens passam a ser os donos absolutos das rodovias para trafegar como bem entenderem pelas estradas, a meu ver, destruindo-as, para espanto

e tristeza de Pedro e Bino, os dois heróis do “Carga Pesada”.

Outro assunto que me traz à tribuna, Sr. Presidente, é uma nota que recebi do Dr. Luis Favre, dizendo o seguinte:

É mentirosa, fantasiosa e difamatória a publicação do Correio Braziliense sob título: “Marido de Marta seria o operador”, em que o jornal, apoiado em fontes mantidas no anonimato, me acusa de operar para o PT contas numeradas do Trade Link Bank e a Empire State Scorpis, “off-shore” que, segundo a reportagem, tem presença no Panamá e em Luxemburgo. Não fui procurado pelos autores da matéria, Ugo Braga e Lúcio Lambranho, nem por outro jornalista do Correio Braziliense para falar desse assunto. Não tenho qualquer relação com o Trade Link Bank e a Empire State Scorpis; não posso contas nas ilhas Cayman, no Panamá ou em Luxemburgo nem opero contas para o PT. Tomarei todas as providências para processar civil e criminalmente os responsáveis pela veiculação dessas falsas denúncias.

Muito bem! É uma atitude, e faço questão, Sr. Presidente, de democraticamente registrá-la. Recebi e, portanto, estou aqui cumprindo com o meu dever. Mas continuo entendendo que a matéria dos jornalistas do **Correio Braziliense** é bem detalhada e casa-se com a denúncia do Sr. Duda Mendonça de que havia operação caixa 2 envolvendo o PT no exterior; casa-se também com algo que não foi escrito na matéria, ou seja, que o Sr. Luiz Favre foi contratado pelo Sr. Duda Mendonça por R\$20 mil por mês. Em um primeiro momento, pensei que fosse uma sinecura. Há um indício a mais: foi contrato e estava junto a Duda Mendonça, que foi quem denunciou o esquema no exterior.

Portanto, eu, que não prejulgo, cumpro o meu dever e o que me solicitou o Sr. Luis Favre. Estou lendo e peço que os Anais assimilem a opinião do Sr. Favre sobre o assunto, a definição que tomou. Entendo que é preciso investigar-se até o final para que não pairem quaisquer dúvidas. Se, ao fim e ao cabo, ele for inocentado, melhor, pois não se deseja o mal de ninguém.

A meu ver, a matéria deu uma suíte implícita às graves denúncias trazidas à casa pelo Sr. Duda Mendonça no dia de sua presença na CPMI dos Correios. Temos que, na verdade, nessa hipótese, ouvir o Sr. Luis Favre, assim como entendo que se deva ouvir o doleiro Toninho da Barcelona para esclarecermos todo esse episódio.

A verdade é que a matéria do **Correio Braziliense** está muito detalhada. Precisaria ser escrita por um ficcionista para não ser verdade, mas não quer dizer que seja. Ela é muito bem concatenada, muito bem sólida; ela é muito bem posta e muito bem disposta. Não deixa de ser um gesto a contestação do Sr. Luis Favre, que disse que irá contestá-la inclusive judicialmente. Creio que o melhor momento seria mesmo a sua vinda à CPMI dos Correios.

Por oportuno, a CPMI não deveria mesmo abrir mão de ouvir o doleiro. Os argumentos de que o doleiro é louco não procedem porque ele não demonstrou ser louco ao falar para os Senadores. Dizer que ele é um criminoso, parece-me que procede porque senão ele não estaria numa cela de segurança máxima – aquilo é para criminoso, é óbvio. Mas me parece também que quem sabe de crimes é criminoso. Tenho certeza absoluta de que o Papa Bento XVI não seria capaz de falar de evasão de divisas. Seria uma surpresa terrível termos como testemunha S. S^a, o Papa Bento XVI.

Também já chegaram a argumentar comigo que ele está ensandecido e aponta para alguém aleatoriamente e fala: o senhor, Senador fulano, Senador Geraldo, o senhor recebeu. É o que já me disseram pessoas do Governo, cujos nomes não declinarei aqui. Aí, V. Ex^a, Senador Geraldo, não tem dinheiro no exterior e diz assim: seu maluco, vou levar esta CPMI toda ao banco que você está falando para provar que não tenho dinheiro lá. É o que V. Ex^a diria; é o que eu diria. Isso só pode meter medo em quem esteja protegendo alguém ou em quem esteja tentando se proteger. Então não procedem os argumentos para não se ouvir o doleiro, sobretudo esse de que ele, por ser uma pessoa que cometeu crimes, deveria ser desqualificado. E volto àquele caso clássico de, quando se dizia que o General Newton Cruz teria sido responsável pelo assassinato do Sr. Baungarten – que a Justiça disse que ele não era –, tentou-se desqualificar quem viu o assassinato, o travesti, o prostituto Polila. E já àquela altura se dizia: não se pode dar crédito a um travesti, prostituto porque ele não tem qualificação. E eu digo assim: quem vocês queriam que estivesse naquele *bas-fonds*, no cais do porto, lugar de prostituta e travestis prostitutas? Tereza de Calcutá você diz bem não poderia ser. Poderia ser, por exemplo, Dom Helder Câmara? Não poderia ser, porque esse crime não se passou na Igreja de Olinda. Poderia ser Dom Paulo Evaristo Arns? Também não. Sabemos que as organizações criminosas são destruídas, quase sempre, por brigas internas.

Outro dia, tive um debate no rádio com um ilustre jornalista, que me disse: “A Oposição foi incompetente, porque isso tudo se passou às barbas da Oposição,

e ela não viu". Eu disse: "Você está errado. Eu tenho admiração por você, coleciono todos os seus discursos, mas você está errado. Passou pelas suas barbas também, e você não viu, e você faz críticas acerbas ao Governo Lula desde o começo. E sabe por que você e eu não vimos? Porque não estávamos nisso. É basicamente por isso. Se estivéssemos, poderíamos calar ou falar. Quem começou a falar foi o Sr. Roberto Jefferson. E outros estão falando. O Sr. Buratti está falando neste momento. Então, não é hora de ficar colocando culpa e dizendo que é incompetente porque não viu. Ninguém é obrigado a ver aquilo que não podia ter visto, que só poderia ter visto alguém que estava interno ao quadro.

Portanto, Sr. Presidente, registro a nota do Sr. Favre, com respeito que merece todo aquele que é acusado. Insisto em que devemos ouvi-lo e também o Sr. Toninho da Barcelona.

Estamos com um glossário terrível agora, Senador Edison Lobão. Nossos filhos estão ouvindo: delator, traidor, delação premiada. Mudou um pouco o vocabulário do País. Isso é realmente lamentável. Qualquer dia, vou dizer: meu filho, você não pode mais faltar à escola, e ele vai dizer que está com **habeas corpus**. Se eu disser que vou brigar com ele, ele dirá que pegou outro **habeas corpus** para impedir que eu brigue com ele. Se digo: meu filho, você não passou de ano, ele responde: peguei um **habeas corpus** também, eu já estou com um **habeas corpus**. Quer dizer, está tirando minha autoridade, porque fica uma coisa complicada: qualquer coisa é **habeas corpus** para cá, **habeas corpus** para acolá. Espero que meus filhos não recorram a esse instituto e permitam a mim e a minha mulher continuarmos educando eles dois, que não estão em idade ainda de pedir **habeas corpus**, e espero que, quando a tiverem, não peçam **habeas corpus** para coisa alguma. Sempre que solicitados a prestar explicações, expliquem as suas vidas com clareza, com sinceridade, com abertura.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

SEGUE, NA ÍNTegra, DISCURSO DO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, estou encaminhando ao ilustre Ministro das Cidades, Requerimento de Informações sobre assunto que, se não fosse trágico, seria tema para o Pedro e o Bino, os dois caminhoneiros da excelente série **Carga Pesada**, com os atores Antonio Fagundes e Stênio Garcia.

A carga pesada de que falo, ao contrário dessa da tevê é destrutiva. E pode prejudicar a boa imagem

do Ministro da Cidade, Dr. Marcio Fortes. E, de quebra, acaba de vez com as nossas estradas.

Explico:

Em julho do ano passado, o Contran baixou a Portaria nº 164, liberando o tráfego de caminhões pesados (conhecidos como bitrens), sem qualquer restrição quanto ao peso da carga.

Segundo denúncias que chegaram ao meu gabinete, essa liberação é prejudicial às nossas para lá de precárias estradas.

Antes dessa Resolução, o tráfego de caminhões pesados dependia das chamadas AETs, as Autorizações Especiais de Trânsito.

Para evitar que a liberação ficasse tão flagrante, dizem as denúncias, o artigo 2º da Resolução determinou que, ao invés das AETs, as rodovias recebessem sinalização adequada para permitir aquele tráfego.

O assunto foi levado ao Ministério Pùblico Federal, que ingressou com Ação Civil Pública e obteve liminar da Justiça Federal de Marília, determinando que as AETs voltassem a ser emitidas até que as estradas recebessem adequada sinalização.

Em seguida – o absurdo era tamanho! – a OAB de Santa Catarina obteve, junto à Justiça Federal de Florianópolis, a revogação da Resolução n. 164.

O DNIT, no entanto, não parece disposto a cumprir a decisão judicial de sinalizar as estradas.

Em seguida, o Diretor do Denatran, Ailton Brasiliense Pires, dirigiu a uma entidade privada, a NTC, consulta em que pede uma avaliação quanto à supressão do art. 2º da Resolução, que determina a sinalização.

Isso lembra a história de se perguntar ao macaco se ele quer banana

Se houver resposta favorável, o que parece certo, e o art. 2º vier a ser eliminado, cai por terra a decisão judicial. E os bitrens passam a ser os donos absolutos das rodovias, para trafegar como bem entenderem pelas estradas.

Para espanto e tristeza de Pedro e Bino, os dois heróis do **Carga Pesada**.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Nota

É mentirosa, fantasiosa e difamatória a publicação do **Correio Braziliense** sob título “Marido de Marta seria o operador”, em que o jornal, apoiado em fontes mantidas no anonimato, me acusa de operar para o PT contas numeradas do Trade Link Bank e a Empire

State Scorpis, **off-shore** que, segundo a reportagem, tem a presença no Panamá e em Luxemburgo. Não fui procurado pelos autores da matéria, Ugo Braga Lucio Lambranho, nem por outro jornalista do **Correio Brasiliense** para falar desse assunto. Não tenho qualquer relação com Trade Link Bank e a Empire State Scorpis; não possuo contas nas Ilhas Cayman, no Panamá ou em Luxemburgo nem opero contas para o PT. Tomarei todas as providências para processar civil e criminalmente os responsáveis pela veiculação dessas falsas denúncias.

Luis Favre.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente Renan Calheiros.

Srs. Senadores, em tempos de notícias sombrias, soturnas, dramáticas, tristes – o povo brasileiro, nos últimos tempos, tem se assombrado acordado e dormindo também –, quero quebrar esse ciclo, trazendo hoje uma boa notícia.

Colhi essa boa notícia de um ilustre Deputado do PT, Deputado Wasny de Roure, do Distrito Federal. S. Ex^a é Relator de um projeto da maior importância para parcelas da população do meu Estado e de Estados do Norte e do Nordeste, principalmente. Trata-se de um projeto da Senadora Marina Silva, que estende, mediante o SUS, benefícios àqueles que fazem tratamento fora do domicílio, como o Senador Edison Lobão bem sabe. O projeto contempla essas pessoas com uma pequena ajuda de custo para que elas possam sobreviver nos locais onde elas fazem o tratamento, como diz o projeto, fora do seu domicílio.

Havia uma preocupação muito grande com relação ao parecer que seria oferecido pelo Deputado Wasny de Roure. Ontem, conversando com S. Ex^a, colhi do Deputado, com a sensibilidade que lhe é própria, a afirmação de que seu parecer será favorável à aprovação do projeto. E só pode reconhecer a importância dessa proposta quem conhece a agrura, o sofrimento de pessoas extremamente humildes que, para fazer tratamento, precisam sair de domicílio como ocorre, por exemplo, no meu Estado, o Acre, onde ainda não conseguimos ainda implantar um serviço de saúde que ofereça aos mais necessitados toda a assistência médico-hospitalar de que precisam. Para essas pessoas, o programa oferece tratamento em outros Estados, onde as condições são melhores.

Aprovado esse projeto – felizmente, o parecer do Deputado Wasny será favorável –, essas pessoas terão, além do direito ao deslocamento – aéreo ou terrestre –, uma pequena ajuda financeira, a título de diária e de manutenção nos locais onde farão o tratamento. Terão essa pequena ajuda e assistência para não padecerem, como ocorre com dezenas de pessoas que saem do meu Estado, por exemplo, para se tratar em Goiânia e ficam sem a menor condição de ali permanecerem, porque levam acompanhantes.

É uma situação dramática, que poderá ser, em grande parte, minimizada com a aprovação desse projeto. Mais uma vez eu digo, Sr. Presidente: em época de notícias tão ruins, essa é uma notícia muito boa para a população do meu Estado, para aqueles que necessitam desse tratamento fora do domicílio, para pessoas que, em outros Estados do Norte e do Nordeste, também se encontram e se encontrarão na mesma situação.

Louvo a sensibilidade do Deputado Wasny de Roure. Parabenizo S. Ex^a pela idéia de oferecer um parecer favorável e me solidarizo com a população, com essas pessoas que, em meu Estado e em outras Unidades da Federação, têm extrema necessidade de recorrer a um expediente desses e serem assistidos dessa forma, porque, assim que o projeto for aprovado, o sofrimento dessas pessoas será em grande parte minimizado.

Louvo, repito, a atitude do Deputado Wasny de Roure e parabenizo as pessoas que, além da passagem para se deslocarem a outros Estados, também receberão esse pequeno benefício para minimizar o seu sofrimento.

Obrigado, Sr. Presidente.

Era isso o que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao nobre Senador Nezinho Alencar, que dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

Convido o Senador Leomar Quintanilha para presidir a sessão.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs e Srs Senadores, todos nós sabemos que a base de sustentação econômica deste País é o agronegócio, que gera 37% do PIB nacional, como também 42% de empregos e rendas. Acho que o Senhor Presidente da República deveria ter mais carinho com essa atividade econômica.

Hoje assumo à tribuna para chamar a atenção dos meus Pares para a continuação da crise do setor agropecuário brasileiro.

As autoridades responsáveis pela solução acordada com as lideranças dos produtores rurais, que, no mês de junho próximo passado, reuniram a maior manifestação do campo jamais vista nesta Capital, precisam encontrar, de imediato, uma solução para as legítimas reivindicações do setor.

Se no primeiro semestre a situação estava difícil, estava periclitante, Sr. Presidente, neste mês de agosto, diante da falta de providências do Governo Federal, a crise do setor agrícola transformou-se na mais profunda já vivida nas últimas décadas.

A perda de produção, a queda no faturamento bruto, a redução dos preços e da renda, a elevação dos custos, principalmente pela insustentável defasagem cambial, formam uma explosiva combinação de fatores que, certamente, levarão o setor agropecuário brasileiro à paralisia e ao desmantelamento técnico e tecnológico.

O pedido de socorro do setor parece não ter sensibilizado suficientemente as autoridades, pois seus representantes não conseguem atenuar o sofrimento do produtor, que continua a ser pressionado pelos financiadores a utilizarem os seus contratos em bases totalmente inaceitáveis.

Parece que não bastou, Sr. Presidente, a demonstração de carência nacional pela qual passa o agricultor brasileiro, representada pela incrível presença de mais de duas mil máquinas e tratores estacionados na Esplanada dos Ministérios por cerca de uma semana.

É certo que nem tudo ficou para depois. Algumas reivindicações como a alocação de recursos do FAT/BNDES, na ordem de três bilhões, para aquisição de Cédula de Produto Rural Financeira, a famosa CPRF, e outros recebíveis emitidos pelos produtores junto aos fornecedores e fabricantes de insumos, máquinas e equipamentos, com taxas adequadas para os produtos com dificuldade de comercialização, foi atendido em parte. Pois falta a prometida sensibilização da adesão dos fornecedores e fabricantes e fornecedores ao programa.

A pauta de reivindicações continua em aberto, Sr. Presidente, e dela ainda se encontram sem solução dois pontos básicos:

A primeira é a prorrogação das parcelas vencidas e vincendas em 2005, dos contratos agrícolas pelo prazo de até cinco anos.

A segunda, Sr. Presidente, é a readequação completa dos contratos de crédito, Securitização, PESA, Recoop, Fundos Constitucionais e outros, o cronograma das prestações de acordo com a capacidade de pagamento para os produtores que foram afetados pela seca e problemas de comercialização, uma vez que

apenas os produtores que estavam adimplentes até dezembro do ano passado foram beneficiados.

De fato, a fixação do preço de exercício do contrato de opção do arroz irrigado em R\$25 para a saca de cinqüenta quilos, como forma de assegurar a comercialização de 1,5 milhão de toneladas, continua indefinido.

O Governo admite a correção do preço mínimo do arroz e o preço de exercício para o contrato de opção a R\$23 por saca, mas esse preço não remunera como devia os produtores.

Sr. Presidente, entre todos os pontos negociados, o que realmente precisa ser resolvido imediatamente é o que trata da questão do refinanciamento das dívidas, como já mencionei. Sei que, em parte, a solução depende de Congresso, que recentemente, meu caro Senador Leomar Quintanilha, acabou de vota a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Entretanto, por essa mesma razão é que apelo ao Ministro da Fazenda, para que interceda de forma clara, intermedie uma programação de prazos justos ao Sistema Financeiro Nacional para todos os contratos agrícolas.

Concedo o aparte a V. Ex^a, meu caro Senador Leomar Quintanilha, do meu Estado de Tocantins.

O Sr. Leomar Quintanilha (PMDB – TO) – Senador Nezinho Alencar, V. Ex^a certamente traduz a angústia e o sentimento que toma conta hoje, principalmente, do empresário do setor primário brasileiro, da agropecuária brasileira e, particularmente, do nosso Estado do Tocantins, que vem desenvolvendo um esforço hercúleo para organizar o seu setor primário, onde tem, naturalmente, a sua principal força econômica. É dali que se propõe extrair os meios e as condições para o desenvolvimento empresarial, para o aproveitamento do potencial econômico e, consequentemente, para dar oportunidade a mais de um milhão de brasileiros que moram entre as bacias do Araguaia e Tocantins. V. Ex^a tem razão, é frustrante a situação daqueles que se esforçaram para vencer toda sorte de adversidade. O agricultor tem que enfrentar as intempéries, a inexistência de infra-estrutura adequada e tem que enfrentar a competitividade desigual, injusta, internacional. Não tem sentido importar-se arroz hoje – quando temos uma safra saudável, ampla, recorde no Brasil – premiando produtores de outros países e criando o caos, a dificuldade e o sofrimento para o produtor brasileiro. O Tocantins sofre muito com isso por ter, no setor primário, a força da sua economia. Conseqüentemente, os demais segmentos econômicos sofrem o reflexo dessa retração econômica e a população pena e sofre muito com toda essa situação. Eu me congratulo com V. Ex^a pela posição que adota

e pela cobrança que faz, sobretudo ao Ministro da Fazenda, para que procure desenvolver ações efetivas que possam minimizar as dificuldades e o sofrimento que os empresários brasileiros, particularmente no setor primário, têm enfrentado.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)

– Agradeço o aparte de V. Ex^a, meu caro Senador Leomar Quintanilha, que conhece perfeitamente o problema tanto quanto eu, que o vivencia lá no nosso Estado e que é testemunha ocular das dificuldades do setor. Sou eu quem agradece o aparte de V. Ex^a.

O Sr. Gilberto Goellner (PFL – MT) – Senador Nezinho Alencar, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)

– Pois não, Senador. Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Gilberto Goellner (PFL – MT) – O Estado do Mato Grosso em nada é diferente. Nós já abordamos, na última semana, neste plenário, em pronunciamento, a grave crise que atravessa o setor de produção agrícola e da pecuária deste País. Mas parece que nada afeta o Governo. Ele não se sensibiliza. O Ministro da Agricultura não é ouvido. Tudo esbarra na falta de recursos. Tudo depende do Ministro Palocci. Já tratamos do problema do arroz na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e vimos que há um excedente. Graças a Deus, o País consegue produzir e formar excedentes alimentares, como é o caso do arroz, principalmente. Esse arroz deveria ter sido adquirido pelo Governo, mas a um preço justo e remunerador do custo de produção, pelo menos, como V. Ex^a trata nesta matéria. Infelizmente, os preços mínimos, no Brasil, dos produtos agrícolas não estão sendo avaliados ano após ano. Eles não refletem o verdadeiro custo de produção que o Estatuto da Terra idealiza. Temos um custo defasado, compras abaixo do preço mínimo, que não interessam e não resolvem o problema da produção. E esse excedente, essa falta de recurso, essa falta de renda, que vai recair sobre o setor produtivo, afetará o País como um todo na geração de emprego. Nós estamos perdendo empregos no País todo. O Governo não se sensibiliza, parece que ele fecha os olhos. Precisamos urgentemente fazer com que o Ministro Palocci se sensibilize, principalmente, para essas aquisições. O algodão está sendo tratado também da mesma forma. Há condições hoje de se efetuar PROP e PEP, que são formas de comercialização. Agora o arroz, infelizmente, precisa ser adquirido pelo Governo, e tantos outros, como a soja, que hoje está sofrendo falta de renda. O produtor não está sendo remunerado. Como V. Ex^a falou, as negociações do FAT não estão andando, as empresas estão com dificuldade de assumir esse risco novamente. O Governo precisaria entrar nessa jogada, assumir também essa responsabilidade, por-

que a agricultura, como todos sabem, é uma atividade de risco e depende do clima. Este ano, a maior parte das regiões deu seca, deu prejuízo muito grande ao produtor, além da defasagem cambial, que vai acabar com a agricultura brasileira. Muito obrigado, Senador Nezinho Alencar.

O SR. NEZINHO ALENCAR (Bloco/PSB – TO)

– Sou eu que agradeço o aparte de V. Ex^a, meu caro Senador. Suas considerações foram as mais claras possíveis.

Percebo, no meu Estado, uma dificuldade tremenda. Quero até citar um fato. Tenho um vizinho de fazenda, proprietário de fazenda, que apostou na agricultura. Fez um investimento alto, comprou máquinas, equipamentos, por mais de R\$1 milhão e hipotecou as suas terras apostando na agricultura. Porém, essas máquinas estão paradas, porque ele tem medo de arriscar o resto de sua propriedade e as máquinas continuarem paradas.

Se não formos capazes, meu caro Senador, de atender às justas reivindicações dos produtores rurais brasileiros, estaremos construindo um triste futuro para o nosso País.

Precisamos nos unir numa cruzada em favor do campo e fazermos da agricultura o carro-chefe do desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Nezinho Alencar, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Leomar Quintanilha e Moarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Moarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senador Leomar Quintanilha.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO.)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, houve uma reunião, hoje, muito rica e muito importante a convite do Sr. José Machado e dos demais Diretores da Agência Nacional de Águas, que inaugura um procedimento novo neste País com vistas a desenvolver ações que busquem cuidar com a preocupação e com a importância que esse insumo requer, coisa que até há bem pouco tempo não acontecia no País.

A água seguramente se revela um dos insumos mais ricos e mais importantes que nós conhecemos, e seguramente está a requerer ações e cuidados especiais para que nós não soframos com o desperdício e com o desaproveitamento desse extraordinário insumo que nós temos.

Conversávamos lá sobre os projetos da Agência Nacional de Águas, que propõe inclusive uma regulamentação que consideram os seus Diretores moderna, avançada, interessante, para que tenhamos um controle, um certo balizamento no uso da água doce no País.

Dentre os diversos, múltiplos e importantes usos que a água tem, Sr. Presidente, eu gostaria de ressaltar o fato do seu aproveitamento, desse extraordinário potencial hídrico que o País tem para a geração de energia elétrica. Eu me recordo de que há alguns anos, cerca de 4 ou 5 anos, tive oportunidade de visitar uma das empresas americanas em Dallas, no Texas, que se revelava interessada em participar do consórcio que se propõe a construir a Usina Hidrelétrica do Lajeado Luís Eduardo Magalhães no Estado do Tocantins.

E lá, para surpresa minha, tomei conhecimento das grandes preocupações que aquela empresa tinha, exatamente com a profundidade, a amplitude do impacto ambiental que as usinas hidrelétricas promovem, provocam, sendo que lá, nos Estados Unidos, apenas 5% da geração de suas energias são originárias de usinas hidrelétricas. Na verdade, utilizam outras formas de geração de energia, sendo a termelétrica a mais usada lá.

O Brasil é diferente! O Brasil tem um potencial hídrico extraordinário, invejável, detém as maiores reservas hídricas do mundo. E a natureza foi generosa com o meu Estado do Tocantins, colocando ali duas das mais importantes bacias hidrográficas deste País, que são a Bacia do Araguaia e a Bacia do Tocantins.

Ora, muitos projetos de aproveitamento do potencial de geração de energia elétrica desses dois mananciais já estão prontos, alguns executados e outros em execução. É algo, assim, fenomenal, pois o Tocantins é um Estado novo que tem praticamente um vazio demográfico, com apenas 1,3 milhão de habitantes para uma extensão territorial de 278.000 km². Para se ter noção dessa comparação, é um território quase igual ao de São Paulo: nós temos 1,3 milhão de habitantes, e São Paulo tem mais de 32 milhões de habitantes. No entanto, apenas uma das usinas projetadas para o médio Tocantins, a Usina do Lajeado, produz quase mil megawatts.

Para se ter idéia da relação de produção e consumo, a usina tem cinco turbinas. Apenas uma delas funcionando abastece o Tocantins. O Tocantins utiliza cerca de 45 a 150 megawatts. O restante dessa energia ali produzida está sendo utilizada nas regiões brasileiras em que a demanda de energia elétrica se revela com necessidade intensa, com uma demanda reprimida.

É claro que o aproveitamento desse potencial é muito importante e quando há a proposta de instalar-se uma empresa desse porte, dessa natureza, ressaltam-se logo os aspectos positivos: o aproveitamento potencial energético da região; a geração de milhares de empregos na implantação do empreendimento; a possibilidade do uso múltiplo das águas não só na geração de energia elétrica, Senador Raupp; a facilitação da navegabilidade da região; o desenvolvimento de atividades pesqueiras; o desenvolvimento de atividades de irrigação, enfim, são inúmeros os usos da água a partir da construção, do barramento do rio. Há também a possibilidade de incremento do turismo e a possibilidade da prática das mais diversas modalidades esportivas náuticas.

Então, as vantagens são ressaltadas com muita ênfase exatamente para justificar sua implantação. É claro que os efeitos danosos comprometedores são objeto também de discussão. Não sei se a nossa competência ainda não está alcançando o estágio necessário para resolver de forma cabal e ampla todos os efeitos danosos que a implantação de uma usina traz.

Ora, falei sobre os efeitos positivos que são extraordinários. Mas, quanto aos efeitos danosos, é preciso que nos debrucemos sobre eles para resolvêmos de forma cabal e definitiva essas situações que a implantação de uma usina hidroelétrica impõe numa região.

Eu gostaria de começar com a desigualdade regional. Atravessam gerações as manifestações candentes, sobretudo dos representantes, inclusive os desta Casa, de que as regiões mais pobres continuam ano após ano pobres, e as regiões ricas cada vez mais ricas. Até na questão da geração de energia elétrica, Senador Valdir Raupp. No caso particular do Tocantins a que me refiro, usamos apenas um quinto da energia ali gerada e o restante é vendido para as regiões mais ricas. E é interessante constatarmos que rico não é o povo que tem elevada capacidade de produção, é rico o povo que tem elevada capacidade de consumo. E se não tratarmos de corrigir essa inversão, de resolver essa questão das desigualdades regionais, não acertaremos a vida de milhares de brasileiros que vivem nessas regiões mais pobres, que têm efetivamente os mesmos direitos que os demais brasileiros das regiões mais ricas. Porque o grosso do recurso gerado pela Usina Hidrelétrica do Lajeado é gasto nas regiões mais ricas, onde os 4/5 da energia é consumida.

Então, é preciso que cuidemos de discutir aqui, Senador Marco Maciel, as compensações que as nossas regiões necessitam. E V. Ex^a, com muito brilho e com muita tenacidade, também representa aqui uma das regiões apenadas deste País, o nosso querido Nordeste, onde há uma população enorme, ávida, es-

perançosa de ver os seus direitos atendidos e de ter a igualdade de tratamento na distribuição dos nossos recursos. Vivemos ainda uma situação de brutal concentração de renda.

Essa questão da geração de energia elétrica é semelhante à da produção de petróleo, dos Estados produtores, como no caso do Tocantins, que tem um potencial enorme para a produção de energia elétrica e já está produzindo cinco vezes o que consome, mas não tem a devida e necessária compensação por essa riqueza nacional, por essa extraordinária contribuição que dá ao atendimento das necessidades nacionais de energia elétrica.

Além da inexistência de uma programa coerente de compensação das regiões, os impactos ambientais causados, sobretudo aos ribeirinhos, é algo que nos chama a atenção. Estive recentemente reunido com uma associação dos impactados por barragem. Achei até interessante existir essa instituição. Resolveram se unir aqueles que não têm voz, não têm representação, não conseguem expor de forma a serem ouvidos pelas autoridades responsáveis o seu sofrimento, as complicações que ocorreram em suas vidas com a implantação das barragens. É uma forma de procurar fortalecer o seu movimento, de procurar dar a ele forma e organização para que as autoridades responsáveis possam ouvir as famílias dos impactados pelas barragens e procurar mitigar o sofrimento de todas elas.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Ouço-o com muito prazer, Senador Marco Maciel.

O Sr. Marco Maciel (PFL – PE) Com revisão do orador.) – Prezado Senador Leomar Quintanilha, quero iniciar meu aparte cumprimentando V.Ex^a pelo discurso que profere no fim desta sessão do Senado Federal. Como V. Ex^a observa, o Brasil, mercê de sua grande expressão territorial, é um país que ainda convive com enormes disparidades entre as diferentes regiões. Isso faz com que tenhamos a consciência de que é necessário ter presente a diversidade regional brasileira e a busca de mecanismos que compensem essas disparidades muito agudas ainda no Brasil. V. Ex^a trata de uma questão fundamental para o seu Estado, que é a compensação por geração de energia transferida para outros Estados, inclusive de outras regiões. Vi o Estado de Tocantins nascer na Constituinte e sei que, pela emenda à Constituição que o criou ficou definido como pertencente à região Norte. Observo, como consequência, que a energia lá gerada e transferida para outros Estados, até mesmo para os da região Centro-Oeste, não produz uma contrapartida em resarcimento para o Tocantins que V. Ex^a brilhantemente

representa nesta Casa. Cada vez mais cresce o desejo de um desenvolvimento homogêneo no País e a necessidade de olhar a realidade brasileira a partir de suas diferentes macrorregiões. Sempre fico pensando que a elaboração de planos nacionais somente terá êxito se partir primeiro de uma análise das sub-regiões para, depois, haver a formatação de um plano realmente capaz de identificar os problemas especificamente de cada Estado ou cada região e oferecer uma solução compatível com os interesses de um desenvolvimento mais harmônico do nosso País. O Brasil não somente convive com grandes desigualdades interpessoais de renda, mas, infelizmente, também com grandes disparidades inter-regionais de renda. Esse assunto, a meu ver, será resolvido quando se tiver consciência de que os planos nacionais só terão êxito na medida em que forem capazes de considerar a questão regional. Estimo que V. Ex^a possa sensibilizar o Governo Federal para que rediscuta essa questão. O Tocantins tem tudo para converter-se em um grande Estado. Quando ele estava sendo criado, dizia-se: É o “nortão” do Estado de Goiás. Pelo menos, eu ouvia muita gente dizer isso. E o “nortão” do Estado de Goiás, ao final, constitui-se no Estado do Tocantins. Nas vezes em que tive oportunidade de visitar o “nortão” de Goiás, sempre fiquei impressionado com suas potencialidades. Elas estão sendo confirmadas com a criação do Estado, que estabeleceu mecanismos que lhe permitiram desenvolver-se a taxas muito elevadas. Continuo acreditando que o Tocantins vai ter um espaço, cada vez maior, no desenvolvimento nacional. Para isso, é fundamental que haja o reconhecimento da contribuição que o Estado vem dando ao desenvolvimento do Brasil, mormente na questão energética, essencial para o crescimento de qualquer país. Muito obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a.

Estou seguro de que, com a sua atuação firme nesta Casa, associada à atuação de outros inúmeros parlamentares que compreendem a necessidade de haver compensações para as regiões apenadas, mais pobres, haveremos de conseguir mudar um pouco a realidade e dar mais esperança para a população brasileira, sobretudo aquela que vive nessas regiões mais sofridas e mais pobres deste País.

Com a compreensão da Mesa, ouço a palavra do Senador Valdir Raupp.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Senador Leomar Quintanilha, V. Ex^a faz um pronunciamento com muita propriedade sobre a questão energética brasileira, sobre a potencialidade da Amazônia, em especial do seu Estado, o Tocantins. Tenho certeza de que o desmembramento do Estado de Goiás para a criação

do Estado do Tocantins foi um projeto que deu certo, assim como a maioria dos territórios que foram transformados em Estados e o desmembramento do Mato Grosso do Sul do Estado do Mato Grosso.

(interrupção do som.)

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Gostaria que a nobre Presidente me concedesse um pouco mais de tempo, porque cinqüenta segundos não serão suficientes para o meu aparte. Então, peço à Presidente mais cinco minutos, se for possível. Como eu falava, a criação de alguns Estados deu certo porque houve uma divisão de Estados muito grandes, que continham áreas isoladas. O atual Estado do Tocantins fazia parte de uma dessas regiões que ficavam isoladas. Hoje é um Estado que dá orgulho a todos os brasileiros, principalmente aos cidadãos que lá vivem, como V. Ex^a, que tão bem tem representado seu Estado aqui, no Senado Federal, já no segundo mandato. Não surpreende que V. Ex^a tenha sido reeleito pelo trabalho que vem fazendo, que se comprova não apenas neste pronunciamento e em tantos outros, como também no trabalho nas Comissões e em todos os trabalhos no Senado. Quanto à potencialidade hídrica...

(Interrupção do som.)

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – ... da nossa região, a região amazônica, falo também do Estado de Rondônia, que represento aqui no Senado. Já construímos uma hidroelétrica de 220 MW, que hoje já não é mais capaz de abastecer o Estado de Rondônia; já construímos uma termoelétrica, que seria para gerar gás, de 360 MW, que está funcionando a *diesel* e queima diariamente 1,5 milhão de óleo/litro de *diesel* – que, futuramente, será substituído pelo gás. Infelizmente, não conseguimos ainda destrinchar o projeto ambiental, tirar do Ibama a licença ambiental definitiva para a construção do gasoduto Urucu-Porto Velho. No entanto, espero que, em breve, isso esteja acontecendo e o gás entre em Rondônia. São duas potencialidades muito importantes que temos hoje: o gás, tanto na região amazônica, como nas regiões Nordeste e Sudeste do País; e as potencialidades hídricas. Rondônia vai, no futuro, possibilitar ao País um fornecimento de energia fantástico. Temos lá dois projetos grandiosos. O projeto do Complexo do Rio Madeira, compreende a usina de Jirau, de cerca de 3.500 MW, e mais a usina de Santo Antônio, a cem quilômetros uma da outra, com a mesma capacidade. Então, as duas somadas gerariam 7.000 MW de energia. Grande parte dessa energia vai servir para abastecer o Brasil, para sustentar o crescimento econômico que o Brasil fatalmente terá. Não é porque vivemos hoje uma crise que o País vai parar. O Brasil vai crescer, este ano, mais de três

pontos percentuais do PIB, e deve continuar por alguns anos com esse crescimento, talvez até aumentá-lo. E de onde tiraremos energia elétrica para sustentar esse crescimento? Sabemos que, daqui a três ou quatro anos, teremos crises seriíssimas de racionamento de energia elétrica se não forem construídas as usinas que estão projetadas, tanto as usinas térmicas a gás quanto as hidroelétricas. Assim como o Estado de V. Ex^a, o Tocantins, que tem ainda uma potencialidade inexplorada, há o meu Estado, Rondônia, e o Estado do Pará, da Senadora Ana Júlia Carepa, que preside a sessão neste momento. Dizem que a usina de Belo Monte, no Pará, e a do rio Madeira, em Rondônia, são concorrentes, mas não é verdade. O Brasil precisa dos dois projetos, que estão caminhando paralelamente. O Ministro de Minas e Energia, Silas Rondeau, falou na sua posse – e a Ministra Dilma Rousseff já tinha falado anteriormente – que essas potencialidades têm que ser aproveitadas urgentemente. E o Complexo de Belo Monte e o Complexo do Madeira não são só energia, vão também trazer a navegabilidade para mais de 1.800 Km de rios do Brasil e da Bolívia, dando à Bolívia uma saída que há 100 anos é prometida – vai fazer 101 anos que o Brasil prometeu à Bolívia, por meio de um acordo, o Tratado de Petrópolis, uma saída daquele país para o Atlântico, o que ainda não foi realmente efetivado. Com a construção das usinas, além da geração de energia elétrica, será possibilitada essa saída para a Bolívia e também para o nosso Estado, Rondônia, que terá esses 1.800 Km de hidrovias totalmente navegáveis. Parabéns, nobre Senador Leomar Quintanilha, pelo seu pronunciamento. Penso que V. Ex^a não vai parar por aqui, com certeza, pois tem um futuro brilhante. V. Ex^a tem um mandato ainda longo pela frente, mas tem um futuro brilhante na política do Tocantins e na política do Brasil. Muito obrigado.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB – TO) – Agradeço a V. Ex^a as considerações que traz, sobretudo revelando o enorme potencial que este País tem, em especial no setor energético.

Espero, Senador Valdir Raupp, que possamos trabalhar arduamente e ver, ainda, essa riqueza extraordinária que o País tem ser traduzida em melhoria de qualidade de vida da sua população, sobretudo os mais pobres, os mais necessitados, aqueles que não têm vez nem voz. Espero que consigamos um dia igualar as condições de todos os brasileiros.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Leomar Quintanilha, o Sr. Mozarildo Cavalcanti, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Júlia Carepa.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Leomar Quintanilha.

Seguindo a lista de inscrição, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

Peço licença, Senador, para prorrogar a sessão e solicitar a V. Ex^a que, se possível, fale em dez minutos, a fim de que eu tenha tempo para fazer um breve relato, como também o Senador Gilberto Goellner.

Está prorrogada a sessão, por mais dez minutos, além das 18 horas e 30 minutos.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^ss e Srs. Senadores, inicialmente quero fazer um registro referente à passagem do Dia do Soldado.

Encaminhei à Mesa um pronunciamento sobre a importância do soldado, na Amazônia principalmente, e quero, portanto, homenagear todos os soldados das Forças Armadas, mas também os soldados das Polícias Militares e do Corpo de Bombeiros, especialmente do meu Estado de Rondônia.

Quero também, hoje, fazer um apelo direto à Ministra Dilma Rousseff sobre a questão fundiária no meu Estado. Por várias vezes, vim a esta tribuna – e outras tantas virei, tantas quantas forem necessárias – para reclamar dessa agressão contra o meu Estado praticada pela União. No meu Estado hoje, apenas 8% das terras não pertencem à União. A maior parte delas pertence à Funai, para reservas indígenas, ou ao Ibama, com reservas ecológicas, ou ao Incra. Então, como fomos Território Federal, Senador Valdir Raupp, padecemos desse problema. A União não entendeu que, quando Roraima foi transformada em Estado, todas as terras que estavam dentro dos limites geográficos do ex-Território, passaram ao Estado.

O fato é que a União não abre mão disso, e o Estado não tem movido ação na Justiça contra a União; tem tentado resolver no diálogo, no entendimento. Inclusive, o atual Governador está há vários meses – já que assumiu recentemente, em novembro ou dezembro do ano passado –, tentando encontrar uma fórmula conciliatória sobre algo que é nosso, ou seja, as nossas terras.

Então, como o Ministro anterior não “deu bola” para esse assunto, não o conduziu adequadamente; como o Sr. Ministro da Justiça, no meu entender, é o “Ministro da Injustiça” no que tange ao meu Estado, Roraima – aliás, ele é muito mais advogado do PT, do Delúbio Soares, da CNBB, do que Ministro da Justiça –, não espero realmente milagres ou concessões vindas do Governo Federal. Contudo, tenho que dar um voto de confiança à Ministra Dilma Rousseff, que

assumiu há pouco tempo. Quero alertá-la de que vou mandar-lhe por escrito todos os relatórios da Comissão externa do Senado que estudou a questão das reservas indígenas no Estado de Roraima, além de todos os documentos referentes às terras sob controle do Incra, e vou esperar que S. Ex^a resolva pacificamente esse problema, embora já esteja descrente disso. Já acionei a União e o Incra no Supremo Tribunal Federal, mas até agora não houve decisão. De qualquer forma, tenho certeza de que haverá uma decisão que vai recompor o espírito federativo, o pacto federativo, inserindo o meu Estado em situação de igualdade com os demais Estados da Federação.

Portanto, vou ainda dar esse crédito não ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, a quem está subordinada a Funai, não à Ministra Marina Silva, a quem está subordinado o Ibama, nem ao Ministro Miguel Rosseto, a quem está subordinado o Incra, mas à Ministra Dilma Rousseff, que agora está tomando pé da situação. Houve uma reunião, na semana passada, com a presença do Governador e de Parlamentares do Estado de Roraima, mas não compareci, porque não senti a uma mesa se não acredito mais em quem está sentado do outro lado.

Entretanto, fazendo essa reflexão, repito que darei esse voto de confiança à Ministra Dilma Rousseff. Espero que a cabeça feminina, o raciocínio feminino e inteligente da Ministra possa realmente dar luz a uma solução benéfica para o meu Estado, para que não passemos mais por essa angústia que todos estamos passando, do pequeno produtor ao médio produtor – grande produtor inexiste no meu Estado. Não podemos ficar calados diante do que está sendo feito pelo Governo Federal contra o nosso Estado.

Deixo, pois, o registro de que vou formalmente encaminhar à Ministra Dilma esses documentos, essas ações que estão no Supremo Tribunal Federal, para que S. Ex^a possa realmente comandar esse processo e impedir que questões que apresentem apenas o viés ideológico ou que obedeçam a determinadas orientações prevaleçam sobre o interesse maior do meu Estado.

Portanto, ao finalizar, espero que os assessores da Ministra Dilma Rousseff levem ao seu conhecimento este discurso que hoje estou proferindo, e o farei por escrito para que S. Ex^a tome conhecimento da situação e para que eu possa dizer ao meu povo que não fiquei calado nesta Casa.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Ana Júlia Carepa. Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Mozarildo Cavalcanti.

A Sra. Ana Julia Carepa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mozarildo Cavalcanti.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Ana Júlia Carepa.

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, povo que nos ouve e nos assiste, quero fazer um registro. Não terei tempo de ler o inteiro teor, mas leio alguns trechos da “Carta Aberta da Família Stang a Lula”, publicada no jornal **O Globo** de 24 de agosto de 2005.

Faço só uma lembrança ao povo sobre a família Stang – David Stang, Marguerite Stang Hohm, Barbara Stang Richardson, Thomas Stang, John Stang, Mary Stang Heil, Norma Stang e James Stang. São eles familiares da irmã assassinada há pouco mais de seis meses, irmã Dorothy Stang.

Recebi por e-mail a carta que eles enviaram ao Presidente Lula, que passo a ler:

O assassinato de nossa irmã Dorothy Stang – mártir, Cidadã Paraense do Ano e agraciada com o Prêmio OAB de Direitos Humanos – por fazendeiros e madeireiros implacáveis e indiferentes às leis ainda é um choque terrível para todos nós, seus oito irmãos, assim como para milhares de irmãs da Ordem de Notre Dame [de Namur] em todo o mundo, para a CPT, o MST, o CNS [os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de Anapu, de tantos outros sindicatos, da Fetagre do Pará], e milhões de cidadãos respeitadores da lei que amam o Brasil.

Dorothy Stang foi uma grande bênção de Deus a seu país. Ela acreditava no senhor, em seu governo, em suas leis, em seu povo e na sua grande Floresta Amazônica. Dorothy dedicou 39 anos aos pobres, aos sem-terra e aos marginalizados no Brasil. Aos 73 anos de idade, ainda lutava pelo direito dos pobres de fazer parte da sua grande economia brasileira – mas era ridicularizada por pessoas que desprezam a lei, madeireiros, pistoleiros, o prefeito, a estação de rádio de Anapu, a polícia local, [estadual], seus funcionários corruptos [que existem ainda] no Incra e no Ibama e o consórcio de fazendeiros que, na opinião de muitos, pagou aos pistoleiros para assassinar nossa irmã. Embora tenha recebido muitas ameaças de morte nos últimos anos de sua vida, nossa irmã continuou, corajosa, no caminho da jus-

tica e da verdade, nunca hesitando diante da tarefa monumental que se colocara.

Os Senadores encarregados de investigar o assassinato de Dorothy recomendaram que o caso dela fosse levado à Justiça Federal.

Aqui cabe um esclarecimento: a Comissão que acompanhava as investigações, uma Comissão Especial que presidi, não chegou a recomendar a federalização, mas reproduziu argumentos do Procurador da República, que foi favorável, e reproduziu argumentos do Tribunal de Justiça do Estado, que foi contrário.

Juntaram-se à sua recomendação a família Stang, as Irmãs de Notre Dame de Namur e a comunidade internacional. Ficamos chocados e consternados ao ouvir, em 9 de junho, a decisão unânime do Tribunal de Justiça rejeitando a federalização do caso. Se esse não é o tipo de caso que merece chegar à esfera federal, não se sabe qual caso o seria, em vista do longo histórico de impunidade no Pará. Será que pode haver alguma dúvida de que o caso de Dorothy diz respeito ao abuso de direitos humanos? Que provas o Pará nos ofereceu de que a justiça será feita? Que apoio o Governo do Pará está dando aos pobres e sem-terra?

Nós o desafiamos a mostrar que o senhor apresentou os melhores argumentos possíveis para defender a federalização do caso de nossa irmã.

Imediatamente após a morte de nossa irmã, o senhor prometeu ao mundo enfrentar a impunidade no Pará. Ao mesmo tempo em que nos sentimos reconfortados ao ouvir seu compromisso de castigar os assassinos de nossa irmã e destinar terras aos sem-terra e às áreas de conservação, temos visto muito poucas ações concretas. Consta que, em abril, a rádio de Anapu teria declarado que Dorothy era má e que as tentativas feitas por algumas pessoas de terem suas terras legalizadas seriam barradas. Em fevereiro, na Câmara Municipal de Anapu, na presença de seus cinco Senadores, que estavam investigando o assassinato de Dorothy, um representante de madeireiros e fazendeiros acusou o senhor, Sr. Presidente, de matar nossa irmã. Isso não é impunidade?

As palavras custam pouco, Sr. Presidente.

Nossa irmã sacrificou sua vida por uma reforma agrária igualitária que garantisse aos pobres e sem-terra uma maneira viável de colocar comida em suas mesas e lhes empoderá, como atores-chaves de seu próprio desenvolvimento e participantes plenos na democracia brasileira. Dorothy buscava transformações estruturais que combatesssem as raízes da pobreza, da fome e da injustiça social, buscando desfazer a desigualdade que rouba dos sem-terra a dignidade e qualquer esperança de um amanhã melhor. Por que apenas aqueles que desprezam as leis devem sentir que têm direitos?

Dorothy nos escreveu sobre sua esperança de que o senhor fosse até Anapu para tomar conhecimento de seu trabalho com os Projetos de Desenvolvimento Sustentável. Sua dedicação e seu amor pelo Brasil lhe davam forças; ao mesmo tempo em que nunca abriu mão da esperança de que algum dia haveria uma reforma agrária igualitária, ela morreu esperando que sua morte corajosa impelisse o senhor e seu governo a levar liberdade aos pobres e marginalizados do Brasil. Será o senhor, Sr. Presidente, que veio de família pobre, aquele que os ajudará a ingressar na economia do Brasil como pessoas livres e não como escravos dos brutais fazendeiros e madeireiros?

Sr. Presidente, o senhor não vem utilizando sua influência considerável para combater a corrupção no Incra e no Ibama. Nossa irmã nos contou que nutria grandes esperanças para essas organizações. O senhor tampouco buscou o financiamento vital e necessário do Banco Mundial e outros grandes doadores que possibilite a reforma agrária defendida pela CPT, o CNS e o MST. Porque o senhor não respondeu a esses desafios, não irá cumprir sua promessa eleitoral de assentar 430 mil famílias de sem-terra.

Em nome de nossa irmã assassinada, nós o desafiamos a trabalhar com os movimentos sociais e a assumir uma postura firme diante do Banco Mundial e dos grandes doadores, pedindo o financiamento necessário para a reforma agrária defendida pela CPT, o MST e o CNS, que empoderá os pobres e sem-terra.

Dorothy Stang deu sua vida a seu povo para ver nascerem transformações sistêmicas e novos modelos de crescimento. Ela é uma

mártir, uma santa e uma grande esperança para seu povo, não alguém a ser zombada por pessoas corruptas e impiedosas que aguardam para destruir a Floresta Amazônica e escravizar os pobres e os sem-terra. Dorothy amava o povo brasileiro e não tinha medo de falar abertamente em favor do que é certo e justo. Não podemos esperar o mesmo do senhor?

Estamos contando com o senhor para assumir a postura crítica e fazer o que é certo.

Temos grandes esperanças no senhor, em seu governo e em sua população. Aguardamos com prazer a possibilidade de o encontrarmos quando o senhor tiver respondido a esses desafios.

Fiz questão de ler essa carta da família de Dorothy Stang, que faz, sim, críticas ao Governo Lula, críticas ao Governo do Estado do Pará, críticas ao crime organizado naquela região. No entanto, também quero registrar que estou enviando à família Stang, como resposta, o pronunciamento que fiz ontem, demonstrando a atenção que está sendo dada, sim, à reforma agrária, tanto é que o Ministro Miguel Rossetto esteve ontem no Estado do Pará. Pela primeira vez na história, houve o lançamento do Plano Safra na região amazônica de R\$1 bilhão, e metade desse valor destina-se ao Estado do Pará.

O crescimento do Pronaf no Estado do Pará foi de 1000%, e o Pronaf representa crédito para os pequenos agricultores, para a roça, e melhoria da qualidade de vida desses pequenos agricultores.

Além disso, o Ministro assinou convênios para muitos assentamentos no Estado, convênios com prefeituras, inclusive com o Governo do Estado do Pará e com a Emater, para garantir assistência técnica aos assentamentos.

Portanto, eu sou solidária com a dor da família Stang, e todos sabem aqui que eu fui...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

A SRA. ANA JÚLIA CAREPA (Bloco/PT – PA)
– Vou concluir, Sr. Presidente.

Todos sabem aqui que eu tive o prazer e a honra de privar da amizade da Irmã Dorothy, mas também quero dizer que nós estamos, sim, fazendo a nossa parte para garantir a reforma agrária.

Mas acho justo que se cobre mais do Presidente. Eu mesma cobro mais do Presidente Lula em relação à reforma agrária no nosso País, mesmo considerando que o que está sendo feito é muito mais. Eu falei aqui, só o Pronaf cresceu 1000% comparado com o que era no Governo Fernando Henrique Cardoso.

Portanto, nós temos que fazer as críticas e cobrar, mas também temos que reconhecer o trabalho valoroso, principalmente o esforço do Ministério do Desenvolvimento Agrário, que tem à frente esse lutador que é o Ministro Miguel Rossetto.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Concedo a palavra ao próximo e último orador inscrito, o Senador Gilberto Goellner.

O SR. GILBERTO GOELLNER (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, o Congresso Nacional, após um longo período de debates sobre o tema, aprovou, neste ano, a nova Lei de Biossegurança. Nessas discussões, além dos parlamentares, envolveram-se também representantes de diversos grupos com interesse no assunto, cada qual em defesa de posições às vezes completamente antagônicas.

Em diversas oportunidades, tentou-se vender à opinião pública uma visão maniqueísta da proposição, como se os defensores da biotecnologia representassem o mal e os que se posicionavam contrários, o bem. O assunto biotecnologia foi, muitas vezes, tratado de forma passional: muitos debates seguiram mais pelo campo emocional e ideológico do que pelo racional e científico.

Acompanhei todo o processo de tramitação dessa matéria na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Sou testemunha do empenho dos deputados federais para que esse projeto pudesse ser aprovado naquela Casa. Assisti ao notável esforço que fez o Senado Federal para redigir um texto que fosse moderno, ágil e que contemplasse as necessidades do País para o desenvolvimento de sua economia sem comprometer os indispensáveis padrões de segurança. Vi o trabalho dos relatores, Senador Ney Suassuna e Senador Osmar Dias, e o envolvimento dos Senadores Jonas Pinheiro, Juvêncio da Fonseca, Tião Viana, Tasso Jereissati e da Senadora Lúcia Vânia, dentre tantos outros que se dedicaram ao assunto.

Sr. Presidente, a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, com o texto aprovado pelo Senado Federal, representou, sem dúvida alguma, um grande avanço na legislação para a Ciência, quando definiu novos

procedimentos e novos critérios para aprovar o uso de organismos geneticamente modificados e as pesquisas com células embrionárias.

No entanto, Sr. Presidente, sinto que todo esse esforço despendido e esse avanço alcançado estão sendo seriamente comprometidos pelo Governo Federal.

A demora do Governo Federal em regulamentar a Lei de Biossegurança e as céticas previsões para que essa etapa se concretize com a celeridade necessária criam uma verdadeira “moratória branca” para a pesquisa biotecnológica no Brasil. Com a nova lei, a legislação anterior foi revogada, e, até agora, as novas normas que regerão as deliberações sobre organismos geneticamente modificados não foram ainda formalizadas. Criou-se, portanto, um vácuo operacional.

O que me preocupa é que data de publicação do decreto de regulamentação da nova Lei de Biossegurança e também da instalação da nova CTNBio está prevista para meados de novembro, após a realização de uma consulta pública, curiosamente um procedimento inovador na elaboração de decretos presidenciais, por não ser usualmente adotado para outras matérias.

Até lá, todos os processos que devem ser analisados pela Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, a CTNBio, estão impedidos de avançar, as novas pesquisas estão paralisadas e os estudos anteriormente aprovados não podem ter continuidade pelo fato de aquela Comissão, a CTNBio, haver sido dissolvida com a nova legislação.

Enquanto, nos demais países, o desenvolvimento tecnológico não pára e as pesquisas avançam cada dia mais nessa área, no Brasil, compromete-se o andamento das pesquisas com células-tronco, impede-se que se realizem ensaios de campo com os novos cultivos de produtos geneticamente modificados e cerceiam-se pesquisas com novas variedades de soja resistentes à seca e à ferrugem; de milho resistente à seca, além de batata e de mamão resistentes ao ataque de vírus. São estudos, teses de mestrado e de doutorado, são pesquisas que estão paradas simplesmente porque não existe a CTNBio para proceder às análises e avaliações.

Sr. Presidente, a burocracia do Governo do Presidente Lula barrou o desenvolvimento da ciência, o que é uma verdadeira lástima. Essa “moratória branca” representa, na prática, um terrível atraso para o desenvolvimento tecnológico e uma perda econômica considerável para o País e, sem dúvida, incentivará o contrabando e a multiplicação sem controle de sementes

geneticamente modificadas de outras culturas, como ocorreu, de maneira lamentável, com a soja.

No caso específico do algodão, a demora em aprovar o uso de sementes geneticamente modificadas aumentará as dificuldades dos produtores brasileiros na competição do mercado internacional. Isso porque o algodão é a terceira espécie mais cultivada no mundo com sementes geneticamente modificadas e os maiores países produtores, como os Estados Unidos, a China e a Índia, utilizam-nas livremente.

Proibir que os produtores brasileiros de algodão se valham dessa tecnologia, coloca-os em profunda desvantagem. Na cultura de algodão com sementes tradicionais, as despesas com as mais de uma dezena de pulverizações que precisam ser feitas durante o ciclo da cultura chegam a mais de 35% do gasto total da produção e poderiam ser reduzidas a um quarto com o uso de sementes geneticamente modificadas: economia de dinheiro e maior benefício para o meio ambiente.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, pelo visto, estamos perdendo uma valiosa oportunidade de utilizar legalmente, nesta safra, em diversas culturas, sementes geneticamente modificadas. Com isso, perdem os produtores rurais e perde o País, sobretudo neste momento em que a agropecuária brasileira passa por uma profunda e conhecida crise financeira.

Ganham, seguramente, os produtores rurais dos países concorrentes, escudados por aqueles que, sob a bandeira de estarem defendendo o meio ambiente e a saúde, articulam para que seja tolhido, em nosso País, o uso dessas sementes; porém, na realidade, eles não estão se prestando a contribuir para a proteção do mercado estrangeiro e impedindo que o Brasil aumente a sua produção agropecuária e se torne, por conseguinte, um parceiro forte na competição do mercado internacional.

Portanto, Sr. Presidente, faço coro com aqueles que, neste País, desejam que a ciência se desenvolva com segurança. Assim sendo, apelo ao Governo Federal que apresse a regulamentação da Lei de Biossegurança e não se valha de procedimentos protelatórios, os quais, seguramente, trarão prejuízos à economia do País e à sociedade que, no mínimo, tachará o Governo de burocrático e obscurantista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Papaléo Paes, Teotônio Vilela Filho, Reginaldo Duarte, Flexa Ribeiro, Sérgio Guerra, Alvaro Dias, Leonel Pavan, Mozarildo Cavalcanti,

Romero Jucá e a Sr^a Senadora Lúcia Vânia enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. PAPALÉO PAES (PMDB – AP. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao contrário do que muitos pensam, o Exército brasileiro não é uma instituição preparada apenas para a guerra; desempenha, também, inúmeras atividades em tempo de paz. Sem descuidar, um minuto sequer, do intenso treinamento para defender o Brasil em caso de ameaça, desenvolve ações de cunho eminentemente social, com o objetivo de oferecer à população mais pobre melhores condições de vida.

Podemos afirmar, com toda a certeza e absoluta convicção, que o Exército venceu o desafio de equilibrar-se entre profissionalismo e presença marcante na esfera civil, o que tem viabilizado o auxílio ao processo de desenvolvimento nacional, sem o indesejável descuido no adestramento e na preparação para a defesa de nosso imenso território.

Nada ilustra melhor o espírito do Exército brasileiro do que a canção militar entoada, no dia-a-dia, por nossos soldados: “A paz queremos com fervor; a guerra só nos causa dor. Porém, se a Pátria amada for, um dia, ultrajada, lutaremos sem temor!”. Lutar pela paz, mas estar preparado para a guerra: esse é o lema de nossos militares!

As atividades do Exército em tempo de paz contemplam diversas frentes, entre as quais se destacam as iniciativas na área da saúde, da educação, do controle sanitário e da infra-estrutura. Todas essas atividades possuem um mesmo norte: a promoção da cidadania e da inclusão social, com a consequente diminuição dos efeitos nefastos da pobreza e da indigência.

Para promoção da saúde e do controle sanitário, o Exército possui estrutura para emprego em campanha, além de considerável rede hospitalar. Além do Hospital Central, no Rio de Janeiro, a instituição conta com 11 hospitais gerais e 15 hospitais de guarnição, bem como 5 policlínicas e 19 postos médicos.

O Exército participa, também, de campanhas nacionais de vacinação e imunização, e das ações de combate à epidemia de dengue, que assolou nosso País nos últimos anos.

Na área educacional, o Exército tomou parte de diversas iniciativas no passado recente, como o programa Universidade Solidária, entre 1995 e 2000, o Amazônia Solidária, em 1997 e 1998, e a Operação Castro Alves, em 1998, destinada a modernizar o

acervo de bibliotecas públicas dos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

O Exército participou, e ainda participa, de diversas ações que buscam o incremento da qualidade de vida da população brasileira, tais como o Ação Global, o Projeto Rondon, retomado neste ano, e o Programa Calha Norte, existente desde 1985. A instituição também presta enorme auxílio ao programa Fome Zero, atuando na distribuição de alimentos e água à população carente.

Na seara ambiental, são também inúmeras as atividades do Exército. A instituição possui acordos e convênios com o Ibama para a concessão de apoio logístico às ações de proteção do meio ambiente, bem como para o combate às queimadas e incêndios no arco do desflorestamento da Amazônia. Há, ainda, o programa "Verde no Verde", no qual a organização militar promove campanhas de conscientização, além da limpeza e recuperação de áreas protegidas.

Merecem destaque, ainda, as atividades da Engenharia militar, que atua na melhoria da infra-estrutura nacional, colaborando na construção de estradas, ferrovias, pontes, viadutos e túneis, assim como na construção de açudes, perfuração de poços artesianos e demarcação e mapeamento de áreas. São ações que, sem sombra de dúvida, contribuem, e muito, para o desenvolvimento do nosso País.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ao falar das atividades do Exército em tempo de paz, não poderia olvidar as comemorações do Dia do Soldado, 25 de agosto, data que homenageia a memória do Duque de Caxias, patrono do Exército. Soldado valoroso, Caxias prestou ao País mais de 60 anos de inestimáveis serviços, sempre ancorados no valor da família e no da paz social, em defesa da integridade e da soberania do nosso querido Brasil.

Homenagear o soldado é lembrar daquele que, no dia-a-dia, vence desafios e enfrenta sacrifícios; daquele que hasteia a bandeira nacional em todos os rincões deste País, garantindo a soberania do Brasil e reforçando os valores da cidadania. Homenagear o soldado é, acima de tudo, enaltecer aquele que, mais do que em si, pensa primeiramente na Pátria e, pensando na Pátria, trabalha sem descanso para o bem-estar de seus cidadãos, especialmente os mais necessitados.

Parabéns a você, soldado de todas as patentes! Sim, até mesmo um General é, acima de tudo, um soldado! Parabéns a você que dedica a sua vida a nossa Pátria e a nosso povo! Parabéns a você que, com "braço forte e mão amiga", nos traz seu exemplo de como ser, ao mesmo tempo, profissional competente e valoroso cidadão!

Não poderia encerrar, Sr. Presidente, sem antes tecer alguns comentários sobre o reajuste dos militares, concedido pelo Governo no início deste mês. É reconfortante que o Presidente Lula tenha cumprido a promessa de reajustar os soldos em 23%, mesmo que de forma parcelada.

É forçoso reconhecer, entretanto, que os percentuais concedidos estão aquém do ideal, pois os soldos estão extremamente defasados, em virtude da inexistência de reajustes nos governos passados.

Não considero aceitável que os membros das Forças Armadas ganhem menos do que os policiais militares do Distrito Federal, como atualmente acontece. Não custa lembrar que suas atribuições são muito mais complexas, e as exigências da profissão, muito maiores.

É preciso estudar, com urgência, a concessão de um reajuste maior ou, mesmo, um plano de recomposição dos soldos para os próximos anos. Dessa forma, o impacto orçamentário poderia ser mais bem planejado, e os nossos valorosos militares, melhor remunerados.

Não é pedir demais! Profissionais tão competentes e dedicados, que doam sua vida em benefício da Pátria e de todos nós, cidadãos brasileiros, merecem tratamento melhor! É uma questão de justiça! Já para o Governo, deveria ser uma questão de honra!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB – AL.

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o texto intitulado "A perigosa ilusão de Lula", publicado na seção "Notas & Informações" do jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 16 de agosto do corrente.

O texto mostra que Lula não deve se imaginar invulnerável. Segundo o texto, "Lula não precisa que ninguém o empurre para o despenhadeiro: bastam-lhe as próprias pernas e uma assombrosa incompreensão das realidades deste país que também ele e o seu partido ajudaram a construir".

Sr. Presidente, requeiro que o texto acima citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TEOTÔNIO VILELA FILHO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

NOTAS E INFORMAÇÕES A3

O ESTADO DE S. PAULO • TERÇA-FEIRA, 16 DE AGOSTO DE 2005

Conselho de Administração:	Fundado em 1875
PRESIDENTE	Julio Mesquita (1891-1927)
MEMBROS	Julio de Mesquita Filho (1927-1959)
Fernão Lacerda Mesquita	Francisco Mesquita (1927-1969)
Francisco Mesquita Neto	Luz Carlos Mesquita (1952-1970)
Júlio César Mesquita	José Vieira de Carvalho Mesquita
Maria Cecília V. C. Mesquita	Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Patrícia Maria Mesquita	(1959-1988)

www.estado.com.br

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO.

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900

São Paulo - SP - Cx. Postal 2439 CEP 01060-970-SP

Tel. 3856-2122 (PABX) Fax. N° (011) 3856-2940

NOTAS & INFORMAÇÕES

A perigosa ilusão de Lula

Nem a sombra de todas as razões que desaconselham uma eventual iniciativa de pronover o impeachment do presidente Lula deve levá-lo a se imaginar invulnerável. Se esse é o seu estudo de espírito, como parece, o resultado da ilusão poderá ser um catastrófico efeito burburanguê. E se isso afinal acontecer, ele merecerá entrar para a história no papel surrealista do chefe de Estado que deu tudo de si, por palavras e ações, não para salvar o seu mandato, mas para praticamente forçar aqueles que lutaram em pedir o seu impedimento a fazê-lo - antes até do eventual aparecimento de evidências incontrovertíveis que tornariam ação acadêmico o debate intenso sobre o assunto.

Lula não precisa que ninguém o empurre para o despenhadeiro: bastam lhe as próprias pernas e uma assombrosa incompreensão das realidades deste país que também ele e o seu partido ajudaram a construir. Para começar, um mínimo de lucidez e sensibilidade para prever a repercussão de seus atos junto a uma opinião pública está sim "machucada" - expressão que se diz que usou para falar

de si - o teria levado a cancelar; por óbvios motivos de força maior, o jantar com o presidente venezuelano Hugo Chávez, na mesma quinta-feira em que Duda Mendonça, o criador do *Lulinha, paz e amor*, tirou o chão debaixo de sua criatura, com um sismico depoimento à CPI dos Correios.

Depois, relatos dos bastidores do seu pronunciamento na abertura da reunião ministerial da sexta indicam que só a contragosto - e só em parte - ele concordou com os ministros Márcio Thomaz Bastos, da Justiça, e Antonio Palocci, da Fazenda, que insistiam em que pedisse desculpas aos brasileiros. Como se viu, ele empurrou o tema para o fecho improvisado da alocução, de modo esquivo, impessoal e eufemístico. O partido,

tem que se desculpar, assim como o governo, "onde errou", quando a frase certa seria "pelas culpas de um e de outro que assumo, como primeiro mandatário do País".

Deu no que deu: a condenação unânime do discurso, pela gritante insinceridade, pequenez e falta de coragem de quem o proferiu. Até o ex-ministro Tarso Genro, presidente do

PT, considerou a fala "insufficiente". A tal ponto Lula foi alvejado - também por se declarar traido, sem apontar se não os nomes, pelo menos a posição dos traidores na hierarquia do partido e do governo - que brotou no Plano a ideia de uma espécie de segunda versão, ampliada e corrigida, da criticada manifestação. Dessa vez ele falaria diretamente à sociedade, em rede nacional de rádio e TV, sem o pretexto de uma reunião ministerial ou outro evento oficial.

No entanto, quem sabe se estimulado pelos previseis aplausos de seus ministros ao fim do discurso e talvez por se julgar "incomprendido" pelos críticos, segundo teria dito a portas fechadas, no velório de

Miguel Arraes, o autocomplacente Lula descartou a sugestão. O raiô de visão do presidente parece estreitar-se a cada dia. Essa talvez ainda seja uma avaliação benigna. Leiam-se as declarações à revista *Vida* do pietista histórico (e vice-prefeito na gestão Maria Suplicy, em São Paulo) Hélio Bicudo, e o

Lula que delas emerge é um político sem sensibilidade ética. Ele é mestre em esconder a

sujeira embalado no tapete. Sempre agiu dessa forma. Seu pronunciamento de sexta-feira confirma", acusa o jurista Bicudo, com uma contundência que chega a surpreender.

O fundador do PT, por exemplo, discorda da versão do partido de que o assassinio do então prefeito de Santo André, Celso Daniel, foi crime comum. "A história ainda não está clara", alerta. Quanto a Lula, o "sempre agiu dessa forma" não é gratuito. Bicudo lembra o episódio da primeira grande denúncia de corrupção numa administração petista. Ele presidiu a comissão criada no partido para apurar a acusação do ex-secretário de Finanças de São José dos Campos Paulo de Tarso Venceslau, de que a prefeitura favoreceu o empresário Roberto Teixeira em contratos de serviços. "A responsabilidade dele ficou claríssima", assevera o jurista. "Foi pedida a instalação de uma comissão de ética, e isso foi deixado de lado por determinação de Lula; porque Roberto Teixeira é compadre dele." O único punido foi o acusador.

"Essas coisas, todas vão se acumulando", raciocina Bicudo, "e, no final, acontece o que se vê hoje." E hoje, situando-se acima do bem e do mal, Lula insiste em provocar o pior.

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “A chance perdida”, de autoria do jornalista e ex-presidente do Citibank, Alcides Amaral, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 22 de agosto do corrente.

O autor, em seu artigo, mostra que “em razão da crise política instalada no País, o PT está conseguindo a proeza de passar para a História como o governo em

A chance perdida

Alcides Amaral

Difícil acreditar que o PT esteja perdendo chance de passar para a História como sendo o seu governo, o governo Lula, o que colocou o País definitivamente no caminho do crescimento sustentado. Ao contrário, em razão da crise política instalada no País, o PT está conseguindo a proeza de passar para a História como o governo em que a corrupção bateu todos os recordes, conseguindo até mesmo suplantar a ‘era Collor’.

Para melhor entendimento desse aparente paradoxo é importante lembrarmos um pouco do que aconteceu nas últimas três décadas e o que está acontecendo no mundo atualmente.

Depois da década de 70 – a do “milagre brasileiro”, em que o País cresceu de forma significativa –, entramos num período obscuro, em face dos nossos graves problemas internos, além do cenário internacional, que não ajudava. Na década de 80, atropelados por problemas com nossa dívida

TINHAMOS TUDO PARA DAR A ARRANCADA PARA O CRESCIMENTO SUSTENTADO...

externa e inflação galopante, várias tentativas frustradas foram realizadas. Os Planos Cruzado, Bresser e Verão trouxeram alívio de curíssimo prazo, mas com deterioração importante da nossa economia no momento seguinte.

A década de 90 se iniciou com os Planos Collor 1 e 2, que terminaram melancolicamente com o impeachment do presidente Fernando Collor de Mello. O País, em moratória, quebrado pelo peso da dívida externa e sem credibilidade local e internacional.

Finalmente, com o Plano Real, em 1994, o Brasil começou a tornar rumo um pouco melhor, equacionando seu problema, até então insolúvel, da dívida externa e voltando a atrair crédito e investimentos internacionais. A privatização foi introduzida no País, a inflação foi dominada, mas, por causa de sucessivas crises internacionais, nossa economia não cresceu tanto quanto o esperado. Em 1996 tivemos a crise mexicana; em 1997, a crise do Sudeste Asiático; e em 1998, a crise russa – todas elas nos atingindo fortemente, pois nossos fundamentos ainda eram deficientes. Não fosse o suporte financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), teríamos quebrado novamente em 1998 quando, em alguns meses, perdemos cerca de US\$ 40 bilhões das nossas reservas internacio-

que a corrupção bateu todos os recordes, conseguindo até mesmo suplantar a ‘era Collor’.

Sr. Presidente, requeiro, por fim, que o artigo acima citado passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

seu partido, pelos erros cometidos. Isso, no entanto, pouco ajuda, pois sua popularidade já foi abalada, conforme demonstrou a pesquisa DataFolha de 10 de agosto. A média da avaliação do desempenho do seu governo (5,6%) é a mais baixa desde que tomou posse. E, o que é pior, numa eventual tentativa de reeleição, perderia, pela primeira vez, para o prefeito José Serra no segundo turno (48% contra 39% dos votos válidos).

Corro se vê, a decepção que o PT está sentindo para todos nós já atetou o seu líder máximo, o presidente Lula, à imagem do nosso país. Notícias de corrupção no Congresso já foram estampadas nos principais jornais do mundo, e Brasil virou notícia pelos problemas éticos da classe política.

Tudo o que nos resta agora é aguardar o ano terminar e, como resultado das diversas CPIs (comissões) e eliminação da mídia pública, uma nova política que trarão seus ideais por cimboiro. E, com o País mais saneado, chegaremos às eleições de 2006 sabendo um pouco melhor, em que terreno estamos pisando.

Alcides Amaral, jornalista, ex-presidente do Citibank S/A, é autor do livro *De Limões da Minha Limona* (Editora Cultura). E-mail: alcides.amaral@uol.com.br

vez de ser o centro da crise, quando o real, até então engessado por uma política cambial errônea, começou a flutuar. Graças à nova realidade cambial, as coisas começaram a ajustar-se ao longo do ano, sem os traumas imaginados. Anos difíceis para o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, pois problemas externos, aliados a algumas fragilidades internas, deixaram o crescimento da economia a desejar.

Depois do ano conturbado das eleições de 2002, o governo Lula tomou posse em 2003 e, enquanto dava continuidade à política econômica do Plano Real, via o cenário internacional evoluir de forma bastante positiva. As crises cessaram, o mundo começou a crescer com maior intensidade e nós acompanhavam esse progresso. Embora com desempenho sempre inferior à média dos países emergentes, o fato é que, devido à evolução da nossa área agrícola e das exportações, o crescimento da nossa economia (4,9% em 2004) passou a ser maior. Significativo se compararmos com nosso passado de mais de 20 anos. Neste ano, em razão da alta carga tributária, que inibe os investimentos, e da política monetária extremamente austera, estamos crescendo, mas, uma vez menos do que o mundo emergente, mas, ainda assim, nosso PIB deverá evoluir entre 3% e 3,5%. Como se vê, tínhamos tudo para dar a arrancada para o crescimento sustentado: com a economia internacional em expansão, isso, dependia apenas de nós mesmos.

Infelizmente, devido a um “projeto de poder”, em vez de um “projeto de governo”, o PT está querendo pôr tudo a perder. O partido, cuja palavra de ordem, quando oposição, era a ética, mostrou que, quando governo, a história é bem diferente. A ética foi simplesmente ignorada. De acordo com as denúncias que surgem a cada novo dia, a corrupção via “caixa 2”, “mensalão”, etc., correu solta, atingindo o partido, a classe política instalada em Brasília e chegando bem perto do presidente da Repúblia. Segundo o atual presidente do PT, Tarso Genro, o partido funcionava como embaixada de “ministério sem pasta”, talas as suas ligações, formais e informais, com o Planalto. O que levou o ex-governador do Rio de Janeiro Anthony Garotinho a afirmar: “Não sou idiota, só acreditar que o presidente não sabia o que estava acontecendo.”

Embora a dúvida permaneça na cabeça de alguns, a verdade é que nada foi provado contra o presidente Lula. Em pronunciamento recente à Nação, o chefe do governo afirmou: “Fui traído.” E pediu des-

22/08/05

Alcides Amaral

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA). Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, de 19 de agosto de 2005, escrito pela jornalista Eliane Cantanhêde, intitulado “Essas elites...”.

O artigo comenta a entrevista feita com o irmão do Presidente Lula, o mestre-de-obras Jackson Inácio da Silva. Segundo a opinião dele “essas elites são assim mesmo, golpistas e cínicas, sempre se aproveitando de um momento de fragilidade do governo para criticar o Lula, que é nordestino, foi retirante, operário

de fábrica e de esquerda”. Pelo visto, essa mania de colocar a culpa de tudo na elite é de família.

Sr. Presidente requeiro que o artigo citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Folha S. Paulo 19/08/05

ELIANE CANTANHÊDE

Essas elites...

BRASÍLIA - O mestre-de-obras Jackson Inácio da Silva, 51, está bravo com um dos seus 15 irmãos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

“Se meu pai fosse vivo, dava um tapa no pé da orelha dele, para ser mais vivo”, declarou Jackson à repórter Mariana Campos, da Agência Folha, numa conversa em cima do telhado da casa em que está trabalhando.

“Falar que ele [o presidente] não sabia de nada é muita ingenuidade”, opinou, dizendo que Lula “tem uma vida” com Zé Dirceu, Genoino, Duda Mendonça e Delúbio Soares.

Recorrendo a uma metáfora bem ao gosto do irmão presidente, comparou: “Uma namorada pode me trair um mês, mas, se ela me trair uma vida inteira, um dia eu vou saber”.

Pois é. Essas elites são assim mesmo, golpistas e cínicas, sempre se aproveitando de um momento de fragilidade do governo para criticar o Lula, que é nordestino, foi retirante, operário de fábrica e de esquerda.

Só porque a turma toda era unha & carne com ele, à exceção de Duda, que entrou na história depois de lon-

ga parceria com Maluf, já ficam imaginando por aí que o presidente sabia como as coisas vinham sendo feitas.

Assim, não dá. Lula já disse que o governo, o partido e os que erraram devem pedir desculpas à nação. O PT já seguiu o conselho. Agora, o que essa elite quer mais?

Jackson quer que a nação perdoe o seu irmão. Aliás, é exatamente nisso que o Planalto e o novo “núcleo duro” do governo vêm trabalhando. Enquanto os líderes políticos se digladiam num Congresso que gira em torno de CPIs e de denúncias, Lula deve dar boas notícias, liberar verbas, anunciar obras e sair de Brasília.

Como não há base para o impeachment e ninguém quer isso, a oposição se encarrega de monitorar os sinais vitais do governo e bate na medida para lhe garantir sobrevida até o fim deste mandato. Lula está livre, portanto, para canalizar sua energia para as ruas. Ou seja: para o eleitor de 2006, que vai decidir a reeleição. Optimista, esse irmão do Jackson.

@→ elianec@uol.com.br

O SR. SÉRGIO GUERRA (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar artigo de autoria do jornalista Clóvis Rossi intitulado “O Projac de Lula”, publicado no jornal **Folha de S.Paulo**, edição de 19 de agosto do corrente.

O artigo destaca que o Presidente Lula passou de líder das massas para líder de uma espécie de Projac, cidades cenográficas que o fazem sentir no meio do “povo”. Segundo o autor, o Projac para Lula é armado da seguinte maneira: “escolhe-se uma cidade média ou pequena, de preferência nos arrabaldes. Nessas

áreas, autoridades de grosso calibre são sempre atração, até turística, tão raras as chances de a população local vê-las ao vivo”.

Concluindo, Sr. Presidente, requeiro que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O Projac de Lula

SÃO PAULO - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva passou de líder de massas ao confinamento a uma espécie de Projac, cidades cenográficas montadas para que ele possa sentir-se no meio do “povo”.

Pena que o “povo”, na verdade, seja constituído, essencialmente, pelo que os mexicanos chamam de “acarreados”, a gente arrebanhada pelos manda-chuvas locais para fazer de conta que é um ato de massas, método levado à perfeição nos 70 anos de domínio do PRI (Partido Revolucionário Institucional).

O Projac para Lula é armado assim: escolhe-se uma cidade média ou pequena, de preferências nos arrabaldes. Nessas áreas, autoridades de grosso calibre são sempre atração, até turística, tão raras as chances de a população local vê-las ao vivo.

Acrescente-se o ponto facultativo, para liberar os funcionários públicos e as crianças das escolas estaduais e/ou municipais. Ponha-se ônibus à disposição do “povo” (em Vitoria da Conquista, anteontem, foram 36).

Pronto: o Projac parece um banho de multidões.

Será que o presidente se arriscaria a deixar os Projacs que lhe oferecem para caminhar pela praça da Sé, em São Paulo, pela Candelária, no Rio, pelas chamadas “bocas malditas” de Curitiba, Florianópolis e Belo Horizonte? Ou, para ficar no Nordeste, a área em que sua popularidade ainda é comparativamente maior, será que se animaria a descer às ladeiras do Pelourinho? Não dá nem para pensar em fazer esse teste, porque o risco de um vexame descomunal é explosivamente elevado.

Na prática, o presidente está exilado em seu próprio país, além de isolado de sua própria história de vida, na medida em que os amigos desinteressados debandaram ou foram afastados (Frei Betto, José Graziano, Ricardo Kotscho, Oded Grajew, mesmo Guido Mantega, ainda presidente do BNDES, mas em outra cidade).

Sempre se pode voltar do exílio, mas nunca se é o mesmo.

@→ crossi@uol.com.br

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para fazer o registro do artigo intitulado “Governo Zumbi”, de autoria do jornalista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S.Paulo** em sua edição de 07 de agosto do corrente.

Como disse o Senador Aloízio Mercadante, líder do governo no Senado, a respeito do PT: “o partido está na situação de quem sofreu um acidente de carro em que morrem várias pessoas da família. Uma

tragédia. Você chora muito. Mas tem que enterrar os parentes”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Governo zumbi

SÃO PAULO — *A presente crise é a primeira crise on-line da história, o que traz a vantagem de um fluxo ininterrupto de informações, mas a desvantagem de tirar a perspectiva.*

Dá a sensação de que a crise tem que ser resolvida a cada 24 horas, como se não houvesse antecedentes nem consequências dos fatos que vão ficando expostos.

Exemplo: quando do duelo Roberto Jefferson x José Dirceu, muita gente acreditou que ali se daria a bala de prata em um dos dois. Como não houve (nem era para haver mesmo), ficou a sensação de empate.

Não é assim. Olhando para trás e encadeando os fatos, o que se tem é, entre tantas outras coisas, uma baita anomalia: um governo fantasma!

Governos, nas democracias normais, devem ser constituídos por partidos políticos. O governo Luiz Inácio Lula da Silva, hoje, é constituído por um partido que virou zumbi e busca sua refundação, não dizer de seus próprios líderes atuais.

Quem precisa ser refundado é porque está em estado de suspensão inanimada, certo?

Ou, como prefere o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, o partido está na situação de quem sofreu “um acidente de carro em que morrem várias pessoas da família. Uma tragédia. Você chora muito. Mas tem que enterrar os parentes”.

Faltou dizer que os “parentes” são quase toda a cúpula do partido mais dois ex-líderes no Congresso.

Governos, nas democracias normais, podem formar coalizões. Como o PT as formou. Quem são os demais membros da coalizão que governa o pobre país tropical? O “exército” de mercenários, conforme a precisa definição de Roberto Jefferson.

São os partidos cujos líderes foram comprados pelo pessoal que morreu no desastre de Mercadante, mas ainda não foi enterrado.

É ou não um governo zumbi?

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, venho mais uma vez a esta tribuna para continuar tratando do destaque dado pela imprensa à crise política que o país enfrenta atualmente, fruto das denúncias de corrupção no governo do Partido dos Trabalhadores.

Sr. Presidente, para não me alongar, requeiro que as matérias abaixo relacionadas, publicadas pela

revista **Veja** do último dia 24 de agosto do corrente, sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



DENÚNCIAS ATINGEM PALOCCI

A economia agüenta sem ele?

EXCLUSIVO

W - E terça e segunda está previsto um encontro né do gigantão com o Mestre.
 R - Ah!, vai ser segunda?
 W - Aqui no Rio.
 R - O Mestre vai estar ai segunda?
 W - É, segunda feira, porque a CVM, a nova presidência da CVM vai aproveitar e ter uma agenda programada para, é.

**Buratti agendava encontros da Mafia
do Lixo com Palocci já ministro**

Brasil

A CRISE DOS 100 DIAS

Alenta agonia do governo Lula começou há 100 dias, com a entrada em cena nacional de um funcionário dos Correios embolsando uma propina de 3.000 reais. Desde então, a crise se aprofunda sempre muito além dos limites imaginados pelo mais cínico dos observadores. O escândalo tragou quase todos os auxiliares mais próximos do presidente. Na semana passada, com o envolvimento de Antonio Palocci, ministro da Fazenda, a crise atingiu o que, em circunstâncias normais, se poderia dizer

O CHAVÃO FAZENDO A COISA CERTA NESTE DIA
QUE ESTAMOS VIVENDO
É UMA FOLGADA DA VIDA
DE ALGUÉM A CEGUEIRA
NÃO PODE FAZER PÂNICO

que foi o fundo do poço. Mas não se subestime a capacidade do governo de se enredar de maneira ainda mais inescapável a cada dia. A economia deu um soluço na sexta-feira passada com as ondas de choque que atingiram Palocci. Mesmo assim não houve pânico.

Uma reportagem desta edição mostra que a economia se assenta sobre o tripé da abertura para o exterior, das conquistas institucionais e da enorme liquidez internacional. A combinação desses três fatores é capaz de fazê-la resistir a uma eventual troca de comando no ministério brilhantemente conduzido até agora por Palocci. Exagero? Talvez. Mas é bom lembrar que a estabilidade econômica no Brasil resistiu até mesmo à troca de partidos e de presidentes em 2003.

- A POLÍCIA GRAMPEIA EX-ASSESSOR DE PALOCCI E DESCOBRE QUE ELE AGENDAVA ENCONTROS COM O MINISTRO DA FAZENDA
- MESMO COM A CRISE ENGOLFANDO O MINISTRO PALOCCI, A ECONOMIA DÁ MOSTRAS DE QUE PODE RESISTIR
- O DOLEIRO TONINHO DA BARCELONA RESPONDE A PERGUNTAS DE VEJA POR ESCRITO E REVELA QUE O PT TRANSACIONAVA FORTUNAS EM DÓLARES

A HORA DO
ADEUS?

Lula acena para simpatizantes: o presidente tenta manter a rotina

PALOCCINA LINHA DE TIRO

GRAMPOS TELEFÔNICOS REVELAM QUE ROGERIO BURATTI, O EX-Secretário que ACUSOU PALOCCI DE RECEBER PROPINA DE EMPRESAS DE LIXO, FAZIA LOBBY NO GABINETE DO MINISTRO DA FAZENDA: SABIA QUEM SE REUNIA COM O MINISTRO E MARCava ENCONTROS PARA EMPRESÁRIOS!

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, caiu no olho do furacão da crise política que ameaça a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Num depoimento à polícia e ao Ministério Público de São Paulo, o advogado Rogério Buratti, ex-secretá-

rio de Governo da primeira gestão de Palocci como prefeito de Ribeirão Preto (1993-1996), acusou-o de receber um mensalão de 50 000 reais de uma máfia de empresas que fraudavam licitações públicas de coleta de lixo em prefeituras de São Paulo e Minas Gerais. Os fatos relatados por Buratti referem-se a eventos que precedem a chegada do PT ao governo federal. Mas VEJA teve acesso a documentos, e-mails e gramos telefônicos, colhidos pela Justiça em quase dois anos de investigação, que contêm indícios graves do envolvimento de Palocci, já ministro, com Buratti e sua turma.

As gravações legais, quase todas feitas pela interceptação de conversas de Buratti com empresários, mostram que o ex-assessor

BURATTI, EX-ASSESSOR DE PALOCCI, AGENDAVA ENCONTROS DA MÁFIA DO LIXO COM O MINISTRO

É o que mostram diálogos telefônicos entre integrantes da quadrilha, gravados a pedido do Ministério Pùblico no ano passado e obtidos com exclusividade por VEJA. Neles, Palocci é chamado de "mestre" e "chefe"

"DECLARAÇÃO INFELIZ"

6 de julho de 2004

A conversa entre Buratti (R) e Enio (M) (ainda não identificado) ocorreu quatro meses depois de Buratti ter sido acusado de envolvimento no escândalo Waldomiro Diniz. Na ocasião, o ministro Antonio Palocci declarou em entrevistas que, desde 1994, quando Buratti foi demitido da secretaria de Governo da prefeitura de Ribeirão Preto, não tinha "relação de amizade nem relacionamento profissional" com ele

M - Na época...
 R - Mas a bem da verdade, o que que aconteceu; Ah eu tenho mais aqui, eu tô pagando pedágio aqui; ai na verdade o que que acontece, eles trataram do assunto dentro da lógica jornalística, denunciante e o cacete, fundada né, na hora que eu apareci na jogada e com Palocci no Ministério deu aquela declaração infeliz de que não sabia quem eu era, que eu tinha sido funcionário dele, servido ao lado dele e que tinha sido demitido num episódio ruim, assim dizia a nota e que de lá pra cá ele nunca mais me viu? Ai que que os caras pensaram, vamos atrás, né? tem coisa ai, né? Ai...
 M - Deixa eu te contar isso aqui, porque, tinha o que duas semanas que os caras tava na "ordem" eu comentei com o Jucelino, foi na época justamente na época que ele veio pra lá, falei o meu, mas esse papo de vocês começaram dizendo aí que o Palocci mal conhecia, mal conhecia o Rogério é complicado, né?
 R - É.
 M - Porque eles começaram mais ou menos assim, né?
 R - É, é.

...., 12 horas
 Quem fala? ..., oi..., oi..., estou.

É o Luiz, está me ouvindo, ..., tudo bem, está me ouvindo bem agora, o doutor estamos com um problema, aqui na receita federal, não sei se a Rosangela chegou comentar contigo, é o seguinte apontaram uma dívida pra nos do ano de noventa e nove que nunca existiu, ai o que que acontece, nos informamos no processo, só que o processo foi encaminhado para a Procuradoria, no Ministério da Receita Federal, e agora isto está aqui desde o dia treze e este caras não fazem o cancelamento para liberar nossa certidão e eu estou aqui pessoalmente para conversar com o procurador chefe e este cara é irredutível, será que você não conseguiria "inadie" alguém para dar uma fonada aqui.

Ah! Sei, sei, sei,..., pode ser, qual que é a urgência?

A urgência é que tem uma licitação amanhã, aqui em Ribeirão, a "seção" de manhã né?

"FONADA" PARA A RECEITA

27 de maio de 2004

Luiz (L), empresário de Ribeirão ainda não identificado, pede a interferência de Buratti (R) para resolver um problema na Receita Federal. Na qualidade de ex-funcionário da empresa Leão&Leão, Buratti, desempregado na ocasião, não deveria ter nenhuma influência no órgão federal

oferecia encontros com o ministro. Muitos deles, efetivamente, ocorreram. As conversas dão conta ainda de que integrantes da Máfia do Lixo resolviam seus problemas usando a própria estrutura do Ministério da Fazenda. Há mais. Em um e-mail, Juscelino Dourado, atual chefe-de-gabinete de Palocci, pede, em nome do "chefe", ajuda de Buratti para comprar um aparelho de espionagem telefônica. O conjunto de provas colhidas pela polícia e pelo Ministério Pùblico é tão poderoso que os promotores do caso já decidiram enviá-las ao Supremo Tribunal Federal, instância do Judiciário responsável pela investigação e pelo julgamento de ministros.

... preços ...
 no preço; Que, não houve qualquer acordo; Que, mesmo assim, já na execução do serviço, sempre havia uma contribuição financeira mensal em que a empresa dava ao prefeito, girando em torno de R\$50.000,00 mensais, que eram dados ao prefeito; Que, esse dinheiro era entregue ao Secretário da Fazenda, Ralf Barquete, e pela amizade que eu tinha com o Ralf sei que ele repassava o dinheiro ao diretorio nacional ...

nacional do PT, com autorização do prefeito Palocci; Que, o tesoureiro do PT era o Delúbio e pelo que sei o dinheiro era entregue ao Delúbio, deixando claro que é um conhecimento que tenho pela amizade com Ralf, que me confidenciava esses fatos; Que, esse dinheiro foi pago mensalmente durante toda a gestão do prefeito Palocci na Prefeitura de Ribeirão Preto, ou seja, durante dois anos; Que, quem indicou Ralf para receber esse dinheiro foi o próprio prefeito Palocci, à empresa Leão e como eu integrava a diretoria tinha conhecimento; Que, o Ralf apanhava o dinheiro na tesouraria da empresa, sendo que a pessoa que entregava era o gerente financeiro da época, ressaltando que era somente o entregador, não tendo qualquer

L-

P - quando o LUIZ CLAUDIO desocupar eu marco e a gente conversa né?

P - Ah tá legal!

R - Agora, só sobre o negócio de Brasília, eu conversei com ELE e ELE vai estar em Ribeirão amanhã né? ELE vai marcar, eu só acho que é interessante você dar uma ligada para o chefe de gabinete.

"ELE"**26 de julho de 2004**

O interlocutor de Buratti (R) é um funcionário (P) da empresa Leão&Leão. Luiz Cláudio, diz o MP, é Luiz Cláudio Leão, um dos donos da empresa Leão&Leão. Tudo indica que "ele", novamente, é Palocci. O ministro compareceu a um seminário em Ribeirão no dia seguinte ao diálogo, o que confirma que Buratti falava diretamente com Palocci

W - E terça e segunda está previsto um encontro né do gigantão com o Mestre.
R - Ah!, vai ser segunda?
W - Aqui no Rio.
R - O Mestre vai estar ai segunda?
W - É, segunda feira, porque a CVM, a nova presidência da CVM vai aproveitar e ter uma agenda programada para, é.

"MESTRE"**7 de junho de 2004**

Nesta vez, o interlocutor de Buratti (R) é Wladimir Poleto (W), ex-funcionário da prefeitura de Ribeirão Preto. O "Gigantão" não está identificado. O "mestre", no entanto, diz o MP, é Palocci. O ministro esteve de fato no Rio no dia 7 de junho de 2004, participando da cerimônia de posse da nova presidência da CVM

A GÊNESE DO MENSALÃO

**Em depoimento ao MP
(veja trecho ao lado),**

Buratti diz que a propina de 50 000 reais foi paga todo mês ao PT durante dois anos.

Ou seja, a cifra total poderia atingir 1,2 milhão de reais. A quantia saia de Ribeirão Preto e tinha como destino o Diretório Nacional do partido.

Leia-se: o ex-tesoureiro Delúbio Soares

Quase todos os gramos envolvem o próprio Buratti, preso na quarta-feira passada por tentar destruir provas das investigações. Em um deles, um empresário de Ribeirão Preto, ainda não identificado pelo Ministério Público, pede a interferência de Buratti para resolver um problema na Receita Federal. Como sua empresa não estaria conseguindo obter uma certidão negativa de débito, necessária para participar de uma licitação em Ribeirão Preto, o empresário solicita ao ex-assessor de Palocci que interceda junto ao órgão e à Procuradoria-Geral da Fazenda para que o documento saia. "Estamos com um problema aqui na Receita Federal. Será que você conseguiria alguém para dar uma fonada aqui?", pergunta o empresário. "Sei, qual é a ur-

gência? É que eu não tenho como falar com ele hoje", responde Buratti.

Ao delegado e aos promotores que o ouviram na semana passada, Buratti reconheceu que as expressões "ele", "mestre" e "chefe", utilizadas nas conversas grampeadas pela polícia, se referem ao ministro Palocci. Em outros diálogos interceptados, Buratti demonstra conhecer a agenda do ministro e organiza estratégias para encontrar-se ou comunicar-se com ele sem chamar atenção. Em um desses diálogos, datado de 26 de julho de 2004, Buratti conversa com um funcionário da Leão&Leão, uma empresa sediada em Ribeirão Preto, especializada em prestar serviços de construção e limpeza pública. A Leão&Leão, que já foi presidida por Buratti, é acusada de li-

derar a quadrilha do lixo que fraudou licitações em várias cidades de São Paulo e Minas Gerais. "Sobre o negócio de Brasília, eu conversei com ele. E ele vai estar em Ribeirão amanhã", disse Buratti ao funcionário. No dia seguinte, efetivamente Palocci participou de um seminário na cidade. Não foi a primeira vez que Buratti se viu flagrado usando sua proximidade com Palocci para obter ou oferecer vantagens. Também no ano passado, ele foi surpreendido oferecendo a Edson Menezes, presidente do Banco Prosper e da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, um encontro com Palocci. O diálogo, transscrito pelo jornal *Folha de S.Paulo*, ocorreu em 3 de julho de 2004. Menezes foi recebido no gabinete do ministro da Fazenda três meses depois.

Somados ao depoimento de Buratti, os grampos compõem um conjunto de indícios que fere profundamente a imagem de Palocci, fiador da estabilidade e referência internacional da eficiência da política econômica brasileira. Após ser preso, Buratti aceitou um acordo de delação premiada, que prevê redução de pena caso seja condenado e suas declarações sirvam às investigações. Suas informações, embora não devam ser tomadas como condenação, são pistas claras de malfeitorias envolvendo o ministro. "As declarações de Buratti são consistentes com as provas documentais que já obtivemos", diz o delegado Antônio Valencise, da seccional de Ribeirão Preto.

O suposto pagamento de um mensalão de 50 000 reais ao então prefeito Palocci, entre 2000 e 2002, teria sido recebido por Ralf Barquete, na ocasião secretário de Finanças de Ribeirão Preto. Este, por sua vez, "com a autorização de Palocci", segundo Buratti, repassava o dinheiro a Delúbio Soares, tesoureiro do PT. Barquete morreu em julho de 2003, vítima de câncer, depois de ocupar o cargo de consultor da presidência da Caixa Econômica Federal. De acordo com Buratti, o vice de Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto herdou o esquema quando o titular assumiu o Ministério da Fazenda, em 2003. Buratti não se limitou a falar sobre a Máfia do Lixo. Protagonista de outro escândalo — o de Waldomiro Diniz —, ele também diz que os donos de casas de bingo fizeram contribuições ilegais à campanha presidencial de Lula, em 2002. Segundo ele, dois

grandes grupos da área de jogos — um do Rio, outro de São Paulo — fizeram doações de vulto ao candidato do PT à Presidência. Buratti não soube, ou não quis dizer, os nomes dos empresários que as efetuaram. Mas revelou que o valor da contribuição do grupo paulista foi de 1 milhão de reais. O responsável pela coleta em São Paulo teria sido (novamente) Barquete. Vale lembrar que Palocci foi o coordenador da campanha de Lula após a morte do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel. De acordo com Buratti, o dinheiro dos bingos foi entregue ao comitê financeiro da campanha de Lula, na sede nacional do PT, em São Paulo.

O interesse dos empresários do ramo de jogos seria a aprovação, caso Lula fosse eleito, da "regulamentação" do bingo no Brasil. Os bingos começaram a funcionar no país em 1993, amparados pela Lei Zico. Em 2001, uma lei de autoria do senador Maguito Vilela revogou a legislação e os colocou na clandestinitade. Até hoje, esses estabelecimentos atuam longe dos olhos da Receita Federal.

O PRÊMIO DA DELAÇÃO

Após implodir o governo com novas denúncias, Rogério Buratti foi libertado em Ribeirão Preto

Em alguns estados, como o Paraná, a prática continua proibida. Em outros, o poder público é mais condescendente e faz vista grossa. No início de 2004, às vésperas do escândalo envolvendo Waldomiro Diniz, assessor

parlamentar do então ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, o governo tinha pronta uma medida provisória regulamentando o jogo. A eclosão das denúncias contra Waldomiro fez o presidente Lula arquivar a ideia.

Palocci estava no Rio quando as primeiras informações sobre o depoimento de Buratti foram divulgadas. Num primeiro momento, tentou mobilizar seus colegas de governo para brechar a divulgação. Márcio Thomaz Bastos, ministro da Justiça, fez um apelo, por telefone, à Procuradoria de Justiça de São Paulo. Pediu que a divulgação fosse suspensa porque os poucos dados vazados já haviam estremecido os mercados. Seu apelo foi rejeitado. Mais tarde, Palocci divulgou uma nota sobre o assunto. Negou ter recebido o mensalão quando exercia o cargo de prefeito de Ribeirão Preto e que seu então assessor Ralf Barquete recebesse recur-

desta Comarca, às perguntas da Autoridade, respondeu: Que, em relação à exploração de bingos no país, tenho conhecimento de que houve duas contribuições em 2002 para a campanha do presidente Lula, efetivadas por dois grupos, sendo um do Rio de Janeiro, cujo nome desconheço, entretanto são várias empresas desse ramo e outro grupo de empresas do mesmo ramo localizadas no Estado de São Paulo; Que, tenho conhecimento que o grupo de São Paulo ofereceu um milhão de reais e não sei o montante oferecido pelo grupo do Rio de Janeiro, porém, acredito que seja em torno de um milhão de reais ou mais; Que, no Estado de São Paulo sei que Ralf Barquete não recebeu pessoalmente o dinheiro, entretanto, a contribuição foi encaminhada.

BINGOS NA CAMPANHA DE LULA

Rogério Buratti relatou que dois grupos que exploraram casas de bingo no país contribuíram para o caixa dois da campanha de Lula em 2002. Um era de São Paulo e outro do Rio de Janeiro. Cada uma das facções teria colaborado com 1 milhão de reais

sos para ser repassados ao Diretório Nacional do PT. O ministro também criticou a forma como foram divulgadas as declarações dadas por Buratti. Os promotores paulistas responderam ao ministro. Disseram, também em nota, que o inquérito não está sob segredo de Justiça e que, num regime democrático, o público deve ter acesso a investigações como essa. Não foi o primeiro confronto entre Palocci e os investigadores da Máfia do Lixo. Há alguns meses, já preocupado com o teor das investigações, o ministro e Juscelino Dourado, seu chefe-de-gabinete, pediram um encontro informal com a cúpula da Procuradoria de Justiça paulista para saber se as investigações os atingiam. Eles se reuniram na Base Aérea de Cumbica, em São Paulo, com um procurador e um promotor. Palocci e Dourado ouviram que, embora houvesse indícios generalizados de crime, eles não eram suficientes para comprometer o ministro e o assessor. Os investigadores, no entanto, disseram a eles que um documento chamava atenção: um e-mail no qual Dourado, em nome do "chefe", pedia a Buratti que compre um aparelho para grampear telefones celulares. Na sexta-feira, depois do depoimento de Buratti, a Procuradoria mudou de idéia quanto ao envolvimento de Palocci. Vai encaminhar ao Supremo Tribunal Federal a parte do inquérito que julga comprometer o ministro.

Assessor parlamentar de José Dirceu e de João Paulo Cunha nos anos 80, Buratti tornou-se secretário de Governo na primeira gestão de Palocci na prefeitura de Ri-

beirão Preto (1993-1996). Em 1994, foi demitido após ser flagrado em uma gravação pedindo propina a um empresário. Buratti, então, passou a trabalhar, primeiro como consultor, depois como presidente, no grupo Leão&Leão, a principal empresa envolvida na quadrilha do lixo. Ele saiu da firma em 2004, mas continuou prestando a ela (e à quadrilha) relevantes serviços. Em seu depoimento, Buratti detalhou a rede de favorecimento a prefeitos de cidades do interior comandada pela Leão&Leão. "Quando a empresa se sagrava vencedora, combinava-se com o prefeito, anteriormente, uma forma de contribuição financeira, que poderia significar entre 5% e 15% do valor do contrato firmado", disse Buratti. Cabia aos prefeitos conseguir junto a determinadas empresas o fornecimento de notas fiscais frias para que a Leão&Leão lançassem na sua contabilidade o pagamento da propina. Palocci é apenas um dos prefeitos apontados por Buratti como

O OPERADOR

Waldomiro Diniz intermediava os contatos entre o PT e os donos de bingos. Operou no governo Lula para legalizar o jogo no Brasil

O CHEFÃO

Dirceu chefiava Waldomiro e controlava Delúbio, gestor do esquema petista de arrecadação

participantes do esquema. Havia pelo menos outros sete.

O depoimento joga luz sobre um dos mais escandalosos esquemas de fraude em licitações públicas no Brasil: o da Máfia do Lixo na prefeitura de São Paulo. Buratti já era investigado desde o ano passado pelo Ministério Públco estadual, que suspeitava da participação do advogado nessa operação. Foi possível desvendar uma rede armada para fraudar a concorrência, que previa contratos de coleta de lixo no valor de 10 bilhões de reais por um prazo de vinte anos. Segundo o Ministério Públco, uma das pessoas com participação decisiva nos contratos era Valdemir Garreta, então secretário de Abastecimento e Projetos Especiais da prefeitura, na gestão de Marta Suplicy — também mencionado nos diálogos captados por escuta telefônica. Buratti, no depoimento, disse que, em relação à cidade de São Paulo, “no tocante a licitações de concessão de lixo (...) havia um acordo no mercado entre as grandes empresas”. Por esse acordo, não haveria “contribuição” (leia-se pagamento de propina mensal) para a prefeitura, mas “as empresas sempre colaboravam nas eleições” — ou seja, pagavam de uma só vez.

Por que Buratti resolveu entregar todo o esquema? Segundo o promotor Sebastião Sérgio da Silveira, foi a exposição na mídia que o fez tomar essa decisão. “Ele disse que não admitia ser mostrado pela imprensa como o único bandido da história, e reclamou que se sentia isolado, abandonado pelos parceiros.” O fato é que suas revelações foram consideradas extremamente esclarecedoras. A ligação entre Buratti e Palocci já havia sido reforçada no início da semana passada, quando foi revelado que o advogado ligou diversas vezes de sua casa em Ribeirão Preto para a residência do ministro em Brasília. Palocci afirma que as mulheres de ambos são amigas, o que explicaria os telefonemas.

Desde o início da Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, o ministro Antonio Palocci projetou a imagem de uma fortaleza inexpugnável de sobriedade num mar de ineficiência e insensatez. Ex-militante da Libelu (Liberdade e Luta), movimento radical de tendência

POR QUE A ECONOMIA PODE RESISTIR

trotskista, despiu-se, à frente da economia, do esquerdismo infantil de seus colegas. Converteu-se num defensor do equilíbrio fiscal e do controle rigoroso da inflação. Ao reciclar-se ideologicamente, reconquistou a confiança dos mercados no primeiro ano de governo petista e, nos últimos meses, impediu que o escândalo político contaminasse a economia. Na semana passada, os ventos viraram contra a direção de Palocci.

Senadores da oposição acham que o ministro terá de dar nesta semana explicações convincentes de sua inocência. "Isso já é assunto em Wall Street e na City londrina. A solução tem de ser rápida, sob pena de contaminar a economia", diz o senador Arthur Virgílio, líder do PSDB. O ministro deve ser convocado para depor em uma das CPIs se não convencer os senadores. Já há um requerimento nesse sentido na CPI dos Bingos, onde a animosidade contra o governo é maior. A maioria dos líderes acredita que Palocci dificilmente conseguirá manter-se no cargo sem passar pelo constrangimento de um depoimento em CPI. Diz o senador José Agripino Maia, líder do PFL: "Criou-se um clima de que, se ele cair, a economia vai pelo ralo, mas não é verdade. Os fundamentos estão bons e os agentes econômicos estão maduros o suficiente para segurar o tranco". ■

No mercado financeiro, o depoimento de Rogério Buratti provocou uma das maiores comoções desde o início da crise do governo Lula. Na sexta-feira, o dólar chegou a subir 4% e a bolsa, no momento mais tenso do dia, caiu mais de 2,5%. A razão óbvia para essa reação é que o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tem sido, desde o início do governo Lula, o grande fiador da política econômica. Vê-lo envolvido no escândalo de corrupção que assombra o país há três meses alimenta o pesadelo de que a crise, até o momento circunscrita à política, contamine a economia. Mesmo assim, a turbulência de sexta-feira ficou muito longe do último terremoto financeiro que abalou o país, em 2002. No segundo semestre daquele ano, a insegurança em relação ao resultado da eleição presidencial catapultou o dólar a quase 4 reais e o risco Brasil ultrapassou a barreira dos 2 000 pontos. Na semana passada, o dólar fechou em 2,45 reais (alta de 2,9%, a maior desde maio de 2004) e o risco Brasil, com elevação de 2,7%, fechou em 419 pontos.

Há vários fatores que separam a realidade de hoje da extrema insegurança de três anos atrás – e, em seu conjunto, eles indicam que a economia brasileira poderá resistir sem maiores estragos a uma eventual queda de Palocci. O Brasil teve uma virada espetacular nas contas externas, o que o deixa protegido contra crises mundiais. A relação entre dívida externa líquida e exportações, que era de 2,7 em 2002, está abaixo de 1,5. Também a proporção entre a dívida pública e o PIB, que ul-

trapassou 60% em 2002, recuou e deve fechar o ano em torno de 52% do PIB. Trocando em miúdos, isso significa que o país melhorou sua capacidade de honrar seus compromissos. "É isso que, no fim das contas, dá confiança ao investidor estrangeiro", resume o sócio-diretor da GAP Asset Management, Emmanuel Pereira da Silva. Além disso, a soma das importações com as exportações está atingindo 30% do PIB. Isso quer dizer que o grau de abertura da economia brasileira é de tal ordem que torna extremamente difícil uma guinada nos seus rumos.

Também é preciso considerar que a extrema liquidez internacional faz com que os investidores estrangeiros fiquem menos assustadiços com os solavancos internos do Brasil. Por último, deve-se levar em conta que a sociedade brasileira, que elegeu Lula com 53 milhões de votos sob a condição de que ele renunciasse às tentações da esquerda populista, já não permite que aventureiros arruinem a estabilidade duramente conquistada com o Plano Real. Não há, portanto, razão para pânico.

Lucila Soares

SEGREDOS DO

ARQUIVO VIVO

Toninho da Barcelona
afirma que o PT tem
conta secreta no
exterior e revela o
caixa dois do partido

339/13
Bem trocas de trocavam, porem com a
proximidade das eleições tornaram-se cada
que díárias, envolvendo quantias entre 50 e
50 mil dólares. Isso nos meses

O DOLEIRO

Da semana passada, doze parlamentares da CPI dos Correios desembarcaram em São Paulo para ouvir o doleiro Antonio Oliveira Claramunt, o Toninho da Barcelona. Durante quatro horas, o doleiro procurou atigar o apetite da CPI para negociar uma delação premiada, instituto pelo qual um criminoso conta o que sabe em troca de uma redução de sua pena. Toninho da Barcelona cumpre 25 anos de prisão na penitenciária de Avaré, a 258 quilômetros de São Paulo. Aos parlamentares da CPI, ele contou que conhecia detalhes das operações financeiras do PT para o exterior, disse que sabia de remessas feitas pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e pelo presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, e indicou que o MTB Bank, caixa bancária de Nova York, era o epicentro da lavagem de dinheiro. No depoimento, no qual chorou várias vezes, o doleiro disse ainda que a corretora Bônus Banval, de São Paulo, operava para o ex-ministro José Dirceu e era uma das fontes de pagamento do mensalão.

No dia seguinte, Toninho da Barcelona concordou em dar uma entrevista à VEJA, por escrito. Ele recebeu uma lista com vinte perguntas da revista e levou duas horas para manuscritar as respostas, que ocupam treze folhas de ofício.

O que o doleiro disse
Durante a campanha de 2002, o PT chegou a trocar dólares em ritmo quase diário, em operações cujo valor variava entre 30.000 e 50.000 dólares

O que é PREMISO APRENDER
De onde saiam os dólares que abarratavam os cofres do PT? Vinham de fora do país? Um caminho é tomar o depoimento do deputado Deonir Ribeiro e assessores. As trocas de dólares por reais eram feitas em seu gabinete, na Câmara dos Vereadores de São Paulo.

Policarpo Junior

Antonio Oliveira Claramunt

Suas revelações ajudam a desvendar o tesouro milionário do PT no exterior e mostram que:

- O PT tinha conta clandestina no exterior, operada pelo Trade Link Bank, uma offshore vinculada ao Banco Rural e sediada nas Ilhas Cayman. Quando o PT queria sacar recursos do Trade Link para usá-los no Brasil, o doleiro acionado era Dario Messer, do Rio de Janeiro.
- Dario Messer recebia os dólares petistas em sua offshore no Panamá e entregava ao PT o correspondente em reais no Banco Rural, sediado em Belo Horizonte.
- Os cofres do PT viviam abarrotados de dólares. Em 2002, no auge da campanha presidencial, a casa de câmbio do doleiro, a Barcelona, chegou a fazer trocas de moeda em ritmo quase diário.
- As trocas, em valores que oscilavam entre 30 000 e 50 000 dólares, eram realizadas no gabinete do então vereador Devanir Ribeiro, ex-metalúrgico e petista histórico.
- A Bônus Banval, de São Paulo — aquela corretora que recebeu um pagamento de Marcos Valério a Bob Marques, amigo do ex-ministro José Dirceu —, realizava operações de “esquenta-esfria”. Por essas operações, um lado sempre ganha (e esquenta dinheiro de caixa dois) e o outro sempre perde (e esfria dinheiro de caixa um, produzindo assim recursos para destinos escusos).

- Nas operações de esquenta-esfria, os prejuízos eram sempre de fundos de pensão de estatais — cujos recursos, esfriados, eram liberados para entrar no caixa dois do PT. Um dos atendidos pelo esquema da Bônus Banval, diz o doleiro, era José Dirceu.

O publicitário Duda Mendonça, ao depor na CPI dos Correios, disse que o PT lhe pagou 10 milhões de reais no exterior e, com isso, foi a primeira testemunha a abrir uma nova fronteira de investigação — o braço do PT no exterior. No depo-

HELVIO RODRIGUES

mento, o publicitário já exibia comprovantes mostrando que a maior parte dos 10 milhões de reais que recebeu saiu do Trade Link. A entrevista de Toninho da Barcelona, agora, confirma o papel de destaque conferido ao Trade Link no esquema petista no estrangeiro. A operação era feita assim: o Trade Link remetia o dinheiro petista para a offshore panamenha do doleiro carioca Dario Messer e o doleiro, por sua vez, disponibilizava a quantia correspondente, em reais, no Banco Rural. O esquema é uma forte evidência de que os 28 milhões de reais que Valério diz ter obtido na forma de dois empréstimos junto ao Banco Rural sejam simplesmente recursos internados pelo PT a partir de sua conta clandestina no exterior.

Dario Messer é filho do

mais antigo doleiro vivo do país, o polonês Mordko Messer, de 90 anos, que hoje se locomove com a ajuda de uma cadeira de rodas. Desde que começou a ser acossado pela polícia, Dario Messer, que é amigo de celebridades como o jogador Ronaldo, sumiu do pedestal. Suspeita-se que esteja, atualmente, escondido em algum lugar no Uruguai. Como doleiro, Messer opera-va pelo menos cinco contas lá fora — três no MTB Bank e duas no Merchants Bank. Não se sabe quais as razões que levaram o PT a escolhê-lo como doleiro preferencial, mas seu tamanho nesse mundo financeiro clandestino talvez seja sua principal credencial. “Ele, sim, é um dos maiores doleiros do país. Muito maior do que o Toninho da Barcelona”, diz o procurador da República Vladimir Aras, de Curitiba, um dos integrantes de uma força-tarefa que investiga as remessas ilegais para o exterior. Como prova do seu gigantismo, basta um dado: só uma das contas de Messer no MTB Bank, a Depolo, movimentou 1,7 bilhão de dólares em 2003.

As trocas de dólares por reais, que se materializavam no gabinete do então vereador e hoje deputado Devanir Ribeiro, integram outro braço do esquema petista. Nesse caso, o par-

O QUE O DOLEIRO DISSE

O PT tinha dólares no exterior, numa conta operada pelo Trade Link Bank, offshore ligada ao Banco Rural. O doleiro que fazia as operações para o partido era Dario Messer, do Rio de Janeiro. Messer recebia os dólares do PT em sua offshore no Panamá e entregava ao partido o correspondente em reais no Rural

O QUE É PRECISO APURAR

De onde vinham os dólares que abasteciam a conta do PT lá fora? Era dinheiro desviado do Brasil ou dinheiro estrangeiro? Um caminho é descobrir a conta movimentada por Messer no Rural e rastrear as remessas do Trade Link para a offshore no Panamá

PETISTA HISTÓRICO

O deputado paulista Devanir Ribeiro era cliente assíduo do doleiro Toninho da Barcelona

O Trading link Bank mantém sua conta no exterior, seja no Uruguai, seja no Brasil, sempre operando ações de um dólar

tido mantinha volumes consideráveis de dólares em dinheiro vivo, escondido em cofres ou malas ou cuecas, e acionava a casa de câmbio quando precisava converter os em reais. Em geral, quem ligava para a casa de câmbio Barcelona era o assessor legislativo da Câmara dos Vereadores, Marcos Lustosa Ribeiro — que vem a ser filho do deputado Devanir Ribeiro. No telefonema, Marcão, como é conhecido, perguntava a cotação de venda e informava quanto queria trocar. No início de 2002, as trocas eram esporádicas e ocorriam a cada dez ou quinze dias. No meio do ano, já estavam em ritmo alucinado. "Com a aproximação das eleições, tornaram-se quase diárias", lembra o doleiro.

Nesse período, as trocas chegavam a somar em torno de 500 000 reais por semana. "Eles faziam muita questão de que as notas em reais fossem de 50 e 100 por questão de volume", diz Toninho. O vo-

lume das trocas cresceu tanto que, certa vez, um assessor de Devanir Ribeiro pediu que os reais fossem depositados diretamente na conta bancária do PT. Na entrevista por escrito a VEJA,

Toninho da Barcelona conta que hesitou em autorizar a operação. Tinha receio de que os registros bancários viessem a comprometê-lo, mas fez o negócio. Os registros, agora, podem ser a prova de sua história. Além disso, as trocas eram registradas nos computadores da casa de câmbio. Os computadores foram apreendidos pela Polícia Federal e, se não foram adulterados, contêm todas as operações, garante o doleiro.

VEJA localizou o funcionário da Barcelona que fazia as entregas de dinheiro do PT. E Marcelo Viana, então responsável pelas operações de balcão da Barce-

lona. Ele relata que, dependendo do volume das trocas, o dinheiro seguia em sacolas ou envelopes. "Mas também já levei dinheiro preso às meias e debaixo da roupa", diz.

Marcelo Viana lembra que suas visitas à Câmara dos Vereadores eram precedidas de identificação na portaria. Ouvido por VEJA, Marcão confirmou que fazia as trocas no gabinete de seu pai, mas garante que o dinheiro não era do PT. "Não era dinheiro de política, meu pai não tinha nada a ver com isso. Era dinheiro que eu ganhava com serviços de informática que fazia na Câmara e trocava por dólar. Coisa pequena, para meu uso mesmo", afirma. Coisa pequena, com 500 000 reais por semana? Bem, a exemplo da trajetó-

O QUE O DOLEIRO DISSE

A corretora Bonus-Banval realizava operações que o mercado conhece como esquenta-esfria — e o lucro das operações era usado para pagar o mensalão

O QUE É PRECISO APURAR

De onde saía o dinheiro para fazer as operações de esquenta-esfria? Uma alternativa é levantar as operações da Bonus-Banval registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que já abriu uma investigação própria sobre o assunto por suspeita de fraude

*foi ligado entre PT e Bonus são estreitas,
os sócios das empresas amigos do José
Dirceu. A Bonus era encarregada de operar na
Bolsa para membros do partido*

PROPINAS EM SANTO ANDRÉ

A casa de câmbio é apontada como o duto por onde escoava o dinheiro da corrupção arrecadado pelos petistas

ria do filho do presidente Lula, Fábio Luís, o biólogo que enriqueceu como ministro, dá para ver que esse pessoal do PT, quando inventa de mexer com informática, faz um sucesso monumental...

O deputado Devanir Ribeiro faz coro com o filho, diz que jamais soube de nada (eis outra característica marcante do pessoal do PT, a de não saber de nada do que acontece mesmo dentro do seu gabinete!) e que o dinheiro não era do PT. "Se o Marcos trocou dinheiro com Toninho da Barcelona, o problema é dele. O Marcos é maior de idade, casado, vacinado e cuida da vida dele", diz o pai. Devanir Ribeiro foi metalúrgico e é petista de primeira hora. Amigo de Lula desde 1972, ele esteve presente nos momentos mais simbólicos da vida do presidente: integrou a primeira diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, participou da greve de 1978 e dividiu uma cela com Lula quando ambos foram presos. Em 1982, quando Lula se candidatou a governador de São Paulo, o motorista da Belina que rodou o estado era Devanir Ribeiro. Os dois são amigos até hoje. Nos fins de semana em Brasília, Devanir e a mulher, Zeneide, visitam o primeiro casal na Granja do Torto, onde se divertem tomando cerveja e jogando cartas. Devanir Ribeiro garante que nem conhece Toninho da Barcelona.

Toninho da Barcelona, no entanto, diz que conhece o PT de longa data. Ele conta que desde 1989 o PT faz remessas para fora do país. Paco, seu velho amigo, dono da Doratur e falecido no ano passado, lhe confidenciou ter despachado para o exterior dinheiro recolhido pelo PT no caso Lubeca, escândalo no qual dirigentes do partido foram acusados de cobrar 200 000 dólares da empresa Lubeca para aprovar um projeto urbanístico. Outro esquema que rendeu muitos dólares ao PT, diz o doleiro, funcionava em Santo André, durante a gestão de Celso Daniel, de 2000 a 2002. Toninho afirma que conhece o caso porque a cambista Nelma Cunha, da Havaí Câmbio e Turismo, de Santo André, nem sempre dispunha do volume de dólares requerido e recorria a ele. Toninho pode ajudar até a esclarecer a corrupção petista em Santo André. Os promotores do caso querem ouvi-lo porque sabem que empresas de ônibus de Santo André — achacadas pelo PT — en-

O QUE O DOLEIRO DISSE

Pessoas ligadas à prefeitura de Santo André, na gestão de Celso Daniel, convertiam somas vultosas de reais em dólares numa casa de câmbio da cidade, a Havaí Câmbio e Turismo

O QUE É PRECISO APURAR

O dinheiro convertido em dólares vinha do propinoduto instalado na prefeitura de Santo André? O que os petistas faziam com os dólares? Guardavam o dinheiro no cofre ou mandavam para o exterior?

viaram recursos ao exterior usando o Banco Rural. Será que esse dinheiro caía naquela conta do PT lá fora, no Trade Link?

Um dos esquemas mais complexos — mas igualmente clássico — do PT funcionava na corretora Bônus Banval. Toninho da Barcelona conta que a corretora era usada pelo partido para intermediar operações fraudulentas e, assim, tornou-se uma das principais fontes de pagamento do mensalão. Sua especialidade eram as operações de "esquenta-esfria", nas quais os prejuízos eram sempre dos fundos de pensão das estatais. "As ligações entre o PT e a Bônus são estreitas. Os sócios são amigos íntimos de José Dirceu", acusa o doleiro.

Viva das operadoras de câmbio, na gestão municipal de Santo André, foi a surpresa Havaí CÂMBIO, pela senhora NELMA. Podendo através de meus registros obter maior informação.

ro. Na semana passada, VEJA apurou que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) está fazendo uma investigação sigilosa sobre a Bônus Banval, por suspeita de lavagem de dinheiro e de promover operações fraudulentas com fundos de pensão, exatamente nos moldes como relata o doleiro. Apenas um dos inquéritos em andamento na CVM envolve transação de 12 milhões de reais. José Dirceu nega qualquer relação com a Bônus Banval. A Bônus Banval não quis falar sobre o assunto. E a CVM informa que não comenta suas investigações.

LEMBRA DO DINHEIRO DAS FARC?

A VEJA, o doleiro voltou a dizer que o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, fez remessas para o exterior, mas não deu detalhes. Sabe-se que em outubro de 2002 Meirelles sacou 50 600 dólares de sua conta no banco americano Goldman Sachs e depositou o dinheiro na conta da Biscay Trading, uma offshore operada por três doleiros de São Paulo no MTB Bank, em Nova York. Quando o caso veio à tona, em agosto do ano passado, Meirelles explicou que o depósito foi feito a pedido de um credor. Disse que não podia identificar o destinatário do dinheiro nem a origem da dívida porque tais dados estariam em seus arquivos pessoais guardados nos Estados Unidos, onde residiu de 1996 a 2002. Na semana passada, um ano depois de prometer buscar os documentos que explicariam o depósito aos doleiros, Meirelles continuava sem respostas: os dados sobre o depósito — informou sua assessoria — não estavam nos arquivos pessoais.

No caso do atual ministro Márcio Thomaz Bastos, o doleiro reafirmou as acusações que já fizera à CPI e deu mais detalhes. Ele conta que as remessas de Bastos começaram em 1993 e lhe foram confidenciadas por quem as fazia — Marco Antonio Cursini, que na época, segundo o doleiro, operava contas no Deutsche

Em março passado, VEJA noticiou que agentes do serviço secreto brasileiro, a Abin, investigaram durante quase um ano a suspeita de que as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) contribuíram com 5 milhões de dólares para a campanha de Lula em 2002. A suspeita foi colhida por um informante da Abin, que se infiltrara num grupo de simpatizantes das Farc no Brasil. Durante a campanha eleitoral, o informante foi a uma reunião do grupo, realizada numa chácara nos arredores de Brasília. Na reunião, ouviu o padre Olivério Medina, uma espécie de embaixador das Farc no Brasil, dizer que a guerrilha planejava doar 5 milhões de dólares ao comitê eleitoral de Lula. O informante repassou o que ouviu para a Abin, que classificou a informação como "secreta" e, diante de sua gravidade, deu início a uma investigação que durou quase um ano. A publicação da reportagem levou o Senado a abrir uma investigação sigilosa sobre o caso. VEJA teve acesso ao desfecho da investigação — e é uma falsificação grosseira.

Em quase seis meses de investiga-

ção, a comissão do Senado fez onze reuniões, colheu dez depoimentos e chegou à conclusão de que não aconteceu nada. A comissão ouviu o informante infiltrado no grupo de simpatizantes das Farc, que confirmou ter testemunhado a promessa de doação de 5 milhões de dólares. Também ouviu o coronel Eduardo Ferreira, o contato do informante na Abin, que confirmou ter recebido a informação, realmente classificada como "secreta", e ainda ter aberto uma investigação que durou quase um ano. A comissão também ouviu os dirigentes da Abin, que no início negaram que houvesse qualquer documento sobre o assunto nos arquivos da agência. Depois, admitiram que existia um documento, justamente o que falava na suspeita da doação de 5 milhões de dólares, mas disseram que seu conteúdo, classificado como "secreto", fora considerado uma bobagem — donde se pode concluir que os agentes secretos do governo do PT inventaram o conceito de "bobagem secreta".

Apesar de tudo, a comissão do Senado achou que o caso não era nada. Entendeu que o coronel Eduardo Ferreira era um "megalomântico, exagerado e desleixado", ainda que tenha trabalhado sete anos na Abin e tenha saído de lá a seu próprio pedido. Também considerou que o informante era um "desqualificado", ainda que desempenhasse essa função para a Abin há vários anos. Talvez se tenha perdido uma excelente oportunidade para entender de onde vieram os dólares que abarrotam os cofres do PT. Talvez.

O CORONEL QUE CONFIRMOU TUDO
O coronel Eduardo Ferreira, que depôs no Senado: agora, o que ele diz não é apenas "exagero"

Bank e no Swiss Bank e até recebeu uma assistência jurídica do hoje ministro. Márcio Thomaz Bastos confirmou que Cursini, de fato, foi cliente de seu escritório na década de 90, mas nega que tenha usado seus serviços de doleiro ou feito remessas ilegais ao exterior. O ministro diz que abriu conta no exterior e fez três remessas. Conforme documento expedido pelo Unibanco, agente operador do ministro, a primeira foi feita em novembro de 1994 e a última em março de 1995, totalizando, na época, 2,8 milhões de dólares. As remessas foram autorizadas pelo Banco Central. Em fevereiro de 2003, o ministro trouxe o dinheiro de volta para o Brasil, também pelas vias legais, e pagou cerca de 1 milhão de reais em imposto. As acusações de Toninho da Barcelona, naturalmente, não podem ser tomadas como expressão da verdade, mas devem ser investigadas com rigor. Exigir que ele apresente provas — como fizem alguns membros da CPI dos Correios na semana passada — é risível. Afinal, Toninho da Barcelona não tem sequer como provar quem ele é, já que, em sua manacação cor de laranja de prisioneiro, não carrega nem a carteira de identidade. Mais, repete sempre que as provas estão nos discos rígidos dos computadores que usava e hoje estão lacrados e sob a guarda da Polícia Federal. "Meu cliente está disposto a contar toda a verdade", repete seu advogado, Ricardo Sayeg. "Para a autoridade que quiser ouvir." ■

TALES ALVARENGA

Crise de nervos

Crise é uma inevitabilidade das democracias. Não se resolvem crises com conchavos de cúpula nem com reformas de última hora. Eles bem que tentaram. Ameaçaram com uma reforma política de emergência, ameaçaram com o risco do mercado derreter, ameaçaram com o fantasma da sublevação social. Não adiantou nada. Pensavam ainda que bastava meia dúzia de figurões tucanos e petistas se reunirem para combinar um tratado de paz, com o objetivo de abafar a crise, e foi o que se viu.

No fundo, o brasileiro sabe que não adianta tremer de medo imaginando o impacto de um impeachment no mercado. O mercado é covarde. Reage com crise de nervos cada vez que a estabilidade política fica em situação de risco.

As crises têm uma vantagem. Sempre acabam e, quando seu ciclo se esgota, o país sai do outro lado emocionalmente esgotado, porém mais maduro. Nunca vi o Brasil com estabilidade política prolongada.

Não preciso lembrar a você do suicídio de Getúlio Vargas, da renúncia de Jânio Quadros e da deposição de João Goulart. Não preciso também citar a ditadura militar. Nem o confisco da poupança e a queda de Fernando Collor. Francamente, vamos parar de pisar em ovos porque há risco real de impeachment de Lula. O Brasil já agüentou outras e está aguentando esta melhor do que as anteriores.

O senador José Sarney, que fez um governo quase tão ruim quanto o de Lula (pior do que o de Lula é impossível), propôs na semana passada uma reforma política de emergência para criar um semiparlamentarismo. Não adianta, senador, ninguém vai engolir essa lorota. Alguns políticos

chegaram a pedir que nem sequer se pronunciasse a palavra impeachment. Por que não?

Estão tão cheios de dedos que inventaram até o "risco Severino". Não se pode investigar Lula porque, se ele cair, Severino Cavalcanti, o presidente da Câmara, poderá virar presidente provisório, ameaçaram os arautos do caos. E daí se Severino virar presidente por trinta dias? Será ele, por acaso, pior do que Lula? Ambos são ignorantes. Severino não tem experiência administrativa, e Lula tem a experiência de um fracasso administrativo. Lula foi sindicalista e fundou um partido. Mas de que serviu isso quando ele se tornou presidente?

O carisma de Lula só serve para discursos sem nexo sobre a grandeza moral dele próprio e sobre a capacidade que ele vai transmitir ao Brasil de ser um líder mundial em alguma coisa que nunca deu para entender o que seria.

**"Qual é o pior cenário? Faça sua escolha.
A minha eu já fiz. Não pode haver nada pior do que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva"**

Severino encheu o gabinete de parentes. O filho de Lula, Fábio Lulinha, recebeu 5 milhões de reais de investimento em sua empresinha eletrônica, ali colocados pela Telcmar, uma concessionária de serviço público. Quem é pior? O partido de Severino, o PP, tem Maluf. O partido de Lula tem José Dirceu, Delúbio Soares, Silvinho Pereira, José Genoino, Professor Luizinho, João Paulo Cunha, Paulo Rocha, sem contar penduricinhos como Waldomiro Diniz e Marcelo Sereno. E a cereja do bolo, Marcos Valério. A penúltima cidadela, o ministro Antonio Palocci, levou um tirambacho na sexta-feira passada. Qual é o pior cenário? Faça sua escolha. A minha eu já fiz. Não pode haver nada pior do que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

ANDRÉ PETRY

Corra, Lula, corra

Eram os deuses uma quadrilha? Eram os deuses da ética, os deuses da moralidade pública uma corja de assaltantes disfarçada sob um manto vermelho? Eram eles apenas um grupo de salteadores que assaltava — em reais ou em dólares, com donos de bingo ou donos do lixo, nos cofres públicos ou nos cofres privados — com três objetivos claros: financiar um projeto de poder, comprar o apoio de deus e o mundo e, como ninguém é de ferro, dar uma embolsada num pedaço da grana para ter um carro melhor, morar num apartamento mais amplo...? Era disso que se tratava o tempo todo? De um bando de propineiros?

Corra, Lula, corra.

“Lula é mestre em esconder a sujeira embaixo do tapete”, disse Hélio Bicudo, na avaliação mais forte, mais aguda e mais sólida ouvida neste escândalo todo. O jurista Hélio Bicudo, do alto de sua intocada biografia de 83 anos, do alto de sua militância petista de 25 anos, do alto da dignidade de quem combateu de frente os esquadrões da morte em plena ditadura militar, disse que Lula é mestre em esconder a sujeira! Mestre!

Corra, Lula, corra.

O presidente da República não consegue dar uma explicação satisfatória sobre seu empréstimo de 29 000 reais junto ao PT. E lá se vai um mês. O presidente da República não consegue dizer como fez, para que fez, quem pagou e com que dinheiro. Agora mesmo, o ex-tesoureiro do PT dá um depoimento e, além de confessar que a campanha do presidente foi parcialmente financiada com dinheiro de caixa dois desembolsado pelo onipresente Marcos Valério, afirma que os 29 000 reais do empréstimo — provavelmente — vieram dos re-

cursos do fundo partidário. Quer dizer que o fundo partidário serviu para dar dinheiro ao mestre? O mesmo mestre cujo filho conseguiu vender sua empresinha por 5 milhões de reais a uma grande companhia telefônica?

Corra, Lula, corra.

Que saudade do tempo em que a banheira de Benedita da Silva era um escândalo ético no PT. Naquela época, já se sabia do escândalo do caso Lubeca (propina de 200 000 dólares, São Paulo, 1989), já se sabia das denúncias de que o compadre de Lula andava achacando empresários inter-

essados em prestar serviços às prefeituras petistas, mas ainda não se falava enraios de dólares indo e vindo por paraísos fiscais. Não se falava de mensalão no gabinete do presidente da República. Não se falava de Antonio Palocci recebendo, como prefeito de Rio Brilhão Preto, 50 000 reais por mês — ou, na cotação petista, um

João Paulo Cunha mensal!

Corra, Lula, corra.

No filme de Tom Tykwer, a personagem Lola tem vinte minutos para conseguir 100 000 marcos e salvar a vida do namorado — mas sua corrida incessante pelas ruas de Berlim pode ter três resultados distintos. Corra, Lola, Corra quer dizer que cada passo, cada esquina, cada detalhe, cada escolha que fazemos pode mudar todo o resultado final.

Eram os deuses uma quadrilha? Eram os deuses apenas um bando que morre de medo de um doleiro abrir a boca?

Corra, Lula, corra. Os vinte minutos ainda não se esgotaram, mas se esgotam já, já.

*“Que saudade
do tempo
em que a
banheira de
Benedita
da Silva
era um
escândalo
ético no PT”*

Um prodígio chamado Duda Mendonça

Roberto Pompeu de Toledo Ensaio

Entre outras proezas, ele é responsável por jogar fora 460 milhões do contribuinte paulistano

mamado com os dedos fazendo figa. Naquele mesmo momento em que era espantada, no mundo de sonho dos anúncios, a corrupção se abria para o autor do "xô", no mundo real, farta e generosa como o Mar Vermelho para Moisés. O anúncio do "xô" foi a peça inaugural de uma campanha em que os pagamentos seriam feitos em ilhas caribenhas, paradiásicas não apenas pelo sol generoso, ou em pacotes de dinheiro que a sócia do marqueteiro ia diligentemente buscar na Avenida Paulista.

Curiosa figura do nosso tempo, esse Duda Mendonça. Tão emblemático de sua categoria quanto Joãozinho Trinta dos carnavalescos, ele se apresentou à CPI dos Correios com paletó escuro sobre camiseta escura. Nada de camisa branca e gravata. Ele é diferente. Os publicitários, ou, pelo menos, boa parte dos publicitários, pretendem-se artistas, e ao artista, como se sabe, não basta *ser* — é preciso *parecer* artista. Esse negócio de se apresentar como o comum das pessoas fica para os artistas menores — um Carlos Drummond de Andrade, que num sarau de poesia seria tomado pelo encarregado de recolher os ingressos, um Graciliano Ramos, que continuaria a ter cara de amanuense mesmo num mundo onde não existiam mais amanuenses. Mas o problema não é Duda Mendonça tomar ares de artista quando, evidentemente, não é. O problema é ele tomar ares de simples publicitário, quando, evidentemente, também não é — ou, pelo menos, não é só isso.

É muito mais. Ele faz milagres. Um deles foi vender a idéia de que Paulo Maluf é um ser humano. Isso ocorreu durante a eleição para prefeito de São Paulo de 1992. Duda Mendonça, contratado pelo veterano político, concebido e desenvolvido na incubadeira do regime militar, teve a ousadia de inventar como símbolo da campanha... um coração! Nada menos que um coração, órgão que, como é de geral conhecimento, Maluf não possui. O empenho em

"**X**ô, corrupção." Assim pregava o primeiro comercial produzido por Duda Mendonça para a campanha do PT, em 2002. A imagem era de um bando de ratos roendo a bandeira nacional. "Ou a gente acaba com eles ou eles acabam com o Brasil", dizia o texto, antes de soltar o "xô" que era a peça de resistência, o fecho de ouro, o bordão concebido para impressionar e ficar na memória. Talvez o "xô" tivesse sido pronunciado sem a devida energia. Talvez tivesse sido proclama-

operar na natureza mesma do candidato, transformando-o quase num vizinho a quem se confiaria a chave de casa quando se vai viajar (*quase*, pois até Duda tem seus limites), foi tão bem-sucedido que Maluf obteve, na ocasião, a única vitória em eleições majoritárias pelo voto direto que ostenta em seu currículo.

Outro milagre foi incutir no eleitorado a noção de que o governo Lula seria um primor de zelo, rigor e competência. Um anúncio da campanha de 2002 mostrava um grande escritório, com uma sucessão de escrivaninhas, onde cérebros privilegiados estudavam cada pormenor da realidade nacional. Lula passeava entre as mesas, com a desenvoltura do líder seguro e confiável, dando tapinha nas costas de um, debruçando-se sobre o papel em que outro trabalhava. Parecia a Nasa na véspera de lançamento espacial. Dava-se a entender que o PT se preparava para o governo com idéias claras e soluções na ponta da língua. Lula prometia lançar o foguete Brasil rumo ao futuro. Hoje esse anúncio virou comédia.

Curiosa figura do nosso tempo, essa do marqueteiro. Duda Mendonça foi de Maluf a Lula, e ninguém achou nada de mais. Reclama-se do futebol de hoje porque os jogadores vivem mudando de clube. Reclama-se do político que muda de partido. Mas ao marqueteiro se permite que em um dia se entregue ao campeão da direita e no outro ao da esquerda, um dia acenda velas a Jesus Cristo e no outro reze a Maomé. E no entanto seu poder vai além do da maioria dos políticos. Na campanha de 1996 para a prefeitura de São Paulo, Duda Mendonça inventou para o candidato Celso Pitta uma engenhoca a que deu o nome de "fura-fila". Tratava-se de um fabuloso meio de transporte, capaz de vencer distâncias de modo rápido e seguro, sobre trilhos que repousavam em vias suspensas.

O pior é que Pitta ganhou a eleição (mais um milagre) e teve mesmo de construir o fura-fila. Foram gastos na obra exatos 468 688 000 reais, em valor atualizado, e o resultado são estruturas que apodrecem em alguns recantos da cidade. A obra não foi concluída e talvez jamais será, dada sua duvidosa utilidade. O responsável em última análise pelos 468 688 000 reais do contribuinte paulistano jogados fora é Duda Mendonça. E ainda bem que Marta Suplicy não ganhou a última eleição em São Paulo. Duda Mendonça havia preparado para ela (agora ele tinha trocado, também em âmbito municipal, Jesus por Maomé) um certo Céu Saúde — majestosos palácios onde a população seria curada de suas moléstias.

Essa instituição do marqueteiro político, nas proporções que tomou no Brasil, tem jeito de não ter similar no mundo. A política brasileira está clamando por um "Xô, marqueteiro".

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR)

Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o 25 de agosto assinala a passagem do Dia do Soldado. Ao registrar a data, que, longe de estar tão-somente integrada ao calendário cívico nacional, mostra-se vivamente arraigada nos sentimentos mais profundos de nossa gente, presto minha homenagem a esses valorosos brasileiros que fazem da defesa da Pátria sua razão de viver.

Vem de longe, do fundo de nossa História, o heróico e incansável trabalho desses soldados. Da luta contra o invasor holandês, no longínquo século XVII, passando pela Guerra da Tríplice Aliança, na segunda metade do século XIX, e chegando à brilhante participação na Segunda Guerra Mundial, quando nossos pracinhas deram a vida pela defesa da liberdade e contra a barbárie nazista, o Exército brasileiro jamais deixou de dar mostras de sua combatividade, de seu acendrado patriotismo, de seu compromisso com os mais elevados valores da nacionalidade.

Por tudo isso, nunca é demais ressaltar seu papel na História brasileira. A Nação que buscamos construir há cinco séculos, tarefa árdua e ainda tão claramente inconclusa, tem para com esses seus filhos militares impagável dívida de gratidão. Nesse sentido, como homem da Amazônia, sinto-me na obrigação de destacar o papel insubstituível que o Exército representa em nossa região.

Entre tantos exemplos passíveis de serem ressaltados, começo por destacar o que o Exército tem feito na área da educação na Região Norte. Compreendendo as enormes carências ali ainda existentes, o Colégio Militar de Manaus deu início, em 2002, às atividades de educação a distância. Atingindo toda a área geográfica de atuação do Comando Militar da Amazônia, esse serviço constitui-se em meritória ação junto aos jovens que estejam cursando os níveis fundamental e médio da Educação Básica.

Enfrentando – e vencendo! – toda a sorte de obstáculos, o esforço despendido por esse sistema de educação a distância recebe o retorno mais que confortador. De um lado, a satisfação das famílias dos militares – inclusive daqueles que temporariamente se encontram do outro lado da fronteira – pela visível melhoria do desempenho escolar de seus filhos. De outro, a irrisória taxa de desistência, em torno de 4%, quando a média internacional costuma chegar aos 60%!

Contudo, como bem salientou o Dr. José Barroso Filho, Juiz-Auditor na região, “os problemas advindos da complexidade logística, a necessidade de investimentos elevados, a dificuldade de acesso dos alunos a computadores e à internet, o número limitado de profissionais e os materiais didáticos a serem utilizados são

fatores que limitam o trabalho e que, portanto, devem ser solucionados”. Ao fazer minhas suas palavras, apelo ao Governo Federal para que tenha a necessária sensibilidade para compreender a magnitude dessa ação do Exército e, em consequência, lhe dê as condições indispensáveis ao seu prosseguimento.

Não se esgota na educação, Sr. Presidente, o trabalho comunitário, de vastíssimo alcance social, desenvolvido pelos profissionais do Exército brasileiro nos confins da Amazônia. Na área da saúde, o hospital montado pelo Estado do Amazonas em São Gabriel da Cachoeira, há muito desativado, foi assumido pelo Exército, está em plena atividade e atende a toda a população da região, com admirável padrão de qualidade. Infelizmente, muitos outros hospitais públicos da Região Norte carecem das condições mínimas para seu funcionamento.

Por que, Sr. Presidente, convênios não são celebrados com o Exército para permitir que essas instituições hospitalares cumpram sua finalidade e possam atender às populações que delas tanto necessitam? Na mesma linha de raciocínio, indago pelas misteriosas razões que impedem os governos estaduais da Amazônia de firmarem parceria com o Exército na área odontológica para que seus brilhantes profissionais ofereçam tratamento profilático a milhares de pessoas.

A estratégica Região Amazônica muito deve ao Exército brasileiro. Da defesa de nossa integridade territorial aos serviços prestados a uma população quase sempre muito carente, nossos soldados cumprim uma missão espinhosa, na qual não faltam perigos e desconforto. Fazem-no movidos pelo sentimento do dever e pelo compromisso com a Pátria. Todavia, não tenho dúvida alguma a este respeito, muito mais poderia ser feito se houvesse por parte do Poder Público – em especial dos governos federal e estaduais – a decisão de investir no bem-estar da população e no desenvolvimento econômico e social desta que é a maior região do País.

Lembro, a propósito, que o Exército do Brasil tem todas as condições de disseminar pela Amazônia afora centros de cidadania, nos quais a população teria acesso fácil, rápido e barato à Justiça; Tiros-de-Guerra, de modo a preparar jovens para o exercício elementar das atividades militares e para a execução de louváveis ações comunitárias; pelotões de fronteira, urgentemente necessários; infocentros, ou seja, centros públicos de acesso à informática.

A lista é longa, Sr. Presidente. Ainda que destacando apenas esses pontos, espero ter demonstrado que, se importantíssima foi a participação do Exército na construção de nossa História, imprescindível se torna sua presença na edificação de um futuro melhor

para todos nós. Sobretudo na Região Norte, o papel do Exército mostra-se insubstituível. Que as autoridades estaduais e o Governo Federal se conscientizem dessa verdade e, em vez de palavras vãs e retórica vazia, ajam no sentido de oferecer aos soldados brasileiros as condições necessárias ao bom desempenho de suas missões. Disso depende o futuro da Amazônia brasileira. Disso depende o Brasil.

Muito obrigado!

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, recebi em meu gabinete importante Relatório do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), que faz um balanço dos seus resultados no ano de 2004.

Considerando a importância do documento e a relevante contribuição que o Fundo vem prestando ao desenvolvimento econômico e social da Região Amazônica, não poderia deixar de apresentar a este Plenário alguns dados que julgo essenciais nesse Relatório.

Inegavelmente, no período destacado, os recursos do Fundo contribuíram decisivamente para abertura de novas possibilidades de trabalho em nível regional e para a dinamização de várias atividades econômicas.

Entre 1989 e 2004, os recursos do FNO proporcionaram crescimento significativo na abertura de novos postos de trabalho. Cerca de 1,4 milhão de novos empregos diretos e indiretos foram gerados com a ajuda desses investimentos. No mesmo período, em relação aos financiamentos voltados para a economia familiar, foram realizadas mais de 156 mil operações de crédito, que resultaram em mais de 624 mil novas ocupações de mão-de-obra no campo.

Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, durante todo esse período de estabilidade econômica e de controle eficaz da inflação, que estão engrandecendo a administração do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no campo da economia, os recursos do FNO sempre buscaram aprofundar uma perfeita ligação com a sociedade e com o progresso comunitário. Para tanto, sempre o Fundo esteve à disposição dos Governos estaduais e das Prefeituras, em projetos voltados para os interesses dos agentes econômicos mais necessitados. Dessa maneira, o FNO sempre teve a preocupação de apresentar os seus objetivos em prol do desenvolvimento regional. Seguindo esse exemplo de transparência, cabe apenas relembrar que a missão institucional mais importante do FNO é claramente a de contribuir para a realização dos projetos mais essenciais.

Assim, na economia regional, os recursos do Fundo buscam aumentar o valor agregado regional; aumentar a oportunidade de emprego, de ocupação

da mão-de-obra e da massa salarial; diminuir o êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo; introduzir novas tecnologias capazes de superar o estado de atraso da economia regional; contribuir para o aumento dos excedentes exportáveis; internalizar renda a partir da verticalização da produção das matérias-primas, através de estímulos às agroindústrias e indústrias regionais; minimizar as desigualdades internas nas regiões pelo incentivo à formação de novos pólos econômicos no interior; melhorar o abastecimento interno de produtos básicos; promover a auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos regionais; e estimular o aproveitamento econômico da flora regional.

Eminentes Senadoras e Senadores, o FNO é hoje um dos suportes mais eficientes para a geração de emprego e de renda nos espaços mais necessitados do nosso País que se situam ao Norte. Segundo o Relatório que temos em mão, o sucesso de sua ajuda é uma prova de que, se quisermos, se tivermos vontade política, em curto espaço de tempo, teremos todas as condições de transformar a economia regional do Brasil e de superar os profundos desniveis sociais e econômicos que separam os Estados do Sul e do Sudeste do restante de nossa Federação que continua carente.

Nos países mais avançados social e economicamente, e mais ainda nas áreas rurais, o sistema comunitário de produção ocupa lugar de destaque nas relações econômicas e no abastecimento das famílias. Isso se verifica notadamente na Alemanha; na Espanha, que até bem pouco tinha índices econômicos inferiores aos nossos; na França e na Grã-Bretanha; apenas para citar alguns exemplos. Nos Estados Unidos, segundo dados recentes, a produção agrícola familiar é responsável por mais de 50% da produção comercializada.

Em contrapartida, em nosso País, como bem sabemos, a agricultura familiar encontra sérios obstáculos para se firmar. Na verdade, os pequenos e médios agricultores deveriam ser os sujeitos mais importantes do desenvolvimento rural. Inegavelmente, essa situação precisa mudar e exemplos como os que são registrados com os recursos do FNO, que beneficiam os mais diversos empreendimentos de pequeno porte, sobretudo os voltados para o crescimento da economia familiar, não podem ser relegados a um plano secundário.

Sem dúvida alguma, a desconcentração da base produtiva do nosso País e a dinamização da vida econômica, social, política e cultural dos pequenos e médios municípios não podem deixar de levar em conta os interesses mais imediatos dos pequenos e médios empreendedores.

Ao terminar este pronunciamento, gostaria de saudar os órgãos públicos, a iniciativa privada e a sociedade civil do Norte do Brasil, que ajudaram no bom emprego dos recursos do FNO. Ao longo do exercício de 2004, os recursos do Fundo proporcionaram mais de 38 mil operações contratadas e envolveram montante equivalente a 1,3 bilhão de reais, o que representou um incremento de 63% e 23%, respectivamente, em relação ao ano de 2003.

O Governo sabe perfeitamente que o incentivo aos pequenos e médios empreendedores é uma poderosa arma para absorver parte da população que vegeta na periferia das cidades. Ele sabe igualmente que o custo de fixação do homem no interior é muito menor do que na cidade, onde a criação de um emprego industrial exige investimentos bem maiores. Por fim, ele entende que a reforma agrária assistida será muito importante para a dinamização da agricultura familiar e para um perfil mais justo da posse da terra em nosso País.

Dante dessa realidade, projetos que tenham como suporte financiamentos contratados com recursos semelhantes aos do FNO, bem geridos e bem administrados, certamente, serão capazes de transformar em médio prazo toda a economia regional do nosso País.

Indiscutivelmente, o crédito a juros reduzidos é um importante fator de inclusão social e de redução da pobreza.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, foi com muita honra que recebi convite para proferir palestra, logo mais à noite, na 7ª Convenção de Contabilidade de Goiás, evento promovido pelo Conselho Regional de Contabilidade.

Além do tema proposto, que é sempre motivo de interesse, “a experiência e a visão da mulher como gestora de mudanças na política nacional”, estou me dirigindo a este encontro motivada também pela importância que vejo, hoje, na profissão de contabilista.

Nos tempos difíceis que atravessamos em nosso País, a ciência contábil torna-se indispensável – não apenas para as empresas e organizações – mas também no controle social dos recursos públicos, para a transparência, a retidão e a eficiência da aplicação dos dinheiros públicos.

Por outro lado, a profissão de contabilista me deu subsídios para o tema da palestra que estarei proferindo logo mais. Ao buscar dados sobre a mulher contabilista, surpreendi-me com a sua presença num

universo que se acreditava fosse predominantemente masculino.

O Conselho Regional de Contabilidade de Goiás, por exemplo, está sendo presidido, pela primeira vez, em 55 anos, por uma mulher, a atual presidente Luci Melita Vaz.

Atualmente, nos 27 Estados brasileiros, há quatro conselhos de Contabilidade presididos por mulheres. A princípio, podemos pensar que este ainda é um número muito pequeno, mas, com certeza, é um grande avanço, se compararmos com a presença da mulher em outros setores da vida nacional.

Hoje, as mulheres representam 33% dos contabilistas brasileiros, ou cerca de 109 mil profissionais em plena atividade. Somente em nosso Estado, são 2.389 mulheres contabilistas de um universo de 7.588 profissionais registrados no Conselho. Esses são números que causam satisfação a quem acompanha a trajetória feminina na sociedade brasileira.

Se formos abordar a participação e a representação política da mulher, veremos que, por razões culturais e históricas muito profundas, elas têm sido muito baixas. É certo que estamos trilhando, com passo reto e constante, o caminho que conduz ao equilíbrio, mas devo reconhecer que o percurso ainda será longo e árduo.

A discriminação e a falta de oportunidades são elementos freqüentes na vida das mulheres. Os níveis de representação feminina ainda são baixos. No entanto, o número de vereadoras eleitas em 2004 foi de 6.555, o que equivale a 12,65% do total de eleitos. Isto significa mais de um ponto percentual sobre o ano eleitoral de 2000.

O crescimento é modesto, mas devemos lembrar que houve uma redução dos cargos em disputa. Em algumas cidades importantes, no entanto, houve avanços mais significativos.

Na disputa para a Câmara Municipal de Salvador, por exemplo, as mulheres conseguiram a maior representação da história moderna da política na Bahia, elegendo seis candidatas.

Para o cargo de prefeita, foram eleitas 404 mulheres, o que configura um aumento de 1,62%, ou seja, um total de 87 novas cadeiras.

Na disputa para o cargo de deputado estadual, ocorrida em 2002, elegeram-se 133 mulheres, contra 106 da eleição anterior, um crescimento de mais de 25%.

Já o quadro no Poder Legislativo Federal referente às últimas eleições de 2002 foi o seguinte: as mulheres conquistaram 42 cadeiras para a Câmara dos Deputados, ou 8,6% do total, ao passo que a representação no Senado chegou a 10 senadoras, ou

12,3% das cadeiras da Casa. Isto é um avanço. Até 1976, não havia nenhuma mulher entre os Senadores. Hoje, a bancada feminina já tem nove integrantes.

Embora ainda em número reduzido, tanto as senadoras quanto as deputadas federais têm dado exemplo de atuação bem sucedida no Parlamento.

Cito a Comissão Mista Parlamentar de Inquérito que investigou a exploração sexual de crianças e adolescentes e da qual fui titular.

Presidida e relatada por uma senadora e uma deputada, teve presença maciça de mulheres, sem deixar de contar com o importante apoio de colegas parlamentares.

Foi graças à tenacidade e à firmeza com que desenvolveram seus trabalhos na Comissão, que suas integrantes conseguiram comprovar as denúncias de corrupção de menores, de tráfico de adolescentes e exploração sexual e criminalizar seus autores.

Essa mesma firmeza é que possibilitou que a Comissão propusesse mudanças na legislação penal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Entre as alterações, já aprovadas, estão o crime de favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual de vulnerável, e a instituição penal pública para todos os crimes sexuais cometidos contra crianças e adolescentes.

A atuação da bancada feminina no Congresso também possibilitou avanços no Código Civil, quanto aos direitos e deveres de homens e mulheres.

A expressão “homem” foi substituída por “pessoa”. O pátrio poder foi substituído pelo poder familiar, que agora pode ser exercido também pela mulher.

O conceito de família foi ampliado, incluindo a união estável já contemplada pela Constituição.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, procurei resumir aqui, o teor de minha palestra aos contabilis-

tas e estudantes de Contabilidade do Estado de Goiás. Acredito que sua profissão deve ser exercida com um olhar crítico e responsável, para auxiliar o país a encontrar o rumo de que tanto precisa.

No que diz respeito à participação feminina na vida política nacional, acredito que restam várias etapas por cumprir – e a primeira delas é ampliar a sua representação social e política, elegendo um número maior de vereadoras, deputadas estaduais e federais, prefeitas, senadoras e governadoras.

Para isso, contamos com a reforma política em processo de discussão no Congresso. Falar em reformar o sistema político é mais do que construir um bom sistema eleitoral partidário, mas também assegurar regras claras no jogo democrático, dando igualdade de condições aos concorrentes.

Um dos limitadores da participação das mulheres é o financiamento de campanha, onde desonta a dependência econômica feminina e por si representa uma desigualdade.

Essa deverá ser uma das bandeiras da bancada feminina nas discussões da reforma política.

Evidentemente, ao crescimento numérico deve-se somar um correspondente aumento na qualificação dos quadros femininos, a fim de que estejamos aptas para desempenhar o papel a que nos propusemos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Mozarildo Cavalcanti. PTB – RR) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 42 minutos.)

(OS Nº 15854/05)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

PFL	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes	
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa	
PFL	Antonio Carlos Magalhães	RIO GRANDE DO NORTE		
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra	
RIO DE JANEIRO		PMDB	Garibaldi Alves Filho	
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino	
PL	Marcelo Crivella	SANTA CATARINA		
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen	
MARANHÃO		BLOCO - PT	Ideli Salvatti	
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan	
PFL	Edison Lobão	ALAGOAS		
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena	
PARÁ		PMDB	Renan Calheiros	
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho	
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa	PFL	SERGIPE	
PSDB	Flexa Ribeiro	PSDB	Maria do Carmo Alves	
PERNAMBUCO		BLOCO - PSB	Almeida Lima	
PFL	José Jorge	PMDB	Antonio Carlos Valadares	
PFL	Marco Maciel	PSDB	AMAZONAS	
PSDB	Sérgio Guerra	PDT	Gilberto Mestrinho	
SÃO PAULO		PSDB	Arthur Virgílio	
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres	
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante	PSDB	PARANÁ	
PFL	Romeu Tuma	BLOCO - PT	Alvaro Dias	
MINAS GERAIS		PDT	Flávio Arns	
PL	Aelton Freitas	PSDB	Osmar Dias	
PSDB	Eduardo Azeredo	BLOCO - PT	ACRE	
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	P - SOL	Tião Viana	
GOIÁS		BLOCO - PT	Geraldo Mesquita Júnior	
PMDB	Maguito Vilela	PDT	Sibá Machado	
PFL	Demóstenes Torres	PP	MATO GROSSO DO SUL	
PSDB	Lúcia Vânia	BLOCO - PT	Juvêncio da Fonseca	
MATO GROSSO		PMDB	Delcídio Amaral	
Sem Partido	Luiz Soarez	PFL	Ramez Tebet	
PFL	Gilberto Goellner	DISTRITO FEDERAL		
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral	
RIO GRANDE DO SUL		BLOCO - PT	Cristovam Buarque	
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio	
BLOCO - PT	Paulo Paim	PSDB	TOCANTINS	
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSB	Eduardo Siqueira Campos	
CEARÁ		PMDB	Nezinho Alencar	
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha	
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes	PSDB	AMAPÁ	
PSDB	Tasso Jereissati	PSB	José Sarney	
PARAÍBA		PMDB	João Capiberibe	
PMDB	Ney Suassuna	BLOCO - PSB	Papaléo Paes	
PFL	Efraim Morais	PMDB	RONDÔNIA	
PMDB	José Maranhão	PFL	Amir Lando	
ESPÍRITO SANTO		PMDB	Fátima Cleide	
PMDB	João Batista Motta	BLOCO - PT	Valdir Raupp	
PMDB	Gerson Camata	PMDB	RORAIMA	
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti	
PIAUÍ		PDT	Augusto Botelho	
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá	

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros Hermes Pinto Gomes Irani Ribeiro dos Santos Verônica de Carvalho Maia José Augusto Panisset Santana Izaias Faria de Abreu Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3508) (Ramal: 3510) (Ramal: 4854) (Ramal: 3511) (Ramal: 4854) (Ramal: 3514) (Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira Ivanilde Pereira Dias de Oliveira Maria Consuelo de Castro Souza Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3520) (Ramal: 3503) (Ramal: 3504) (Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES			
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)	
Secretários	CAE CAS CCJ CE CMA CDH CRE CI CDR CRA	Luiz Gonzaga Silva Filho Gisele Ribeiro de Toledo Camargo Gildete Leite de Melo Júlio Ricardo Borges Linhares José Francisco B. de Carvalho Altair Gonçalves Soares Maria Lúcia Ferreira de Mello Celso Antony Parente Ednaldo Magalhães Siqueira Marcello Varella	(Ramal: 4605) (Ramal: 4608) (Ramal: 3972) (Ramal: 4604) (Ramal: 3935) (Ramal: 1856) (Ramal: 4777) (Ramal: 4354) (Ramal: 3517) (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Slhessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS (27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB

Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
 Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113515 Fax: 3113652
 E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
 Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3113972 Fax: 3114315
 E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB
Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
PMDB	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

** O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
 Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
 Telefone: 3113498 Fax: 3113121
 E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares

Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113498 Fax: 3113121

E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)**

**PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)**

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)**

5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB
Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
 Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
 Telefone: 3113935 Fax: 3111060
 E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Slhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos

Telefone 3111856 Fax: 3114646

E – Mail: mariadul@senado.br .

**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
	Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
	PMDB
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
	PDT

Secretaria: Maria Lúcia Ferreira de Mello

Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.

E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
 Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
 Telefone: 3114607 Fax: 3113286
 E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mãe Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995
2ª Eleição Geral: 30.06.1999

3ª Eleição Geral: 27.06.2001
4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA¹³
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES²

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) ¹⁰			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata ¹¹	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL⁵					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges ⁴	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves ¹²	SE	1306
PT¹					
Heloísa Helena ¹⁴	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) ⁸			3. Eduardo Suplicy ³	SP	3213
PSDB⁵					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) ¹⁶		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca ⁷	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB¹					
(Vago) ⁶			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB¹, PL¹⁻¹⁵ e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) ⁹		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP) 2051					

(atualizada em 09.08.2004)

Notas:

¹ Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

² Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

³ Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

⁴ Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

⁵ Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

⁶ Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

⁷ Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

⁸ Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

⁹ Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹⁰ Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

¹¹ Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

¹² Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

¹³ Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

¹⁴ Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

¹⁵ Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

¹⁶ O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1^a Designação Geral : 03.12.2001
2^a Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko

Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP)
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Severino Cavalcanti (PP-PE)	PRESIDENTE Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Tião Viana (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	2º VICE-PRESIDENTE Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PMDB-PE)	1º SECRETÁRIO Senador Efraim Moraes (PFL-PB)
2º SECRETÁRIO Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	2º SECRETÁRIO Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º SECRETÁRIO Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	3º SECRETÁRIO Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
4º SECRETÁRIO Deputado João Caldas (PL-AL)	4º SECRETÁRIO Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Fernando Ferro (PT-PE)	LÍDER DA MAIORIA Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
LÍDER DA MINORIA Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	LÍDER DA MINORIA Senador José Jorge (PFL-PE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Cristovam Buarque (PT-DF)

Atualizado em 11.08.2005

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Philippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador CRISTOVAM BUARQUE

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal

Deputado AROLDO CEDRAZ

Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados

SENADORES

TITULARES

SUPLENTES

BLOCO DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PMDB/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PTB/PL/PPS)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPLICY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

P-SOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1 GERALDO MESQUITA JÚNIOR (P-SOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTES

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PT/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

ROBERTO JEFFERSON (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	-------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PPS/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 318-8232 Fax: (55) (61) 318-2154

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador CRISTOVAM BUARQUE

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> FERNANDO FERRO PT-PE	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> CRISTOVAM BUARQUE PT-DF

Atualizado em 11.08.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311- 5255
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

**CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”**

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br



EDIÇÃO DE HOJE: 170 PÁGINAS